

Scheila Krenkel

**VIOLÊNCIA FAMILIAR: DINÂMICA RELACIONAL DAS
REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS DE MULHERES
ACOLHIDAS EM CASA-ABRIGO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Carmen L. O. O. Moré

Coorientadora: Prof^a Dr^a Cibele C. L. da Motta

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Krenkel, Scheila

Violência familiar: Dinâmica relacional das redes
pessoais significativas de mulheres acolhidas em casa-
abrigo / Scheila Krenkel ; orientadora, Carmen Leontina
Ojeda Ocampo Moré ; coorientadora, Cibele Cunha Lima da
Motta. - Florianópolis, SC, 2014.
268 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Redes pessoais significativas. 3.
Violência familiar. 4. Casa-abrigo. 5. Violência contra a
mulher. I. Moré, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. II. Motta,
Cibele Cunha Lima da. III. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

Scheila Krenkel

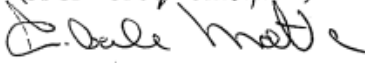
***Violência familiar: dinâmica relacional das redes pessoais
significativas de mulheres acolhidas em casa-abrigo***

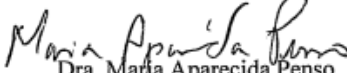
Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

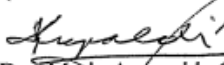
Florianópolis, 17 de fevereiro de 2014.



Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(Coordenadora - PPGP/UFSC)


Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(PPGP - UFSC - Orientadora)


Dra. Cibele Cunha Lima da Motta
(PPGP – UFSC - Co-orientadora)


Dra. Maria Aparecida Penso
(PPGP – UCB - Examinadora)


Dra. Maria Aparecida Crepaldi
(PPGP - UFSC - Examinadora)


Dra. Teresa Kleba Lisboa
(PPGICH - UFSC - Examinadora)

Dedico este trabalho às mulheres que vivem ou viveram em situação de violência.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora, Prof^a Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré, pelo acolhimento, pelos momentos de reflexão tão importantes para o desenvolvimento deste trabalho; por compartilhar comigo, de maneira generosa e paciente, suas experiências e ensinamentos que tanto contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

À minha coorientadora, Prof^a Cibele Cunha Lima da Motta, pela atenção e cuidado dispensados a mim, pelos seus apontamentos e contribuições que me fizeram pensar e repensar em aspectos que resultaram no constante aperfeiçoamento deste estudo.

Às professoras Maria Aparecida Crepaldi, Maria Aparecida Penso e Teresa Kleba Lisboa por aceitarem participar da minha banca e contribuir com este trabalho.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro que me possibilitou ter a dedicação necessária para a realização deste trabalho.

Às mulheres participantes desta pesquisa, por generosamente compartilharem comigo suas histórias e tornarem possível a realização deste estudo.

Aos meus pais e ao meu irmão, pelo apoio e incentivo na busca e realização deste sonho.

Aos meus professores da pós-graduação por terem dividido seu conhecimento e contribuído para o meu desenvolvimento profissional ao longo desta caminhada.

A todos os meus colegas de turma, em especial Rovana, Maiara, Roberta, João, Patrícia, Adriano Azevedo e Ana Paula Freitas por compartilharem comigo as dores e as delícias da pós-graduação; especialmente à Shana, pela parceria, conversas, trocas e (essenciais) cafés na cantina.

Às meninas/colegas do grupo de pesquisa, Maísa, Helena e Mariana por partilharem comigo esta experiência, pelo respeito e incentivo na continuidade deste trabalho.

Aos colaboradores do Departamento de Psicologia da UFSC, em especial Jacinta, João e Leia, pela atenção e prestatividade dispensados a mim.

À Dalva Rodrigues da Silva, pela amizade e por mediar todos os contatos de acesso ao campo de pesquisa.

À equipe da secretaria de assistência social do município em que foi realizada esta pesquisa, pela disponibilidade, atenção e respeito

dedicados a mim; em especial ao Ricardo Bortoli que não mediu esforços para me ajudar em todo o processo de coleta de dados.

À Kelly, Lene e Valmor, Rovana e Rafael e à Família Mattedi pela gentileza de me acolherem em suas casas nos momentos em que precisei ao longo desses dois anos.

Ao Cleiton Baumann pela ajuda na edição de vídeos e legendas e à Nina Rickmann pelos sábados que esteve comigo me ajudando na confecção dos Mapas de Redes.

À Mirian Jost por dedicar seu tempo e olhar atento na correção ortográfica e gramatical deste trabalho.

À Francieli Stano, Edson Torres, Ticiane Mora, Mayara Roedel e Terezinha Macedo, sempre incentivadores e apoiadores, presentes em todos os momentos. Obrigada por darem brilho à minha vida!

Ao grupo de voluntários Trapamédicos, por me ajudar a recarregar as energias nos finais de semana e me ensinar, a cada visita, o verdadeiro sentido de amar o próximo.

“Quando eu fui pra casa-abrigo
eu vi que não é bem assim, sabe?
A gente pode lutar. Ter força pra lutar,
mesmo a gente estando lá no fundo, pra baixo,
mas sempre procurar uma luzinha,
uma força pra tu lutar...
Pensar que tu nunca tá sozinha!
Sempre vai ter alguém pra te ajudar.”
(Participante 8 – P8)

RESUMO

O fenômeno da violência contra a mulher tem sido cada vez mais visado socialmente e as políticas públicas têm criado medidas e ações que favoreçam o enfrentamento do problema, dentre elas a criação de casas-abrigo para mulheres que se encontram em risco de morte. Sustentado por diferentes elementos que interagem entre si, as mulheres que se encontram nessa situação ainda possuem dificuldades de acessar pessoas e instituições que possam atuar como fontes de ajuda e apoio para enfrentar o problema. Assim, o objetivo da presente pesquisa foi compreender a dinâmica relacional familiar e das redes pessoais significativas de mulheres que sofreram violência familiar e viveram em casa-abrigo. O posicionamento epistemológico deste estudo foi ancorado no pensamento complexo que permitiu olhar para o fenômeno da violência em contexto. Associado ao pensamento complexo, utilizou-se a base teórica do modelo bioecológico do desenvolvimento humano, que considera os níveis de integração presentes nas relações entre a pessoa e o ambiente ao longo do tempo. Estudo qualitativo, do qual participaram 12 mulheres que vivenciaram situações de violência familiar e viveram em uma casa-abrigo. Os instrumentos para a coleta de dados foram a entrevista semiestruturada e o Mapa de Redes. A análise de dados foi realizada por meio da teoria Teoria Fundamentada Empiricamente em conjunto com os recursos do software Atlas/ti 5.0, que possibilitou a organização e integração dos dados em seis categorias. Os resultados evidenciaram que o significado atribuído à violência esteve pautado principalmente na violência psicológica. Dentre os tipos de violência, foram identificadas a violência física e psicológica, sobretudo a ameaça de morte, além do reconhecimento da violência sexual e financeira. A ansiedade e os estados depressivos foram os principais sintomas de sofrimento psíquico. A vergonha, o medo e a humilhação estiveram entre os sentimentos destacados pelas mulheres em relação à situação de violência que vivenciaram. O enfrentamento da violência esteve focado tanto no problema quanto nas emoções, destacando o trabalho, as atividades intelectuais, a busca por amigos e a casa-abrigo. A casa-abrigo proporcionou suporte e proteção às mulheres, além de momentos de reflexão que as ajudaram no enfrentamento do problema. Os profissionais do local estiveram presentes nos Mapas de Redes de todas as participantes, sendo apontado como pessoas importantes, que ofereceram ajuda e apoio diante da situação. As redes pessoais significativas se mostraram pequenas e fragilizadas antes das mulheres irem para a casa-abrigo. Em

contrapartida, após a saída do local, observou-se aumento do número de pessoas das redes, sobretudo de familiares, além do aumento do vínculo relacional e grau de intimidade entre as mulheres e as pessoas de sua rede significativa. Verificou-se que havia um distanciamento das participantes em relação às suas redes, ao passo que quando solicitadas desempenham um papel decisivo tanto para o acolhimento da mulher, quanto para a visibilização do fenômeno da violência, com o incentivo à denúncia. Estas redes geram possibilidades efetivas de interromper e/ou terminar com o problema, proporcionando melhores condições em termos de qualidade de vida às mulheres e configurando-se como importante estratégia para o enfrentamento da violência. Destaca-se a importância da sensibilização e preparação dos profissionais da casa-abrigo em torno da temática e a necessidade de conhecerem as pessoas da rede significativa das participantes e as funções que essas pessoas desempenham, para que possam intervir de maneira a mobilizar e encontrar co-responsáveis pelo cuidado dessas mulheres no enfrentamento do problema da violência.

Palavras-chave: violência familiar, redes pessoais significativas, casa-abrigo, violência contra a mulher, enfrentamento.

ABSTRACT

The phenomenon of violence against women has been increasingly acknowledged at a social level. In the present scenario public policies have enabled the creation of measures and actions towards coping with the problem, such as shelters for women who are at risk of death. In turn, battered women have difficulties to access people and institutions that may act as sources of help and support to cope with the problem. Thus, the aim of this research was to understand the family relational dynamics of significant personal networks of women who have experienced family violence and have resided in shelter. The epistemological approach of this study was grounded on Complex Thinking, which allowed to look at the phenomenon studied from the recognition of the interrelationship of the diversity of aspects that are related to each other in the light of the context of the lived experiences of the participants. The Bioecological Model of Human Development was the theoretical basis of this study, considering the levels of integration of the relations between the person and the environment over time. It is a qualitative study, with the participation of 12 women who experienced family violence and lived in a shelter. The instruments used were semi-structured interviews and the social networks map. Data analysis was based on Grounded Theory performed by the Atlas / ti 5.0 software, which enabled the organization and integration of the data in six categories. The results revealed that the main meaning attributed to violence was related to psychological violence. The types of violence identified were physical and psychological violence, especially the threat of death. Financial and sexual violence were also recognized. Anxiety and depressive states were the main symptoms of psychological distress. Shame, fear and humiliation were some among the feelings reported by women in relation to the violence they experienced. The coping strategies used were both focused on the problem and on emotions, such as work, intellectual activities, searching for friends and being in the shelter. The shelter provided support and protection to women, and moments of reflection that helped them coping with the problem of violence. The professionals of the shelter were reported as important people, who offered help and support. Significant personal networks were reported as small and vulnerable before women went to the shelter. Although there was a distance from the participants towards their networks, when requested community, friends and family played a decisive role in offering support, and a better recognition of the phenomenon of violence for the women and the social context. Besides,

the significant personal networks also encouraged the report of violent situations to authorities. After leaving the place, an increase in the number of people in the networks was observed, especially involving families, as the relational bond and degree of intimacy. Such networks foster effective possibilities to discontinue temporarily the violence problem, providing better quality of life for women and characterizing it as an important strategy to cope with violence. The importance to improve the training, awareness and care of the shelter's professionals for the better care of their demands. Furthermore, this study highlights the importance of seeking, investigating and / or visualizing tools for more effective intervention for better listening to women for both professional psychology and to the multidisciplinary teams.

Key-Words: family violence, significative personal network, shelter home, violence against women, coping.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo ecológico aplicado à violência familiar	36
Figura 2: Articulação entre serviços de enfrentamento da violência contra as mulheres	50
Figura 3: Portas de entrada no processo de abrigamento	54
Figura 4: Modelo de Mapa de Redes proposto por Sluzki (1997)	70
Figura 5: Modelo de Mapa de Redes proposto por Sluzki (1997) adaptado com adição do item Casa-Abrigo.....	71
Figura 6: Mapa de Redes Geral	178
Figura 7: Mapa de Redes referente aos períodos “durante” e “depois” da passagem pela Casa-abrigo	193
Figura 8: Mapa de Redes referente ao período “Anterior” à passagem pela Casa-Abrigo.....	201

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Caracterização das participantes da pesquisa	82
Quadro 2: Caracterização do tipo de violência e passagem pela casa-abrigo	85
Quadro 3: Apresentação das categorias, subcategorias e elementos de análise.....	95
Quadro 4: Elementos de análise referentes à subcategoria 1.1: A partir do reconhecimento dos diferentes tipos de violência	102
Quadro 5: Elementos de análise referentes à subcategoria 1.2: A partir do reconhecimento da violência nas relações familiares.....	104
Quadro 6: Elementos de análise referentes à subcategoria 1.3: A partir do reconhecimento das emoções	107
Quadro 7: Elementos de análise referentes à subcategoria 1.4: A partir da violência na família de origem	109
Quadro 8: Elementos de análise referentes à subcategoria 2.1: Motivos pelos quais acontece a violência.....	113
Quadro 9: Elementos de análise referentes à subcategoria 2.2: Presença de estressores no ciclo vital da família	117
Quadro 10: Elementos de análise referentes à subcategoria 2.3: Física	119
Quadro 11: Elementos de análise referentes à subcategoria 2.4: Psicológica	122
Quadro 12: Elementos de análise referentes à subcategoria 2.5: Financeira	125
Quadro 13: Elementos de análise referentes à subcategoria 2.6: Sexual.....	127
Quadro 14: Elementos de análise referentes à subcategoria 3.1: Sobre o comportamento do autor da violência	132
Quadro 15: Elementos de análise referentes à subcategoria 3.2: Sobre a permanência com o autor da violência	138
Quadro 16: Elementos de análise referentes à subcategoria 3.3: Reações emocionais e comportamentais da mulher	141
Quadro 17: Elementos de análise referentes à subcategoria 3.4: Estratégias de enfrentamento	145
Quadro 18: Elementos de análise referentes à subcategoria 4.1: O caminho até a casa-abrigo	152
Quadro 19: Elementos de análise referentes à subcategoria 4.2: Rotina da casa-abrigo.....	157
Quadro 20: Elementos de análise referentes à subcategoria 4.3: Relação com as pessoas da casa-abrigo	160
Quadro 21: Elementos de análise referentes à subcategoria 4.4: Aspectos facilitadores da vivência na casa-abrigo.....	164

Quadro 22: Elementos de análise referentes à subcategoria 4.5: Aspectos dificultadores da vivência na casa-abrigo	168
Quadro 23: Elementos de análise referentes à subcategoria 5.1: Da família	174
Quadro 24: Elementos de análise referentes à subcategoria 5.2: Dos amigos	179
Quadro 25: Elementos de análise referentes à subcategoria 5.3: Das pessoas da comunidade	182
Quadro 26: Elementos de análise referentes à subcategoria 5.4: Das pessoas da casa-abrigo	187
Quadro 27: Elementos de análise referentes à subcategoria 5.5: Do trabalho e estudos.....	194
Quadro 28: Elementos de análise referentes à subcategoria 5.6: Ausência de redes	197
Quadro 29: Elementos de análise referentes à subcategoria 6.1 Relacionada à negação da essência humana	206
Quadro 30: Elementos de análise referentes à subcategoria 6.2 com relação aos estereótipos de gênero	210

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 OBJETIVOS	27
2.1 Objetivo geral	27
2.2 Objetivos específicos	27
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
3.1 Pressupostos Epistemológicos	29
3.2 Modelo Bioecológico do processo de violência familiar	31
3.3 Violência familiar contra a mulher	37
3.3.1 Contribuições da perspectiva de gênero no contexto da violência contra a mulher	42
3.4 Violência contra a mulher: um problema de saúde pública	45
3.5 Políticas públicas e medidas para o enfrentamento da violência contra a mulher	47
3.5.1 Casas-Abrigo enquanto Redes de Suporte Social	52
3.6 Estratégias de enfrentamento da violência (<i>coping</i>).....	56
3.7 O Suporte Social e a Rede Pessoal Significativa e de no contexto da violência contra a mulher	58
4 MÉTODO	63
4.1 Caracterização da Pesquisa	63
4.2 Caracterização do Campo de Pesquisa	64
4.3 Participantes	66
4.4 Instrumentos	68
4.4.1 Entrevista Semiestruturada	68
4.4.2 Mapa de Redes	70
4.5 Procedimentos de coleta de dados.....	72
4.6 Procedimentos Éticos	77
4.7 Análise dos dados	78
5 RESULTADOS	81
5.1 Caracterização das participantes	81
5.2 Síntese da história de violência vivida pelas participantes	86
5.3 Apresentação das categorias, subcategorias e elementos de análises	94
6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	101
6.1 CATEGORIA 1 – Significados atribuídos à violência na perspectiva das mulheres	101
6.2 CATEGORIA 2 – Desencadeadores e diferentes tipos de violência sofrida.....	113
6.3 CATEGORIA 3 – A relação com o autor da violência e suas repercussões	132
6.4 CATEGORIA 4 – Trajetória e vivência na casa-abrigo.....	151

6.5 CATEGORIA 5 – Dinâmica relacional das redes pessoais significativas	173
6.6 CATEGORIA 6 – A metáfora como uma realidade para além do convencional	206
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS	225
APÊNDICES	237
Apêndice A – Roteiro da entrevista semiestruturada	237
Apêndice B – Caracterização dos autores da violência.....	240
Apêndice C – Mapas de Redes Individual	241
Apêndice D – Mapa de Redes Geral.....	244
Apêndice E – Mapas de Redes “Antes”, “Durante” e “Depois” da passagem pela casa-abrigo	245
Apêndice F – Roteiro do contato telefônico com as participantes	249
Apêndice G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	250
Apêndice H – Exemplo de entrevista transcrita	252

1. INTRODUÇÃO

A violência é compreendida como um fenômeno complexo e multifacetado, que emerge e se configura na dimensão relacional do indivíduo e se sustenta à luz dos contextos socioculturais. Nessa perspectiva, é importante considerar as peculiaridades envolvidas no fenômeno, tais como o desenvolvimento psicológico da pessoa, a trama relacional afetiva e social por ela construída e os valores socioculturais do contexto no qual a violência acontece.

Enquanto fenômeno relacional e comportamental é possível observar, ao longo da história da humanidade, diferentes significações dadas à violência e sua legitimidade entre os membros da família. Na contemporaneidade, a violência passa a ser efetivamente considerada e reconhecida como um problema social, relacional e de saúde pública, na medida em que suas formas e consequências evidenciam a violação dos direitos humanos e afetam a saúde das pessoas envolvidas.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS (2002), a violência é definida como sendo a ameaça ou prática, por meio da força física ou do uso do poder intencional, contra uma pessoa, grupo ou instituição que resulte em sofrimento, privação, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou morte. Em complemento a esta informação, para Minayo, Souza e Paula (2010) a violência se caracteriza pelas ações realizadas de forma individual ou institucional que têm por objetivo prejudicar, mutilar ou matar alguém. Sua prática pode ocorrer de diferentes maneiras: física, psicológica, sexual, financeira/patrimonial, negligência / abandono, trabalho infantil, tortura e/ou tráfico de pessoas, ocorrendo de maneira única ou sob a prática de mais de um tipo de violência (Minayo, 2006; OMS, 2002).

Das formas como a violência se apresenta, nesta pesquisa destaca-se a violência familiar, dirigida especificamente à mulher. Esta é compreendida como qualquer ato violento, que inclui ameaças, coerções, privação da liberdade baseada no gênero, que resultará em danos nas esferas física, sexual, emocional (Minayo, 2006; Monteiro & Souza, 2007; Organização das Nações Unidas, 1993). Trata-se de um fenômeno complexo e paradoxal, na medida em que a dinâmica relacional estabelecida entre a pessoa que agride e a que é agredida, sustenta-se em uma co-dependência entre o afeto e a agressão. Estudos apontam para os prejuízos ao desenvolvimento vital da mulher consequentes da violência, tais como ansiedade, depressão, isolamento social, insônia, medo, estresse pós-traumático e o comprometimento da

saúde reprodutiva (Cabrera, 2012; Dahlberg & Krug, 2006; Prates, 2007; Santos & Moré, 2011a; Wilhelm & Tonet, 2007).

No mundo, de 40% a 70% dos homicídios contra mulheres são cometidos por parceiros íntimos e a cada cinco dias de falta no trabalho feminino, um é em virtude da violência. No Brasil, entre os anos de 1980 e 2010, aproximadamente 92 mil mulheres foram assassinadas por seus parceiros. Após obter dados de 84 países a respeito de homicídio contra mulheres, o país terminou o ano de 2011 ocupando a sétima posição, com taxa de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres (Ellsberg & Heise, 2005; Waiselfisz, 2012).

Em 2001, a Fundação Perseu Abramo realizou um estudo sobre a violência, no qual 31% das participantes admitiram terem sido espancadas nos últimos 12 meses. Ao fazer uma projeção deste dado para a população brasileira, estima-se que em torno de 175 mil mulheres são espancadas por mês, 5,8 mil por dia, 243 por hora, e 4 mulheres por minuto. Dos casos de violência praticados contra mulheres, em 2011, 71,8% ocorreu dentro da residência, e o parceiro, nos casos de violência física, foi o principal agressor. Do ponto de vista econômico, conforme os cálculos realizados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, no Brasil, 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB) é gasto com custos diretos relacionados à violência, sendo três vezes mais do que é investido em ciência e tecnologia (Adeodato, Carvalho, Siqueira & Souza, 2005; Minayo, 2006; Waiselfisz, 2012).

Nesse contexto, cabe ressaltar marcos da construção histórica dos movimentos nacionais, acerca da violência contra a mulher. A década de 80, no Brasil, foi marcada pelos movimentos feministas que cada vez mais ganhavam força e reivindicavam medidas para o fim violência contra a mulher. A partir desta década foram criadas as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) e serviços públicos de saúde para o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual. Desde então, ocorreram convenções internacionais e nacionais que abordaram o tema, a exemplo da Conferência Mundial Sobre Direitos Humanos, promovida pela ONU, em 1993, em Viena, e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, ocorrida no Brasil, em 1994 (Souza & Adesse, 2005).

Outro importante marco histórico a respeito da violência contra a mulher no Brasil foi a criação da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três melhores legislações do mundo em nível de

violência, a Lei Maria da Penha coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher, e estabelece medidas assistenciais, de prevenção e proteção às mulheres em situação de violência. Os artigos que compõem a referida Lei vão ao encontro dos Direitos Humanos, visam a união das três esferas do Governo e o envolvimento do poder público nas medidas de prevenção e estratégias para o enfrentamento do problema, dentre elas a criação de Casas-Abrigo (Brasil, 2006a; 2012a).

As casas-abrigo são locais sigilosos, que garantem a assistência e proteção da integridade física e psicológica da mulher e de seus filhos menores de idade. A casa-abrigo, como espaço institucionalizado, pode ser considerada uma importante rede de suporte social e um recurso em potencial para o enfrentamento das situações de violência. O local oferece segurança e conta com uma equipe de profissionais que promovem o acolhimento e assistência às mulheres, além de possibilitar momentos de reflexão sobre suas vidas e a criação de estratégias para enfrentar o problema da violência (Brasil, 2006a; Rocha 2007).

Diante do exposto, considera-se importante, neste momento, discorrer sobre o conjunto de conceitos que subsidiaram a discussão dos resultados no presente estudo. Considerando as especificidades do contexto em que as participantes da presente pesquisa se encontravam e dos encaminhamentos para a casa-abrigo, optou-se por utilizar o termo violência familiar contra a mulher, na medida em que os estudos de família nos auxiliaram a pensar no desenvolvimento de seus integrantes e na dinâmica relacional familiar presente entre seus membros. A dinâmica relacional da família refere-se a como seus membros se relacionam e constroem seus vínculos, o grau de intensidade e compromisso relacional estabelecido entre eles.

Por sua vez, neste estudo, optou-se pela denominação *redes pessoais significativas*, por entender ser a soma das pessoas percebidas e nomeadas pelo indivíduo, a partir de sua experiência e qualidade do vínculo construído entre si, como significativas e importantes que, de maneira singular, desempenham funções que ajudam no enfrentamento da violência. Assim, a dinâmica relacional familiar e das redes pessoais significativas das participantes desta investigação, pode ser compreendida por meio da história, frequência e intensidade dos vínculos estabelecidos com os membros das redes, ao longo do tempo (Moré & Crepaldi, 2012; Sluzki, 1997).

No que diz respeito ao papel das instituições e organizações formais envolvidas no enfrentamento da violência contra mulher, utilizou-se o conceito de *suporte social*, o qual refere-se às práticas

dirigidas à prestação de serviços de prevenção e promoção de saúde do indivíduo na comunidade, capaz de desempenhar funções tanto em nível emocional quanto material, que favorecem a diminuição do estresse e aumento do bem-estar (Campos, 2005; Ornelas, 2008). Além do suporte social prestado pelas instituições formais, as mulheres em situação de violência também podem ter acesso às pessoas da sua *rede social*, que é composta por todas as pessoas consideradas significativas, das quais fazem parte a família, as amigas, colegas de trabalho ou estudo, e pela comunidade, incluindo vizinhos e pessoas da crença religiosa (Sluzki, 1997; Speck, 1989).

Nesse contexto, falar sobre violência familiar contra a mulher implica em abordar o conceito de violência de gênero. Assim, nesta pesquisa os estudos relacionados à violência de gênero estão presentes de maneira transversal à temática estudada, uma vez que eles contribuem tanto para visibilizar os aspectos sócio-históricos relacionados à violência contra a mulher, quanto para a melhor compreensão do fenômeno no que concerne aos estereótipos de gênero e diferentes papéis do masculino e do feminino.

Diante da complexidade e da multideterminação do fenômeno da violência, o posicionamento epistemológico da presente pesquisa está ancorado no Pensamento Complexo, proposto por Morin (2007) que compreende o fenômeno nas inter-relações entre seus elementos e em contexto. Coadunando-se com o Pensamento Complexo e a fim de melhor compreender o fenômeno estudado, na perspectiva do desenvolvimento humano, neste estudo utilizou-se a Teoria Bioecológica, de Bronfenbrenner (1994), que auxilia a entender a violência sustentada na relação entre pessoa e ambiente considerando os elementos pessoais, processuais, contextuais e temporais de maneira articulada.

No tocante às considerações aqui tecidas, em termos de justificativa, que a temática central do presente estudo, mulheres em situação de violência, desafia pesquisadores no campo da investigação, profissionais no âmbito da intervenção e gestores na implementação de políticas públicas. O desafio posto gira em torno do tensionamento do impacto da violência como fenômeno relacional com uma multiplicidade de facetas, no processo de acolhimento e intervenção profissional e na implementação do suporte social, oferecidos pelas políticas de proteção à mulher. Este tensionamento evidencia a necessidade do exercício constante de se problematizar e/ou resignificar o fenômeno à luz dos diferentes contextos.

A relevância de pesquisar a dinâmica relacional das redes pessoais significativas de mulheres que viveram em casas-abrigos em consequência da violência familiar, justifica-se por ser uma temática cujo estudo poderá fomentar contribuições às políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher. Os resultados desta pesquisa visam gerar subsídios para a compreensão e/ou aprofundamento do conhecimento a respeito das funções das redes pessoais significativas, visibilizando sua importância no contexto da violência. No campo da saúde pública, acredita-se que os resultados possam servir para sustentar a problematização dos elementos presentes na temática estudada, a fim de gerar reflexões que contribuam para o aperfeiçoamento das estratégias utilizadas pelos profissionais que trabalham com esta demanda social.

Assim, diante das colocações apresentadas, em busca da compreensão de aspectos relacionados à violência contra a mulher, da experiência de viver em casa-abrigo e da relação estabelecida com as pessoas da sua rede pessoal significativa e de suporte social, ao ser realizado este estudo, pretendeu-se responder à seguinte pergunta de pesquisa: *Qual a dinâmica relacional familiar e das redes pessoais significativas na perspectiva de mulheres que sofreram violência familiar e viveram em casa-abrigo?*

Diante de estudos que trabalham especificamente com o comportamento das redes nas situações de violência, verifica-se a pouca visibilidade que se tem dado às redes e suas funções no contexto da violência, sobretudo nas situações em que as mulheres passaram por uma casa-abrigo. Assim, ao realizar esta pesquisa, defende-se que entender como funcionam e quais as funções das redes pessoais significativas é fundamental para criar estratégias de melhor acolhimento e co-responsabilização do cuidado da mulher, contribuindo para o enfrentamento da situação; e para repensar o planejamento e as ações em políticas públicas, como instrumentos que podem ser utilizados tanto no apoio das estratégias de enfrentamento, quanto na prática dos profissionais que trabalham com essa demanda.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender a dinâmica relacional familiar e das redes pessoais significativas de mulheres que sofreram violência familiar e viveram em casa-abrigo.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar os significados atribuídos à violência familiar por mulheres que viveram em casa-abrigo.

Descrever os aspectos envolvidos na dinâmica relacional das mulheres e seus parceiros em torno da violência.

Evidenciar a experiência de acolhimento em casa-abrigo e sua repercussão no processo de enfrentamento da violência familiar.

Caracterizar a estrutura, funções e atributos dos vínculos das redes pessoais significativas constituídas no processo de enfrentamento da violência familiar.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

Ao ter como objeto de estudo um fenômeno multideterminado e multifacetado como o da violência contra a mulher e sua relação com as redes pessoais significativas, faz-se necessária a compreensão de uma realidade inserida em um contexto amplo e dinâmico. Assim, inicia-se esta seção com reflexões sobre os pressupostos epistemológicos que nortearam o desenvolvimento do presente estudo, entendendo que o resgate da posição epistemológica frente à violência, leva-nos a uma necessária reflexão sobre o olhar que está sendo dado ao referido fenômeno. Nesse sentido, o posicionamento epistemológico que norteia e fundamenta a produção do conhecimento e a sustentação metodológica da presente pesquisa está ancorada no Pensamento Complexo, proposto por Morin (2007).

O Pensamento Complexo pressupõe a contextualização dos fenômenos estudados e a interdependência entre seus elementos. Entende-se por complexidade – do latim *complexus* – “aquilo que é tecido em conjunto”, em que os elementos são heterogêneos e estão associados e integrados, sendo ao mesmo tempo uno e múltiplo. Além disso, a complexidade possui uma visão integradora e articulada do fenômeno com os vários elementos do sistema a que pertence (Morin, 2007). Conforme aponta Morin (2007, p. 13) “a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico.” A complexidade integra, ainda, o simples ao complexo, remetendo a ideia de conjunção, uma vez que considera que as inter-relações estão articuladas de maneira a distinguir o objeto do contexto, mas sem isolá-lo, ou seja, considera a articulação entre os vários elementos de maneira complementar e não reduzida ou isolada (Morin, 2007).

Ancorados nesses apontamentos, para considerar a complexidade dos fenômenos precisamos mudar crenças muito básicas: invés de acreditar que teremos como objeto de estudo o elemento ou o indivíduo, temos que considerar o trabalho levando em conta sempre o objeto em contexto, fazendo o exercício de ampliar o foco, colocando-o em sistemas mais amplos que interagem com outros sistemas, em uma rede de padrões interconectados. Nesse sentido, a partir do avanço paradigmático da ciência, no século XX, o Pensamento Complexo apresenta-se de modo a considerar a integração do todo, em

que as partes heterogêneas estão integradas, associadas e em constante interação, afetando-se recursivamente. A recursividade é o processo não linear nas relações causais em que o indivíduo é produto e produtor dos processos interacionais (Morin, 2007; Vasconcellos, 2009).

O Pensamento Complexo também reconhece a instabilidade, a imprevisibilidade e a incontrollabilidade dos fenômenos, entendendo-os em constante transformação, sempre em processo de devir, de tornar-se. Outro pressuposto articulado ao pensamento complexo é o da intersubjetividade, o qual admite a impossibilidade de se ter um conhecimento objetivo do mundo, pois considera-se que as experiências, a subjetividade e as escolhas do observador são fundamentais para que a realidade seja constituída. A intersubjetividade, no campo do conhecimento, está relacionada à participação do observador no contexto em que observa, pois, de acordo com as concepções deste pressuposto, não existe uma realidade *a priori*, sem a participação do observador. Dessa concepção decorre a noção de que a constituição do conhecimento acontece pelas experiências do observador, nas relações interindividuais e por meio dos significados linguísticos dessas experiências (Morin, 2007; Vasconcellos, 2009).

Convém ressaltar que o Pensamento Complexo reconhece as concepções e formas de produzir conhecimento propostos pela ciência tradicional, mas a partir de um olhar ampliado, que considera as relações dinâmicas e a articulação com os diferentes saberes como complementares. Esta visão de ciência compreende o universo como um sistema, que interage com outros sistemas, no qual a construção do conhecimento e a validação das experiências subjetivas ocorrem por meio das relações presentes na co-construção de espaços consensuais e dialógicos, que emergem nas tramas relacionais e recursivas (Vasconcellos, 2009). Nesse sentido, não se pode conceber a existência de uma realidade última e verdadeira, mas de diferentes realidades, igualmente importantes e verdadeiras, que dialogam entre si.

O Pensamento Complexo pressupõe o pesquisador como aquele que está inserido no processo de construção das narrativas dos participantes, não sendo possível atribuir a ele uma posição de neutralidade no processo da produção de conhecimento. Este, por sua vez, é considerado um processo de co-construção de significados sobre a realidade produzida por processos conversacionais (Morin, 2007; Vasconcellos, 2009). Nos processos conversacionais, o pesquisador se aproxima dos significados atribuídos ao fenômeno estudado, que estará presente ao longo das narrativas e que fundamenta a análise dos dados

do presente estudo. Nesse sentido, coadunando-se com Grandesso (2011), os “significados” referem-se à compreensão e ao sentido que os indivíduos atribuem às experiências de sua vida, à luz dos contextos culturais.

Os significados sobre a realidade estão em constante transformação, são produzidos por meio da interação social, sendo co-construídos em espaços relacionais e de diálogo, uma vez que é por meio da linguagem que o indivíduo é capaz de significar a realidade percebida e construída por ele (Grandesso, 2011; Olabuénaga, 2009). Considerando, pois, os pressupostos do Pensamento Complexo, a investigação da “dinâmica relacional das redes pessoais significativas” no contexto da violência contra a mulher, parte do reconhecimento das pessoas como produtos e produtoras das tramas relacionais produzidas na e pela linguagem, em espaços de consenso produtores de significados sobre sua realidade.

3.2 MODELO BIOECOLÓGICO DO PROCESSO DE VIOLÊNCIA FAMILIAR

Associado ao posicionamento epistemológico sustentado no Pensamento Complexo, em termos de desenvolvimento humano, a presente pesquisa também considera o modelo teórico-metodológico proposto Urie Bronfenbrenner (2004), conhecido como Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), o qual compreende o fenômeno da violência integrado aos quatro níveis ou elementos-chave de interação: Pessoa (P), Processo (P), Contexto (C) e Tempo (T), conhecido como o Modelo PPCT. Este modelo tem por objetivo principal considerar a interação intersistêmica como base dos processos de desenvolvimento psicológico, sendo melhor explicitado a seguir.

a) Nível Pessoal (P)

Este nível representa o ser humano em desenvolvimento considerando suas características comportamentais, biológicas, sociais e interacionais, na medida em que a pessoa interage com o ambiente modificando-o e sendo por ele modificada, em uma interação dinâmica. Considera-se, ainda, as crenças, valores, temperamento e atributos da personalidade da pessoa, características essas que irão influenciar e

interferir nas interações com o ambiente ao longo da vida (Bronfenbrenner, 1994).

A interação proposta por Bronfenbrenner vai ao encontro da ideia de espiral, multicausal e processual, considerando a pessoa como produto e produtor do sistema de interação estabelecido com o ambiente. Assim, pessoa e ambiente se influenciam mutuamente, de maneira dinâmica e não linear, promovendo mudanças em todos os envolvidos. É na interação com símbolos e outros indivíduos que a pessoa constrói significados, os quais darão subsídio para suas ações nos diversos contextos e situações ao longo do seu desenvolvimento. Nas várias relações estabelecidas entre pessoa e ambiente, estão presentes os reflexos e feedbacks que vão produzir efeitos sobre o ciclo vital de todos os envolvidos (Bronfenbrenner, 1994, 2004; Prati, Couto, Moura, Poletto & Koller, 2005).

Cabe destacar que também para a TBDH, o pesquisador é parte do contexto pesquisado, na medida em que cada um é influenciado mutuamente pelo outro, promovendo modificações no desenvolvimento de ambos. Em termos de pesquisa e análise de dados, o nível pessoal considera as características sociodemográficas das mulheres que passaram por uma situação de violência, tais como idade, escolaridade, religião, nível de escolaridade, ocupação e renda (Moura, 2012).

As características do nível pessoal relacionam-se, também, aos recursos cognitivos e emocionais (como inteligência e determinadas habilidades); a recursos materiais (boa comida, cuidado, moradia) que, portanto, não são aparentes; e a recursos de força como motivação, persistência e temperamento da pessoa. Nos processos de violência, por exemplo, as características individuais podem estar relacionadas com a prática violenta, sendo potencializadoras para um comportamento antissocial e violento (Scatamburlo, 2013; Tudge, 2008).

Imura e Silveira (2010) apontam que a interconexão entre fatores biológicos e sociais podem resultar em um comportamento violento. Nesse sentido, as características biológicas estariam relacionadas a hormônios e neurotransmissores que interferem no comportamento humano, além da presença de processos cognitivos envolvidos no processamento e na interpretação de informações condizentes à violência, sendo determinante para o comportamento. Do ponto de vista das teorias sociais, as causas da violência podem estar relacionadas ao estilo de vida, contextos sociais, econômicos, cultura, organização social, mas ainda não é possível generalizar ou chegar a um consenso. Em complemento a essa informação, a Teoria Bioecológica do

Desenvolvimento Humano considera, além das características pessoais, o ambiente onde ocorrem os processos proximais entre pessoas, objetos e símbolos (Prati *et. al.*, 2005).

A percepção da violência processada pelo cérebro pode ser determinante para respostas comportamentais mais ou menos violentas, pois possivelmente a pessoa que agride, antes se sentiu agredido. Considerando as características pessoais cognitivas, nas situações em que ocorreu uma experiência prévia com violência, a mensagem pode ser interpretada de maneira equivocada, de maneira negativa, ainda que a intenção do comunicante não seja essa, mostrando que o fenômeno da violência é multifatorial, no qual estão envolvidos fatores psicológicos, neurológicos, sociais e culturais (Flores, 2002; Narciso & Ribeiro, 2009).

b) Nível Processual (P)

O nível processual (P) refere-se à relação estável e de reciprocidade que ocorre entre pessoa e ambiente, por meio de *processos proximais*. A relação estabelecida nos processos proximais deve ocorrer em períodos regulares e extensos de tempo, pois é por meio deles que os recursos pessoais são estimulados e desenvolvidos e a pessoa ou família significa suas experiências, entende o seu lugar no mundo, dá sentido a ele e o transforma (Bronfenbrenner & Morris, 1998; Prati *et. al.*, 2005).

Com relação à violência, compreendida a partir do nível processual, conforme aponta Moura (2012), os relacionamentos extraconjugais constituídos pelo parceiro da mulher que vivencia situações de violência, bem como comportamentos controladores dos parceiros e o impedimento de relação com amigos e conhecidos, influenciam no comportamento e atitudes das mulheres frente a essa situação de crise. Para Carvalho-Barreto *et. al.* (2009), as causas da violência, tomando por base o nível processual de desenvolvimento humano, aponta para o controle que o homem exerce sobre a mulher, no qual ela se torna obediente e acaba se isolando dos sistemas/redes antes frequentados. Assim, considerando a perspectiva de gênero, o fenômeno da violência é baseado em uma relação de poder, em que para que se mantenha o controle, um dos protagonistas, faz uso da força perpetuando o comportamento violento (Moura, 2012).

Compreender as características pessoais é necessário para entender o fenômeno da violência nas relações familiares. No entanto,

também os níveis *contextual* e *tempo* complementam a compreensão, na medida em que permitem considerar outros elementos que estejam relacionados a este fenômeno. O processo proximal varia de acordo com as características da pessoa e do contexto em que ocorrem e, portanto, cada uma delas, em torno da complexidade do fenômeno, deve ser considerada para que seja possível sua compreensão.

c) Nível Contextual (C)

O ser humano é um ser de relações e está inserido em diversos contextos (C); faz parte de uma família, possui amigos com os quais se relaciona, além de diferentes funções em seu trabalho ou estudo. Em cada contexto, a pessoa possui um papel e uma função, os quais irão determinar a forma como ela se relaciona com outros indivíduos, objetos e símbolos presentes naquele ambiente. É onde as pessoas se desenvolvem ao longo da sua vida, influenciando e sendo influenciadas, em um movimento multidirecional. Para facilitar a compreensão dos diferentes contextos, a teoria bioecológica apresenta quatro níveis de interação, sendo um conjunto de sistemas interdependentes que se relacionam e influenciam o indivíduo. São eles: o microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema (Prati *et. al.*, 2005; Yunes & Juliano, 2010).

O microsistema é o ambiente onde ocorrem os processos proximais, em que a pessoa interage com outros indivíduos diretamente, estabelecendo papéis e padrões de atividade como ocorre nas relações familiares. As relações estabelecidas no microsistema consideram também os valores e crenças para a construção da identidade da pessoa. Bronfenbrenner chama atenção para a presença da reciprocidade, que está relacionada a maneira como as pessoas interagem e influenciam umas às outras (De Antoni & Koller, 2010; Tudge, 2008).

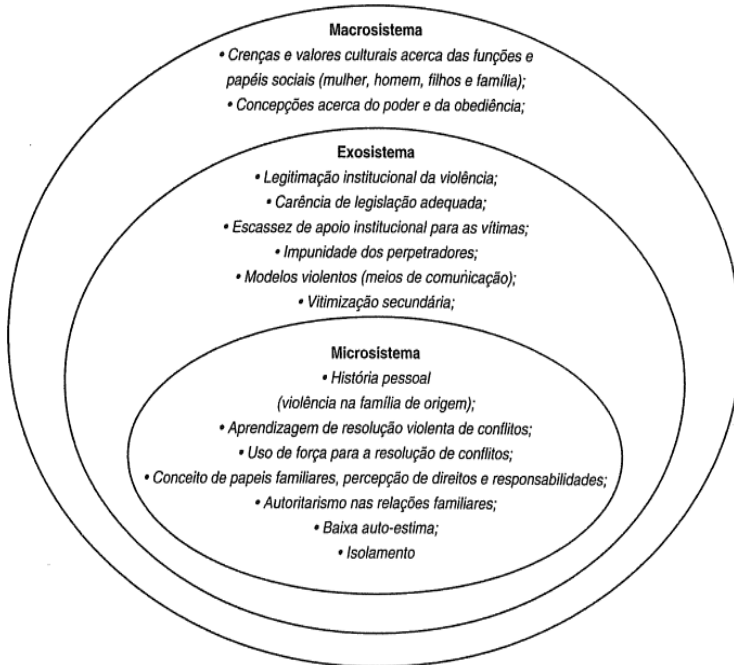
O mesossistema, refere-se à inter-relação de dois ou mais microsistemas que uma pessoa participa de maneira ativa, como a família, a escola, o trabalho, a instituição religiosa, entre outras. Portanto, quando as situações de violência que ocorrem na relação do casal, afetam outros sistemas, como amigos, família extensa e vizinhos. É nesse contexto que o indivíduo pode encontrar pessoas significativas da sua rede de relações capazes de oferecer ajuda e apoio para que possa enfrentar situações de crise (Carvalho-Barreto, *et. al*, 2009; Moré, 2005; Sluzki, 1997; Tudge, 2008).

O exossistema, por sua vez, é compreendido como um ou mais sistemas dos quais a pessoa não participa ativa e fisicamente, mas cujas mudanças e ocorrências ocorridas ali, podem influenciar o desenvolvimento da pessoa. Nas situações de violência, as mudanças ocorridas, nos últimos anos, nas políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher ou no funcionamento das casas-abrigo, são exemplos do que ocorre no exossistema (Bronfenbrenner, 1994; Yunes & Juliano, 2010).

Por fim, o macrosistema refere-se aos valores, cultura, estilos de vida, costumes que influenciam o comportamento das pessoas e geram mudanças ao longo do ciclo vital. Nessa perspectiva, indo ao encontro da temática da violência familiar dirigida contra a mulher, encontra-se o modelo social patriarcal, no qual o homem ocupa uma posição de destaque. A cultura patriarcal reforça as características atribuídas a homens e mulheres, visualizadas em uma relação de verticalidade, em que o homem tem o poder sobre a mulher e a ela resta ser obediente e submissa (Cantera & Gamero, 2007; Gomes, Diniz, Camargo & Silva, 2012; Tudge, 2008).

Cabe destacar que, de acordo com Cantera e Cabezas (2003), a ideologia dominante faz com que as causas da violência sejam focalizadas de maneira individual dentro da relação conjugal e não como um processo relacional. Essas mesmas autoras afirmam que isso se sustenta em alguns modelos tradicionais que caracterizam a violência contra a mulher como algo “normal”, quase que “natural” apontando para a mulher como alguém que praticamente nada faz para romper com esse ciclo. Nesse sentido, Maciel e Cruz (2009) propõem, na produção brasileira, o Modelo Bioecológico aplicado à Violência Familiar (Figura 1), segundo o qual as características do macro-, exo- e microsistema são importantes para compreender o contexto e os diferentes níveis inter-relacionais sistêmicos em que as mulheres que vivenciam situações de violência estão inseridas.

Figura 1: Modelo ecológico aplicado à violência familiar



Fonte: Maciel e Cruz (2009).

No nível macrosistêmico do referido modelo ecológico, é possível verificar as características das crenças e valores relacionadas à violência, bem como a concepção a respeito do poder e autoridade que ocorre nas relações de maneira vertical. Já no nível exossistêmico, aparecem as instituições que legitimam, que confirmam a violência como uma estratégia de resolução de conflito e influenciam instituições menores, como a família, ao utilizar da violência para resolver as crises e conflitos pertinentes às relações interpessoais. Diante disso, destaca-se a influência dos meios de comunicação no comportamento violento, de modo que atinge um grande número de pessoas e tem caráter multiplicador de modelos.

Por fim, o microsistema contempla a história pessoal baseada nos modelos familiares quanto à resolução de conflitos por meio da violência, que, muitas vezes, são modelos que se repetem ao longo do ciclo vital (Maciel & Cruz, 2009). Assim, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, compreende o fenômeno da violência

familiar de maneira processual, no sentido de continuidade, considerando as características e histórias das pessoas em contexto, ao longo do tempo.

d) Nível Temporal (T)

Tomando como base as mudanças que ocorrem ao longo do ciclo vital, o último nível do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano é o tempo (T). Este nível influencia no desenvolvimento, a partir de mudanças e continuidades características do ciclo vital, ocorridas ao longo do tempo. Assim, Bronfenbrenner estruturou o conceito de *cronossistema*, pelo qual é possível examinar as influências no desenvolvimento da pessoa e as mudanças ao longo do tempo no ambiente em que vive, resultante da manutenção das crenças históricas de uma dada sociedade (Bronfenbrenner, 1994; Prati, *et.al.*, 2005).

O referido conceito reforça a ideia de que pessoa e contexto estão interconectados ao longo do tempo, estabelecendo uma relação recíproca, o que requer pensar que mudanças que ocorrem ao longo do ciclo vital, só são possíveis através dos processos proximais, influenciando no desenvolvimento de todos os envolvidos, ao longo das gerações (transgeracionais), sendo compreendido de maneira contínua e processual. Dessa maneira, as crenças e a cultura familiar sobre a violência, perpetuam por gerações, as quais vão se acumulando e produzindo significados ao longo do tempo (De Antoni & Koller, 2010; Prati, *et.al.*, 2005; Scantamburlo, 2013). Diante dos aspectos apresentados, na discussão dos resultados deste estudo procurou-se considerar a interação intersistêmica entre todos os níveis que compreendem a proposta do Modelo Bioecológico, sobretudo os níveis Pessoal e Contextual.

3.3 VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA A MULHER

Violência, do vocábulo de origem latina *vis*, quer dizer força e se refere à noção de uso da força, luta pelo poder e domínio do outro ou de seus bens. Em seu sentido antropológico, a violência se apresenta como um ato de caráter intencional e de responsabilidade daquele que a pratica. Trata-se de um fenômeno complexo que engloba fatores sociais, históricos, culturais, pessoais, mentais e biológicos cada um com suas especificidades na forma como se apresenta (Ferraz, Lacerda, Labronici & Raimondo, 2009; Maciel & Cruz, 2009; Minayo, 2006).

Ao considerar a violência enquanto fenômeno é necessário refletir sobre sua natureza, bem como sobre as diversas maneiras pelas quais ela se apresenta. Nesse sentido, cabe citar as formas de violência descritas pela OMS (2002):

I – *Violência autoinfligida*: caracterizada por autoabusos, autoagressões, automutilações ou comportamentos suicidas.

II – *Violência interpessoal*: subdividida em duas categorias: a) *violência familiar*, que ocorre entre parceiros íntimos e membros da família, dentro ou fora de suas casas; e b) *violência comunitária* presente no ambiente social, seja entre conhecidos ou desconhecidos, com ou sem laços sanguíneos, geralmente ocorre fora de casa, tendo como exemplo os estupros, as agressões físicas, além da violência institucional ocorrida em escolas, empresas e hospitais.

III – *Violência coletiva* está presente no âmbito social, como atentados terroristas; no âmbito político, como no caso das guerras e dominação de grupos e Estados; e no âmbito econômico, como interromper atividade econômica, impedir acesso a serviços essenciais visando ganho econômico. Acrescenta-se a este tipo, a *violência estrutural*, relacionada aos processos sociais, políticos e econômicos “cronificados”, entre eles, a fome, a miséria, as desigualdades de gênero e etnias.

Dos diferentes tipos de violência apresentados, destaca-se aquela que ocorre na família. Em um primeiro momento, cabe esclarecer o conceito de família, aqui utilizado, refere-se a um sistema configurado por um grupo de pessoas que possui laços afetivos, de sangue ou que convivem juntos. A família é composta por diferentes subsistemas: parental, fraternal e conjugal em que cada um de seus membros desempenha diferentes funções e níveis de poder e é capaz de aprender novas habilidades. É um sistema aberto, em constante transformação, no qual as pessoas mantêm relações significativas entre seus vários subsistemas, com a função de proteger e transmitir a seus descendentes a cultura na qual estão inseridos. A família, enquanto sistema, não se reduz aos vínculos estabelecidos pela consanguinidade, mas concerne às trocas afetivas, materiais e de convivência que dão sentido à vida daqueles que dela fazem parte (Cervený, 1994; Minuchin, 1982).

A maneira como a família funciona, como seus membros se organizam e se comportam a partir de regras e padrões estabelecidos por este sistema, afetando-se de maneira recursiva, trata-se da dinâmica relacional familiar. Nessa perspectiva, a dinâmica relacional refere-se a como as regras são estabelecidas, como se mantêm os vínculos

relacionais, como os membros resolvem os conflitos e quais os papéis estabelecidos pelos membros da família baseados nas relações hierárquicas e de poder (Cerveny, Berthoud, Coelho & Oliveira, 2002). Segundo Andolfi (2003), as *interações* presentes na dinâmica relacional podem ser compreendidas pelos comportamentos observáveis no aqui e agora, enquanto que as *relações* dizem respeito às características subjetivas, que não são diretamente observáveis e que podem ser expressas por meio das emoções, expectativas e motivações dos indivíduos. Nesse sentido, considerar a dinâmica relacional refere-se à ideia de movimento, presente em um contexto.

Ancorada nos conceitos dos autores supramencionados, a dinâmica relacional das redes pessoais significativas, refere-se a como as redes se organizam e quais são os níveis e intensidades dos vínculos, verificados por meio das funções que as pessoas desempenham. Assim, neste estudo, procurou-se compreender como se organizam e funcionam as redes pessoais significativas de mulheres em situação de violência, acolhidas em uma casa-abrigo, a partir do grau de compromisso relacional estabelecido entre elas.

Retomando as concepções sobre a temática de referência na presente seção deste trabalho, a violência no contexto familiar apresenta-se por meio de comportamentos agressivos, negligentes e abusivos praticados por seus integrantes causando dano físico, psicológico e interferindo no desenvolvimento do outro. Em meio aos avanços em relação a desnaturalização, visibilização e compreensão da violência familiar contra a mulher, um dos obstáculos ainda encontrado é a crença social de que aquilo que ocorre dentro da família é uma questão que deve permanecer no âmbito privado, que não compete ao outro interferir. Essa realidade traz à tona a necessidade de se romper com as tradições e significados sociais construídos em torno da aceitação da violência na família como um comportamento natural (Cohen Imach, 2013). Nesse sentido, ao verificar a multiplicidade de situações que podem caracterizar um ato de violência, cabe destacar que aquela praticada contra as mulheres está entre as que ocorrem com maior frequência, conforme estudo de Waiselfisz (2012), o qual revela que em 2011, de 107.572 pessoas que sofreram violência, 65,4% eram mulheres.

A violência contra a mulher se manifesta de diferentes formas, violência física, psicológica, sexual, financeira, e/ou negligência/abandono (Brasil, 2006a; OMS, 2002):

I – *Violência física*: praticada por meio da força, produz ferimentos, lesões, dor e sofrimento; compromete a integridade, podendo deixar, ou não, marcas no corpo.

II – *Violência psicológica*: caracterizada pelas agressões verbais ou gestuais, humilhação, isolamento da vítima, desrespeito, calúnia, injúria, difamação, ameaça de morte, controle do comportamento e decisões por meio de ameaça, que cause prejuízo à saúde psicológica, autoestima ou coloque em risco o desenvolvimento da pessoa.

III – *Violência sexual*: entendida pelo ato de manter ou obrigar a presenciar ou participar de uma relação sexual por meio de ameaça ou força, utilizar a pessoa em práticas eróticas ou pornográficas, além de impedir o uso de método contraceptivo, forçar matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição.

IV – *Violência financeira ou patrimonial*: reter ou impedir o uso, parcial ou total de instrumentos de trabalho, bens materiais, documentos pessoais, dinheiro ou qualquer outro recurso econômico, que impeça a pessoa de satisfazer suas necessidades.

V – *Negligência ou abandono*: refere-se à ausência, omissão ou falta de cuidados para com aquele que necessite; que cause prejuízo ao desenvolvimento físico, emocional e/ou social da pessoa.

Conforme apontado na literatura, (Instituto Avon, 2011; OMS, 2002; Silva, Coelho & Capone, 2007) é importante ressaltar que é comum as mulheres sofrerem mais de um tipo de violência ao mesmo tempo. Em pesquisa realizada com mulheres em situação de violência, constatou-se que 65% declararam ter sofrido violência física e psicológica, e para 16% das participantes, o conjunto violência física, sexual e psicológica foi o que prevaleceu (Prates & Alvarenga, 2008).

Nas relações entre parceiros íntimos, a violência pode se manifestar por meio de agressões físicas, controle psicológico, estupro conjugal, crimes de honra, proxenetismo¹, ou, algumas vezes, pelo assassinato da esposa (Minayo, 2006; Waiselfisz, 2012). Para Cohen Imach (2013) os motivos que resultam na violência podem estar relacionados a ideia de amor romântico (bater porque ama), as dificuldades financeiras, sobretudo quando a mulher não trabalha e se torna dependente financeiramente do parceiro, o desemprego ou a insatisfação profissional, além dos modelos violentos na família e o uso de álcool e outras drogas.

¹ Obter benefício econômico por meio da prostituição de uma pessoa, mediante ameaça ou coação dos tipos física ou moral.

Ressalta-se, ainda, que a violência contra a mulher ocorre em todas as classes sociais, raças, etnias e faixas etárias, e é construída na relação entre homem e mulher, na qual um deles, geralmente o homem, faz uso da dominação, opressão e crueldade. A violência que ocorre nas relações íntimas apresenta-se de modo progressivo e, com o passar do tempo vai se intensificando e dificultando sua ruptura. Nos casos de violência contra a mulher, praticada por parceiro íntimo, seu progresso ocorre de forma lenta e silenciosa, iniciando pelo constrangimento, isolamento e humilhação da vítima, para mais tarde evoluir para as agressões físicas (Adeodato, Carvalho, Siqueira & Souza 2005; Lamoglia & Minayo, 2009; Minayo, 2006; Prates & Alvarenga, 2008; Rocha, 2007; Silva, Coelho & Capone, 2007).

Assim, uma relação violenta entre um casal, apresenta três diferentes fases, formando o *ciclo de dinâmica da violência*. A primeira delas é a fase do *aumento da tensão*, na qual estão presentes as humilhações, intimidações, insultos, provocações mútuas. Nessa fase, a mulher perde o equilíbrio da relação e tem dificuldade para se defender, enquanto o homem está cada vez mais possessivo e dominante. A segunda fase é denominada o *incidente agudo da violência*, em que o homem descarrega, por meio de agressões, toda a tensão acumulada na fase anterior. Por fim, *a lua de mel*, configura a terceira fase do ciclo, na qual o agressor tenta fazer as pazes, pede desculpas, promete que irá mudar e que a violência não irá se repetir. Nesse caso, para ambos há uma relação de dependência recíproca e a idealização de uma relação tradicional, sem violência. Após esta fase da lua de mel, a relação retorna à fase do aumento da tensão e reinicia o ciclo da violência (Brasil, 2002).

Há de se destacar, ainda, que várias são as terminologias utilizadas na literatura ao se referir à violência contra a mulher. Nesse sentido, cabe esclarecer: a *violência doméstica* é definida como a violência que ocorre dentro de casa, ou seja, que é própria da esfera privada contra membros que convivem no mesmo espaço com ou sem laços consanguíneos; a *violência familiar*, por sua vez, é caracterizada pela prática da violência entre os membros da família, crianças, mulheres, homens, idosos, dentro ou fora do domicílio. O termo *violência conjugal* é utilizado para definir a violência que ocorre entre parceiros ou ex-parceiros íntimos, dentro ou fora do espaço doméstico. Por fim, a *violência de gênero* se refere à violência contra a mulher fundamentada na desvalorização do feminino e concebida por relações de hierarquia e desigualdade de poder, estabelecida pelo sistema

patriarcal (Prates & Alvarenga, 2008; Rocha, 2007). Diante da transversalidade da violência de gênero quanto à temática principal da presente pesquisa, seus aspectos serão aprofundados ao longo desta seção.

Nesse sentido, Minayo (2006) aponta que a violência precisa ser analisada como um componente da sociedade. Para a autora, a partir do momento em que uma pessoa é considerada cidadã, tendo seu direito à liberdade e à felicidade, é que a violência passa a ser reconhecida como um fenômeno que emprega de forma ilegítima a força física, política ou moral contra a vontade do outro.

3.3.1 Contribuições da perspectiva de gênero no contexto da violência contra a mulher.

Na década de 80, o termo gênero passou a ser utilizado por estudiosas feministas que tinham por objetivo trazer à luz questões relativas à mulher enquanto ser social e histórico, tendo-a como sujeito presente na sociedade. De acordo com Scott (1995), o conceito de gênero é compreendido como constituinte das relações sociais com base nas diferenças entre os sexos, identificadas pelas relações de poder socialmente aceitas como naturais e inquestionáveis. O gênero está ligado à construção social do masculino e do feminino, e, por isso, é utilizado para compreender a construção histórica das relações entre homem e mulher. Nesse sentido, o conceito de gênero é diferente do conceito de sexo, pois este último representa uma identidade biológica, enquanto o gênero está ligado à construção social do masculino e do feminino, e, por isso, é utilizado para compreender a construção histórica das relações entre homem e mulher (Minayo, 2006; Moura, Netto, & Souza, 2012; Prates & Alvarenga, 2008).

A violência de gênero vem ao âmbito público/social graças aos movimentos feministas, que visavam desconstruir as concepções acerca da inferioridade feminina e do sistema patriarcal, ao denunciar as formas de violência contra a mulher, na tentativa de modificar as leis e criar novas práticas de relação interpessoal. Historicamente, no sistema patriarcal, cujos valores ainda perduram nos dias atuais, prevalece o domínio do homem nas relações sociais, comunitárias e familiares sobre o modo de construção da realidade social, ao apresentar modelos de papéis distintos entre homens e mulheres (Cantera & Gamero, 2007; Ferraz, *et. al.*, 2009).

As relações de gênero englobam um processo social e interacional, pelo qual são construídos esses papéis conforme necessidade e interesse de uma sociedade, sendo que cada gênero é definido pelo envolvimento de valores, crenças, sentimentos e comportamentos (Cantera & Gamero, 2007; Ferraz, *et. al.*, 2009). Nesse sentido, de acordo com Saffioti (2001), a violência de gênero mantém a desigualdade hierárquica entre o masculino e o feminino para garantir a obediência de um sexo a outro.

Os estereótipos de gênero, sustentados pelo sistema patriarcal, são compreendidos como generalizações com base nas impressões a respeito dos comportamentos e características de homens e mulheres, limitando suas potencialidades de acordo com o que se compreende por adequado para cada gênero (Caro, 2008). Conforme trazido no Jornal do Senado em uma publicação especial sobre a Lei Maria da Penha, o machismo ainda está muito presente em nossa sociedade. Pode-se citar o fato de o homem ser criado para não ter medo, não demonstrar seus sentimentos e não “levar desaforo para casa”. Em termos de diferença de papéis de gênero, alguns exemplos cotidianos podem ser observados: ao findar a refeição os homens estão “liberados” para assistir TV, enquanto que é das mulheres a responsabilidade de lavar a louça. Os jovens meninos podem ficar até mais tarde na rua, enquanto as meninas têm horário estabelecido para voltar para casa; ou ainda o maltrato da mulher diante dos filhos, os quais poderão – ou não – reproduzir tais comportamentos no futuro (Brasil, 2013).

Para esclarecer e sustentar melhor a perspectiva relacionada aos estereótipos de gênero, Bravo e Moreno (2007) se ancoram nos quatro conteúdos de identidade que formam parte do imaginário coletivo em torno dos papéis dos gêneros, propostos por Ortega (1998). O primeiro se refere ao *corpo* que configura as diferenças entre homens e mulheres, sendo que o masculino se refere à força e ao vigor e o feminino, refere-se à delicadeza e fragilidade. O segundo refere-se às *capacidades intelectuais*, em geral associadas ao homem as habilidades técnicas, mecânicas e manuais, enquanto à mulher as habilidades de organização e cooperação. Em terceiro lugar é apontada a dimensão *afetiva e emocional*, sendo relacionada à mulher maior efetividade e emoção, enquanto o homem, por sua vez, sustenta um maior controle de suas emoções. Por fim, o quarto aspecto mencionado diz respeito às *relações e interações sociais* com destaque para o gênero feminino no desenvolvimento das habilidades comunicativas e competência verbal, enquanto ao masculino se associa maior introspecção e racionalidade.

Quanto às características do autor da violência, o estudo de Lorente Acosta (2005) revela que ao perguntar a opinião das pessoas sobre o “agressor”, ele é definido como simpático, trabalhador, bom pai, bom vizinho, apenas de maneira ocasional há comentários sobre gritos e brigas, mas que ainda assim são consideradas “normais dentro do casamento”. Dentro dessa perspectiva, a violência perpetrada pelo homem é vista como forma de provar ou manter sua masculinidade e quando sua soberania se sente ameaçada, a violência é exercida para mostrar que ele tem poder e que é capaz de manter a ordem. Assim, atribui-se ao homem a força, a dominação, o poder, a autoridade hierárquica, e à mulher, a fragilidade, a dependência, a obediência e a submissão. Assim, o homem detém o poder sobre a mulher, por meio da dominação e opressão, muitas vezes fazendo uso da força física (Cantera & Gamero, 2007; Gomes *et. al.*, 2012; Lisboa & Pinheiro, 2005).

De certa maneira, uma parcela da sociedade espera que o homem seja o principal provedor da família, sendo obrigado a manter uma postura de forte e corajoso. Quanto à mulher, o pleno cuidado dos filhos e da casa são as principais características esperadas. Assim, tanto na vida social quanto na vida conjugal, o homem é visto como o indivíduo provedor e violento, enquanto a mulher, cuidadora e pacífica. Nesse contexto, a violência contra a mulher vista sob a perspectiva de gênero é compreendida como um conjunto de regras aceitas e legitimadas socialmente em que há um sujeito com “direito” de exercer a violência e outro que “merece” recebê-la (Cantera, 2004a; Falcke, Oliveira, Rosa & Betancur, 2009).

Nessa construção social, foi atribuído o poder a homens e mulheres em diferentes níveis, sendo que o homem ocupou uma posição de destaque, enquanto à mulher, atribuiu-se uma posição desvalorizada e inferior, constituindo a desigualdade de gênero. Porém, com as lutas sociais, principalmente dos movimentos feministas, a violência contra a mulher e os estereótipos de gênero tem sido “desnaturalizados” e de igual modo publicizados e politizados pela sociedade (Cantera, 2004a; Carneiro & Fraga, 2012; Moura, *et. al.*, 2012). Assim, na presente pesquisa, as produções na perspectiva de gênero contribuem para ampliar o conhecimento e/ou reflexão da desigualdade dos papéis dos gêneros presentes nas relações afetivas e suas consequências na dinâmica relacional das redes pessoais significativas das mulheres em situação de violência familiar e que estiveram em casa-abrigo, objeto de nossa investigação.

3.4 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

A partir da década de 1990 a OMS e a Organização Pan Americana (Opas) passaram a falar oficialmente da violência como um problema de saúde pública e violação dos direitos humanos, uma vez que todos os anos, milhões de pessoas morrem ou sofrem graves lesões consequentes dos variados tipos de violência. Na saúde pública, o problema da violência e acidentes é equivalente às doenças crônicas e degenerativas. A cada cinco anos vivendo em situação de violência, a mulher perde um ano de vida saudável (Adeodato, *et. al.*, 2005; Minayo, 2006; OMS, 2002; Prates e Alvarenga, 2008).

A estimativa é que as mortes de mulheres, entre 15 a 44 anos, por motivo de violência, sejam superiores à morte por malária, câncer e acidentes de trânsito, sendo que em torno de 35% das queixas que chegam ao sistema de saúde, estão ligados à violência conjugal (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012; Minayo, 2006). Um retrato desta realidade é apresentado no estudo realizado pelo Instituto Avon (2011), o qual revela que, dentro de um panorama de 943 mulheres, 27% sofreram alguma agressão grave, com predomínio da violência física (47%). A mesma pesquisa, revelou ainda que entre os principais motivos das agressões está o uso de álcool e/ou drogas (20%) e o ciúme do companheiro (15%).

De acordo com o estudo realizado por Waiselfisz (2012) sobre homicídio de mulheres no Brasil, entre os anos de 1996 e 2010, a taxa foi de 4,6 para cada 100 mil mulheres. A pesquisa também mostra que o meio mais utilizado para cometer o homicídio de mulheres é a arma de fogo e o local onde acontece o incidente é dentro da residência em 41% dos casos. De todos os tipos de violência perpetrada contra a mulher, conforme os registros no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), a violência física liderou com 44,2%, seguida pela violência psicológica, com 20% (DATA SUS, 2012).

Nesse mesmo viés, foram registradas pela Central de Atendimento à Mulher, nos seis primeiros meses de 2012, aproximadamente 47 mil ligações relatando casos de violência, dos quais 56% eram violência física e 27% violência psicológica. Nesses casos, parceiros e ex-parceiros foram apontados como principais autores em 89,17% dos casos. Quanto ao tempo de relação com o autor da violência, em 42% dos atendimentos, a vítima se relaciona por 10 anos ou mais e quanto sua frequência, a violência ocorre diariamente em

quase 60% dos casos. Dos relatos que chegaram à Central de Atendimento, 52% apresentavam risco percebido de morte (Brasil, 2012b; Waiselfisz, 2012).

Além dos dados a respeito da incidência da violência, cabe ressaltar as implicações sociais e danos para a saúde integral da mulher, isto é, para a saúde física, mental e reprodutiva. Entre as consequências, pode-se destacar a perda da confiança em si e de suas capacidades, perda da autonomia, dos valores e medo de controlar sua própria vida. Além disso, estudo sobre depressão realizado com mulheres que sofreram violência apontou que 78% tinham sintomas de ansiedade e insônia, 72% apresentavam quadros que sugerem um diagnóstico de depressão, além de 39% revelaram ideação suicida. Ao encontro desses dados, a pesquisa realizada no Quebec mostra que as mulheres vítimas de violência são mais depressivas e ansiosas do que as demais pessoas da população. Devido ao isolamento e ao constante estado de tensão, as mulheres também apresentam sentimentos de incerteza, impotência, vergonha e dificuldades para promover mudanças (Adeodato, *et.al.*, 2005; Lettiere & Nakano, 2011; Minayo, 2006; Rocha, 2007; Wilhelm & Tonet, 2007).

No âmbito social, encontra-se o isolamento a que a vítima se submete por vergonha de que outras pessoas descubram o que ocorreu ou por medo de provocar o autor da violência e os episódios violentos se perpetuarem. Essas mulheres também mudam constantemente de trabalho e de endereço residencial, bem como perdem o emprego com maior frequência, têm a renda mensal diminuída, além da consequente ausência de uma rede de apoio (Brasil, 2002; Prates & Alvarenga, 2008).

Soma-se às consequências o uso abusivo de álcool e drogas – caracterizando um comportamento autodestrutivo – os distúrbios do sono, medo, dores crônicas, sedentarismo, insegurança, problemas gastrointestinais, falta de concentração, irritabilidade e culpa. O comprometimento da saúde reprodutiva se faz presente, geralmente, quando ocorre a violência sexual ou quando as mulheres são forçadas a manter relação com seu parceiro. A situação de violência contribui, ainda, para o sentimento de inferioridade, decorrente da baixa autoestima e da falta de confiança em si mesma (Adeodato, *et. al.*, 2005; Azambuja & Nogueira, 2008; Cabrera, Poll & Ávila, 2012; Heise & Garcia-Moreno, 2002; Silva, Coelho & Capone, 2007).

Diante do apresentado, é possível verificar que mesmo com a publicização da violência e da existência de programas e medidas

destinadas a sua identificação e notificação, o problema ainda representa apenas a ponta do iceberg. Isto significa que a maior parte das mulheres que sofrem violência é invisível, do ponto de vista social, e estão ocultadas em seu silêncio. Nesse sentido, os dados estatísticos, sobre a ocorrência e as consequências da violência, apresentam uma imagem aproximada da realidade do problema. Diante do panorama de que se tem conhecimento a respeito da violência, no Brasil, ao longo dos anos, têm sido criadas políticas públicas na busca por ações para o enfrentamento da violência, reconhecendo-a como um problema social que gera consequências para o desenvolvimento vital das pessoas envolvidas (Fuster, 2002; Waiselfisz, 2012).

3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS E MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A partir da década de 70, o problema da violência contra a mulher passou a ser foco de discussões mundiais em vários segmentos do âmbito social, tais como: as Conferências Mundiais sobre a mulher (1975, no México; 1980, em Compenhague; 1985 em Nairobi; e 1995, em Beijin), e a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a mulher – Cedaw, em 1979. Além destas, como marco das discussões sobre a violência contra a mulher, tem-se a Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, ocorrida em 1993, em Viena e a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, realizada em Belém do Pará, no ano de 1994 (Rocha, 2007).

No Brasil, na década de 80, a temática ganhou espaço nos debates políticos e sociais da área da saúde. Em São Paulo, no final do ano de 1980, foi criado o serviço de atendimento SOS-Mulher com o objetivo de prestar informações voltadas ao âmbito jurídico às mulheres em situação de violência. O serviço durou três anos e em meados de 1983, encerrou suas atividades por falta de pessoas dispostas a trabalhar. No mesmo ano foi criado o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), com o objetivo de reduzir a morbimortalidade da mulher e da criança e propor assistência à saúde reprodutiva e à violência contra a mulher (Dagord, 2003; Minayo, 2006).

Em 1985 foi inaugurada, no estado de São Paulo, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, hoje conhecida como Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), cujo trabalho tem por objetivo realizar a apuração e investigação ao receber as denúncias de

violência contra a mulher, além de dar apoio e criar ações de prevenção para o problema. A partir da metade da década de 90, as secretarias municipais avançaram na criação de estratégias e serviços ligados diretamente à prevenção e assistência às consequências da violência contra a mulher. Em reflexo a isso, há no Brasil, atualmente, 220 Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, responsáveis pelo acolhimento e prestação de atendimento psicológico, jurídico e social às mulheres (Adeodato, *et.al.*, 2005; Brasil, 2012a; Minayo, 2006).

No decorrer dos anos, principalmente a partir de 2000, foram sendo criadas e implementadas políticas privilegiando a saúde da mulher. Nesta seção, serão apresentadas aquelas julgadas importantes para a compreensão história e das ações decorrentes de sua criação em termos políticos que vão ao encontro da proposta deste estudo. Assim, em 2001, foi criada a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência, que trata do tema da violência como um problema histórico e social, frente ao referencial de promoção de saúde e qualidade de vida. Com o crescimento do número de casos e da discussão sobre a violência, em 2003 o Governo Federal criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) a fim de formular, coordenar e articular políticas públicas para as mulheres. A SPM também é responsável por elaborar e implementar campanhas educativas relacionadas à igualdade de gênero e combate à discriminação (Brasil, 2012a; Minayo, 2006).

No ano 2004, foi lançada a Política Nacional dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que aprofunda as questões presentes no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que tem, dentre suas metas, o aumento do número de serviços de atenção às mulheres e às adolescentes em situação de violência. No mesmo ano, foi criado o I Plano Nacional de Políticas o qual refere-se ao enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres e serviu como subsídio para a estruturação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres que, por sua vez, estabelece conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, com base na assistência à situação de violência e a garantia dos direitos (Brasil, 2004).

Outra medida para o enfrentamento da violência foi a criação, em 2005, da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Esta Central auxilia as mulheres em situação de violência quanto aos seus direitos e locais que podem obter ajuda. Funciona 24h por dia, sem intervalos nem

feriados, tem convênio com países como Espanha, Portugal e Itália e contam com equipe especializada para prestar acolhimento e escuta as mulheres. O último balanço semestral divulgado, referente ao período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2012, o Ligue 180 registrou 47 mil ligações de mulheres que haviam sofrido violência (Brasil, 2012b).

Em 2006, o Ministério da Saúde criou a *Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA)* que tem como objetivo principal viabilizar a obtenção de dados e divulgação de informações sobre violências e acidentes, sofridos por homens e mulheres, e, assim, conhecer um pouco mais sobre o problema da violência na saúde pública. A VIVA está estruturada em dois componentes com diferentes portas de entrada: 1) *vigilância contínua* de violência doméstica, sexual, e/ou outras violências interpessoais e autoprovocadas, composta pelos registros de pessoas que dão entrada nos serviços de saúde, e os relatórios com o total de atendimentos neste contexto são enviados mensalmente para a vigilância epidemiológica do município. 2) *vigilância sentinela* de violências e acidentes em emergências hospitalares, pela qual são notificadas as pessoas que dão entrada aos serviços de urgência e emergência, em que a coleta de dados é realizada anualmente, nos meses de setembro e outubro (Ministério da Saúde, 2011).

Ainda no ano de 2006 foi criada a Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha. Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência contra a mulher, dispõe sobre a criação dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, além de criar medidas de proteção e assistência às mulheres em situação de violência. Dentre suas disposições, Lei Maria da Penha prevê a criação casas-abrigo para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência familiar (Brasil, 2006a).

Para esta Lei, a violência contra a mulher pode ocorrer:

I – No âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II – No âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

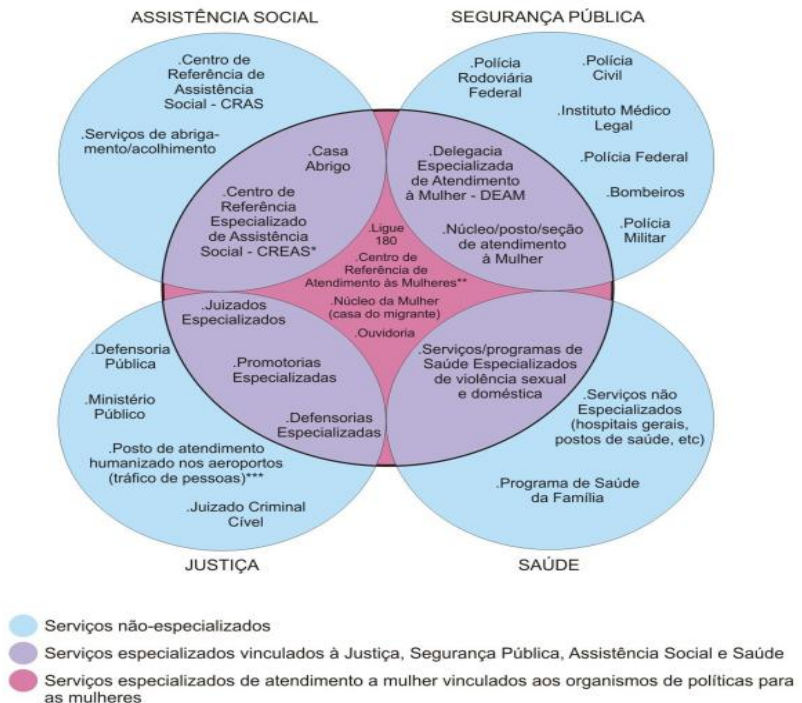
III – Em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Por sua vez, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, criado em 2007, tem por objetivo o estabelecimento e

criação de metas entre a esfera federal, estados e municípios para prevenir e enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres em todo o território nacional. Com base nesses aspectos o referido, o Pacto tem duas principais ações: 1) Ampliação dos Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e Capilaridade do Atendimento e 2) Fortalecimento da Rede de Atendimento para Mulheres em Situação de Violência.

Reformulado em 2010, esse Pacto reforça a implementação e as formas de aplicação da Lei Maria da Penha e o aumento do número de casas-abrigos e abrigamentos provisórios nos municípios e a articulação entre os serviços de assistência social, segurança pública, saúde e justiça, conforme mostra a Figura 2:

Figura 2: Articulação entre serviços de enfrentamento da violência contra as mulheres



Fonte: Brasil, (2010).

Com base da Figura 2, os serviços não-especializados de atendimento à mulher constituem-se pelos hospitais gerais, serviços de atenção básica, delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social, Ministério Público, defensorias públicas. Já os serviços especializados de atendimento à mulher são aqueles que atendem exclusivamente as mulheres em situação de violência. São eles: Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência, Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas de Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), Núcleos especializados de atendimento às mulheres nas delegacias comuns; Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica (Brasil, 2010).

Quanto às Redes formais de atendimento à mulher, encontram-se, no território nacional, 232 Serviços de Saúde Especializados no Atendimento a Mulheres em situação de violência, ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS), que contam com equipes multidisciplinares compostas por psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e médicos. O país possui, ainda, 45 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, 48 Varas Adaptadas de Violência Doméstica e Familiar, 29 Promotorias Especializadas ou Núcleos de Gênero do Ministério Público. De maneira geral, estes órgãos são responsáveis por receber as denúncias de violência, mover ação penal pública para as investigações, processar, julgar e executar as causas da prática da violência contra a mulher. O Brasil conta com Organizações Não-Governamentais (ONGs) e aproximadamente 1500 Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), que possuem programas que prestam apoio, encaminhamento e orientação às mulheres que se encontram em situação de violência (Brasil, 2012a).

Nessa perspectiva, Cantera e Cabezas (2003) propõem uma releitura do processo de violência contra a mulher a partir de um modelo de Sistema Aberto. Este modelo vê a violência como um processo bidirecional, sendo a mulher afetada, porém como agente na relação. Em termos de intervenção, este modelo visa fortalecer a mulher por meio de uma intervenção proativa, preventiva e comunitária. O papel da intervenção com as mulheres é de facilitadora e a relação entre os profissionais as usuárias dos serviços da rede intersetorial é simétrica, horizontal e participativa.

Nesta seção discorreu-se sobre os avanços em termos de políticas públicas de enfrentamento da violência contra mulher e como se articulam no Brasil. As políticas públicas se ancoram numa proposta de proteção e bem-estar das pessoas e se caracterizam por ser uma diretriz organizacional de um sistema, oferecendo ações organizacionais para a intervenção. Deve-se reconhecer o desenvolvimento das políticas públicas como um processo de construção, retroalimentadas a partir da produção de conhecimento. Nesse sentido, cabe mencionar que ainda existem algumas limitações das políticas públicas em torno do processo de intersectorialidade no acolhimento à mulher em situação de violência, sendo este um caminho a ser construído.

Todo o movimento de construção e criação de medidas e ações para o enfrentamento da violência contra a mulher, principalmente a partir dos anos 2000, aponta para o reconhecimento da violência como um problema presente no âmbito social, na medida em que suas consequências repercutem na saúde pública e que, portanto, precisa de ações para o problema ser minimizado. Mesmo com esse avanço, ainda há casos em que a violência se agrava de tal maneira que as ameaças de morte feitas pelo autor da violência estimulam a procura por delegacias e serviços de saúde em busca de ajuda. Assim, nos casos em que a violência se torna uma ameaça à vida das mulheres, uma das estratégias realizadas pelos órgãos competentes é o encaminhamento para casas-abrigo, quando estas existem na cidade ou na região, em nível de consórcio. Estes locais protegem e oferecem segurança às vidas das mulheres e de seus filhos menores de idade.

3.5.1 Casas-Abrigo enquanto Redes de Suporte Social

As casas-abrigo são espaços sigilosos e temporários, que têm por objetivo garantir a integridade física e psicológica das mulheres em situação de violência e que correm risco de morte, bem como de seus filhos. No mundo, a primeira casa-abrigo foi criada na cidade de Chiswick, na Inglaterra, em 1971, por um grupo de mulheres liderado por Erin Pizzey. Inicialmente, a casa era um centro que reunia mulheres que sofriam violência e que buscavam soluções para o enfrentamento do problema. Mais tarde, o local se tornou um abrigo para acolher as mulheres e crianças que sofriam violência familiar que tinham saído de suas residências e precisavam de segurança e proteção (Brasil, 2006b; Rocha, 2007).

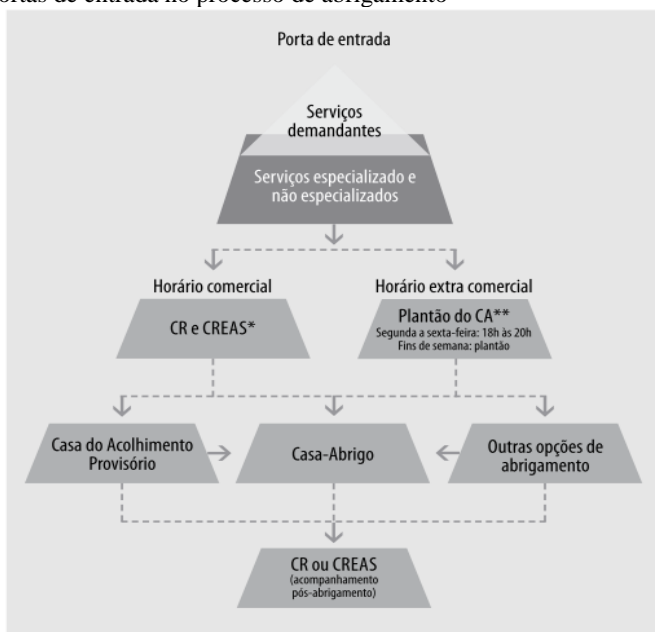
Ainda na década de 1970, foram construídos abrigos nos Estados Unidos, Irlanda, Canadá, Austrália e em alguns países da Europa. A partir das décadas de 80 e 90 houve um aumento na criação de casas-abrigo, as quais são encontradas hoje em todos os continentes. As casas-abrigo de países da África, América e Europa, constituíram-se como as primeiras formas de intervenção dirigidas às mulheres que sofreram violência. Nos Estados Unidos, em 1995, pelo menos 1200 programas para vítimas de violência doméstica forneciam, além do abrigo emergencial, apoio emocional, material e direcionamento jurídico às mulheres e seus filhos (Prates, 2007; Rocha, 2007).

No Brasil, em 1986, foi inaugurada a primeira casa-abrigo do país, chamada Centro de Convivência para as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica – COMVIDA, localizada no estado de São Paulo. Em consonância com as ações estabelecidas pela Política Nacional de Direitos Humanos, a partir de 1998, as casas-abrigo passaram a ter convênio com os municípios, estados, e organizações não governamentais. Nesse sentido, a maior parte das casas-abrigo existentes no Brasil foi criada entre 2000 e 2003, e no ano de 2006, o Governo Federal formou uma comissão de especialistas na área a fim de estabelecer critérios para a criação e funcionamento das casas, além de diretrizes básicas para o atendimento à mulher, dando origem ao *Termo de Referência para a Implantação e implementação de Casas-Abrigo*, o qual é tomado como base para criação e funcionamento de casas-abrigo (Brasil, 2006b; Rocha, 2007).

As casas-abrigo são espaços de confiança e proteção, onde as mulheres podem dedicar seu tempo a pensar sobre suas vidas e em estratégias que poderão ser utilizadas para o enfrentamento do problema da violência. A permanência no local se dá até que as usuárias sintam-se preparadas e em condições de retomarem suas vidas. Os profissionais das casas-abrigo devem trabalhar em prol da saúde física, mental e da promoção da cidadania das mulheres. Assim, a equipe permanente das casas-abrigo deve contar com psicóloga, assistente social, pedagoga ou profissional de educação infantil, além de uma coordenadora. Pode contar, ainda, com uma equipe de apoio técnico, formada nas áreas área de saúde, nutrição, orientação e assistência jurídica, tais como enfermeira, nutricionista e advogada. As casas-abrigo contam ainda com profissionais de nível médio como agente administrativo, cozinheira, auxiliar de conservação e limpeza, segurança e motorista (Brasil, 2006b).

Constituem-se como serviços municipais e contam com o apoio dos estados e do Governo Federal. As casas-abrigo podem ser criadas em cidades com no mínimo 50 mil habitantes, podendo, ainda, ser consorciadas entre municípios menores para melhor atender às mulheres em situação de violência. Estes locais devem estar, preferencialmente, vinculados à assistência social, criadas por leis municipais com parcerias com outros órgãos legislativos e de segurança pública, além de ter como pré-requisito o sigilo. Atualmente, o Brasil possui 77 casas-abrigo, distribuídas por todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Na Região Sul do país, há 18 casas-abrigo sendo cinco delas no Estado do Paraná, três em Santa Catarina e dez no Rio Grande do Sul. O acesso a elas se dá pelo encaminhamento de diferentes portas de entrada, por meio dos serviços especializados ou não, que compõem a rede de suporte e enfrentamento à violência contra a mulher, a saber: DEAMs, Juizados, Promotorias, Núcleos de Atendimento e Apoio à Mulher ou, ainda, pelos Centros de Referência e CREAS dos municípios, conforme mostra a Figura 3 (Brasil, 2011b; Dagord, 2003; Magalhães, Morais & Castro, 2011).

Figura 3: Portas de entrada no processo de abrigamento



Fonte: Brasil, (2011b)

As casas-abrigo são consideradas serviços de alta complexidade, sendo que as mulheres são encaminhadas somente em casos extremos, como ameaça à vida. Quanto à caracterização da população acolhida em casas-abrigo, os estudos apontam que a faixa de idade entre as mulheres que chegam ao local é predominantemente entre 18 e 34 anos, com escolaridade baixa, sendo sua maioria com ensino fundamental incompleto. Em torno de 80% das mulheres, chegam ao abrigo com lesões corporais e 62% afirmam que a violência é um comportamento frequente na vida conjugal. Em 20% dos casos, as agressões deram início no período de namoro e 37% das mulheres abrigadas relacionavam-se com o agressor há pelo menos 10 anos (Carloto & Calão, 2006; Meneghel *et. al.*, 2000; Prates & Alvarenga, 2008).

Por não conhecerem a finalidade da casa-abrigo, é comum as mulheres ficarem surpresas quando se depararam com profissionais (assistente social, psicólogo, advogada, enfermeira) que lhe deram assistência e apoio, pois acham que a casa em si é um alojamento que serve apenas para se esconder do agressor (Carloto & Calão, 2006). Em algumas casas-abrigo é realizado um trabalho de grupo focal com as mulheres que estão acolhidas no local. Diante das reflexões que surgem por meio do grupo, as mulheres conseguem identificar a violência não só como agressão física, mas como humilhações e xingamentos, além de reconhecerem de forma positiva o trabalho realizado na casa-abrigo, pois se sentem acolhidas e protegidas, tendo a casa como um lugar de paz e tranquilidade (Machado, 2004; Meneghel *et. al.*, 2000).

Nas casas-abrigo, os atendimentos pautam-se no resgate da autoestima, no favorecimento do exercício e reconstrução de cidadania, na ruptura da violência, e na busca pela igualdade de direitos das mulheres enquanto protagonistas de sua própria história. Ao saírem da casa-abrigo, as mulheres devem fazer parte do Programa de Acompanhamento de Egressas, previsto pela Política de Abrigamento, de modo a garantir a habitação, trabalho e sua inclusão em programas sociais e de geração de renda (Brasil, 2006a; Rocha, 2007).

Ao permanecerem na casa-abrigo, as mulheres e seus filhos recebem atendimento específico e especializado das áreas psicológica, jurídica e social, os quais proporcionam a saída de uma situação de crise, preservando sua integridade física e psicológica e com condições de recompor sua vida e autonomia. A casa-abrigo tem, entre suas funções, garantir e informar as das mulheres quanto ao acesso a serviços relacionados aos seus direitos enquanto cidadãs, além da preocupação quanto à inserção social da mulher ao sair da casa. Entre as ações que

devem ser promovidas pelas casas-abrigo, estão aquelas relacionadas a emprego e renda, moradia, creche, programas de saúde, atuando, desta maneira, como uma importante rede de suporte social para o enfrentamento do problema da violência (Brasil, 2006a; Rocha 2007).

3.6 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA (COPING)

Por estratégias de enfrentamento (*coping*), entende-se como o conjunto de esforços cognitivos e comportamentais utilizados por um indivíduo para administrar, reduzir, minimizar, tolerar situações estressantes que excedem seus recursos pessoais (Folkman, Lazarus, Gruen & DeLongis, 1986). Para Antoniazzi, Dell'Aglio e Bandeira (1998), *coping* pode ser descrito como o conjunto de estratégias utilizadas pelas pessoas para se adaptarem a eventos estressantes. Refere-se ao modo como o indivíduo se ajusta diante de situações adversas e a como pensa e age sobre elas.

Os estilos de *coping*, apontados por Antoniazzi, *et.al.*, (1998), referem-se às características da personalidade do indivíduo utilizadas para o manejo de situações estressoras. Por outro lado, as estratégias de *coping* envolvem os recursos pessoais do indivíduo em interação com as condições do ambiente de modo a minimizar as demandas que emergem dessa interação. Estilos e estratégias não são excludentes, porém, Folkman *et. al.*, (1986) consideram o modelo de estratégias por valorizar as diferenças individuais na escolha das estratégias, por compreender o enfrentamento a partir de demandas específicas e particulares, e por considerar a noção de processo e flexibilidade presente em cada situação. Nesse sentido, para Antoniazzi, *et.al.*, (1998), as estratégias de *coping* podem ser:

- 1) Focadas no problema: refere-se à tentativa de mudar a situação que originou o estresse, de modificar o problema que está causando estresse, como por exemplo, pedir ajuda às pessoas (como dinheiro ou um local para morar), procurar informações e agir de modo a resolver o problema.
- 2) Focadas na emoção: atua com o objetivo de regular o estado emocional e reduzir a sensação desagradável, de tensão, associada ao estresse, podendo ser por meio do choro, do comer compulsivamente, do uso indiscriminado de cigarro, tomar tranquilizantes, assistir um filme de comédia ou fazer atividade física.

Há ainda uma terceira estratégia de *coping* focada nas relações interpessoais, nas quais o indivíduo busca apoio para o enfrentamento e resolução do problema ao acionar as pessoas que compõem a sua rede de relações (Antoniazzi, *et.al.*, 1998). No estudo de Seidl, Tróccoli e Zannon (2001), os participantes apontaram a procura por apoio emocional, instrumental (ou material) e de informação como uma das estratégias de enfrentamento de situações estressoras, no caso doença crônica (para um grupo) e um problema gerador de estresse (para outro grupo). A busca pela rede de relações interpessoais, enquanto recurso de enfrentamento contribui na medida em que são geradoras de autoestima e autoconfiança, o que conseqüentemente afeta na percepção das situações geradoras de estresse e na escolha e uso por determinadas estratégias de enfrentamento (Moos & Holahan, 2003).

Em torno do papel da religião enquanto estratégia de enfrentamento, o estudo de Seidl, Tróccoli e Zannon (2001) revelou sentimentos de esperança e fé pertinentes à prática religiosa como uma das estratégias de *coping*. Cabe ressaltar que neste estudo a prática religiosa teve maior aderência por mulheres e uma correlação negativa quanto a escolaridade, isto é, quanto menor o nível de escolaridade maior a adesão às práticas religiosas.

Com relação aos estudos publicados sobre as estratégias de *coping* de mulheres em situação de violência, observa-se diferentes tipos de estratégias utilizadas para o enfrentamento dessa situação estressante. A pesquisa de Parente, Nascimento e Vieira, (2009) revelou que dentre as estratégias para o enfrentamento da violência, está a procura por familiares, amigos, delegacias, abrigos e Deus. Em consonância a isso, no estudo de Silva, Araújo, Valongueiro e Ludermir (2012), as mulheres conversaram com familiares e amigos, buscaram ajuda nas instituições e serviços de saúde e assistenciais e nas instituições religiosas.

Outra estratégia de enfrentamento pode ser encontrada por meio das práticas realizadas em grupos de mulheres em situação de violência. Os estudos (Mora-Escalante, 2005; Ramos & Oltramari, 2010) apontam para a identificação de recursos de suporte social, bem como o grupo em si como fonte de apoio para as participantes, por meio das reflexões e atividades nele desenvolvidas. Atua, também, como uma rede de suporte social, desempenhando a função de apoio social, contribuindo para minimizar os efeitos físicos e psicológicos de eventos estressantes como a violência perpetrada contra a mulher.

Além disso, as estratégias de *coping* podem ser aprendidas, usadas e descartadas com base em sua efetividade diante de situações estressoras, podendo, dessa maneira, ser substituídas por outras estratégias mais eficazes (Antoniazzi, *et.al.*, 1998). Para os autores, quanto mais as pessoas possuem estratégias positivas de enfrentamento, menos estarão vulneráveis a situações estressoras. Nesse sentido, conforme apontado por Folkman *et. al.* (1986), alguns elementos influenciam na escolha e na forma como se desenvolve as estratégias de enfrentamento, tais como: as crenças, valores, objetivos de vida, recursos pessoais e materiais, características psicológicas e ambientais.

Antoniazzi, *et.al.* (1998) apontam, por sua vez, que as estratégias de *coping* não podem ser consideradas adaptativas ou não adaptativas, mas que deve considerar a natureza do estressor, a disponibilidade dos recursos de *coping* e seus resultados com base no esforço investido, tendo em vista que novas demandas sugerem novas estratégias de *coping*. Folkman *et. al.* (1986), salientam que as estratégias de *coping* podem mudar a qualquer momento, respeitando a fase do ciclo vital e as experiências adquiridas ao longo da vida com diferentes situações estressoras.

No tocante aos apontamentos tecidos até então, pode-se verificar a diversidade de estratégias de *coping* diante de situações crise, como no caso da violência contra a mulher. Dentre elas, indo ao encontro da temática do presente estudo, destaca-se a busca por ajuda nas pessoas da rede de relações, tornando-a um importante recurso para o enfrentamento do problema.

3.7 O SUPORTE SOCIAL E A REDE PESSOAL SIGNIFICATIVA E DE NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O *suporte social* pode ser definido pelo apoio fornecido aos indivíduos, por meio do conjunto de suas relações sociais institucionais ou comunitárias que oferecem apoio e proteção, reduzindo os efeitos físicos e psicológicos de eventos estressantes. Entre as formas de prestar suporte social estão: ouvir o outro, demonstrar afeto e preocupação, cuidar, fornecer ajuda financeira, aconselhar e confortar, podendo ser realizadas por amigos, familiares, vizinhos, colegas de trabalho e profissionais de saúde (Campos, 2005).

As ações oferecidas por meio do suporte social presentes nas instituições e organizações formais, contribuem para satisfazer algumas

necessidades do indivíduo, seja ela de afeto, estima, identidade, reconhecimento, pertencimento e/ou segurança. Para que ocorra o suporte social entre profissionais e usuárias de uma instituição, como é o caso das casas-abrigo para mulheres em situação de violência, é preciso levar em consideração a qualidade e a forma de relacionamento, pois estes são fatores determinantes para o sentimento de proteção e acolhimento (Campos, 2005; Ornelas, 2008). Em consonância a isso, conforme apontado por Santos (2009) um dos fatores que contribui para o enfrentamento da violência, é a pessoa se sentir acolhida e protegida, sabendo que está sendo assistida por profissionais que possam confiar.

Articulado ao conceito de suporte social está o conceito de *redes sociais*. Com relação ao tema, existe uma série de pesquisas e estudos que geraram diferentes definições e de estudiosos que contribuíram para a construção do conceito de rede social, no entanto, nesta pesquisa, são utilizadas as definições dos autores Sluzki (1997), Speck (1989) e Dabas (1993). Assim, as redes sociais são formadas por todas as relações consideradas significativas, diferenciadas das demais e que são capazes de oferecer ajuda e apoio em momentos de crise. A rede social de um indivíduo é uma das chaves centrais para o bem estar, pois influencia no cuidado com a saúde e na adaptação às situações de crise (Sluzki, 1997). Nessa mesma vertente, para Dabas (1993) a rede social:

implica um processo de construção permanente tanto individual como coletivo. Neste ponto diríamos que é um sistema aberto, que através de outros grupos sociais, possibilita a potencialização dos recursos que possuem. Cada membro de uma família, de um grupo ou de uma instituição se enriquece através das múltiplas relações que cada um desenvolve (p. 21).

Cabe salientar que a família como primeira instituição e, em sua maioria, a que apresenta maior grau de proximidade, não é a única rede que propicia a constituição de vínculos interpessoais para o indivíduo. Fazem parte, também, os amigos, os colegas de trabalho ou estudo e a comunidade, incluindo os serviços de saúde e assistenciais, vizinhos e pessoas do credo religioso, que proporcionam ajuda e apoio capazes de diminuir os efeitos de uma situação de crise. O apoio recebido pelas pessoas da rede faz com que o indivíduo tenha o sentimento de pertencer a um grupo, fortalece a autoestima, dá sentido à vida, melhora a capacidade de adaptação e a qualidade dos relacionamentos. Assim, a

qualidade das relações e a dinâmica das redes podem ser compreendidas por meio das características estruturais, das funções e dos atributos dos vínculos estabelecidos entre seus membros, ao longo do tempo (Moré 2005; Moré & Crepaldi, 2012; Sluzki, 1997; Speck, 1989).

Quanto às características estruturais, a rede pode ser avaliada de acordo com a) o *tamanho*, ou seja, o número de pessoas que compõem a rede, b) a *densidade*, que está relacionada com a qualidade da relação e com a influência que os membros podem exercer no indivíduo, c) *composição* ou distribuição, que indica a posição que cada membro ocupa nos quadrantes, d) *dispersão*, relacionada com a distância geográfica entre os membros da rede, e) *homogeneidade* ou *heterogeneidade*, que se referem às diferenças e semelhanças quanto ao gênero, idade, cultura e nível socioeconômico que podem favorecer as trocas ou gerar tensões (Sluzki, 1997).

Em relação às funções dos vínculos, estas podem ser: a) *companhia social*, que diz respeito a realização de atividades conjuntas ou simplesmente estar juntos; b) *apoio emocional*, caracterizado pelos intercâmbios com uma atitude emocional positiva, clima de compreensão e empatia; c) *guia cognitivo e de conselho*, que consiste na oferta de informações pessoais, sociais e modelos de referência; d) *regulação social*, que, por sua vez, reafirma as responsabilidades e os papéis, além de favorecer a resolução de conflitos; e) *ajuda material ou de serviços*, caracterizada pela contribuição financeira ou por meio de indicações a serviços com especialistas; f) *acesso a novos contatos*, que diz respeito à abertura de portas para novas conexões com pessoas e redes que até então não faziam parte da rede do indivíduo/família (Sluzki, 1997).

Por fim, cada vínculo estabelecido com as pessoas das redes possui atributos, sendo esses: a) a(s) *função(s) predominante(s)* do vínculo, ou seja, qual ou quais funções são predominantes neste vínculo, b) *multidimensionalidade*, isto é, quantas funções a pessoa desempenha, c) *reciprocidade*, quer dizer, se a pessoa desempenha as mesmas funções que recebe de sua rede, d) *intensidade*, que caracteriza o grau de compromisso da relação, e) a *frequência* dos contatos, que se caracteriza o número de vezes que as pessoas entram em contato umas com as outras, e f) *história da relação*, destacando desde quando as pessoas se conhecem e o que estimula a manutenção da relação (Sluzki, 1997).

Como mencionado ao longo da presente seção de fundamentação teórica, pessoas que compõem as redes pessoais significativas são, por

vezes, utilizadas como uma das estratégias de enfrentamento (*coping*) para um determinado problema ou situação de crise, como no caso da violência contra a mulher. Com relação à procura pelas redes de um indivíduo, as pessoas pertencentes à família são, muitas vezes, as primeiras a serem acionadas em busca de suporte e apoio. Como exemplo disso, as pesquisas realizadas por Santi, Nakano & Lettiere, (2010) e Lettiere & Nakano (2011), evidenciaram a procura primeiramente pelas pessoas da família, e em seguida pelos amigos; também está presente a busca por ajuda religiosa e espiritual como fonte de suporte para o enfrentamento da violência.

Concomitante a isso, o estudo de Santos e Moré (2011b), revela que as mulheres em situação de violência conversam sobre o fato de serem agredidas por seus parceiros com familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho, além de psicólogos, assistentes sociais e representantes religiosos. Segundo as participantes, a busca por estas pessoas contribui para diminuir o estresse e o sofrimento causados pela violência.

A pesquisa de Machado (2004) mostra, por sua vez, que as mães e irmãs das mulheres são as pessoas procuradas em busca de apoio para enfrentar o problema da violência. Para a autora, a procura pelas redes constituídas pelas pessoas da família, da igreja e das relações de trabalho é uma condição importante para o enfrentamento da violência. O estudo de Estrada, Herrero e Rodríguez (2012), por sua vez, aponta que o apoio emocional percebido pelas mulheres que sofreram violência foi, principalmente, atribuído às mães, irmãs e amigos.

É importante salientar que a reação das pessoas procuradas em busca de ajuda, poderá influenciar a ação ou o isolamento da mulher diante do problema da violência, pois os comentários tecidos pela rede pessoal significativa poderão, ou não, contribuir para impulsionar o indivíduo a cuidar do seu estado psicológico. A reação das pessoas das redes, pode colaborar para manter a pessoa em um sistema violento, por melhores que sejam suas intenções, pois os comentários tecidos por estas pessoas poderão, ou não, contribuir para impulsionar o indivíduo a cuidar do seu estado psicológico. Assim, deve-se dar atenção aos significados atribuídos às redes, visto que estas podem tanto auxiliar, quanto impedir a promoção de mudança, fortalecendo determinadas redes ou desarticulando outras (Heise & Garcia-Moreno, 2002; Moré, 2005; Sluzki, 1997).

Nesse sentido, o estudo das redes pessoais significativas está relacionado à sua influência sobre o desenvolvimento das pessoas ao

longo da vida. Por ser um sistema aberto e dinâmico, que deve se adaptar às mudanças e crises ao longo do ciclo vital, a rede pessoal é um processo de construção permanente, tanto em nível individual, quanto coletivo (Dabas, 1993). Segundo Monteiro e Souza (2007) e Sluzki (1997), no contexto da violência é característico o afastamento das redes, sejam elas familiares ou extra-familiares, das quais a mulher mantém uma distância tanto emocional quanto geográfica, seja por medo, vergonha ou culpa, mantendo-se em um sistema fechado, com suas fronteiras enrijecidas. Assim, compreende-se que as redes contribuem para dar sentido à vida de seus membros, incentiva os cuidados com a saúde e favorecem o desenvolvimento de atividades pessoais associadas à qualidade de vida (Sluzki, 1997).

Diante disso, entendendo que a violência familiar produz um corte nas relações com as pessoas da rede significativa das mulheres, entende-se ser possível a reconexão das redes, que possam vir a se tornar uma estratégia para o enfrentamento do problema da violência, a partir do olhar das mulheres e do grau de vinculação entre si. Portanto, torna-se ser importante a investigação do conjunto de relações estabelecidas entre as redes pessoais significativas de mulheres em situação de violência acolhidas em casa-abrigo, a fim de entender como as redes atuam, interferem e/ou auxiliam no enfrentamento da violência contra a mulher.

4 MÉTODO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa, ancorada no Pensamento Complexo (Morin, 2007), pauta-se na metodologia qualitativa, na medida em que busca compreender o processo que ocorre nas inter-relações complexas e dinâmicas, relacionadas ao contexto no qual as participantes da pesquisa estão inseridas. A escolha por esta metodologia ocorreu por possibilitar o trabalho conjunto das relações, processos e fenômenos que exigem o seu estudo integral e não fragmentado (González-Rey, 2011; Minayo, 2010; Strauss & Corbin, 2008). Para tanto, o presente estudo apoiou-se nos três princípios da epistemologia qualitativa de produção de conhecimento científico, proposta por González-Rey (2011).

Como primeiro princípio tem-se: *o conhecimento é uma produção construtiva-interpretativa*, que pode ser produzido por meio de interpretações e reconstruções feitas pelo pesquisador ao longo do estudo, tendo em vista que a interpretação é um processo constante que dá significado àquilo que é trazido pelo pesquisado. O segundo princípio diz respeito ao *caráter interativo do processo de produção do conhecimento*. Refere-se ao cenário no qual se configura a pesquisa, em que está presente a relação pesquisador-pesquisado. Esse caráter interativo é uma condição para que ocorra o estudo sobre os fenômenos humanos e o desenvolvimento da pesquisa nas ciências humanas. Por fim, o terceiro princípio refere-se à *significação da singularidade como nível legítimo na produção do conhecimento*, por considerar a qualidade, os detalhes e a contextualização dos relatos dos participantes de forma única e diferenciada (González-Rey, 2011).

À luz desses princípios, o delineamento do presente estudo é transversal, uma vez que analisa um momento específico da trajetória da vida das participantes. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório o qual buscou caracterizar e descrever aspectos da vida de mulheres que sofreram violência familiar e viveram em casa-abrigo, considerando os significados, as opiniões, as atitudes, experiências e crenças contidas nas narrativas das participantes (Minayo, 2010; Sampieri, Collado & Lucio, 1991).

Com base na metodologia qualitativa, a coleta dos dados foi realizada por meio da entrevista semiestruturada e do Mapa de Redes (Sluzki, 1997), de modo a caracterizar e descrever o fenômeno, considerando seus elementos e a inter-relação que há entre eles. A

análise dos dados, por sua vez, baseou-se na Teoria Fundamentada Empiricamente (“*Grounded Theory*”), proposta por Strauss e Corbin (2008), com o objetivo de compreender a dinâmica relacional das redes pessoais significativas de mulheres que sofreram violência, relacionando com os significados e as repercussões da violência, a participação das redes no enfrentamento da violência e a experiência de acolhimento em casa-abrigo.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Esta pesquisa foi desenvolvida com mulheres que passaram por uma situação de violência familiar e que foram acolhidas em uma casa-abrigo que faz parte do programa de proteção especial de alta complexidade, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), de um município da Região Sul do Brasil². Por meio deste Conselho são prestados atendimentos às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, tendo como principais objetivos: a) possibilitar a autonomia pessoal, familiar e comunitária, e b) proporcionar capacitação de pessoas usuárias, de modo a facilitar a inserção no mercado de trabalho e geração de renda. Vinculada ao CMAS, encontra-se a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEMUDES), que garante o atendimento às necessidades básicas das pessoas, com base nos objetivos acima mencionados.

Entre os projetos e programas municipais de proteção social especial, de responsabilidade da SEMUDES está o Programa Casa-Abrigo para Mulheres, que abriga mulheres e seus filhos menores de idade em situação de violência familiar, garantindo a integridade física e psicológica a ambos. As mulheres em situação de violência tem acesso à Casa-Abrigo por diferentes setores que configuram as portas de entrada ao local, sendo eles: Delegacia de Polícia, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, CREAS (dentro do qual está a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), CRAS, Hospital, Escola e Conselho Tutelar, sendo necessária a realização da denúncia do

² Optou-se por não revelar o nome do local e/ou cidade onde está situado por dois motivos principais: 1) para manter o sigilo e preservar as participantes de qualquer possibilidade de identificação, 2) por ter sido um aspecto sugerido em reunião na Secretaria de Assistência do município em que ocorreu a coleta de dados.

autor da violência, por meio do boletim de ocorrência (B.O.), para que a mulher possa ser encaminhada para a Casa-Abrigo.

Com relação à demanda, dados provenientes do Relatório Geral da Casa-Abrigo, mostrou que desde o início de suas atividades, em 2001, até o ano de 2012, o local acolheu 673 mulheres (170 delas mais de uma vez), além de 1261 crianças/adolescentes, totalizando 1933 pessoas acolhidas. A população atendida é composta por mulheres de cor branca (80%), possuem idade entre 30-39 anos (35%), a atividade predominante no momento de entrada na casa-abrigo era “do lar” ou desempregada (40%). Quanto à escolaridade, possuem ensino fundamental incompleto (61%), a renda familiar é de 0-2 salários mínimos (58%) e o tipo de relacionamento com o autor da violência é união estável (69%). As mulheres chegaram à casa-abrigo encaminhadas principalmente pela Secretaria de Assistência Social do município (42%) e pela Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (18%), sendo que os principais motivos dos encaminhamentos foram violência física (48%) e violência psicológica seguida de ameaça de morte (35%).

Diante desses apontamentos, cabe lembrar, conforme mencionado na fundamentação teórica do presente estudo, que o surgimento das casas-abrigo no Brasil se deu no momento em que as mulheres em situação de violência, procuravam por ajuda em um local que lhes oferecesse segurança e proteção. A casa-abrigo em que estiveram as participantes desta pesquisa, oferece condições para o desenvolvimento da autonomia pessoal e social e o fortalecimento da autoestima. Funciona em endereço sigiloso e conta com uma estrutura para abrigar 28 pessoas por dia, sendo sete vagas para mulheres e as demais para seus filhos. Possui sede própria e conta com uma área de lazer para as crianças, brinquedoteca, refeitório, cozinha industrial, além de acomodações para pessoas com deficiência.

Quanto a sua estrutura física, a casa-abrigo possui sete dormitórios com capacidade para quatro pessoas (cada), três banheiros para as/os usuárias/os, um banheiro para funcionárias/os, uma recepção, uma sala de convivência, uma sala para reuniões, uma sala de atividades, uma sala para atendimento de serviço social e psicológico, uma cozinha, uma dispensa, um refeitório, uma lavanderia, uma área externa com *playground* e uma área externa para recreação. Entre os recursos humanos, na casa-abrigo há oito educadoras sociais, uma coordenadora, uma cozinheira, uma auxiliar de serviços gerais e um motorista que estão no local, além de contar com o atendimento de um

assistente social e duas psicólogas que fazem parte do Programa de Prevenção e Combate a Violência Familiar (PPCVF), do município.

4.3 PARTICIPANTES

Participaram da presente pesquisa o total de 12 mulheres que vivenciaram situação de violência familiar e que passaram pela casa-abrigo, de um município da região Sul do Brasil. A escolha por este número de participantes ocorreu mediante critério de saturação teórica dos dados, o qual se define pelo não surgimento de novas informações pertinentes à temática investigada (Moraes, 2003; Fontanela, Ricas, & Turato, 2008). Considerou-se, também, as informações apresentadas por Guest, Bunce e Johnson (2006), em um criterioso estudo, cujo objetivo foi definir parâmetros para o estabelecimento do número adequado de participantes em pesquisa qualitativa. Os autores supracitados apontam que a partir da sexta entrevista os dados começam a ser delineados e na décima segunda entrevista ocorre a saturação teórica das informações, entendida como o momento em que há repetição dos dados trazidos pelos participantes e que já não acrescentam novas informações para a criação de uma nova categoria de análise.

Os critérios para a inclusão das participantes neste estudo foram:

- a) ser maior de 18 anos;
- b) ter vivenciado violência familiar;
- c) ter passado pela casa-abrigo nos últimos 2 anos (2011 e 2012), uma vez que a proximidade com a experiência dá maiores condições de acesso às memórias das participantes, inclusive de maneira mais detalhada, do que em um espaço de tempo maior;
- d) ter permanecido na casa-abrigo por pelo menos 10 dias, pois entende-se que este tempo mínimo de estada no local contribui para que ocorra a inserção e adaptação das mulheres nas atividades e rotina da Casa.
- e) residir no município onde está localizada a casa-abrigo, tendo em vista o favorecimento da acessibilidade às mulheres. No contexto da violência é comum as mulheres saírem da cidade em que viviam para se afastar do autor da violência e, nesse caso, o acesso recíproco (pesquisadora x participante x pesquisadora), tornar-se-ia dificultoso, por isso, privilegiou-se o contato com mulheres do município.

Para a presente pesquisa foi realizada uma análise inicial da demanda da Casa-Abrigo com dados provenientes do Relatório Geral do local, referentes aos anos de 2011 e 2012. Nestes anos, estiveram na

Casa-Abrigo 98 mulheres. O tempo mínimo de abrigo foi de um dia e o tempo máximo foi de quatro meses, sendo que a maior parte delas ($n = 58$) permaneceu menos de 10 dias na Casa ($98 - 58 = 40$ mulheres). A partir disso e das informações sobre mudança de cidade contidas nesse Relatório Geral, outras 9 mulheres foram excluídas da lista de possíveis participantes.

Diante desse contexto e com base nos demais critérios de inclusão estabelecidos para o desenvolvimento desta pesquisa, foram selecionadas, então, 31 mulheres ($40 - 9 = 31$ mulheres). Destas, 6 tinham mudado de cidade ou estado (informação esta que não aparecia no Relatório Geral e que foi obtida mediante contato telefônico com a própria mulher ou familiar). Outras 3 mulheres, não foram contatadas porque duas delas eram usuárias de álcool e estavam em atendimento do CAPSad e a outra por ter ido para a casa-abrigo após ter sido despejada do apartamento em que morava, por não pagar o aluguel, ou seja, não sofreu violência familiar ($31 - 9 = 22$ mulheres). Também não foi possível contatar outras 12 mulheres pelos seguintes motivos:

1) não possuíam contato telefônico no prontuário/ sistema da Secretaria de Assistência,

2) não atenderam ao telefone após três tentativas em diferentes horários,

3) o número de telefone era inválido,

4) a pessoa com a qual se conseguia contato não conhecia ou não sabia o novo número de telefone da possível participante ($22 - 12 = 10$ mulheres).

Assim, as 10 mulheres com as quais foi conseguido contato aceitaram participar do estudo, no entanto duas delas não compareceram ao encontro ($10 - 2 = 8$ mulheres). Diante da realidade do campo de pesquisa em relação à impossibilidade de acesso às participantes que estiveram na casa-abrigo em 2011 e 2012 e com o intuito de obter o número de participantes proposto inicialmente, foram convidadas a participar da pesquisa quatro mulheres acolhidas no local no ano de 2013, sendo que três que já haviam saído da casa-abrigo e uma que estava abrigada.

A escolha pelas três participantes referente ao ano de 2013 ocorreu mediante informações vindas da casa-abrigo sobre seis mulheres que passaram pelo local e que atendiam aos critérios de inclusão para este estudo. Todas foram contatadas seguindo o mesmo procedimento realizado com as mulheres selecionadas em 2011 e 2012.

Três delas atenderam ao telefonema e aceitaram participar do estudo. Com as demais, não foi conseguido contato.

Cabe destacar que a última convidada, ou seja, a participante número 12, foi uma mulher que estava na casa-abrigo, a qual foi selecionada dentre outras três, por estar mais tempo (30 dias), aguardando resposta de um familiar que poderia acolhê-la ao sair do local. O convite feito a ela ocorreu via contato telefônico (para a casa-abrigo) e, após o aceite, foi agendado dia e horário, sendo que esta participante foi levada, pelo motorista da casa-abrigo, à Secretaria de Assistência Social, onde foi realizada a entrevista.

A dificuldade de contato com as participantes desta pesquisa vai ao encontro de outros estudos que trabalham com a temática da violência familiar, como o de Santos (2009), que pesquisou mulheres que denunciaram o autor da violência; o de Wanderbroocke (2011), que analisou a violência exercida contra o idoso na atenção primária de saúde; e com o trabalho de Scatamburlo (2013), que estudou os significados atribuídos à violência na perspectiva de casais com união estável.

Outro aspecto que dificultou o acesso às mulheres foi a inexistência ou desatualização do contato telefônico das mulheres após a saída da casa-abrigo. Isso aponta para a necessidade, seja em termos políticos ou organizacionais, de um programa específico de monitoramento das mulheres que em algum momento de sua vida fizeram uso de um serviço público de alta complexidade (casa-abrigo), evidenciando o processo de fragilização de políticas de seguimento dessas usuárias.

4.4 INSTRUMENTOS

A coleta de dados da presente pesquisa foi realizada com o uso de dois instrumentos: a) Entrevista Semiestruturada, e b) Mapa de Redes.

4.4.1 Entrevista Semiestruturada

A entrevista semiestruturada é um recurso que permite aprofundar o tema de pesquisa, de maneira que as questões introduzidas pela pesquisadora suscitem a verbalização livre da entrevistada quanto ao modo de pensar e agir frente à temática central da pesquisa. Assim, os questionamentos realizados durante uma entrevista semiestruturada

auxiliam na imersão dos sentimentos, atitudes, motivos, intenções, razões e valores das participantes (Minayo, 2010).

O roteiro da entrevista semiestruturada (Apêndice A), proposto com base nos objetivos dessa pesquisa, abordou a caracterização dos tipos de violência sofrida, a experiência de viver na casa-abrigo, as repercussões da violência na vida das participantes e a identificação da estrutura, funções e atributos do vínculo das pessoas que constituem sua rede pessoal significativa das participantes. Diante disso, a entrevista foi composta por perguntas que contemplam os seguintes temas centrais:

1) Dados de identificação e sócio-demográficos das participantes

Constituiu-se de informações sobre a idade, escolaridade, profissão, número de filhos, estado civil e renda familiar da participante, além de informações sobre o autor da violência; estas últimas descritas no Apêndice B.

2) Vivência na casa-abrigo

O objetivo desta etapa da entrevista foi o de conhecer os motivos que levaram as mulheres à casa-abrigo, sua experiência no local, a rotina, o relacionamento com outras mulheres/usuárias do serviço e profissionais. Além disso, procurou-se entender como a experiência de ter passado pela casa contribuiu para o enfrentamento da violência e o que mudou na vida das participantes, após a saída da casa-abrigo.

3) Repercussões da violência na vida das participantes

Neste item, buscou-se identificar o significado atribuído à violência em um contexto geral e à violência familiar, além dos sentimentos e emoções relacionados à violência pela qual as participantes vivenciaram e as estratégias utilizadas para enfrentar o problema.

4) A rede pessoal significativa da participante

O objetivo desse item foi compreender como se estabeleceram as relações com as redes pessoais significativas das participantes, em termos de função, atributos do vínculo afetivo e compromisso relacional, diante da situação de violência.

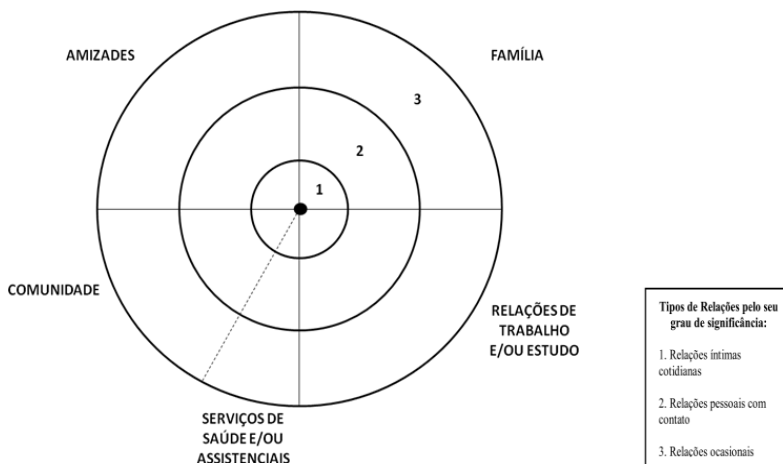
4.4.2 Mapa de Redes

O Mapa de Redes, proposto por Sluzki (1997), possibilita identificar o grau de intimidade e compromisso das pessoas que compõem a rede pessoal significativa das participantes deste estudo. Esse instrumento permite, ainda, mapear a qualidade do compromisso relacional entre rede e indivíduo e analisar, de forma qualitativa, o impacto da violência no desenvolvimento vital das mulheres que participaram desta pesquisa (Moré & Crepaldi, 2012).

Com relação à sua composição, o Mapa de Redes possui três círculos e quatro quadrantes. O *círculo interno* representa as relações íntimas ou cotidianas, o *círculo intermediário* refere-se às relações com menor grau de intimidade, com contato pessoal/ social e o *círculo externo* corresponde às relações ocasionais ou com conhecidos. Os quatro quadrantes do Mapa de Redes são representados pela família, amizades, relações comunitárias e relações de trabalho ou estudo.

A seguir, apresenta-se o modelo de Mapa de Redes proposto por Sluzki (1997):

Figura 4. Modelo de Mapa de Redes proposto por Sluzki (1997)



Fonte: Sluzki (1997).

Tendo em vista a relação das participantes desta pesquisa com as pessoas (mulheres/usuárias e profissionais) da Casa-Abriço onde

estiveram, foi inserida à estrutura do Mapa de Redes, uma subdivisão no quadrante da Comunidade, adicionando o item *Casa-Abrigo*. Assim, foi apresentado às participantes o desenho do Mapa de Redes, conforme a Figura 5:

Figura 5. Modelo de Mapa de Redes proposto por Sluzki (1997) adaptado com adição do item Casa-Abrigo.



Fonte: adaptado pela autora.

A utilização do Mapa de Redes como um recurso gráfico permite identificar e avaliar a rede pessoal significativa a partir de suas *características estruturais*, que referem-se às propriedades da rede em seu conjunto; das *funções dos vínculos*, caracterizadas pelo tipo de interação entre a pessoa e os indivíduos que compõem a sua rede, podendo ser um vínculo específico ou uma combinação de vínculos; e por fim, a partir dos *atributos do vínculo*, sendo estes marcados pelas propriedades específicas de cada relação (Sluzki, 1997), conforme

descrito no item 3.7 da seção de fundamentação teórica da presente pesquisa. Dessa maneira, por meio das características estruturais, funções e atributos dos vínculos presentes nas redes, foi possível identificar o conjunto de variáveis apresentadas na construção do Mapa e compreender a dinâmica relacional existente entre as participantes da pesquisa e as pessoas que compõem sua rede pessoal significativa.

Na versão final do Mapa de Redes individual (Apêndice C), confeccionado a partir das narrativas de cada uma das participantes do estudo, os nomes das pessoas mencionadas foram substituídos pelo tipo de relação estabelecida com as entrevistadas (pai, mãe, vizinha, assistente social, educadora, entre outros). As pessoas de sexo feminino estão representadas pelo círculo vermelho (●), enquanto que as do sexo masculino pelo círculo azul (●). Na confecção do Mapa de Redes Geral (Apêndice D), que reúne as informações contidas em todos os Mapas individuais, cada participante está identificada pela letra P, seguida do número estabelecido pela ordem de participação e por uma cor diferente, de modo a facilitar sua identificação (Por exemplo: P1, P2, P3...).

Após a escuta e leitura das entrevistas, observou-se que ao colocarem nos Mapas as pessoas de suas redes, as participantes discriminavam aquelas que lhes foram significativas antes e depois da sua passagem pela casa-abrigo. Assim, para melhor visualização das redes nesses diferentes momentos, optou-se por fazer os Mapas correspondentes aos períodos antes, durante e depois da passagem pela casa-abrigo (Apêndice E).

4.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O contato com a instituição teve início em agosto de 2012 e a coleta de dados encerrou em maio de 2013. Inicialmente, a pesquisadora obteve informações sobre o campo de pesquisa a partir do contato com um informante-chave, coordenador do Programa de Prevenção e Combate à Violência Familiar (PPCVF), o que contribuiu para uma aproximação e conhecimento do contexto a ser pesquisado. O fato de iniciar uma aproximação com o campo de pesquisa, coaduna-se com o que Moré e Crepaldi (2004) afirmam quanto à necessidade de se estabelecer uma “aliança estratégica” com uma pessoa da equipe que seja significativa no contexto que se pretende pesquisar. Para essas autoras, a aliança favorece a entrada do pesquisador no campo impedindo que sua presença cause estranhamento e, por conseguinte,

evitando a paralisação da pesquisa pela falta de compreensão dos integrantes inseridos naquele contexto.

Assim, ao finalizar o projeto que subsidiou a presente pesquisa, foi marcado um encontro com a diretora do setor de Proteção Especial da secretaria de assistência social do município. Na sequência, foi entregue um ofício ao secretário de assistência social e então, agendou-se uma reunião com suas assessoras e com o coordenador do PPCVF para a apresentação do projeto. Diante da aprovação por todos os presentes, foi assinada a autorização institucional para que a pesquisadora pudesse dar sequência aos procedimentos éticos e iniciar a coleta de dados.

Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, num primeiro momento, a pesquisadora pôde transitar pelo ambiente da Secretaria, bem como ter acesso ao Relatório Geral da Casa-Abrigo, o qual continha informações sobre as mulheres que haviam passado pelo local nos anos de 2011 e 2012. Fez-se, então, um levantamento das mulheres que atendiam aos critérios de inclusão para participar da pesquisa e buscou-se no cadastro interno no sistema da Secretaria o contato telefônico de cada uma delas. A inserção da pesquisadora no campo foi facilitada pela direção de proteção especial e pela coordenação do PPCVF, que prontamente autorizaram o desenvolvimento do estudo e a acolheram de forma respeitosa em todo o processo de coleta de dados.

Em um segundo momento, após ter a relação de possíveis participantes, os profissionais (assistente social e psicóloga) do PPCVF iniciaram o contato telefônico com as mulheres, mencionando que havia uma pesquisadora que estava realizando um estudo com mulheres que passaram pela casa-abrigo do município. Após o contato inicial, o profissional passava o telefone para a pesquisadora que se apresentava, explicava às mulheres o objetivo da pesquisa e as convidava a participar do estudo. Ao aceitar, era agendada data, horário e local, conforme escolha e disponibilidade da participante.

O contato inicial foi realizado pelos profissionais, pois entendeu-se que poderia ser uma estratégia de aproximação, oferecendo segurança e proteção às mulheres, uma vez que seus contatos pessoais devem ser mantidos em sigilo. Tomou-se o cuidado para que o profissional que entraria em contato com cada mulher fosse aquele que havia lhe atendido no período em que esteve na casa-abrigo. Cabe destacar que houve uma preparação da pesquisadora em relação à forma como iria

convidar as mulheres para participarem do estudo. Para tanto foi desenvolvido um roteiro (Apêndice F), utilizado no contato telefônico, entendendo que este foi um meio para fins de aproximação e padronização do contato com as participantes.

A pesquisadora permaneceu na Secretaria de Assistência por vezes em turnos alternados (matutino e vespertino), por vezes nos dois turnos na tentativa de estabelecer contato com as possíveis participantes do estudo, além de estar disponível para a realização da coleta de dados conforme disponibilidade das mulheres. No decorrer dos meses em que esteve no local, a pesquisadora teve a oportunidade, acompanhada do assistente social e de uma psicóloga, de conhecer a casa-abrigo em que as mulheres foram acolhidas. Este fato foi de grande relevância, pois o conhecimento da estrutura física e do funcionamento do local contribuiu para a melhor compreensão dos dados presentes nas narrativas das participantes.

Antes de iniciar a coleta de dados com as participantes, a pesquisadora pôde ter acesso aos seus prontuários, em que estavam, também, os boletins de ocorrência (B.O.). A leitura prévia do prontuário e dos B.Os. contribuiu para que a pesquisadora pudesse conhecer o principal fato que culminou na entrada das mulheres à casa-abrigo e ajudou quanto a sua preparação para ouvir os relatos de ameaça de morte e tentativa de homicídio que poderiam surgir no decorrer da entrevista.

Todas as entrevistas ocorreram na Secretaria de Assistência, em uma sala que oferecia segurança, acolhimento e acústica adequada para a realização da coleta de dados. Antes de iniciar a coleta, a pesquisadora reforçou para as participantes o que já havia sido dito no contato telefônico: que se tratava de uma pesquisa de mestrado e que os resultados poderiam ajudar outras mulheres que estivessem em situação de violência. Também, para que ficasse claro que não se tratava de um atendimento psicológico ou uma investigação para obter qualquer tipo de informação de interesse do serviço de assistência social. Esta conversa inicial ocorreu para a pesquisadora estabelecer uma primeira aproximação com as participantes, deixando-as à vontade para falar em um ambiente acolhedor e confiável.

Ao final das entrevistas, quando abordadas sobre como se sentiram ao participar do estudo, as mulheres responderam algo em torno dos seguintes aspectos: que foi uma possibilidade de ajudar outras pessoas e de se sentir útil; de pensar em coisas (sentimentos, significar a violência) sobre as quais algumas delas relataram nunca terem pensado

e que naquele momento podiam falar a respeito, como uma forma de ajudar a pesquisadora no seu trabalho e como possibilidade de falar/desabafar sobre o assunto. Ao longo da entrevista, buscou-se tornar o encontro um momento de escuta e conversação sobre a experiência na casa-abrigo e sobre as redes pessoais significativas em todo o processo da violência, desde o momento em que a mulher procurou por ajuda até a saída da casa-abrigo.

Assim, a coleta de dados, em si, iniciou com a entrevista semiestruturada que serviu como subsídio para a construção do Mapa de Redes, o qual seguiu as seguintes etapas propostas por Moré e Crepaldi, (2012):

1) Etapa de aquecimento para sua construção/aplicação: neste momento inicial foi apresentado às participantes os objetivos da pesquisa e deu-se início à entrevista semiestruturada. A entrevista permitiu o aquecimento para construção a Mapa, na medida em que, ao longo da conversação, a participante relatou fatos, acontecimentos e pessoas que fizeram parte da sua vida na situação de violência.

2) Etapa de reconhecimento do desenho do mapa e dos símbolos a serem utilizados: o Mapa de Redes foi apresentado conforme o modelo proposto por Sluzki (1997), com a inclusão do item “casa-abrigo” em uma folha de tamanho 30cm x 30cm para facilitar a visualização do Mapa e fazer anotações pertinentes para a análise dos dados, realizada posteriormente.

3) Etapa da construção/aplicação propriamente dita: Neste momento foi esclarecido para a participante o significado de cada círculo e do grau de intimidade ou compromisso das relações. A pesquisadora também esteve atenta aos dados sobre a relação com pessoas, suas funções e atributos, trazidos ao longo da entrevista semiestruturada, uma vez que o Mapa de Redes favorece o aprofundamento de algumas questões já abordadas ao longo da entrevista.

4) Etapa de conclusão da construção/aplicação do mapa de rede: Ao concluir a construção do Mapa, foi pedido à participante para olhá-lo e verbalizar as impressões sobre o trabalho, então, construído. Os comentários sobre o Mapa julgados importantes pela pesquisadora, ancorada nos objetivos da presente pesquisa, foram incluídos a fim de complementar as informações anteriores, tecidas ao longo da entrevista semiestruturada.

5) Etapa de adequação do mapa de rede para contexto da pesquisa: Nesse momento, a pesquisadora verificou a fidedignidade quanto aos dados trazidos pelas participantes. A organização de todos os dados auxiliou na sua descrição e compreensão no contexto do trabalho científico.

6) Etapa de confecção do mapa de rede geral de todos as participantes da investigação: Esta etapa tem por objetivo reunir todas as informações provenientes dos Mapas de Redes de todas as participantes em um único Mapa. Este procedimento permitiu ter uma visão das semelhanças e diferenças dos dados fornecidos em cada quadrante pelo conjunto de entrevistadas.

Quanto ao momento da construção do Mapa de Redes, cabe destacar que, as participantes escolheram, a partir de critérios particulares, as pessoas que foram ou eram importantes/ significativas para elas no processo de enfrentamento da situação de violência. Dessa maneira, as mulheres puderam incluir e excluir pessoas com grau maior ou menor de proximidade, mas que no seu entendimento faziam parte da sua rede pessoal significativa. Assim, algumas participantes se preocuparam em colocar o maior número de pessoas no círculo mais próximo, outras, no entanto, faziam questão de colocar pessoas nos círculos mais afastados, entendendo que aquelas pessoas de alguma forma foram importantes para elas, mesmo não tendo tanta proximidade. Diante disso, respeitando o protagonismo das participantes do presente estudo, procurou-se compreender os significados atribuídos às pessoas de sua rede pessoal significativa, bem como o tipo de ajuda oferecido por elas.

Cabe mencionar que tanto no decorrer da entrevista, como na construção do Mapa de Redes houve, em diferentes momentos, mobilização emocional de 7 das 12 participantes do estudo. Em cumprimentos aos procedimentos éticos, em todos os casos a pesquisadora acolheu as mulheres e questionou-se sobre quererem (ou não) seguir com a entrevista, dando a oportunidade de continuar em outro momento ou mesmo de encerrar a coleta. Em todos os casos as participantes optaram por continuar a entrevista.

A partir da realização das duas primeiras entrevistas seguidas da construção do Mapa de Redes, a pesquisadora esteve atenta à sensibilidade dos instrumentos. Após transcrição e análise dessas duas entrevistas, foi adequada a estrutura de algumas perguntas, no sentido de deixá-las mais claras, mais compreensivas para a participante. Diante da

não alteração do conteúdo das perguntas e da relevância dos dados em relação aos objetivos da presente pesquisa, optou-se por incluir as duas entrevistas no estudo. O processo de coleta de dados (Entrevista e Mapa de Redes) teve duração de 15 horas de gravação, sendo o tempo mínimo 49min e máximo 2h36min. Todas as entrevistas foram transcritas respeitando as pausas, choros, risos, gírias, reformulações de frases, palavras monossilábicas e inacabadas, narradas pelas participantes.

4.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Após sua qualificação, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conforme previsto nas resoluções 196/96 e 251/97³, do Conselho Nacional de Saúde e aprovado sob o parecer substanciado *número 251.240*. O projeto também foi aprovado pelo secretário de desenvolvimento social do município em que foi realizado o presente estudo, possibilitando a inserção da pesquisadora no campo de pesquisa.

Ancorada nas resoluções supramencionadas e no Artigo 16 do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia, 2005), antes de iniciar a coleta de dados, a pesquisadora informou às participantes a respeito do objetivo da pesquisa, quanto à sua participação voluntária, riscos, garantia de anonimato, sigilo e privacidade, como o uso de nomes fictícios a fim de preservar sua identidade. As participantes também foram informadas sobre a possibilidade de desistência em qualquer fase da pesquisa, da divulgação dos resultados e do direito a informações e esclarecimentos sobre a pesquisa pelo contato telefônico fornecido pela pesquisadora. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice G), no qual estavam explicitadas as informações supramencionadas, foi assinado em duas vias, sendo que uma delas ficou com a participante e outra com a pesquisadora. Todas as entrevistas foram gravadas em áudio com o consentimento das participantes e transcritas posteriormente.

Em consonância aos procedimentos éticos, de modo a preservar os nomes das participantes deste estudo e manter o sigilo de suas informações, cada uma das 12 mulheres está identificada, na discussão dos resultados, pela letra P seguida do número estabelecido pela ordem de entrevista (P1, P2, P3 e assim sucessivamente).

³ Resoluções vigentes na época da submissão do projeto.

4.7 ANÁLISE DOS DADOS

Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra. Na sequência, foram realizadas leituras sucessivas do material textual e da construção do Mapa de Redes, para que a pesquisadora se familiarizasse com os dados e compreendesse o significado das narrativas apresentadas pelas participantes. A organização e análise dos dados da presente pesquisa ocorreram com base na “*Grounded Theory*” (Teoria Fundamentada Empiricamente), proposta por Strauss e Corbin (2008), a qual permite comparar, sistematizar e categorizar os dados provenientes de diferentes instrumentos (entrevistas, documentos, observações). Assim, nesta pesquisa, os dados obtidos por meio da entrevista semiestruturada e do Mapa de Redes foram integrados e sistematizados, sendo que sua análise ocorreu a partir das seguintes etapas (Strauss & Corbin, 2008):

1) Realizou-se a codificação aberta, que consiste na separação dos dados em diferentes partes, as quais são examinadas em busca da identificação dos aspectos comuns ou semelhantes, bem como das características diferenciais entre todos os dados obtidos;

2) Na sequência, realizou-se a codificação axial, pela qual foi feito o reagrupamento dos elementos identificados na codificação aberta, de forma que ocorresse a relação das categorias com as subcategorias de análise de acordo com suas especificidades;

3) Após, por meio da codificação seletiva, com base nos itens identificados, os dados foram integrados e refinados, tornando possível relacionar as subcategorias e elementos de análise, que contribuíram para a sustentação das categorias principais;

4) Por fim, com base nas narrativas provenientes da entrevista semiestruturada e do Mapa de Redes e na literatura apresentada, as categorias foram nomeadas conforme os pontos centrais encontrados em decorrência da análise dos dados, auxiliando na descrição e compreensão do fenômeno central da presente pesquisa.

De modo a favorecer o processo de organização, tratamento e análise dos dados, utilizou-se o programa de análise de dados qualitativos chamado Atlas/ti 5.0, que contribui para a organização de grande quantidade de textos, gráficos, dados de áudio ou vídeo e para a estruturação das informações armazenadas. Além disso, o referido *software* auxilia na construção das categorias de análise, estabelecendo relações e conexões entre os dados (Muhr, 2004). Durante o processo de análise, buscou-se identificar tanto aspectos similares quanto diferenças e singularidades oriundas da experiência de vida das participantes.

Assim, as categorias foram organizadas de maneira a evidenciar as regularidades e particularidades a partir do conjunto das narrativas, que, complementarmente, ajudaram a nomear a complexidade das diferentes facetas do fenômeno da violência.

No processo de codificação que fundamentou a construção das categorias, a recorrência dos dados foi observada a partir da sexta e sétima entrevistas. Essa recorrência permitiu delinear a configuração das categorias, sendo fundamentadas por novos elementos que surgiram após a análise das demais entrevistas. Cabe apontar que não foi necessário aumentar o número de participantes proposto inicialmente, isto porque considerou-se que os dados coletados não apresentavam novos elementos de análise, evidenciando, em certa medida, a saturação dos dados. Nesse sentido, entendeu-se que o conjunto de categorias construídas a partir da narrativa das participantes, respondiam aos objetivos propostos e contribuíram para a compreensão do fenômeno central estudado.

5 RESULTADOS

A apresentação dos resultados foi dividida em duas partes. A primeira é dedicada à caracterização das participantes e a segunda refere-se às categorias de análise que emergiram das narrativas das mulheres durante a entrevista semiestruturada e a construção do Mapa de Redes.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES

A caracterização das participantes foi obtida por meio dos dados sócio-demográficos no início da entrevista semiestruturada, o que possibilitou ter acesso à idade, escolaridade, religião, estado civil, tempo de relacionamento, número de filhos, atividade atual (ocupação) e renda mensal familiar. A seguir, é possível visualizar o detalhamento do perfil de cada participante, apresentado no Quadro 1:

Quadro 1 – Caracterização das participantes da pesquisa

Participante	Idade	Escolaridade	Religião	Estado civil	Tempo de relacionamento	Nº de filhos (sexo e idade)	Atividade atual	Renda familiar
1	68	Ens.Fund. Incompleto	Católica	Viúva	-	08 (♂51, ♂46, ♂45, ♀44, ♀43, ♀42, ♀38, ♀33 anos)	Aposentada	R\$ 2.034,00
2	21	Ens. Médio Incompleto	Evangélica	Separada (Namorando)	6 meses	01 (♂3 anos)	Auxiliar de produção	R\$ 1.000,00
3	27	Ens. Fund. Incompleto	Evangélica	Casada	3 meses	04 (♂12, ♀10, ♀6 e ♀3 anos)	Serviços Gerais	R\$ 2.034,00
4	43	Ens. Fund. Completo	Evangélica	Separada (Namorando)	5 meses	03 (♀25, ♂18 e ♂12 anos)	Aposentada por invalidez	R\$ 900,00
5	32	Ens. Médio Completo	Espírita Kardecista	Separada	-	02 (♀8 e ♀2 anos)	Televendas	R\$ 800,00
6	22	Ens. Fund. Incompleto	Católica	Casada	2 anos	04 (♀8, ♂6, ♀3 e ♂1 anos)	Auxiliar de talharia	R\$ 1.900,00

7	31	Ens. Fund. Completo	Evangélica	Separada	-	-	Desempregada	R\$ 300,00 ⁴
8	23	Ens. Fund. Completo	Católica	Casada	6 anos	04 (♀5, ♀3 e ♂1,4 (gêmeos) anos)	Serviços Gerais	R\$ 1.017,00
9	31	Ens. Fund. Incompleto	Católica	Casada	8 anos	02 (♀10 e ♂5 anos)	Serviços Gerais	R\$ 2.200,00
10	34	Ens. Fund. Completo	Católica	Separada	-	03 (♂14, ♀12 e ♂10 anos)	Servente	R\$ 678,00
11	39	Ens. Fund. Incompleto	Católica	Casada	8 anos	02 (♀12 e ♀2,5 anos)	Desempregada	R\$ 1.700,00
12	22	Ens. Médio Incompleto	Evangélica	Separada	-	02 (♀3 e ♀2 anos)	Estagiária	R\$ 700,00

Fonte: desenvolvido pela autora.

⁴ Recurso recebido da Secretaria de Assistência Social do Município.

Com relação à idade, as participantes desse estudo possuíam entre 21 e 68 anos (média = 32 anos). Quanto à faixa etária, cinco delas possuíam idade entre 20-29, cinco entre 30-39 anos e duas tinham 40 anos ou mais. Quanto a escolaridade, cinco mulheres possuíam ensino fundamental incompleto, quatro delas ensino fundamental completo, duas ensino médio incompleto e uma ensino médio completo.

Quanto à religião seis eram católicas, cinco evangélicas e uma espírita kardecista. Seis participantes estavam separadas no momento da entrevista, sendo que duas delas estavam namorando. Cinco mulheres estavam casadas, quatro delas com o autor da violência. Uma das participantes era viúva. Onze delas tinham filhos.

Com relação à ocupação, oito mulheres possuíam atividade laboral, duas eram aposentadas e outras duas estavam desempregadas. Das que trabalhavam, a atividade de serviços gerais foi a que predominou. A renda familiar declarada pelas participantes era entre R\$ 300,00 e R\$ 2.200,00 (média = R\$ 1.310,00), com prevalência de remuneração entre 1 e 2 salários mínimos.

Quanto à situação de violência e à experiência de terem vivido em uma casa-abrigo, as participantes desse estudo relataram ter sofrido um ou mais tipos de violência concomitantemente. Todas relataram ter sofrido violência psicológica. Além disso, nove sofreram violência física, cinco sofreram violência financeira e três mulheres disseram ter sofrido violência sexual. Em todos os casos, a violência foi praticada pelo parceiro íntimo afetivo, isto é, pelo marido (6 mulheres), pelo companheiro⁵ (5 mulheres) ou pelo namorado (1 mulher), com os quais se relacionavam entre 1,3 anos e 14,6 anos (média = 6,8 anos). As participantes desse estudo permaneceram na casa-abrigo por no mínimo 12 e no máximo 117 dias (média = 38 dias). No momento da entrevista, uma participante estava na casa-abrigo. O tempo médio de saída do local das demais foi entre 2 dias e 1,2 anos. O detalhamento desses dados, pode ser melhor visualizado no Quadro 2:

⁵ O termo “companheiro” refere-se às relações concebidas por “União Estável” (não matrimoniais), ou seja, uma união duradoura com constituição familiar.

Quadro 2 – Caracterização do tipo de violência e passagem pela casa-abrigo

Participante	Tipo de violência relatada	Relacionamento com o autor da violência	Tempo de relacionamento	Tempo de permanência na casa-abrigo	Tempo de saída da casa-abrigo
1	Psicológica	Namorado	2 anos	21 dias	11 meses
2	Física, psicológica e Financeira	Companheiro	5 anos	36 dias	9 meses
3	Física e psicológica	Marido	12 anos	42 dias	14 meses
4	Física, psicológica, sexual e financeira	Companheiro	14,6 anos	53 dias	10 meses
5	Física, psicológica e Financeira	Companheiro	5 anos	12 dias	8 meses
6	Psicológica	Marido	1,6 anos	117 dias	8 meses
7	Física, psicológica, sexual e financeira	Marido	1,3 anos	30 dias	2 dias
8	Física, psicológica e sexual	Marido	6 anos	15 dias	2 meses
9	Física e psicológica	Marido	8 anos	22 dias	2 meses
10	Física e psicológica	Companheiro	13 anos	17 dias	5 meses
11	Psicológica	Marido	8 anos	30 dias	3 dias
12	Física, psicológica e Financeira	Companheiro	6 anos	28 dias	Estava na casa-abrigo

Fonte: desenvolvido pela autora

Os dados apresentados evidenciam que as participantes deste estudo, em sua maioria, são mulheres jovens, em idade produtiva (20-39 anos), que possuem baixa escolaridade. Em linhas gerais são mulheres que têm sua própria fonte de renda por meio do desempenho de atividades laborais. Todas as participantes possuem uma religião, onze

delas tem filhos e a maioria vivia em um relacionamento afetivo (quatro delas com o autor da violência). Igualmente, todas reconheceram sofrer violência psicológica e em todos os casos a(s) violência(s) foi praticada pelo parceiro íntimo afetivo.

Diante da temática da presente pesquisa quanto a dinâmica relacional das redes pessoais significativas de mulheres em situação de violência, a caracterização sócio-demográfica das participantes desse estudo é importante para a compreensão da complexidade e do caráter multifatorial presente no fenômeno da violência. Na sequência, faz-se uma breve descrição sobre a vida das participantes em relação à situação de violência vivenciada para que o leitor se aproprie de informações que o ajudarão na leitura da discussão dos dados apresentados no item 6, desta dissertação.

5.2 SÍNTESE DA HISTÓRIA DE VIOLÊNCIA VIVIDA PELAS PARTICIPANTES

Participante 1 – (P1):

P1 tinha 68 anos, estava aposentada e desenvolvia atividades escolares em uma instituição que oferecia desde trabalhos manuais até alfabetização. P1 frequentava a escola 5 dias por semana, em oito períodos. Foi casada por aproximadamente 30 anos com o primeiro marido com quem teve oito filhos. Neste primeiro casamento, em que ocorreu a separação, houve diversos episódios de violência, sendo possível observar marcas de cortes em seus braços e cabeça. Com o segundo marido, falecido, relatou ter uma relação de 7 anos sem violência. P1 iniciou um namoro com um rapaz de 33 anos, usuário de álcool e drogas, que durou aproximadamente dois anos. O rapaz se recusava a sair do apartamento de P1 e isso foi o principal desencadeador de discussões e ameaças de morte. Depois de um episódio de cárcere privado e de desconfiar sobre o uso de drogas por parte do rapaz, P1, incentivada pelos filhos, decidiu buscar ajuda na secretaria de assistência social e delegacia da mulher, que a encaminharam para a casa-abrigo do município, onde permaneceu por 21 dias. Após sair da casa, P1 continua com suas atividades escolares e relatou que o ex-namorado começou a lhe incomodar novamente, embora não haja nenhum tipo de relação afetiva entre eles. Dentre as pessoas da rede pessoal significativa, destacam-se os profissionais da

casa-abrigo e os professores e colegas de escola, ambos pela função de apoio emocional.

“Eu me recuperei daquela tristeza que eu chorava muito, muito, muito... eu não choro mais, eu sou uma pessoa alegre, sorridente – sempre fui – mas agora to mais, voltei a viver de novo e eu me sinto bem no meu apartamento sozinha, que eu não me sentia mais bem lá, aquele medo que ele chegue, ele chegue. Agora não, tô tranquila” (P1).

Participante 2 – (P2):

P2 tinha 21 anos, estava separada do primeiro marido, casada por cinco anos, com quem teve um filho de três anos. Na ocasião da entrevista estava namorando e trabalhava como auxiliar de produção. O principal desencadeador da violência ocorreu quando P2 começou trabalhar, fato este, que contrariava a vontade do marido e o deixava mais agressivo com ela. Disse que o marido bebia e que houve vários episódios de agressão, discussão e tentativa de homicídio, presenciadas pelo filho, maior motivador da denúncia e saída de casa. P2 e o filho permaneceram na casa-abrigo por 36 dias. Ao saírem da casa-abrigo, o filho de P2 passou a morar com a mãe dela em outro Estado. P2 relatou ter contato diário com amigos, praticar esportes e realizar atendimento psicológico. A rede de amigos destaca-se na relação com P2 como apoio emocional e companhia social.

“Tipo aquilo de citar os sentimentos que eu tinha em relação ao meu ex-companheiro, eu nunca tinha falado isso antes. Uma palavra pra definir a violência familiar a única palavra que me vinha na cabeça era medo, de não ver meu filho crescer, na verdade, que eu ia ser morta pelo meu ex-companheiro” (P2).

Participante 3 – (P3):

P3 tem 27 anos, estava separada do primeiro marido (autor da violência) e morava com outro companheiro há 3 meses, com quem

estabelecia uma relação sem violência. P3 trabalhava com atividades de serviços gerais e tinha quatro filhos com o primeiro marido. No momento da entrevista estava apenas com a filha mais nova (3 anos), pois os demais estão com o ex-marido e este não deixa P3 vê-los, por esse motivo estava ocorrendo o processo judicial de guarda. P3 sofreu muitos episódios de violência física e psicológica, além de tentativas de homicídio por parte do ex-marido. O encaminhamento para a casa-abrigo se deu depois que o ex-marido agrediu fisicamente o filho do casal e a escola interveio com o conselho tutelar. Na mesma semana, o ex-marido havia tentado homicídio contra P3. Por essas razões, mãe e filho fizeram a denúncia e junto às demais crianças foram encaminhados para a casa-abrigo. Após sair da casa-abrigo o ex-marido se recusou a sair de casa e de deixar com que P3 levasse os filhos (exceto a mais nova). P3 ficou na casa de um irmão até conseguir alugar sua própria casa e comprar a mobília, sendo que o ex-marido, ainda nesse período, a ameaçava. Em seguida, estabeleceu união com o atual companheiro. Com relação à rede pessoal significativa, os profissionais da casa-abrigo foram apontados como pessoas importantes que ofereceram apoio emocional e ajuda material e de serviços.

“Agora eu tô conseguindo, devagarzinho assim as minhas coisas... que eu deixei tudo pra eles lá. Não levei nada. Só levei mesmo a minha roupa e a roupa da neném, só. Daí agora nós estamos conseguindo comprar, de vagarzinho, nós estamos conseguindo comprar os móveis pra dentro de casa.” (P3).

Participante 4 – (P4):

P4 tinha 43 anos, três filhos e dois netos. Ficou casada com seu ex-marido por 14 anos, com quem teve um filho. P4 estava aposentada por invalidez e estava namorando há cinco meses. Relatou que os episódios de violência iniciaram logo após o casamento, que o marido bebia, mas que sempre teve a esperança de um dia o marido mudar de comportamento. Por vários anos sofreu violência física, financeira, sexual e psicológica, mas até pouco tempo antes de ir para a casa-abrigo, havia predominado a violência psicológica. Relatou a ocorrência de episódios, ao longo dos anos, de ter sido agredida fisicamente até sangrar ou desmaiar. Fez oito boletins de ocorrência contra o ex-marido,

mas em nenhum dos casos foi dado continuidade ao processo. A chegada ao abrigo ocorreu devido a uma agressão feita contra o filho, na época com 10 anos, que, ao chegar à escola pediu para denunciar o pai ao conselho tutelar. Na escola já havia histórico de violência familiar contra P4 e de violência sexual contra sua filha (que não era filha do seu ex-marido) e sobrinha. Após a denúncia, mãe e filho foram encaminhados para a casa-abrigo onde permaneceram 45 dias na primeira vez e 53 dias na segunda vez. Ao saírem do abrigo, P4 e o filho retornaram para sua casa. O ex-marido construiu uma casa em frente à de P4. A participante relata que após a saída da casa-abrigo o ex-marido continuou com violência física e psicológica contra ela e o filho. Na ocasião da entrevista os pais de P4 moravam com ela e dois meses antes de participar do estudo, descobriu que o ex-marido abusava sexualmente do filho desde que tinha cinco anos. Os profissionais da casa-abrigo e os familiares foram apontados como as pessoas que mais ofereceram ajuda e deram apoio à P4.

“Hoje eu procuro sempre tá bem, por mais que eu lembre de alguma coisa triste, que me magoou, que me faz mal, que é uma ferida que ainda não cicatrizou, daqui um pouquinho já passou. Daí eu procuro não pensar mais naquilo. Peço a Deus que me tira aquele pensamento ruim porque, energia negativa só traz problema, eu não quero mais, eu aprendi muito, e isso é uma das coisas que eu vou levar pro resto da minha vida” (P4).

Participante 5 – (P5):

P5 tinha 32 anos e estava solteira. Tinha duas filhas, uma do primeiro casamento e outra com o ex-companheiro, autor da violência. P5 estava trabalhando, morava com sua filha mais nova e sua avó. A filha mais velha morava com o pai, pelo fato de presenciar vários episódios de violência entre a mãe e o companheiro. Os primeiros episódios de violência ocorreram no primeiro ano de casamento e foram se intensificando ao longo do tempo. Após várias ameaças de morte por telefone e pelo medo de perder a guarda de sua filha mais nova, P5 foi à delegacia da mulher e, em seguida, encaminhada para a casa-abrigo do município. Ao longo do relacionamento fez dez boletins de ocorrência,

foi para a casa-abrigo duas vezes. A primeira vez ficou 21 dias e ao sair, voltou a se relacionar com o companheiro; a segunda vez permaneceu por 12 dias. No momento da entrevista, P5 estava disposta a comprar uma casa, no entanto, como tinha contato semanal com o ex-companheiro em função da filha menor e ele a ameaçava constantemente, relatou que seria mais prudente permanecer na casa de sua avó por mais algum tempo. Sua principal rede pessoal significava era a família, em especial a figura de sua avó, que lhe ofereceu ajuda material e apoio emocional.

“Eu fiquei mais assustada porque eu pensei: ‘meu Deus, eu precisei ir pra um abrigo, que ponto que a minha vida chegou de eu precisa ir pra lá!’ Não pude nem ir na casa de um da família porque eu sei que ele vai entrar lá e vai incomodar eles.” (P5).

Participante 6 – (P6):

P6 tinha 22 anos e quatro filhos, dois que moravam com ela e dois que moravam com o pai deles em outro Estado. P6 estava trabalhando e após sair da casa-abrigo retornou com seu parceiro, autor da violência, e relatou novos episódios de violência psicológica, principalmente em função do uso de álcool. Após uma briga que teve violência física e psicológica, o casal se separou e o companheiro de P6 levou o filho de três meses para outro Estado. Quando a participante conseguiu pegar seu filho de volta, começaram as ameaças de morte e então, mãe e filhos (as duas crianças) foram encaminhados para a casa-abrigo. Relatou que o tempo na casa-abrigo fez com que pensasse mais em si e na vida e desse valor aos filhos e as outras pessoas que lhe queriam bem. Após sair da casa-abrigo retornou com o companheiro, mas disse estar arrependida, uma vez que antes podia ver seus outros dois filhos, que não moram com eles, e agora o companheiro não deixa. Contava principalmente com a rede de amigas e com os profissionais da casa-abrigo.

“Eu saí da casa [abrigo] feliz. Pensei: ‘nossa, agora vai ser uma nova vida’. Todo mundo aqui falou pra mim: ‘oh, uma nova vida hein’. Falei: ‘que bom, né’. Aí, eu vim aqui e conversei com ele

[companheiro], deu um aperto no coração e voltei com ele. Até enrolei ele um pouco pra ver se ia passar aquele aperto, mas não passava. E hoje tô bem triste de novo porque tá voltando tudo de novo. Falar bem a verdade, não dá pra esconder.” (P6).

Participante 7 – (P7):

P7 tinha 31 anos, não tinha filhos e estava desempregada. Esteve casada com o autor da violência por um ano e três meses. Ele era usuário de álcool e drogas, pedia dinheiro para ela para comprar drogas, vendeu todos os móveis da casa, ela pediu demissão do trabalho para “cuidar” dele após crises geradas pela overdose e quando não tinha mais como comprar drogas, pediu para a participante manter relação sexual com o traficante em troca de duas pedras de *crack*. P7 foi para a casa-abrigo duas vezes. A primeira por conta de uma agressão física do marido na rua, quando ela se recusou a ir comprar drogas com ele; e a segunda, quando o marido, após ameaças, tentou matá-la. Ao sair da casa a primeira vez, disse que procurou o marido porque soube que estava freqüentando a igreja e que estava melhor. Na segunda vez, após permanecer 30 dias na casa-abrigo, estava de mudança para outro Estado, pois julgava ser mais segura. Relatou que ter passado pela casa-abrigo ajudou no seu amadurecimento e autoconhecimento. Dentre as pessoas da sua rede pessoal significativa estavam a rede de amigas e os profissionais da casa-abrigo que lhe ofereceram ajuda material e de serviços e apoio emocional.

“Feliz aquele que colhe experiência com os erros dos outros, que não tenha que sofrer pra aprender.” (P7).

Participante 8 – (P8):

P8 tinha 23 anos, quatro filhos e trabalhava com atividades de serviços gerais. Três filhos moravam com ela e o marido, com quem era casada há seis anos, e a filha mais velha, morava com sua mãe. O companheiro de P8 fazia uso constante de álcool e já havia saído de casa quando ela estava grávida dos filhos gêmeos, mas reataram o relacionamento quando os filhos nasceram. Em função dos episódios de violência, P8 e o marido perderam a guarda dos filhos antes de P8 ir

para a casa-abrigo. O companheiro da participante tinha ciúmes e desconfiava que ela mantinha um relacionamento com outra pessoa, principal motivo de discussão e desencadeador da violência. Dentre os motivos da denúncia estiveram presentes a ameaça do tio da participante quanto a retirada dos seus filhos caso ela não tomasse nenhuma atitude e o fato do companheiro forçá-la a manter relações sexuais. P8, decidiu sair de casa e, inicialmente, foi para a casa de sua mãe, mas seu marido a ameaçava e também sua família. Então P8 fez a denúncia e foi para a casa-abrigo. Dois dias depois, foi possível pegar os filhos na creche, pois o marido não os havia levado quando soube do abrigamento de P8. Ao sair da casa-abrigo, decidiu dar uma nova chance ao marido e reataram o relacionamento. Sua principal rede pessoal significativa era composta pela família que desempenhou as funções de apoio emocional, ajuda material e de serviços e guia cognitivo e de conselhos.

“Muitos dizem: ‘Ah a mulher apanha, porque gosta, porque não tem vergonha na cara’. Não é bem assim... porque ela não sabe a situação que a gente passa, por que, que a gente tá vivendo isso, não é bem simples. É fácil tu olhar pra vida dos outros, mas não é fácil tu passar pelo que a pessoa tá passando. Porque tu não sabe se tu vai aguentar o mesmo tanto que a outra pessoa aguentou ou se tu vai fazer alguma coisa ou não vai fazer. Tu não sabe!” (P8).

Participante 9 – (P9):

P9 tem 31 anos, está casada há oito anos e tem um casal de filhos, sendo que a menina mora com a mãe de P9 na região nordeste do país. O parceiro, usuário de álcool, foi o responsável por P9 ir para a casa-abrigo, após vários episódios de violência física e psicológica. O principal motivo da busca por ajuda foi após uma briga entre o casal em que o marido bateu repetidas vezes na cabeça de P9. Além disso, havia uma preocupação com o filho de cinco anos, que estava presenciando as brigas entre o casal. P9 e o filho ficaram 22 dias na casa-abrigo. Ao sair, retomou a relação com o marido e disse que agora quem impõe as regras em casa é ela. Sua principal rede pessoal significativa foi composta pelos profissionais da casa-abrigo e colegas de trabalho os quais ofereceram apoio emocional e foram guias cognitivos e de conselhos.

“[a mulher] tem que achar o valor de si mesma. E não pode se rebaixar, ela sempre tem que achar uma força dentro dela... que ela pode tudo, basta ela querer.” (P9).

Participante 10 – (P10):

P10 tem 34 anos e possui três filhos. Vivia em uma relação estável há 13 anos com o autor da violência. Os episódios de violência iniciaram quando os filhos eram pequenos por desconfiança quanto à paternidade das crianças. O principal tipo de violência foi a psicológica e ameaça de morte. O encaminhamento para a casa-abrigo ocorreu quando o companheiro bateu no filho menor e o conselho tutelar interveio. Diante do histórico de violência na família, P10 e os três filhos foram para o abrigo onde permaneceram por 17 dias. Quando saíram da casa-abrigo, retornaram para a casa da família e o companheiro decidiu sair. P10 relatou que há um bom relacionamento entre o pai e os filhos, mas que ainda tem muito medo do ex-companheiro. Dentre as redes pessoais significativas, destacam-se os profissionais da casa-abrigo e os familiares, estes últimos ofereceram ajuda principalmente após a saída do abrigo.

“Eu posso dizer que eu tava me sentindo um lixo, nada que eu fizesse ia adiantar de nada, um dia eu disse não ‘eu posso, eu faço, eu vou’.” (P10).

Participante 11 – (P11):

P11 tinha 39 anos e duas filhas; a mais velha do primeiro casamento, a mais nova do casamento atual, de oito anos. O encaminhamento para a casa-abrigo foi em função da suspeita de abuso sexual do marido contra as duas filhas. Entre o casal, P11 relatou que ao longo dos anos de casamento, já ocorreu diversos episódios de violência física, um deles, inclusive resultou na separação do casal, mas que até o momento da entrevista, ocorria “apenas” a violência psicológica. P11 relatou que não acreditava ser possível o abuso sexual ter ocorrido e, após permanecer um mês na casa-abrigo, os exames de corpo delito deram negativos. Com relação às redes, as únicas pessoas mencionadas

foram os profissionais da casa-abrigo, sendo que os demais quadrantes do Mapa de Redes permaneceram em branco.

“Porque tem mulher que tá ali, o marido, faz, faz, faz e diz ‘ah eu não vou [terminar] porque fulano não vai aceitar’. Não pensa assim, simplesmente toca o barco pra frente. Porque se tivesse acontecido isso que eles suspeitaram eu ia fazer simplesmente isso. Ia pegar, não ia comentar nada, simplesmente ia pegar as minhas filhas e ir embora.” (P11).

Participante 12 – (P12):

P12 tem 22 anos e duas filhas. Estava casada há seis anos com o autor da violência e após tentar terminar o relacionamento, ocorreram diversas ameaças de morte. Relatou que as agressões começaram desde a gravidez da primeira filha e que cada vez se intensificava mais. Inicialmente procurou a secretaria de assistência social por problemas financeiros e quando a situação no relacionamento ficou insuportável, P12 pediu ajuda. No momento da entrevista, ela e as filhas estavam na casa-abrigo aguardando um lugar para serem acolhidas após saírem do abrigo, possivelmente na casa da mãe de P12. Dentre as redes pessoais significativas, os profissionais da casa-abrigo tiveram destaque e foram apontados como pessoas que ofereciam apoio emocional, regulação social e guia cognitivo e de conselhos.

“A minha vida inteira [chora]... me senti inferior às outras pessoas e a minha vida inteira foi à base de violência, à base de né... daí eu casei achando que isso ia mudar, porque eu pensei que essa pessoa com quem eu tava me casando poderia ser, talvez, uma forma de eu me escapar também do que eu passei e que fosse me valorizar, entendesse?” (P12).

5.3 APRESENTAÇÃO DAS CATEGORIAS, SUBCATEGORIAS E ELEMENTOS DE ANÁLISES

O conjunto dos dados obtidos por meio das narrativas das participantes do presente estudo, extraída da entrevista semiestruturada e da construção do Mapa de Redes, possibilitou a criação de 06 (seis)

categorias de análise, de suas respectivas subcategorias e elementos de análise. A organização das categorias ocorreu a partir da análise criteriosa das narrativas das participantes, por meio das quais foi possível identificar, inicialmente, os elementos de análise. Com base nesses elementos verificou-se o conjunto de aspectos semelhantes e diferenciais que convergiram na criação das subcategorias. Por fim, com vistas aos objetivos do presente estudo e da singularidade da experiência de vida das participantes, foi possível integrar os dados, respeitando suas particularidades, de maneira a formar as categorias de análise, apresentadas no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 – Apresentação das categorias, subcategorias e elementos de análise.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p style="text-align: center;">CATEGORIA 1</p> <p style="text-align: center;">SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DAS MULHERES</p>	1.1 O reconhecimento dos diferentes tipos de violência	<ul style="list-style-type: none"> - Violência psicológica - Violência física - Violência sexual
	1.2 Sobre o reconhecimento da violência nas relações familiares	<ul style="list-style-type: none"> - Violência contra os filhos - Discussões e agressões entre familiares - Sofrimento de todos os membros da família - Destruição da família e da pessoa
	1.3 A partir do reconhecimento das emoções	<ul style="list-style-type: none"> - Sentimento de “medo” e “morte” - Sensação de incapacidade - Transtorno sem fim
	1.4 A partir da violência na família de origem	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de violência - Ausência de violência

		- Violência como algo “normal”
<p style="text-align: center;">CATEGORIA 2</p> <p>DESENCADEADORES E DIFERENTES TIPOS DA VIOLÊNCIA SOFRIDA</p>	2.1 Motivos pelos quais acontece a violência	<ul style="list-style-type: none"> - Ciúme, traição, desconfiança, fofoca - Uso de álcool e Drogas - “Distúrbio” e “Doença” - “Caráter” - Impulsividade - Machismo e Falta de diálogo - Busca por autonomia
	2.2 Presença de estressores no ciclo vital da família	<ul style="list-style-type: none"> - Gravidez - Filhos pequenos - Maridos não aceitarem a separação
	2.3 Física	<ul style="list-style-type: none"> - Socos, Empurrões e Chutes - Enforcamento - Estrangulamento - Tentativa de homicídio - Cárcere privado
	2.4 Psicológica	<ul style="list-style-type: none"> - Humilhação e vergonha - Xingamentos e ofensas - Ameaça de morte - Intimidação e chantagem
	2.5 Financeira	<ul style="list-style-type: none"> - Impedimento da permanência das mulheres dentro de casa - Controle do dinheiro - Realização compras escondidas - Queima de pertences pessoais
	2.6 Sexual	- Violência sexual

		contra os filhos - Ser forçada a manter relação sexual - Impedimento do uso de método contraceptivo
<p style="text-align: center;">CATEGORIA 3</p> <p style="text-align: center;">A RELAÇÃO COM O AUTOR DA VIOLÊNCIA E SUAS REPERCUSSÕES</p>	3.1 Sobre o comportamento do autor da violência	- Controle da família e da rotina da mulher - Despreocupação com as necessidades da família - Ameaça de morte e violência física contra outros familiares e amigos - Afastamento dos filhos - Autores da violência foram mostrando como realmente eram - Ninguém gosta dele
	3.2 Sobre a permanência com o autor da violência	- Por acreditar na mudança do companheiro - Por gostar do companheiro - Sentimentos de ambivalência
	3.3 Reações emocionais e comportamentais da mulher	- Depressão, Ansiedade e Uso de medicamento controlado - Tentativa de suicídio - Dor, tristeza e mágoa - Vergonha e humilhação - Ódio e raiva - Medo

	3.4 Estratégias de enfrentamento	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento psicológico - Exteriorizar suas emoções - Conversar ou sair com amigos/as - Trabalho, prática religiosa e/ou escola - Mudança de cidade - Prática de esportes - Atividades intelectuais - Conselhos para enfrentar a violência
CATEGORIA 4 TRAJETÓRIA E VIVÊNCIA NA CASA-ABRIGO	4.1 O caminho até a casa-abrigo	<ul style="list-style-type: none"> - Medo de perder a guarda dos filhos - Conselho tutelar - Escola - Delegacia de polícia e/ou delegacia da mulher - Secretaria de assistência social - Ameaça de morte e o medo de morrer
	4.2 Rotina da casa-abrigo	<ul style="list-style-type: none"> - Procedimentos de entrada - Regras - Atividades domésticas - Cuidado com os filhos - Ginástica - Atividades manuais - Atividades intelectuais
	4.3 Relação com as pessoas da casa-abrigo	<ul style="list-style-type: none"> - Planos para o futuro - Troca de experiência e apoio emocional - Atendimento

		psicológico e assistencial - Mediação da situação de violência
	4.4 Aspectos facilitadores da vivência na casa-abrigo	- Vaga na creche pública para o filho - Melhora no desempenho escolar do filho - Redescoberta - Reflexão sobre suas vidas - Proteção - Pensar em si mesma - Mudança de comportamento - Reconhecimento do problema do outro
	4.5 Aspectos dificultadores da vivência na casa-abrigo	- Sensação de aprisionamento - Não ter notícias sobre a vida fora da casa-abrigo - Comportamento agressivo das crianças - Adoecimento - Sugestões de melhorias
CATEGORIA 5 DINÂMICA RELACIONAL DAS REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS	5.1 Da família	- Apoio emocional - Ajuda material e de serviços - Guia cognitivo e de conselhos
	5.2 Dos amigos	- Apoio emocional - Guia cognitivo e de conselhos - Ajuda material e de serviços - Companhia social

	5.3 Das pessoas da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Ajuda material e de serviços - Apoio emocional - Guia cognitivo e de conselhos - Regulação social
	5.4 Das pessoas da Casa-abrigo	<ul style="list-style-type: none"> - Companhia social - Apoio emocional - Guia cognitivo e de conselhos - Ajuda material e de serviços
	5.5 Do trabalho e estudos	<ul style="list-style-type: none"> - Guia cognitivo e de conselhos - Ajuda material e de serviços - Apoio emocional
	5.6 Ausência de redes	<ul style="list-style-type: none"> - Descrédito da família - Para não incomodar os familiares - Afastamento da rede familiar e de amizade
CATEGORIA 6 A METÁFORA COMO UMA REALIDADE PARA ALÉM DO CONVENCIONAL	6.1 Relacionada à negação da essência humana	<ul style="list-style-type: none"> - Ameaça de morte - Pelo imprevisível - Tentativas de homicídio - Invisibilização da violência
	6.2 Relacionada aos estereótipos de gênero	<ul style="list-style-type: none"> - A mulher gosta de apanhar - A mulher provoca a situação de violência - Uso da força física - A mulher deve tratar bem e cuidar do marido

Fonte: desenvolvido pela autora.

6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise e discussão dos resultados da presente pesquisa estão ancoradas no pressuposto epistemológico do Pensamento Complexo (Morin, 2007), pelo qual se sustenta a compreensão da dinâmica relacional familiar e das redes pessoais significativa de mulheres acolhidas em uma casa-abrigo. A partir das narrativas e das construções de significados das participantes, considerando ainda o processo hermenêutico da pesquisadora, em torno do fenômeno da violência familiar contra a mulher, nas categorias a seguir estão contemplados o conjunto de subcategorias e elementos de análise, presentes no contexto da violência, os quais se inter-relacionam e se afetam recursivamente.

6.1 CATEGORIA 1 – SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DAS MULHERES

*Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta*

(Chico Buarque – Cálice)

Esta categoria congregou um conjunto de elementos referentes a como as mulheres compreendem o fenômeno da violência de forma geral e nas relações familiares. Nela estão incluídos aspectos relacionados às experiências pessoais das participantes em relação à violência, as quais podem ser compreendidas por meio das tramas relacionais presentes em suas narrativas. Esta categoria compõe-se pela integração de quatro subcategorias: a primeira refere-se ao *reconhecimento dos diferentes tipos de violência*, a segunda sobre o *reconhecimento da violência nas relações familiares*, a terceira diz respeito ao significado da violência por meio do *reconhecimento das emoções* e, por fim, a quarta subcategoria trata da *violência na família de origem*.

A subcategoria **1.1** corresponde ao **reconhecimento dos diferentes tipos de violência**⁶ relacionados à compreensão das

⁶ As subcategorias e os elementos de análise estarão destacados em **negrito** no corpo do texto, ao longo de toda seção de discussão dos resultados.

mulheres em torno do fenômeno vivenciado e os diferentes tipos pelos quais se apresentam.

Quadro 4 – Elementos de análise referentes à subcategoria 1.1: A partir do reconhecimento dos diferentes tipos de violência.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p>CATEGORIA 1</p> <p>SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DAS MULHERES</p>	<p>1.1 O reconhecimento dos diferentes tipos de violência</p>	<p>-Violência psicológica - Violência física - Violência sexual</p>

Fonte: desenvolvido pela autora.

A **violência psicológica** foi mencionada por dez participantes. Em suas narrativas, pôde-se encontrar exemplos desse tipo de violência como algo que afeta a autoestima, que lhes magoa, que lhes ofende mais do que receber um tapa. Relataram também que a violência psicológica destrói uma pessoa e a faz se sentir um lixo, conforme ilustra o relato a seguir:

*Violência pra mim assim... **destrói uma pessoa**, faz a pessoa sentir assim, vou ser bem sincera, **faz a pessoa se sentir um lixo, se sentir um lixo**. Porque ao mesmo tempo em que machuca por fora, **machuca por dentro também**, a pessoa adoce (P12).*

A **violência física**, por sua vez, foi mencionada por duas participantes, que utilizaram exemplos para descrevê-la:

*A violência é a pessoa **que bate, que surra, que espanca, que mata** e que agride verbalmente, com palavras, tudo isso é violência (P1).*

*É quando o marido **espanca a mulher** (P3).*

Neste estudo, nove participantes relataram ter sofrido violência física, mas somente duas atribuíram o significado especificamente a este tipo de violência. Também foi possível identificar em seus discursos, o reconhecimento da violência psicológica e contra a mulher. Nessa mesma perspectiva, outras três mulheres relataram ter sofrido **violência sexual** e somente uma delas atribuiu o significado a este tipo de violência. Esta participante teve como base para sua compreensão a experiência vivida por ela e por sua filha, complementando que é um agravo pior que os outros tipos de violência, conforme depoimento a seguir:

*E a outra, mais pior ainda é a sexual. Porque eu sofri, mas foi muito pouco, mas a **minha filha sofreu**. Porque a violência não é a penetração, um machucado... tem muitas maneiras (P4).*

Verificou-se que ao definir o termo violência, as participantes utilizaram fatos relacionados à sua experiência para dar sentido à temática, sobretudo quando se incluem como protagonistas dos tipos e consequências da violência. A partir de suas narrativas, ao se referirem à violência psicológica, as mulheres apresentaram como contraponto, a violência física e fizeram comparações entre esses dois diferentes tipos de violência. Nesse sentido, as narrativas evidenciaram a violência psicológica como mais “dolorida”, que causa sofrimento superior à física, mesmo com a ausência de marcas visíveis, evidenciando a profundidade do impacto causado por este tipo de violência em termos subjetivos.

Esses achados se assemelham às pesquisas de Machado (2004), Meneghel *et al*, (2000) e Silva (2005) em que as mulheres identificaram a violência não só como agressão física, mas também como humilhações e xingamentos, caracterizando-a como violência psicológica. Em contrapartida, as falas das participantes se diferenciam de outros estudos (Carlotto & Calão, 2006; Santos, 2009; Wanderbroocke, 2011) que apontam para o reconhecimento prioritário da violência física, tendo em vista que esta traz marcas visíveis, sendo mais facilmente identificável do que a violência psicológica.

Considerando os tipos de violência descritos pela OMS (2002), em nenhum momento as participantes se referiram à financeira ou negligência e apenas uma delas mencionou a violência sexual. Os danos causados pela violência psicológica também estiveram presentes em suas falas. Conforme apontado anteriormente, quando comparados aos

danos provenientes da violência física, aqueles causados em decorrência da violência psicológica foram apontados como mais graves. Esse dado vai ao encontro da pesquisa de Silva, Coelho e Capone (2007), quando afirmam que as ofensas destinadas às mulheres é uma agressão emocional tão grave quanto a violência física, tendo que conviver diariamente com o medo e suas consequências: baixa autoestima, insegurança e falta de confiança em si mesma.

A baixa autoestima também foi observada nas narrativas das participantes quando fazem menção sobre o significado da violência e suas consequências psicológicas. Em termos de desenvolvimento humano, a baixa autoestima faz parte da relação estabelecida nos processos proximais responsáveis pela construção da identidade pessoal (Bronfenbrenner, 2004). Esse dano causado pela violência, conforme apontam Adeodato *et.al.* (2005), contribui para deixar as mulheres mais fragilizadas e desprotegidas, fazendo-as acreditar que não são capazes ou que não têm condições de procurar ajuda para resolver o problema. Esse aspecto pode ser observado nos relatos de outras mulheres ao dizerem que “não tinham forças” ou “não viam recursos” para sair do ciclo da violência devido ao estado de fragilidade em que se encontravam.

A subcategoria **sobre o reconhecimento da violência nas relações familiares (1.2)** descreveu como as participantes relacionaram o significado da violência com as experiências presentes nas relações entre os membros da família, por meio dos elementos de análise apresentados a seguir:

Quadro 5 – Elementos de análise referentes à subcategoria 1.2: A partir do reconhecimento da violência nas relações familiares.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p>CATEGORIA 1</p> <p>SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DAS MULHERES</p>	<p>1.2 A partir do reconhecimento da violência nas relações familiares</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Violência contra os filhos - Discussões e agressões entre familiares - Sofrimento de todos os membros da família - Destruição da família e da pessoa

Fonte: desenvolvido pela autora.

A violência contra os filhos foi um elemento encontrado na fala das participantes que fizeram menção tanto em relação aos filhos seres testemunhas da violência quanto à prática da violência contra eles, conforme os relatos a seguir:

*Vem as cenas do meu **filho desesperado**... ele [o companheiro] nunca agrediu meu filho, mas eu lembro dele [o filho] vir chorando, correndo **tentando me ajudar de alguma forma** quando me via sendo agredida e a gente naquele **ambiente familiar bem conturbado**, sabe? (P2).*

*Às vezes tem pais... **tem filhos que sofrem violência dos pais e não percebem**. Quando um pai diz assim “**não, tu não vai ser nada na vida**” “**tu não vale nada**”. A gente cresce escutando isso, né? **É uma coisa que fica** (P7).*

De acordo com esses relatos, observou-se que as mulheres atribuíram ao significado da violência, as cenas dos filhos como testemunhas, a reação deles diante de situações violentas e a prática da violência psicológica perpetrada contra eles. Tendo em vista que a violência no âmbito familiar não atinge, de maneira direta, somente a mulher, a presença dos filhos como testemunhas da violência, foi estudada nas pesquisas de Azambuja e Nogueira (2008) e Santos (2009) sendo apontado o fato das crianças que presenciam violência entre seus pais terem mais chances de desenvolver problemas comportamentais e emocionais, tais como ansiedade, depressão e baixo desempenho escolar.

Outras mulheres, por sua vez, compreenderam a violência familiar de maneira mais ampla, considerando, as **discussões e agressões entre familiares** praticadas entre membros dos diferentes subsistemas que compõem a família, como uma forma de violência, conforme descrevem os relatos a seguir:

*Violência na família é **quando a família não se dá bem**, que **discute** muito entre irmãos com irmãs, mãe com filho, filho com mãe (P1).*

*Tipo, você mora com a tua família e naquele ambiente tem as **agressões**. “Ah, sua fulana não sei o que”, é isso. E a violência também é a **agressão física**, com certeza (P6).*

Observou-se, assim, que a violência entre familiares foi identificada tanto pelo tipo de violência física, por meio de agressões, quanto psicológica, por meio de discussão e xingamentos, que causam sofrimento para os membros da família. Em consonância a isso, o **sofrimento de todos os membros da família** foi apontado na fala de uma das participantes como expressão da violência no âmbito familiar. O relato mostrou o envolvimento de diferentes integrantes da família nos “bastidores” da violência, conforme pode apresentar o depoimento que segue:

Olha, desde o momento que tem um na família que tá sofrendo, já é uma violência, não importa qual seja o sofrimento. Eu digo isso porque na época em que eu tava sofrendo, a minha família inteira tava sofrendo [...] A minha mãe sofria e chorava, ela sofre até hoje [...] Era eu ali que tava na frente, mas atrás de mim tinha muitas outras pessoas que tavam sofrendo. Era tio, era tia, era irmã, era cunhado, todo mundo tava sofrendo (P4).

Esse depoimento evidencia o reconhecimento das consequências psicológicas – o sofrimento – de um sistema tomado pela violência. De acordo com Minuchin (1982), um nível elevado de estresse por parte de um membro da família, repercute nas fronteiras afetando membros de outros subsistemas. Assim, um sistema tomado pela violência ultrapassa suas fronteiras e faz com que outros sistemas sejam envolvidos, tornando-se coadjuvantes frente ao problema.

Dessa forma, a **destruição da família e da pessoa** que vivencia situações de violência nas relações familiares esteve presente entre as narrativas das participantes. O relato abaixo mostra a preocupação da participante quanto ao reflexo da violência na vida das filhas:

Como eu já vivi isso assim, presenciando, isso acaba com a família completamente, o que eu não quero é passar a mesma experiência pras minhas filhas...

olhar pra elas e ver refletido tudo o que eu vivi na minha vida, na vida delas, entendesse? A violência ela destrói, destrói assim, faz a pessoa perder confiança, faz a pessoa perder o amor, o respeito (P12).

Ao longo da entrevista, ao ser questionada sobre já ter vivenciado violência familiar em algum momento de sua vida, a participante P12 relatou que seu pai praticava violência física contra ela e a mãe, seu avô agredia sua avó materna e que, a partir disso, tinha o desejo de “fechar esse ciclo (sic.)”. Assim, deduz-se que a preocupação em “repassar” o mesmo modelo para suas duas filhas pode estar relacionada com as experiências familiares em torno da violência e também com as consequências da violência para as crianças.

O relato e a história desta participante evidenciaram o aspecto da intergeracionalidade da violência, também apontada nos estudos de Cui *et. al.* (2010) e Scatamburlo, Moré e Crepaldi, (2012), os quais evidenciaram que as pessoas expostas a níveis elevados de violência na família de origem têm maiores chances de repetir esse comportamento em suas relações, inclusive escolhendo parceiros que também vivenciaram esse padrão interacional. Isto não significa, porém, que, necessariamente, haverá uma repetição desses comportamentos, mas que a exposição à violência é um dos fatores potencialmente de risco envolvidos nas tramas relacionais que favorecem o comportamento violento.

A subcategoria **1.3** discutiu o significado da violência **a partir do reconhecimento das emoções** vivenciadas pelas participantes em suas relações íntimo-afetivas, sendo os elementos de análise que sustentaram esta subcategoria, apresentados no Quadro a seguir:

Quadro 6 – Elementos de análise referentes à subcategoria 1.3: A partir do reconhecimento das emoções.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
CATEGORIA 1 SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DAS MULHERES	1.3 A partir do reconhecimento das emoções	- Sentimento de “medo” e “morte” - Sensação de incapacidade - Transtorno sem fim

Fonte: desenvolvido pela autora.

Ao serem questionadas sobre a que palavras poderiam relacionar o termo “violência”, duas participantes (P2 e P3) responderam, respectivamente, ao **sentimento de “Medo” e “Morte”**. Concomitante a isso, outras quatro participantes se referiram às emoções despontadas quando se referiam ao significado da violência, conforme exemplificados a seguir:

*[...] E de sentimento de **incapacidade**, de fazer você se sentir incapaz de realizar alguma coisa, de que você nunca vai conseguir, de **colocar pra baixo mesmo** (P2).*

*Acho que é tudo que faz mal pra gente, tanto no psicológico como no físico, acho que isso é violência. Qualquer coisa que eu sinta **medo**, assim... que alguém tiver fazendo e sentir **medo** eu acredito que de qualquer forma é uma violência (P5).*

*A violência pra mim? É um **transtorno sem fim** [...] é a mesma coisa que dar um tapa e aquela ferida nunca sarar (P9).*

As falas das participantes remetem à complexidade e multideterminação do fenômeno da violência no sentido da presença do nível emocional, compreendendo seu significado por meio de sentimentos como o medo e **sensação de incapacidade**. Torna-se importante assinalar, também, a referência que uma das participantes faz ao se referir à violência como um **“transtorno sem fim”**(*sic.*), sendo possível supor que a participante não visualizava um fim para este tipo de situação.

Em torno da questão “o que é violência para você?”, as participantes da presente pesquisa, à luz de suas experiências, apresentaram diferentes concepções e construções de significados. Embora os significados da violência tenham se apoiado principalmente no tipo de violência psicológica, isso não impediu que as participantes visualizassem outros elementos que caracterizassem a violência. Nesse sentido, conforme aponta Gergen (1996), os significados podem ser temporários ou sofrerem alterações a partir de novos elementos congregados ao conjunto de sentidos dado a determinado fenômeno. O autor afirma, ainda, que a construção do significado não se dá unicamente pelo controle da pessoa ou pelo processo dialógico, mas pela complementação desses dois aspectos adicionados às imersões prévias de outros relacionamentos construtores de significado.

A subcategoria **1.4 A partir da violência na família de origem** reuniu elementos em torno da presença da violência familiar, nos quais estão ancorados os significados atribuídos à violência.

Quadro 7 – Elementos de análise referentes à subcategoria 1.4: A partir da violência na família de origem.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p>CATEGORIA 1</p> <p>SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS À VIOLÊNCIA NA PERSPECTIVA DAS MULHERES</p>	<p>1.4 A partir da violência na família de origem</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de violência - Ausência de violência - Violência como algo “normal”

Fonte: desenvolvido pela autora.

A **presença de violência** no âmbito familiar foi mencionada, explicitamente, por quatro participantes do estudo, conforme ilustram os relatos a seguir:

Eu era pequenininha, mas meu pai também batia na minha mãe (P5).

Era meus irmãos. Principalmente minha irmã mais velha do que eu. Ela me batia pra dedéu (risos). Porque do fato assim... deles não saber que eu tinha problema de surdez. E ela achava que eu tava fazendo piada com ela (P9).

Diante dessas narrativas, pode-se verificar que a violência na família foi reconhecida pela prática de violência física tanto entre os pais como também contra as próprias participantes. Os estudos sobre a transmissão intergeracional da violência (Cui, *et.al.*, 2010; Cruz, Silva & Alves, 2007; Kwong, *et.al.*, 2003, Scatamburlo *et. al.*, 2012), tema este já mencionado ao longo desta categoria, mostra que crianças que vivenciam ou testemunharam a violência na família tendem a repetir o

comportamento dos pais quando adultos, em suas relações afetivas-conjugais. Nesse sentido, é possível inferir a partir da perspectiva da intergeracionalidade, que a escolha do parceiro tenha algum tipo de relação com a violência, presente na família origem.

Por outro lado, a maioria das participantes mencionou que havia **ausência de violência** referente a sua família de origem, tanto que diziam não entender ou acreditar que a violência havia ocorrido com elas, pois não foram criadas em um ambiente violento, conforme descrevem as narrativas a seguir:

*Não. Não mesmo. [...] Eu nunca tinha vivido violência, meu pai e minha mãe tinham as suas discussõeszinhas deles “ah por que não fechou a porta? Ah por que não fechou você?”, coisa normal, sabe? Mas nem violência de bebida, de vícios, **nunca aconteceu**. Eu até, muitas vezes, quando eu vivia, essa violência, essa tristeza, eu perguntava, eu me questionava, meu Deus o que eu tinha feito de errado pra ta passando por aquilo? Às vezes não tem explicação, **mas eu não cresci com violência, tanto é que a minha família toda é evangélica** (P4).*

*Não. Graças a Deus não. Eu sempre fui muito do meu pai, a princesa do meu pai. E da minha mãe também. **Tanto é que nunca sofri violência. Na minha família assim, meu pai e minha mãe, nunca houve discussão ou coisa assim. Nunca! Nunca vi meu pai xingando a minha mãe. Nunca!** Então, a minha cultura foi totalmente diferente (P7).*

As narrativas das mulheres evidenciaram a presença de questões culturais em torno da ausência de violência na família. Ambas tinham como crença espiritual a religião evangélica e sustentavam que não se deve praticar violência contra outra pessoa. Outro aspecto trazido pelas participantes é se referirem à **violência como algo “normal”** principalmente em termos de violência psicológica, conforme pode ser visto a seguir:

Então, sobre isso nada, sabe? Só discussão normal assim... De brigar, de xingar um ao outro, mas nada

de agressão. Quando a gente era mais nova, apanhava quando fazia arte essas coisas assim, sabe? Mas nada como assim, educar. Não aquela violência de te ferir, te machucar, agressão física mesmo assim. Só uma varinha, uma chinelada, uma palmada na bunda. Como a grande maioria dos pais de antigamente, fazia. Alguns hoje em dia também fazem né? Mas só isso, nada demais (P8)

Não. Nunca! Brigava briga normal de irmão. Mas a minha família, graças a Deus, nunca teve esse tipo de coisa que aconteceu comigo não. Talvez seja até por isso que eles não acreditaram em certas coisas, que aconteceu comigo (P10).

Ao longo desta categoria, ao se referirem ao significado da violência, as participantes mencionaram sobre características da violência psicológica, porém ao referirem-se à violência na sua família de origem parece não reconhecerem da mesma forma. Nesse sentido, como hipótese dessa ausência (ou “normalidade”) da violência pode-se pensar em alguns aspectos: 1) que o significado que as mulheres atribuem à violência diz respeito à comparação da gravidade da violência que sofreram com aquela que presenciaram em sua família de origem. 2) Que existe uma necessidade de idealização de uma família sem a existência da violência. 3) Que a violência é vista como uma prática educativa em que é “normal” e “necessária” como forma de repreender comportamentos julgados inadequados. 4) Em um nível contextual, conforme aponta Bronfenbrenner (2002), o macrosistema compreende a cultura, crenças e valores, responsáveis por alguns comportamentos das pessoas e, dessa maneira, pode-se pensar que a religião pode se constituir como uma espécie de controle da violência familiar, embora mantenha valores patriarcais de submissão – por exemplo, “até que a morte os separe” – o que pode sustentar a permanência em uma relação de violência.

No tocante aos aspectos discutidos, a presente categoria evidenciou o significado atribuído à violência na perspectiva das mulheres, tanto de forma geral quanto no âmbito familiar. Os conceitos centrais relacionados à violência referem-se, amplamente, aos tipos psicológica e física, à violência que ocorre nas relações familiares e às emoções relacionadas à vivência da violência, que retratam a

compreensão das mulheres em relação a este fenômeno. Observou-se que as participantes desse estudo consideraram que a violência psicológica – e suas consequências – possui maior grau de sofrimento quando comparadas às agressões e marcas causadas pela violência física. Além disso, cabe destacar que houve, também, o emprego do significado relacionado à violência sexual, porém não foi verificado em suas falas, aspectos pertinentes a violência financeira ou negligência/abandono.

Os achados apontaram, ainda, para o reconhecimento das emoções relacionadas às experiências vivenciadas pelas mulheres, tendo como representação desse aspecto, o fato de sentirem medo, acompanhado da baixa autoestima, sentimento de incapacidade (de seguir em frente) e como algo que faz mal para a pessoa. No âmbito familiar, as participantes consideraram como violência aquela perpetrada contra os filhos ou na presença deles, discussão e agressões entre familiares, sendo a violência algo que, efetivamente, destrói a família, causando sofrimento aos membros envolvidos.

Dessa maneira, o significado atribuído à violência, pelas participantes deste estudo, esteve ancorado em diferentes compreensões, mas principalmente no que tange ao reconhecimento da violência psicológica. Quando se referiam à violência familiar, as mulheres tomaram por referência os membros da família como filhos, esposas e irmãos, entre os quais havia discussões e agressões. Em sua família de origem, evidenciou-se a violência perpetrada entre os pais e contra as participantes, além de compararem a gravidade da violência em suas relações conjugais com as que viveram ou presenciaram quando pequenas. Assim, como fenômeno geral, as mulheres relacionaram a violência a partir de suas experiências, vivências e emoções enquanto protagonistas de suas histórias. Dentro desse contexto, a categoria seguinte discute os *Desencadeadores da violência* e diferentes *tipos de violência sofrida* pelas mulheres da presente pesquisa.

6.2 CATEGORIA 2 – DESENCADEADORES E DIFERENTES TIPOS DE VIOLÊNCIA SOFRIDA

*Esse silêncio todo me atordoia
Atorreado eu permaneço atento
Na arquibancada pra a qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa*

(Chico Buarque – Cálice)

Esta categoria integra um conjunto de elementos que trataram dos motivos desencadeadores da violência e a descrição dos tipos de violência sofrida pelas participantes. Entende-se por desencadeadores, os aspectos que favorecem o início dos episódios de violência contra a mulher. Assim, a partir da inter-relação dos elementos que compõe esta categoria e por fazerem parte de um ciclo em espiral que se retroalimenta, entendeu-se que fazer sua análise de maneira separada, fragmentaria um fenômeno de difícil compreensão.

Assim, a subcategoria **2.1** trata dos **Motivos pelos quais acontece a violência** reunindo uma série de elementos apontados pelas participantes como aquilo que acreditam serem os motivos que contribuem para o desencadeamento da violência no âmbito geral ou tomando por base os comportamentos violentos que estiveram presentes em suas relações, conforme apresentado no Quadro 8 a seguir:

Quadro 8 – Elementos de análise referentes à subcategoria 2.1: Motivos pelos quais acontece a violência.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
CATEGORIA 2 DESENCADEADORES E DIFERENTES TIPOS DE VIOLÊNCIA SOFRIDA	2.1 Motivos pelos quais acontece a violência	<ul style="list-style-type: none"> - Ciúme, traição, desconfiança, fofoca - Uso de álcool e Drogas - “Distúrbio” e “Doença” - “Caráter” - Impulsividade - Machismo e Falta de diálogo - Busca por autonomia

Fonte: desenvolvido pela autora.

O **ciúme, traição e desconfiança**, atrelados à **fofoca**, foram apontados como desencadeadores da violência por quatro participantes da pesquisa:

*Eu tinha chegado serviço, tava fazendo janta, ele pegou e falou assim: ah sua vagabunda, porque tu tá me **traindo**. E eu não tava traindo, não tava saindo com ninguém. Daí os **outros falavam pra ele. Daí como ficavam falando coisa pra ele, ele acreditava. Daí ele pegou o facão e veio pra me matar (P3).***

*Mesmo que a gente tava junto, **ele desconfiava que eu tinha outro homem, sabe? Ele tinha muito ciúme, tem muito ciúme ainda. Então a relação era disso, muita discussão, né? (P8).***

O ciúme e a desconfiança em relação à traição, também estão entre os principais desencadeadores da violência no estudo de Deeke, Boing, Oliveira e Coelho (2009). Associados a estes elementos, a presença do **uso de álcool e drogas** também foi apontado pelas mulheres como um desencadeador da violência, conforme descrito nos relatos a seguir:

*No meu caso... imagino que na maioria dos casos né? **Que eu conheci dentro da casa [abrigo], pela conversa que eu tive, é por causa de droga. Droga, álcool, geralmente por causa disso. No meu caso foi também, por causa do álcool e da droga (P7).***

*Até mesmo... que tu tinhas perguntado antes ali, **se ele bebia ou fumava, ah... se ele usava alguma droga, alguma coisa. Seja relacionado a isso também, porque minha avó também foi vítima de agressão e... o meu avô bebia muito. Ele chegava em casa, abusava dela, batia nela então... a minha mãe me conta assim que foi bem triste porque quando ele tava são, tava tudo bem, era tranquilo, mas quando ele bebia era uma tristeza em casa (P12).***

No que diz respeito ao uso de álcool durante a perpetração da violência, a pesquisa de Dossi, Saliba, Garbin e Garbin (2008),

evidenciou que 26,8% (n = 1495) dos autores da violência contra a mulher estavam frequentemente alcoolizados. Em complemento a este dado, o estudo de Zaleski, Pinsky, Laranjeira, Suhasini, Ramisetty-Mikler e Caetano (2010) revelou que um a cada dez homens (n = 631) assumiu ter consumido álcool durante os episódios de violência. Juntamente ao conjunto de elementos apresentados, o fato do comportamento violento estar relacionado a uma **doença/distúrbio**. Uma participante concordou quanto a esse aspecto e complementou dizendo que o autor da violência não se dá conta do que está fazendo/acontecendo, conforme explicitado na narrativa a seguir:

Então pra quem tá agredindo acho que é uma doença, que às vezes até mesmo a pessoa não se dá conta do que tá se passando, do que tá acontecendo... [...] No momento ele não se dava conta até uma vez, teve uma vez que ele me agrediu e que eu fiquei desacoborada. Depois de um tempo ali é que eu consegui me dar conta do que tava acontecendo, ele tava desesperado, do meu lado tentando me reanimar, fazendo eu voltar, tava desesperado assim, acho que é uma doença, não sei (P12).

Outras participantes também concordaram com P12 em relação à doença/distúrbio e relacionam, ainda, com o **caráter** da pessoa. A questão da **doença/distúrbio** é citada pelas mulheres como uma possível explicação e/ou justificativa para a ocorrência da violência, tendo em vista que, pelas suas narrativas, elas não visualizam outros motivos que não relacionados a algum tipo de patologia ou de personalidade (caráter). De acordo com Cantera (2007), estudos traçaram o perfil do autor da violência, nos quais podem ser vistos alguns itens em nível de personalidade, dentre eles: a irritabilidade, a intolerância ao estresse e à frustração e a **impulsividade**. Este último também foi encontrado nas narrativas das mulheres ao relatarem que as falas vindas do autor da violência eram espontâneas e que não pensavam no sentimento de quem está ouvindo. Arelado à impulsividade, uma das mulheres remeteu ao **machismo e falta de diálogo** como um desencadeador da violência, conforme descrito no relato a seguir:

Porque não tem conversa, sabe? E assim, geralmente os homens, são muito machistas. Como eles são muito

machistas, eles sabem que são muito mais fortes que nós e usam da violência. Porque a mulher ela, muitas mulheres, quando está na casa dela, ela fala, fala, fala, não quer saber, ela fala. E o homem quando não quer ouvir, que ele sabe que ficar falando não adianta, aí ele acaba usando da violência (P8).

Diante das narrativas, observou-se a menção do machismo e uso da força física, por meio da perpetração da violência, como forma de cessar a fala da mulher. Ao relacionar esses aspectos com as características do sistema patriarcal, é possível pensar que quando ocorre a “desobediência” da mulher, alguns homens se sentem no direito de agredi-las, como forma de reafirmar o seu papel de autoridade. Isto corrobora com os estereótipos de gênero relacionados à força, poder e autoridade atribuídos ao homem que, para mostrar que tem poder e provar sua masculinidade, exerce a violência, enquanto a mulher mantém uma postura de submissão e obediência (Cantera & Gamero, 2007; Gomes, Diniz, Camargo & Silva, 2012; Lisboa & Pinheiro, 2005).

A crença de que o homem tem poder e controle sobre a mulher foi evidenciado quando as mulheres mencionaram a **busca por autonomia** relacionada ao início dos episódios de violência com sua procura por trabalho e vontade de se dedicar aos estudos:

Sim, inclusive a primeira coisa que ele fez quando a gente decidiu morar juntos, foi me privar de continuar os estudos. A primeira coisa que ele pediu foi para eu parar de estudar. [...] E a gente começou o conflito quando eu resolvi começar a trabalhar que foi contra a vontade dele. Aí ele começou a ficar mais agressivo porque eu comecei a ficar mais independente, né? (P2).

Para Lorente Acosta (2005), o homem, de maneira progressiva vai adotando atitudes de controle e violência para impor à mulher limites individuais até que, com o passar do tempo, esses limites sejam introjetados e ele possa modificá-la a seu gosto, uma vez que a mulher, com medo de novos episódios de violência se sente impossibilitada de mudar esta realidade. Em complemento a esta afirmação, cabe apontar que no estudo de Lamoglia e Minayo (2009), o fato do marido não querer que a mulher trabalhasse foi o quinto principal motivo alegado

pelas mulheres ao realizar as queixas de violência na delegacia. Por sua vez, ser contrariado foi o motivo mais apontado pelos homens participantes do estudo de Deeke *et. al.* (2009) como desencadeador da violência psicológica e física, sendo que por meio dela foi possível coagir e subornar a mulher quanto a sua vontade.

A subcategoria **2.2 Presença de estressores no ciclo vital da família** descreveu as mudanças do ciclo vital da família que condizem com os episódios de violência ocorridos com as participantes desta pesquisa, a partir dos elementos mostrados no Quadro 9, a seguir:

Quadro 9 – Elementos de análise referentes à subcategoria 2.2: Presença de estressores no ciclo vital da família.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
CATEGORIA 2 DESENCADEADORES E DIFERENTES TIPOS DE VIOLÊNCIA SOFRIDA	2.2 Presença de estressores no ciclo vital da família	- Gravidez - Filhos pequenos - Maridos não aceitarem a separação

Fonte: desenvolvido pela autora.

Quando questionadas sobre o início da violência na relação conjugal, as mulheres relacionaram com o período da **Gravidez** do primeiro filho ou ainda, com sucessivas gravidezes, conforme o relato a seguir:

Cansei de apanhar grávida, minha filha. De ter que correr pro meu marido não me matar correndo atrás de mim com uma faca. Eu correndo com a barriga, com o pequenininho e com mais um neném no braço. Porque vinha um atrás do outro (P1).

O fato de sofrer violência durante a gravidez, também foi um dos achados do estudo de Doubova, Pamanes-Gonzalez, Billings e Torres-Areola (2007) em que 31% das mulheres (n = 383) relataram ter sofrido violência física, psicológica ou sexual durante a gestação. Interessante notar que a participante P1, fez menção sobre sofrer violência grávida e

tendo **filhos pequenos**. Esse elemento também foi apontado por outras três participantes que relacionaram o início da violência com a fase do ciclo vital em que os filhos eram pequenos. Uma delas relatou um episódio em que o marido saiu de casa, deixando-a com a filha pequena e grávida dos filhos gêmeos:

*Porque assim, o meu marido **muitas vezes a gente brigava e ele dizia que ia embora, né? E ele foi embora com outra mulher. Aí, quando ele foi embora com a outra mulher, a minha menina ficou muito doente, sabe?(chora).** Ela não comia direito, ela ficava o dia inteiro no portão da casa da minha mãe. Porque eu tava na casa da minha mãe... Aí, como a minha **gravidez era de risco**, minha mãe disse: “fica aqui em casa” (P8).*

A narrativa chama a atenção para o impacto na vida dos filhos, tendo em vista, conforme o relato da participante P8 o adoecimento da filha. Esta participante mencionou, ainda, que quando seu marido retornou para casa, eles perderam a guarda dos três filhos pequenos por conta dos episódios recorrentes de violência. Os filhos ficaram quatro meses em um abrigo para crianças até os pais conseguirem recuperar sua guarda. Nesse sentido, os estressores familiares presentes nas transições dos diferentes estágios do ciclo vital, são geradores de sintomas e disfunções (Carter & McGoldrick, 1995). Sobre o estágio “famílias com filhos pequenos” as autoras afirmam que o aumento da tensão entre o casal diante de novos papéis e responsabilidades em relação aos filhos pode culminar em brigas, conflitos familiares e negligência em relação aos filhos

Da mesma maneira, Carter e McGoldrick (1995) evidenciam picos de tensão emocional, naquela que é considerada a maior variação dentre os tradicionais estágios ciclo vital, o divórcio. Em relação a isso, o fato dos **maridos não aceitarem a separação** foi apontado, nesta pesquisa, como um desencadeador da violência. As participantes relataram o fato de quererem se separar por conta da violência que estavam sofrendo, foi um agravante que contribuiu para novos episódios:

*Assim ó, eu e ele tínhamos **discutido** na quinta-feira à noite [...] eu tentei conversar com ele pra gente*

terminar, né? Só que ele não aceitou. E eu falei pra ele que tava gostando de outra pessoa. [...] aí foi onde eu abri o jogo e tentei conversar com ele pra terminar e aí ele falou assim: “tu sai dessa casa, antes que eu te mato” (P12).

Os dados sobre os maridos não aceitarem a separação corroboram com o estudo de Leôncio *et. al.* (2008) o qual afirma que o principal motivo desencadeador da violência foi a recusa da separação conjugal, sendo que as discussões entre o casal ocorridas por esse motivo podem deixar tanto marcas visíveis quanto invisíveis, consequentes dos diferentes tipos de violência que possam emergir.

Nesse sentido, a subcategoria **2.3** tratou dos tipos de violência **Física** sofrida pelas mulheres do presente estudo, com base nos elementos apresentados no Quadro a seguir:

Quadro 10 – Elementos de análise referentes à subcategoria 2.3: Física

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
CATEGORIA 2 DESENCADEADORES E DIFERENTES TIPOS DE VIOLÊNCIA SOFRIDA	2.3 Física	- Socos, Empurrões e Chutes - Enforcamento - Estrangulamento - Tentativa de homicídio - Cárcere privado

Fonte: desenvolvido pela autora.

Todas as participantes relataram ter sofrido violência física, por parte de seus companheiros/maridos como **Socos, empurrões e chutes**, conforme ilustram os depoimentos a seguir:

*A primeira vez que eu fui pro abrigo foi ano passado[...] aí eu **tava machucada fisicamente** assim que... **tava com o olho roxo**, que... quando eu sofri violência eu tava no meio da rua, **ele bateu com a minha cabeça na quina da boca de lobo que tem na rua**, aquelas tampas de cimento, aí ele tava alcoolizado, ele queria usar droga e eu não queria ir*

junto. Daí ele me puxando, arrastando pelos cabelos assim no asfalto. Aí eu acabei batendo a cabeça (P7).

Naquele dia ele me bateu de todo tipo: ele me deu chute, ele me deu soco [chora], ele me surrou de cinta, ele pegou um pano amarrou no meu pescoço pra me enforcar, quando ele percebeu... ele mesmo contava depois, porque tem coisas que eu tô te falando, mas eu não lembro, eu lembro o que ele mesmo me contava “aí eu fiz isso, fiz aquilo”. Eu fiquei 20 dias sem poder trabalhar. Vinte dias sem poder levantar da cama (P4).

Conforme a OMS (2002), atos de agressão física, como dar tapas, socos, chutes e surras estão entre os principais comportamentos dos autores de violência para com a mulher. Com relação às formas de perpetrar a violência física, o rosto foi o lugar em que os homens mais dão socos, provocando lesões nos olhos e dentes das mulheres (Lamoglia & Minayo, 2009).

Diante desse conjunto de elementos, uma das mulheres afirmou que o marido puxava seus cabelos e dava socos na cabeça durante a gravidez de sua filha. A partir de sua fala e de outras participantes, observou-se novamente a ocorrência da violência na gravidez e fora do âmbito doméstico, revelando que a violência não ocorre apenas dentro de casa, mas se reproduz (também) em espaços públicos. Conforme descrito na literatura (Gadoni-Costa, Zucatti & Dell’Aglia, 2011; Gomes, *et. al.*, 2012; Moura *et. al.*, 2012), de fato a maior parte dos casos a violência contra a mulher ocorrerem dentro de casa, onde há menores chances de intercorrências alheias. Em relação a esse aspecto, os resultados da presente pesquisa revelaram que a violência contra a mulher não se limita ao espaço privado, mas toma dimensões maiores ocorrendo em espaços públicos, em meio a outras pessoas desconhecidas.

Com relação aos elementos correspondentes à violência física, a participante P4 mencionou sobre o **enforcamento** que vai ao encontro de experiências de outras participantes, as quais adicionaram a este elemento o **estrangulamento** e **tentativa de homicídio**, conforme exemplificado a seguir:

Sim, ele me ameaçava de morte, me agredia, tentou me matar dormindo uma vez. Aí meu filho acordou, começou a chorar e só por isso ele parou [...] A gente já tinha discutido antes dele sair sobre separação. Me falou que ele não ia me deixar sair de casa e tal. Aí chegou bêbado, eu tava dormindo. Aí ele começou a me pegar pelo pescoço, me sufocar (P2).

De acordo com Waiselfisz (2012), armas de fogo, objetos cortantes/ contundentes e estrangulamento/ sufocação são os principais meios de tentativa e/ou efetivação de homicídio com mulheres, perpetrada pelo parceiro íntimo. Nesse contexto, uma das participantes, ao longo da entrevista, mencionou que em uma ocasião, seu ex-companheiro colocou uma arma em sua cabeça e sua filha mais velha presenciou a cena. Depois do ocorrido, ela levou sua filha morar com o pai dela (primeiro casamento) por medo de perder a guarda ou acontecer “algo pior” com a filha. Em continuidade às **tentativas de homicídio**, outra participante mencionou a recorrência de tentativas vindas de seu ex-marido. O primeiro relato refere-se a quando ainda estavam casados; o segundo depois que haviam se separado:

1. Na verdade ele tentou me matar várias vezes. Uma vez foi antes de eu ter o G. [filho]. Foi dois meses antes de eu engravidar.

2. Um dia eu e o G. [filho] e um amiguinho dele tava andando na rua, ele [ex-marido] veio e jogou o carro pra cima de nós. Daí eu fui, fiz o B. O. de novo porque ele tava descumprindo a Lei e daí mais uma vez nós fomos pro abrigo (P4).

Diante da fala da participante, verificou-se alguns aspectos que cabem ser mencionados tendo em vista a multicausalidade do fenômeno da violência. Um deles é a violência ter acontecido em um espaço público, na presença e/ou contra o filho e um terceiro (amigo do filho). Outro dado a ser destacado é que tanto nos depoimentos, a violência, seguida de ameaças e/ou tentativa de homicídio, ocorreu após a separação dos casais.

O **cárcere privado** foi outro elemento presente neste tipo de violência, relatado por uma participante que ficou presa em um motel por três dias, até simular que estava com dores no peito para que o

namorado a levasse ao hospital. Conforme o Art. 148 do Código Penal (Brasil, 2001), o cárcere privado é designado como um tipo de violência física que se caracteriza por impedir o direito à liberdade e à livre locomoção de uma pessoa, mantendo-a em local fechado. De acordo com o relato da participante, faz-se necessário, também, considerar este um tipo de violência psicológica, uma vez que o “impedimento da livre locomoção”, em geral, ocorre por se ameaças e chantagens, intimidando a pessoa, fazendo-a sentir medo, o que contribui para sua paralisação frente à violência.

Diante desses aspectos, a subcategoria **2.4** descreveu os tipos de violência **Psicológica** sofridas pelas participantes, com base nos elementos utilizados para exemplificar suas manifestações, apresentados no Quadro a seguir:

Quadro 11 – Elementos de análise referentes à subcategoria 2.4: Psicológica.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
CATEGORIA 2 DESENCADEADORES E DIFERENTES TIPOS DE VIOLÊNCIA SOFRIDA	2.4 Psicológica	- Humilhação e vergonha - Xingamentos e ofensas - Ameaça de morte - Intimidação e chantagem

Fonte: desenvolvido pela autora.

As narrativas das participantes apontaram para a **Humilhação** e **Vergonha** como formas de violência psicológica, conforme exemplificam os relatos que seguem:

E naquele dia ele fez eu passar muita vergonha na frente desse casal de amigos, muita vergonha. Me chamou de um monte de nome na frente deles (P5).

Ele até já tinha desistido de me agredir fisicamente, ele só me agredia verbalmente e psicologicamente, todo tipo de humilhação... eu era tratada pior que um tapete, porque um tapete você ainda escova, você trata

ele bem bonitinho, limpinho, eu não! Ele só me esculachava (P4).

A partir da fala de uma das participantes, verificou-se que a vergonha e a humilhação ocorreram na frente de outras pessoas em uma ocasião social em que o casal estava. Cabe destacar, também, a metáfora que a participante P4 fez, ao comparar como era tratada pelo marido com o tratamento dado a um tapete que, do seu ponto de vista, recebia melhores cuidados do que ela mesma. Ao encontro disso, **vergonha e humilhação** foram elementos apontados no estudo de Leôncio *et. al.* (2008), o qual salienta que, diferentemente da violência física, a psicológica não deixa marcas visíveis, porém seus efeitos negativos afetam a saúde da mulher e sua autoestima.

Nessa mesma perspectiva, **Xingamentos e Ofensas** foram apontados pelas participantes como aspectos relacionados à violência psicológica que sofreram ao longo de suas relações. Arelados aos xingamentos e ofensas estão outros aspectos como a violência física, a desconfiança e ameaça de morte; diferentes elementos que de uma forma ou de outra estão inter-relacionados, sustentando o fenômeno da violência. Quanto ao que caracteriza a violência psicológica, no estudo de Galvão e Andrade (2004), este tipo foi o mais presente nos casos acolhidos em um centro de atendimento à mulher. Dentre as principais queixas apontadas pelas mulheres do mesmo estudo estão a tortura psicológica e as ameaças.

Nesse sentido, em torno da temática da presente pesquisa, sabe-se que uma das condições para a entrada na casa-abrigo é quando a mulher está correndo risco de morte. Assim, as participantes relataram ter recebido **ameaça de morte** do companheiro/marido – em interface com as tentativas de homicídio já mencionadas ao longo dessa categoria – conforme mostram os depoimentos a seguir:

*Naquele dia sim. Ele me ameaçou que em meia hora, quando eu falei com ele, que **depois de trinta minutos ele ia mandar alguém ali pra me dar um tiro, pra me matar** (P7).*

*Mas ah, eu não tinha vontade de sair na rua né, com medo, ainda tenho medo né, porque ele ainda me cerca, **ele me ameaça**. Inclusive ontem ele foi lá em casa, foi levar minha*

*menina... [ele disse] que se eu arrumar alguém e nãñãñã e aquela história assim que **vai me matar, vai tacar fogo**, não sei o que, não sei o que e não adianta que eu não vou fica com ninguém e pronto. Por isso, que também eu tô sozinha né? **Prefiro ficar viva, até resolver essa situação** (P5).*

A partir dos relatos das participantes, pode-se verificar o quanto a violência psicológica paralisa a mulher e a impede de seguir o curso normal de sua vida, como por exemplo decidir não se relacionar com outra pessoa com medo de perder a vida. Outro aspecto relacionado à **ameaça de morte** ocorreu com uma participante, em que ela e seus familiares (família de origem) foram ameaçados pelo seu ex-marido, depois que ela o denunciou por suspeita de abuso sexual contra o filho:

*Ele [ex-marido] me colocou pra fora [de casa] às três horas da manhã naquela noite. Ele fez com que eu deixasse o meu filho [chora] e eu não pude fazer nada! **Ele me colocou pra fora de casa, sangrando de tanto soco que ele me deu. Disse que qualquer coisa que eu tentasse fazer contra ele eu ia me arrepender; não só eu como toda a minha família** (P4).*

Isto também ocorreu com outras mulheres que, sob as ameaças de morte, tiveram que sair de casa para preservar suas vidas. Da mesma forma, seus companheiros/maridos impediram que os filhos as acompanhassem, como representação de **intimidação e chantagem**, conforme descrito nos relatos a seguir:

*Não, ele falou que, quando eu assim, ele bebeu... quando ele me deu com o coisa (pau) na cabeça ele falou assim: **“Se tu não sair da casa e não deixar o pequeno, eu vou te matar”** (P9).*

*Aí na quinta-feira foi onde ele pegou e **me mandou sair de casa de vez senão ele ia me matar, até ele chegou a pegar a faca na mão, tudo. E eu por precaução já peguei e saí mesmo, só peguei algumas coisas, coloquei dentro da sacola e saí [...]** **Aí eu perguntei das***

crianças e ele não deixou nem eu levar as crianças, né? Ele ficou em casa com as crianças (P12).

Nas falas das participantes, estiveram retratados as ameaças de morte pelo companheiro/marido, o fato de terem sido mandadas embora de casa e o impedimento de levar os dois filhos com elas. Diante disso, estas mulheres tiveram que escolher entre sair de casa sem os filhos e permanecerem vivas ou ficarem em casa com os filhos, com maiores chances dos companheiros/maridos cumprirem com as **ameaças de morte**. Pode-se supor que as **chantagens** impostas pelo parceiro, principalmente em relação aos filhos, é uma das formas de manter o controle da mulher e da situação. Conforme apontam Lorente Acosta (2005) e Deeke *et. al.* (2007), a violência é uma das formas de controle e dominação da mulher para que ela obedeça as regras impostas pelos homens, uma vez que a independência da mulher faz com que eles sintam que perdem o controle sobre elas.

Nesse contexto, a subcategoria **2.5** tratou da violência **Financeira** presente nas experiências de quatro participantes da presente pesquisa. Os elementos que congregaram esta subcategoria podem ser verificados no Quadro 12, a seguir:

Quadro 12 – Elementos de análise referentes à subcategoria 2.5: Financeira.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p>CATEGORIA 2</p> <p>DESENCADEADORES E DIFERENTES TIPOS DE VIOLÊNCIA SOFRIDA</p>	<p>2.5 Financeira</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Impedimento da permanência das mulheres dentro de casa - Realização de compras escondidas - Controle do dinheiro - Queima de pertences pessoais

Fonte: desenvolvido pela autora.

Ao considerar a violência como um fenômeno multideterminado, o fato de ocorrer o **impedimento da permanência das mulheres dentro de casa**, seja por elas decidirem sair da situação de violência ou

por quererem iniciar uma relação afetiva com outra pessoa, caracteriza como um tipo de violência financeira ou patrimonial, uma vez que a casa é um recurso que satisfaz uma das necessidades básicas da vida de uma pessoa. Com relação isso, novamente encontra-se a contribuição dos estudos de gênero os quais mostram a força e o poder do homem e a imersão das mulheres em um processo de construção social do feminino relacionado à submissão, o que ajuda a compreender alguns dos fatores pelos quais permanecem na situação de violência.

Uma das participantes relatou que o ex-marido ainda estava com seus cartões de crédito na ocasião da entrevista. Outra disse ter que **realizar compras escondidas** do companheiro, pois este queria **controlar o dinheiro** e não a deixava comprar pertences para os filhos, apenas quando o marido julgava ser importante. Outro exemplo refere-se à **queima de pertences pessoais** que foi o motivo da primeira denúncia contra o marido de umas das participantes:

Minhas roupas íntimas ele queimou, uns ursinhos que eu tinha lá, inclusive um que ele tinha me dado, ele queimou; uma prancha que eu tinha ganhado da minha cunhada, o pinheirinho de Natal ele queimou (P10).

Estudos que apresentam o perfil sócio-econômico de mulheres em situação de violência (Fonseca, Galduróz, Tondowski, Noto, 2009; Waiselfisz, 2012), apontam que a violência financeira foi a que teve menor ocorrência dentre o conjunto de violências sofridas pelas mulheres. Outros, (Vieira *et. al.*, 2011; Gadoni-Costa *et. al.*, 2011; Labronici *et. al.*, 2010), por sua vez, não citam a ocorrência desse tipo de violência. Esses estudos tratam da dependência financeira da mulher em relação ao autor da violência, mas não trazem exemplos ou dados específicos sobre a violência financeira sofrida. Diante disso, pode-se supor que a violência financeira, também denominada patrimonial ou econômica por alguns autores, dispõe de algumas peculiaridades, como a retenção de recursos econômicos, impedimento de utilizar algum bem necessário à sobrevivência da pessoa ou mesmo omitir o conhecimento/existência de dinheiro ou bens materiais, que são de difícil reconhecimento pelas mulheres.

Esses aspectos, inseridos no fenômeno da violência, fazem parte do conjunto de características que podem ser reconhecidas como consequências de outros problemas que, de um ponto de vista

comparativo, são considerados maiores, como nos casos de ameaça de morte, afastamento dos filhos, humilhação e tentativa de homicídio, presentes nas narrativas das participantes. Na presente pesquisa, particularmente, foi perguntado às mulheres se haviam sofrido violência financeira, algumas vezes exemplificando, na intenção delas conseguirem relacionar com suas experiências. Também, no decorrer das entrevistas e no processo de análise, a pesquisadora esteve atenta às narrativas que pudessem ter relação com este tipo de violência. Nesse sentido, é possível que, por meio das atitudes da pesquisadora, as mulheres puderam citar exemplos que estivessem relacionados aquilo pelo que se denomina de violência financeira, mas que não necessariamente, tinham um conhecimento prévio sobre ela.

Por fim, a subcategoria **2.6** tratou do tipo de violência **Sexual** sofrida pelas participantes do estudo ou perpetradas contra seus filhos, que resultou na chegada delas casa-abrigo. Os elementos que sustentaram esta subcategoria estão apresentados no Quadro a seguir:

Quadro 13 – Elementos de análise referentes à subcategoria 2.6: Sexual.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p align="center">CATEGORIA 2 DESENCADEADORES E DIFERENTES TIPOS DE VIOLÊNCIA SOFRIDA</p>	<p align="center">2.6 Sexual</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Violência sexual contra os filhos - Ser forçada a manter relação sexual - Impedimento do uso de método contraceptivo

Fonte: desenvolvido pela autora.

A tentativa e **violência sexual contras os filhos** foi relatada por duas participantes, as quais foram encaminhadas a casa-abrigo, inicialmente, por este motivo. No caso de uma delas, a escola suspeitou do abuso sexual contra as duas filhas (2 e 12 anos), fez todos os procedimentos jurídicos cabíveis e encaminharam para a casa-abrigo também pelo fato da mãe (participante da pesquisa) já ter histórico de violência física e psicológica perpetradas pelo marido, bem como de negligência por parte de ambos com relação à sua filha menor.

O outro caso iniciou com a violência física cometida pelo pai contra o filho de 10 anos e denunciada ao Conselho Tutelar pela própria

criança. Mais tarde foi descoberto que o menino também havia sofrido violência sexual desde seus cinco anos. De acordo com Furniss (1993), é comum meninos abusados terem dificuldades de relatar o ocorrido, sobretudo, para a mãe ou pessoas do sexo feminino, pelo receio de desconstruir sua imagem de masculinidade. Com relação a esse aspecto, na violência sexual perpetrada contra o sexo masculino há o que Almeida, Penso e Costa (2009) chamam de “atitude de evitação, ambivalência e cumplicidade com relação ao agressor”, por conta do significado construído socialmente em relação à violência sexual contra meninos, relacionado ao fato de achar que a criança será um adulto abusador e/ou por preconceito em relação à sua (homo) sexualidade.

A participante P4, por sua vez, sofria violência por parte do marido desde o início do casamento, há 14 anos. Diante disso e de todo o histórico de violência familiar, como uma medida protetiva, ambos (mãe e filho) foram encaminhados para a casa-abrigo, conforme descrito a seguir:

*E eu dei banho nele [filho] e quando eu tava secando ele, ele disse: “mãe, me seca ligeiro, olha o barulho do carro do meu pai, o meu pai chegou”. E realmente era o carro dele que tinha chegado. E eu disse “nossa, pra que tanta pressa de se vestir”, “**não, porque senão o meu pai vai mexer no meu bilico**”. Então, eu fiquei apavorada porque assim, como ele **já tinha mexido com a minha filha**, que era uma menina, **a minha sobrinha disse que ele já tinha passado a mão nela**, que tinha seis anos, então existia coisas que eu tinha dúvida, coisas sobre ele... [...] E um dia ele [marido] deu **uns tapas, um soco na boca do meu filho que jorrou sangue, machucou muito e ele [filho] denunciou. Foi onde nós dois encontramos a liberdade** [...] só agora eu fiquei sabendo que o **pai dele abusava dele**, faz dois meses que eu fiquei sabendo. Foi aí que eu descobri o porquê do horror que ele tinha do pai (P4).*

A violência sexual contra os filhos, de acordo com Cooney, 2004; Herrenkohl, Sousa, Tajima, Herrenkohl e Moylan (2008), pode relacionar-se com a co-ocorrência da violência familiar contra a mulher, considerando que os filhos que encontram-se em situação semelhante à

mãe, podem sofrer diferentes tipos de violência: psicológica, física ou abuso sexual. A violência sexual contra as crianças e adolescente é cometida, geralmente, por pessoas próximas (amigos/ familiares), os quais utilizaram ameaças e a força corporal como meio para perpetrar e favorecer a não revelação a violência (Viodres Inoue & Ristum, 2008; Veloso, Magalhães, Dell’Aglío, Cabral & Gomes, 2013). Nesse sentido, cabe esclarecer que, embora esse elemento “**violência sexual contra os filhos**” se dirija especificamente às crianças e adolescentes, é importante lembrar que esta pesquisa estuda a violência do âmbito familiar e que, nos casos citados, a violência sexual contra o filho foi um desencadeador para a denúncia e encaminhamento da participante para a casa-abrigo.

Sobre a violência sexual ser perpetrada contra as mulheres desta pesquisa, duas delas relataram terem sido **forçadas a manter relação sexual**. Uma delas com seu próprio marido; a outra com um traficante, a pedido do seu marido que não tinha dinheiro para comprar drogas. Nesse último caso, a participante P7 manteve relação sexual com o traficante em troca de 2,5g de *crack*. Segue o relato sobre este episódio:

E ele [o traficante] queria fazer um tal, do que eles falam na língua deles, um “bem bolado”, que é fazer sexo. E como o meu ex-marido tem tara de me ver com outro homem e como ele tinha usado droga, [...] e ele [traficante] queria fazer sexo comigo, esse cara, aí meu marido me obrigou a fazer [...] Aí ele cobrou do meu marido: então ou ela faz sexo comigo ou tu vai ter que me pagar os R\$50,00 que tais me devendo. Foi aí que houve a primeira agressão. Ele [marido] me colocou contra a parede e disse “não, tu vais fazer sexo com ele, tu vai fazer, eu quero mais droga”. Daí ele me venceu pelo medo, eu fiquei acuada e fui obrigada a fazer... e foi a pior coisa que eu fiz na minha vida, eu me senti um lixo, me senti humilhada (P7).

O reconhecimento da violência sexual nesses dois casos, conforme Souza e Adesse (2005) pode ser considerado entre os menos recorrentes, uma vez que muitas mulheres não reconhecem como estupro (ou violência sexual) o fato dos maridos/ companheiros as forçarem a manter relações sexuais contra sua vontade. Pelo contrário,

entendem que se trata de uma obrigação conjugal, atendendo à vontade do homem. Por sua vez, a pesquisa de Schraiber *et. al.* (2007), realizada com um grupo de mulheres de São Paulo, SP (n= 940) e outro grupo da Zona da Mata, PE (n= 1.188), mostrou que 10% e 14%, respectivamente, disseram terem sido forçadas fisicamente a ter relação sexual ou práticas sexuais, quando não desejavam, por medo do que o parceiro poderia fazer.

De acordo com a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006a) a violência sexual, de maneira geral, refere-se ao ato de constranger, obrigar a presenciar ou manter relação sexual, por meio de intimidação, ameaça, uso da força física, além de forçar matrimônio ou aborto e impedir a utilização de método contraceptivo. Diante dos aspectos citados, uma das lacunas que podem ser verificadas em relação à literatura pertinente a esta subcategoria, é que não há descrição das especificidades relacionadas à violência sexual.

Ainda sobre a violência sexual, uma das participantes, relatou o fato de ter ocorrido o **impedimento do uso de método contraceptivo** pelo primeiro marido, sendo ele mesmo quem se desfazia da cartela de anticoncepcional, conforme relatado a seguir:

Eu tinha uma casinha com poço, que dava pra tirar água com uma corda assim, as crianças enchiam o tanque pra eu lavar roupa e tal... [...]. Aí quando o meu menino ia tirar água, o mais velhinho tinha 12 ou 13 anos, ele [marido] jogava a cartela de comprimido que eu tomava pra evitar a gravidez dentro do poço. Aí meu filho tirava e ele [o marido] dizia: “ah seu sem vergonha, jogou o comprimido da mãe dentro do poço”. Tinha 12 anos só o coitadinho, ele dizia que ia tirar dali e entregar pra mãe. Quando ele [o marido] ia pro serviço ele jogava dentro do fogão a lenha, aí queimava. Eu não tinha dinheiro... a vida era tão difícil que não tinha dinheiro pra comprar outro, ali eu engravidava de novo (P1).

É importante destacar que a participante P1 teve oito filhos e ao longo dos anos em que esteve casada com o primeiro marido sofreu diferentes tipos de violência: recebeu apunhaladas na cabeça, havia marcas de cortes em seus braços; relatou, ainda, elementos referentes à violência psicológica, como xingamento, humilhação e ameaça de

morte, além do episódio relatado de violência sexual. Nesse sentido, com base na narrativa de P1 e das demais participantes, verificou-se que alguns dos diferentes tipos de violência ocorreram de maneira concomitante, ou ainda um tipo precedia o outro como em um espiral que a todo tempo se retroalimenta, evidenciando a inter-relação dos elementos presente na tramas relacionais do fenômeno da violência.

Em termos de conclusão desta categoria que apresentou os desencadeadores e diferentes tipos de violência sofrida pelas participantes, pode-se destacar, de maneira geral que: 1) a violência foi desencadeada, principalmente, pelo uso do álcool e outras drogas, ciúme e desconfiança do parceiro; 2) os estressores presentes na transição dos diferentes estágios do ciclo vital, tais como gravidez, filhos pequenos e separação, estiveram implicados na ocorrência do comportamento violento; 3) a violência também ocorreu em espaços públicos; 4) as ameaças e tentativas de homicídio ocorreram mesmo depois da separação do marido; 5) a violência física e psicológica foram experienciadas por todas as participantes da pesquisa; 6) os (ex)-parceiros utilizaram os filhos para chantagear as mulheres a atenderem suas vontades.

Os elementos relacionados aos desencadeadores da violência retrataram um cenário constituído nas tramas relacionais presentes nesse contexto e que resultaram em diferentes tipos de violência. A descrição dos tipos de violência presentes nas narrativas dessas mulheres evidenciou a amplitude e a intensidade das diferentes formas de violência, sendo que a fala das entrevistadas trouxe tipos pouco visíveis no senso comum, como a violência financeira e o cárcere privado.

Diante desse cenário, as mulheres relataram cenas e exemplos sobre as quais foi possível verificar, atrelados aos elementos citados, o seu sofrimento e as consequências dos atos de violência por elas vivido. Nesse sentido, dando sequência a discussão dos dados, a Categoria 3 tratará sobre a sustentação da relação com o autor da violência, suas repercussões e as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas mulheres que passaram por essa situação.

6.3 CATEGORIA 3 – A RELAÇÃO COM O AUTOR DA VIOLÊNCIA E SUAS REPERCUSSÕES

*Vi todo o meu orgulho em sua mão,
Deslizar, se espatifar no chão
Eu vi o meu amor tratado assim,
Mas basta agora o que você me fez
Acabe com essa droga de uma vez,
Não volte nunca mais pra mim.*

(Adriana Calcanhoto – Do fundo do meu coração)

Esta categoria reuniu o conjunto de elementos sobre o comportamento do autor da violência e os fatores envolvidos na manutenção da relação. Igualmente, considera os elementos relacionados às repercussões da violência para a saúde da mulher e as estratégias de enfrentamento por elas utilizadas. Assim, a subcategoria **3.1** tratou **sobre o comportamento do autor da violência** para com a mulher e terceiros, como os/as filhos/as, outros familiares e amigos.

Quadro 14 – Elementos de análise referentes à subcategoria 3.1: Sobre o comportamento do autor da violência.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
CATEGORIA 3 A RELAÇÃO COM O AUTOR DA VIOLÊNCIA E SUAS REPERCUSSÕES	3.1 Sobre o comportamento do autor da violência	<ul style="list-style-type: none"> - Controle da família e da rotina da mulher - Despreocupação com as necessidades da família - Ameaça de morte e violência física contra outros familiares e amigos - Afastamento dos filhos - Autores da violência foram mostrando como realmente eram - Ninguém gosta dele

Fonte: desenvolvido pela autora.

O **controle da família e da rotina da mulher** esteve entre os elementos apontados, conforme descritos nas falas a seguir:

*A gente tinha uma boa casa, um bom carro, eu e ele [filho] saíamos muito de ônibus assim **porque era o pai dele que levava nós pra lá e pra cá. Quando e a hora que ele (ex-marido) queria, pra onde ele queria. Nunca era assim eu e o G. [filho] queria ir num lugar, que ele dissesse “não, eu levo vocês”.** Não, **era sempre quando e o lugar que ele queria. Se era pro bem dele ele ia, senão, não** (P4).*

*Às vezes assim ó, eu levo o pequeno no parquinho, **ele quer saber onde é que eu vou, pra ver onde eu to, ele que saber tudo** (P9).*

Outra participante, por sua vez, pediu ao delegado para ir para a casa-abrigo por ter dificuldades de permanecer em casa em função da ameaça de morte perpetrada pelo companheiro e também por ele conhecer a rotina e as pessoas do convívio familiar e de amizades da participante, dificultando a procura e/ou permanência em suas casas, conforme relatado na narrativa que segue:

*Eu falei que tava com muito medo de ficar em casa, que tava sendo ameaçada de morte, inclusive, e que eu não via mais alternativa porque **ele sabia da casa das minhas amigas, do meu trabalho, da minha rotina toda, ele sabia** (P2).*

A partir das narrativas das participantes foi possível observar que o fato do companheiro/marido ter controle da família e/ou da rotina da mulher, impedia que elas desempenhassem sua autonomia. Por sua vez, a **despreocupação com as necessidades da família**, tanto de cunho emocional quanto financeiro, também esteve presente nos relatos das mulheres como um comportamento comum do autor da violência, conforme exemplificados a seguir:

***Ele não tava pensando no ambiente familiar que ele tava danificando, não tava pensando em como o filho dele ia ver ele mais tarde** (P2).*

Eu tinha que viver com o salário que eu tinha que na época era... até ali eu tava ganhando um salário mínimo. Então, eu e o meu filho sobrevivíamos com a aquilo. O pai dele nunca se preocupou em dizer assim “tem que comprar um tênis pra ele”, ou “tem que comprar uma roupa”, nunca! Isso saía do meu salário (P4).

A narrativa da participante P2 referia-se ao fato do companheiro praticar violência contra ela, sem pensar no sistema familiar, incluindo o filho que por vezes testemunhou diferentes tipos de violência. No caso da participante P4 o marido não dava dinheiro para ela comprar o que o filho estivesse precisando, somente sustentava as necessidades básicas pertinentes a casa. Esses comportamentos dos companheiros/maridos das participantes remete às características do sistema patriarcal em que o homem deve ser aquele que provém o sustento do lar, enquanto que é da mulher, a responsabilidade de cuidar dos filhos e família. Com relação a esse sistema e, indo ao encontro dos relatos presentes ao longo das entrevistas, Cantera (2007) e Schraiber *et. al.* (2009) apontam para os diferentes papéis sociais entre homens e mulheres, impostos pela sociedade, em que os homens possuem um papel de destaque, sendo forte, viril e poderoso, fazendo uso dessas características para oprimir as mulheres e mostrar sua autoridade.

Diante disso, a posição de inferioridade da mulher, pode estar atrelada a um conjunto de outros sentimentos, contribuindo, por exemplo, para que ela se sinta humilhada, envergonhada e tema por sua vida e de seus familiares, a exemplo de outros elementos mencionados, como a **ameaça de morte e violência física contra outros familiares e amigos**. Sobre esses elementos, uma das participantes relatou que o ex-marido havia tentado atropelar o pai dela, tinha ameaçado sua mãe e seus sobrinhos. Outra, por sua vez, disse que permanecia na casa-abrigo porque a mãe tinha sido ameaçada pelo ex-companheiro e ela não tinha para onde ir. Uma terceira participante relatou que o ex-marido, havia praticado violência contra pessoas da família e também amigos, conforme descrito a seguir:

Já agrediu pai, já agrediu irmão, já agrediu todo mundo, não é só a mulher, entendeu? É bicho, animal. [...] tem hora que só bate em mulher, tem hora que

ele bate nos amigos, mas não bate na mulher. Ele não... ele com todo mundo ele é assim. Inclusive agora esse final de semana, ele deu uma surra na irmã dele, quando ele teve que sair de casa, a irmã dele tava toda machucada, a mãe dele só não vai fazer o boletim porque ele já em 18 B.O.s. Meu ele deve ter uns 10, né? Fora das outras pessoas que ele... no tio ele já deu com o facão, no tio nossa... (P5).

Com relação ao fato dos homens perpetrarem violência somente contra a mulher ou também contra outras pessoas, Lorente Acosta (2005) afirma que não há nenhum dado específico sobre características de personalidade que classificam os autores de violência, pelo contrário, o que se aponta é que nesse aspecto, trata-se de um grupo heterogêneo. Trata-se, portanto, de uma realidade muito mais complexa em que se deve considerar traços da personalidade, da história de vida, além de fatores biológicos e sociais, não sendo possível a generalização. Em consonância a isso, conforme o estudo de Maciel e Cruz (2009), que apresentam o modelo bioecológico da violência, para a compreensão deste fenômeno devem ser consideradas as crenças e valores culturais em torno dos papéis desempenhados por homens e mulheres, além da história de vida pessoal, aprendizagem de meios violentos para a resolução de conflitos, como, por exemplo, o uso da força.

Em interface com a subcategoria 2.4 que apresentou, dentre seus elementos, o fato dos maridos/companheiros utilizarem os filhos para chantagear e intimidar suas esposas/companheiras, na presente subcategoria, o **afastamento dos filhos** foi apontado como um comportamento comumente apresentado pelos autores da violência, conforme descrito nos exemplos que seguem:

Daí ele disse: “então deixa, eu vou voltar pra dentro de casa e daí tu sai.” Eu falei: “então tá bom. Se tu quer ficar aqui dentro dessa casa, pode ficar. Eu vou alugar uma casa e vou morar sozinha então.” Daí ele não queria deixar eu levar as crianças, né? “As crianças tu não vai levar Tu sai, mas vai sair sozinha. As crianças tu não vai levar [marido].” Aí os três mais velhos ele não deixou levar. E só levei a de três anos comigo (P3).

Outra participante, após sua entrada na casa-abrigo, tentou pegar os filhos, mas, inicialmente, o ex-companheiro não deixou com que as crianças ficassem com ela. O desfecho desse caso ocorreu quando o ex-marido não podia mais faltar ao trabalho e não tinha quem cuidasse das crianças, tendo que levá-las para a creche; então, a assistência social pôde pegá-los e levá-los para a casa-abrigo com a mãe. Chama-se atenção que nas entrevistas, os maridos/companheiros impediram que as crianças permanecessem com a mãe após a ocorrência (ou tentativa) de separação.

Nesse sentido, cada um dos protagonistas da relação de violência tem uma lógica para pensar, sentir e agir. Em relação aos autores da violência, eles sentem que devem exercer um controle sobre os atos dos demais integrantes da família e agem quando se sentem vítima de algo que a mulher ou o filho fazem ou deixam de fazer, temendo que se tornem independentes ou ainda que o abandonem (Ravazzola, 2005). Em complemento a essa informação Cohen Imach (2013) a aponta que os autores da violência apresentam comportamento de controle e coerção, como a manipulação dos filhos, principalmente em caso de separação.

Nas narrativas das participantes também foi evidenciado que ao longo do tempo, os **autores da violência foram mostrando como realmente eram** para as outras pessoas fora do convívio direto com o casal. Uma das participantes disse que o marido mostrou-se agressivo com os profissionais da assistência social quando soube que ela e o filho foram para a casa-abrigo. Outra, por sua vez, relatou sobre o descrédito das outras pessoas em relação a ela e como o marido/companheiro, aos poucos, apresentava um comportamento semelhante ao do âmbito familiar, para as demais pessoas, conforme descrito no relato a seguir:

Porque é complicado você dizer, porque tem pessoas que não acreditam em você, porque na nossa frente ele é uma coisa, e na frente dos outros ela é a pessoa amada do mundo. Meio que de uns tempos ele tava se revelando perto dos outros, nem perto dos outros ele tava escondendo, ele falava “ah porque o filho não é meu” e tal (P10).

O fato do autor da violência ter um comportamento com a mulher e outro, diferente, na frente das demais pessoas do convívio familiar e/ou comunitário, vai ao encontro do estudo de Cohen Imach

(2013), o qual mostra que os homens que agredem suas esposas apresentam um perfil dissociado, sendo que no âmbito social se mostram pessoas amáveis e equilibradas, enquanto que no âmbito familiar descarregam sua violência. Conforme a autora, a diferença de comportamento nos âmbitos público e no privado, em que o homem mostra-se publicamente uma pessoa amigável e preocupada, quando há presença da violência, gera uma maior credibilidade ao homem do que à mulher, frente às pessoas.

Outro dado presente no relato das participantes referiu-se sobre a forma de relacionamento do autor da violência com familiares, vizinhos e amigos, o qual retratou o fato de que **ninguém gosta dele** e que por essa razão, ele não recebeu ajuda para cuidar dos filhos quando a mulher foi para a casa-abrigo ou, em outro caso, os familiares de uma das participantes não souberam do retorno à relação, pois não havia um bom relacionamento entre eles:

Não sei que de ruim ele assombra pra todo mundo, porque ninguém gosta dele, ninguém, até parece que é o próprio monstro (P6).

Porque assim, ali como todo mundo conhece o histórico dele, ninguém gosta dele, sabe, e iria ajudar [a cuidar dos filhos] (P8).

Com relação a fala da participante P6, ao sair da casa-abrigo ela retomou a relação com o autor da violência, porém, não contou para sua família de origem, pois o companheiro não gostava que P6 mantivesse contato com seus familiares. A participante, por sua vez, disse não ter contado sobre terem reatado o relacionamento porque ninguém da família dela gosta do seu companheiro. Em relação a esse aspecto, por medo ou por vergonha, a mulher evita o contato com pessoas que não é do desejo do seu companheiro (Dutra, Prates, Nakamura & Villela, 2013). No caso da participante P6, que estava afastada de sua família, pois moravam em Estados diferentes, é possível inferir que o afastamento afetivo tenha se dado pela relação conflituosa com o seu companheiro. Por sua vez, considera-se importante destacar que a mulher evita contato com a família também para se proteger de possíveis repreensões e corroborar com seu próprio desejo: o de ficar com o marido.

No tocante aos aspectos apresentados, pode-se indagar por que motivos as mulheres permanecem com seu parceiro tendo em vista o

fato de sofrerem violência e se afastarem de seus familiares. Diante disso, a subcategoria **Sobre a permanência com o autor da violência (3.2)**, descreveu os motivos que fazem com que as mulheres mantenham a relação com o parceiro, conforme apresentado no Quadro 15, a seguir:

Quadro 15 – Elementos de análise referentes à subcategoria 3.2: Sobre a permanência com o autor da violência.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
CATEGORIA 3 A RELAÇÃO COM O AUTOR DA VIOLÊNCIA E SUAS REPERCUSSÕES	3.2 Sobre a permanência da relação com o autor da violência	<ul style="list-style-type: none"> - Por acreditar na mudança do companheiro - Por gostar do companheiro - Sentimentos de ambivalência

Fonte: desenvolvido pela autora

Por acreditar na mudança do companheiro, esteve entre os elementos mais citados, como por exemplo, atitudes compensatórias, declarações de amor ou promessas de que a violência não se repetiria. As narrativas a seguir exemplificam esse elemento:

Daí a gente conversou, ele dizia que me amava e fez uma declaração, que tava com saudade... eu acabei voltando pra ele, dando uma nova chance pra ele (P7).

Olha pra te falar a verdade, de 13 anos que a gente conviveu juntos ele não era uma pessoa ruim. Ele de uns tempos pra cá ele foi se transformando, entende? Uma vez ele me pulou, ele me bateu uma vez... Aí tu sabe aquela bobeira de “ah não vou fazer mais” e a gente é bobinha né? [...] Eu costumava a brincar com meus irmãos que ele era de lua, que seis meses ele era bonzinho, seis meses ele se transformava, mas não que toda a vida ele me agrediu, não (P10).

Observou-se nos relatos que as participantes percebiam características positivas dos maridos/companheiros e que, após a perpetração dos diferentes tipos de violência, acabavam considerando os aspectos positivos e lhes dando uma nova chance, na esperança de que fossem mudar e parar com os episódios de violência. Esses achados podem ser encontrados em estudos (Cohen Imach, 2013; Silva *et. al.*, 2012) que mostraram os principais motivos que fizeram as mulheres permanecerem ou retomarem a relação com o autor da violência, dentre eles a esperança de mudança do companheiro, o desejo de preservar a família, o medo de ficar sozinha e de se sentir ameaçada.

Deve-se considerar, ainda, o fato de algumas das participantes mencionarem a necessidade de se manter o casamento e a união da família, tendo em vista os aspectos culturais e religiosos envolvidos. Um exemplo disso é o caso da participante P7 que ao longo da entrevista relatou que se casou aos 31 anos e seu o marido foi o “primeiro homem da sua vida”; era evangélica e casou pensando que seria para sempre, a exemplo do que ocorreu com o casamento de sua mãe. Tendo em vista a compreensão do fenômeno da violência em contexto, o nível de interação macrossistêmico, proposto por Bronfenbrenner, faz menção influência dos valores e da cultura no comportamento dos indivíduos (Tudge, 2008), o que pode estar relacionado com a manutenção da relação ou novas tentativas de viver com o autor da violência.

Um dos dados que aparece no estudo de Cohen Imach (2013) é em relação aos fortes laços mantidos com o autor da violência. Este elemento vai ao encontro das narrativas da presente pesquisa em que as participantes relataram que permaneceram na relação **por gostar do marido/companheiro**:

A [Assistente Social] há tempo já queria me colocar na Casa [abrigo], pra eu me escapar dele porque eu dizia: 'eu tenho medo dele, eu nunca neguei pra você, eu gosto do desgraçado, mas eu tenho medo dele' (P1)

As coisas foram ficando cada vez piores e eu aceitava, porque eu ainda gostava dele né e eu toda vida aceitei assim, então... (P12).

O fato de ainda gostar do autor da violência também esteve relacionado com a paralisação das participantes diante do problema. No estudo de Prates e Alvarenga (2008), mesmo depois da denúncia as

mulheres acabavam retirando a queixa por acreditar que os maridos poderiam parar de agredi-las. Nessa mesma perspectiva, Ravazzola (2005), discute sobre as anestésias relacionais presentes nas relações conjugais, que impedem a reação de interromper com o ciclo da violência. Para a autora, as mulheres que vivem uma situação de violência constroem uma realidade onde não vêem que o tratamento que recebem não diz respeito ao amor, nem tão pouco à reciprocidade de cuidados. Por isso, existe a esperança de que a cada episódio de violência seja considerado o último, tal como prometido pelo companheiro. Nesse contexto, pode-se citar **sentimentos de ambiguidade**, que muitas vezes contribui para a paralisação da mulher em relação à resolução do problema, tal como é descrito no relato a seguir:

E na verdade eu pensava como é que eu ia fazer isso [denunciar] com o pai do meu filho. Uma pessoa que eu convivi por tantos anos (P2).

A participante P2 relata o reconhecimento da relação paterna e o fato de terem vivido um longo tempo juntos o que, para Santos e Moré (2011a), os valores familiares podem ter tomado um peso maior do que o próprio fato de sofrer violência. Em consonância a esses aspectos, outras participantes disseram sentir pena do autor da violência ou, ainda, que os perdoavam, mas que sentiam raiva ao lembrarem do que as fizeram passar. Nesse sentido, quanto à ambiguidade de sentimentos, os depoimentos que seguem revelaram o reconhecimento de características positivas e negativas do companheiro, conforme descrito a seguir:

Então, ao mesmo tempo que ele foi meu companheiro, foi meu amigo. Ele foi meu bem e foi meu mal também. Foi a pessoa que mais me amou, que mais me fez bem, mas ao mesmo tempo foi a pior pessoa da minha vida. Então foi uma decepção muito grande (P7).

Tem uma parte legal do seu companheiro, seu companheiro não é totalmente ruim, como ele é. Principalmente o meu sabe? Ele tem uma parte muito boa dele, sabe? Mas tem esse lado dele agressor. Se

ele não tivesse esse lado, a gente ia viver muito bem, entendeu? (P8).

As falas supracitadas retratam uma relação permeada por contrapontos, ora positiva, ora negativa, possivelmente pelo envolvimento na relação das participantes com seus companheiros, mostrando o desejo de não acreditar que o companheiro é tão ruim quanto parece. Em relação a esse aspecto Ravazzola (2005) chama atenção de que o fato das mulheres não enxergarem ou não perceberem a repetição do comportamento violento, e isso as impede de tomar consciência do significado da violência e as suas consequências prejudiciais.

Nesse sentido, a subcategoria **Reações emocionais e comportamentais (3.3)** apresentou as reações das participantes diante da situação de violência e sua repercussão emocional e comportamental ao vivenciar este fenômeno.

Quadro 16 – Elementos de análise referentes à subcategoria 3.3: Reações emocionais e comportamentais.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p>CATEGORIA 3</p> <p>A RELAÇÃO COM O AUTOR DA VIOLÊNCIA E SUAS REPERCUSSÕES</p>	<p>3.3 Reações emocionais e comportamentais da mulher</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Depressão, Ansiedade e Uso de medicamento controlado - Tentativa de suicídio - Dor, tristeza e mágoa - Vergonha e humilhação - Ódio e raiva - Medo

Fonte: desenvolvido pela autora

Foram citados episódios de **depressão, ansiedade e uso de medicamento controlado** por causa da situação de violência, conforme relatado a seguir:

E chegando lá, quando eu passei em casa, eu percebi que ele tinha levado tudo os exames que eram meus, as

receitas de medicação que eu tomava, que eu tava com depressão, qualquer ser humano que vivesse o que eu vivi, tem pessoas que nem aguentavam a primeira parte, ia entrar em depressão (P4).

Eu tava assim no meu limite, muito assim, uma depressão, não sei se é bem esse nome. Eu tava muito sentida, só chorava, não queria comer nada, só ficava na cama, não queria falar com ninguém (P5).

Segundo a OMS (2002) o fato de vivenciar algum tipo de violência acarreta em consequências para a saúde física, mental e reprodutiva da mulher, ao que se pode citar o maior risco de incidência de quadros depressivos, tentativas de suicídio, distúrbios psicossomáticos e dores somáticas. A **tentativa de suicídio** também esteve entre as repercussões da violência vivenciada por uma das participantes da presente pesquisa, conforme descrito no relato a seguir:

Então, realmente eu tava no fundo do posso, tentei me matar duas vezes, chegava ao ponto assim de eu não tinha pra onde eu ir, pra eu ficar ali dentro daquela casa era aquele sofrimento, ele [marido] toda vida olhava pro G. [filho] e dizia: “tua mãe é louca”, sempre falava mal de mim pro nosso filho, como se eu não tivesse ali. Então tinha momentos que eu pensava assim, vou viver a vida inteira, se eu viver trinta anos, eu vou viver sempre assim. Então teve momentos de desespero, tentei duas vezes, tomei um monte de remédio, tomei pra morrer mesmo porque eu não achava mais uma saída (P4).

Em relação à participante P4, cada destacar que ao longo dos 14 anos de relação com o autor da violência ela adquiriu vários problemas de saúde, dentre eles uma cegueira temporária, proveniente da situação de estresse que vivenciava. Também relatou que após um episódio de violência física que se perpetuou durante várias horas (a participante não conseguia estimar, pois desmaiou durante os sucessivos atos de violência) ficou acamada por vinte dias. O depoimento acima retrata o sofrimento e desespero vivenciados ao longo dos anos ao tentar cometer suicídio, dado esse que também foi encontrado em outros estudos

(Adeodato *et. al.*, 2005; Santos & Moré, 2011b) e que mostram a profundidade do impacto da violência para a saúde da mulher tanto física quanto psicológica, que podem se perpetuar por um período de tempo duradouro.

Ao serem questionadas sobre o que sentiam quando pensavam na situação de violência que haviam vivido, as mulheres relataram sentir **dor, tristeza e mágoa**, conforme ilustrado a seguir:

*Ah sei lá, eu fico... fico **triste**, fico **magoada**, porque não tem explicação pra uma pessoa fazer isso, a não ser assim né, mesmo quando a pessoa dá motivo sabe (P5).*

Os relatos das mulheres evidenciaram um misto de sentimentos e a procura por uma explicação para a ocorrência da violência. Junto a esse conjunto de sentimentos, encontra-se ainda a **vergonha e humilhação**, conforme descritos a seguir:

*Olha, **humilhação** sabe, tu te sente assim um nada na verdade... com a violência, tu se **sente sozinha** sabe? **Sem defesa**. Tu conviver com a violência, tu vive **sem defesa nenhuma** (P8).*

*Olha, quando aconteceu isso, **é um sentimento assim, que não tem explicação**. Não sei se é de **mágoa** ou é de **raiva** ou é de **vergonha**. **Acho que são os três juntos** (P11).*

A partir das narrativas, verificou-se que a humilhação também está inter-relacionado o sentimento de solidão e de se sentir indefesa, sem saber como enfrentar ou sair dessa situação. A vergonha, por sua vez, relaciona-se ao fato de ter vivenciado a violência e, no caso da participante P11, infere-se que possa ter relação, com a suspeita de abuso sexual contra as duas filhas. Assim, a humilhação e a vergonha estão relacionadas ao sentimento que as mulheres têm delas mesmas por estarem vivenciando a violência e não conseguirem sair dela (Monteiro & Souza, 2007).

Os sentimentos de **ódio e raiva** também estiveram presentes e foram descritos em duas situações: a primeira com relação a si mesma por não ter conhecimento sobre os recursos para enfrentar a violência; e

a segunda com relação ao autor da violência, principalmente pela participante ter descoberto a abuso sexual praticado pelo ex-marido contra seu filho, conforme retratado a seguir:

Muita raiva, muito ódio. Porque eu não sabia que existia a [Secretaria de Assistência], que existia a Lei Maria da Penha, eu não sabia nada (P9).

Olha...eu já senti tanta coisa, tristeza, raiva, hoje o que eu posso te dizer que o que eu sinto não é tristeza, o que eu sinto hoje é ódio mesmo! Ódio do pai do meu filho (P4).

Ao longo da entrevista, as participantes falaram sobre o sentimento de **medo** em diferentes contextos. Pode-se dizer que este foi o sentimento mais citado por elas, seja o medo das ameaças e perpetração dos tipos de violência, seja o medo de perder a vida. Os relatos a seguir retratam o sentimento de medo vivenciado pelas participantes:

Medo, de não ver meu filho crescer, na verdade, que eu ia ser morta pelo meu ex-companheiro (P2).

*[...] Quando você é xingada, você é humilhada, quando você sofre, passa por medo. **Medo, o pior de tudo é o medo. Medo (P7).***

Isso dá um pouco de medo, um pouco não, muito medo, eu ainda tenho. Dá uma sensação de medo daí foi onde eu fui [para casa-abrigo]. E as crianças também não queriam ficar. Não era só de mim, sabe? E eu tinha medo e tenho medo que ele possa fazer alguma coisa [...] Eu na verdade, na verdade, eu morro de medo dele. E ele sabe disso porque um dia eu falei pra ele. Ele sabe que eu tenho medo dele (P10).

Por meio das narrativas é possível verificar que a violência é um fenômeno que parece não ter fim, pois mesmo depois de experienciar, algumas vezes por mais de uma década, o medo e outros sentimentos acompanham as mulheres. No caso das mulheres desta pesquisa, o

medo a que se referiam é principalmente o medo da morte, o medo dos seus ex-companheiros cumprirem as promessas que haviam feito ao longo da relação.

Diante desse aspecto, o estudo de Monteiro e Souza (2007) revelou que o medo é um sentimento que paralisa e impede que a mulher busque ajuda. As autoras, afirmam também que o medo, a falta de informação e a crença de que o parceiro não é tão mau, faz com que as mulheres minimizem a gravidade da situação, impedindo que a violência saia do âmbito privado e se torne pública. A duração e a intensidade dos efeitos da violência vão depender da gravidade do trauma, do apoio social e institucional recebidos e dos recursos utilizados pela mulher para o enfrentamento (*coping*) da violência (Cantera, 2007).

Nesse sentido, a subcategoria **3.4** apresenta as **Estratégias de enfrentamento** utilizadas pelas participantes desta pesquisa enquanto estavam vivenciando a situação de violência e/ou após saírem da casa-abrigo.

Quadro 17 – Elementos de análise referentes à subcategoria 3.4: Estratégias de enfrentamento.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p>CATEGORIA 3</p> <p>A RELAÇÃO COM O AUTOR DA VIOLÊNCIA E SUAS REPERCUSSÕES</p>	<p>3.4 Estratégias de enfrentamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento psicológico - Exteriorizar suas emoções - Conversar ou sair com amigos/as - Trabalho, prática religiosa e/ou escola - Mudança de cidade - Prática de esportes - Atividades intelectuais - Conselhos para enfrentar a violência

Fonte: desenvolvido pela autora.

O **atendimento psicológico** foi apontado por três participantes. Uma delas relatou que o fato de ser atendida pela psicóloga da secretaria de assistência social a ajudava pelo fato de poder **exteriorizar suas**

emoções; outra mulher disse que pensava em procurar terapia de casal para ela e o marido; e uma terceira participante, que ainda estava na casa-abrigo, mostrou-se decidida a iniciar psicoterapia. Em relação ao reconhecimento da importância do atendimento psicológico para o enfrentamento da violência, a literatura (Bruschi, Paula & Bordin, 2006; Estrada & Rodríguez, 2011; Lettiere & Nakano, 2011) mostra que a procura por atendimento psicológico ou instituições sociais é uma estratégia secundária ou, algumas vezes, inexistente, sendo acionadas somente em casos de violência extrema. Cabe destacar que a dificuldade de acesso a um processo psicoterapêutico, individual ou em grupo, impossibilita a oferta de uma atenção integral no que tange uma dimensão psicossocial. Conforme apontado pelos autores acima mencionados, as pessoas que sofrem violência apresentam um nível de sofrimento psíquico que suscita cuidados psicológicos como parte ativa da atenção à saúde dessas mulheres.

O fato de **conversar ou sair com amigos/as** também foi apontado como uma estratégia para quatro participantes que relataram como positivo ter alguém para conversar sobre os problemas ou “esquecer” deles. A fala a seguir exemplifica a participação dos/as amigos/as em relação ao enfrentamento da situação de violência:

Eu saio um pouco com meus amigos, isso me descontraí, assim porque tipo assim, se eu não tô trabalhando, tô em casa, não tô fazendo nada, isso vem na minha cabeça o tempo todo é, isso aí, eu acordo de noite, tanto que eu faço tratamento com a médica, remédio pra dormir, [...] e quando eu to nesses momentos, geralmente sábado à noite, sexta à noite, que eu to com meus amigos, naquelas horinhas que eu to com eles eu não penso, não penso (P5).

A busca por os/as amigos/as foi apontado em outros estudos (Estrada, Herrero & Rodríguez, 2012; Lettiere & Nakano, 2011; Silva *et. al.*, 2012) como as primeiras pessoas a quem as mulheres em situação de violência recorreram em busca de ajuda. Outra estratégia apontadas pelas participantes foi em relação ao **trabalho, a prática religiosa e/ou a escola** citados como fatores que as ajudou a enfrentar a violência. A prática religiosa foi descrita pelas participantes como ter fé, fazer oração e por acreditarem em Deus como fontes de ajuda. As estratégias de enfrentamento por meio da religiosidade como um fator positivo, está

relacionada às crenças que fazem parte do sistema de valores das pessoas e, portanto, com o modo como a pessoa lida com a situação estressora não como a cura dos problemas, mas como a promoção de bem-estar que impulsiona a sua resolução (Faria & Seidl, 2005). Em complemento a esse elemento, o trabalho e a escola foram apontados como meio de distração, para não pensar no que passaram, conforme descrito a seguir:

Ali na escola é minha diversão. Tô aprendendo a ler, faço crochê, faço artesanato, faço... como é que a gente diz... aqueles trabalhinhos... artesanato. Faço hidroginástica, musculação, expressão corporal, só não faço dança de salão porque não tinha mais vaga [...] (P1).

Trabalhar. Meu Deus, meu trabalho é minha vida. Trabalhar, estudar [...]. Mesmo assim, às vezes tô mal no serviço e não tem como evitar. Aí, eu faço alguma coisa de errado, às vezes eu começo a conversar com alguém. Às vezes eu tô tão angustiada que eu acabo desabafando (P6).

Nesses relatos, pode-se verificar o fato do relacionamento interpessoal, de conversar com amigos/colegas de trabalho/escola, mostrando a participação das redes sociais como uma forma de enfrentamento da situação de violência. Outra participante, que havia saído da casa-abrigo na semana da entrevista, mencionou a **mudança de cidade** que estava prestes a fazer como uma forma de se afastar do ex-marido e de recomeçar sua vida:

Por isso pra mim, poder mudar pra outra cidade, vai ser como se fosse uma terapia pra mim. Vai ser um processo pra melhorar, pra curar esse lado assim (P7).

Por meio desses depoimentos verificou-se que o fato de conversar com amigos, de trabalhar ou ir para a escola e mudar de cidade são estratégias de enfrentamento consideradas positivas para as participantes do estudo, na medida em que se afastam do problema, ocupam seu tempo com outras atividades e não pensam na violência sofrida. Este

tipo de estratégia, segundo Antroniazzi, *et. al.* (1998) é focada no problema, na tentativa de mudar a situação geradora de estresse seja por meio da rede de relações ou de atividade laborais/educativas. Um aspecto que cabe destacar é que a estratégia de *coping* focada nas redes de relações, no caso mencionado, os amigos, contribuem na medida em que se tornam geradores de autoestima e confiança, além de ajudarem na redução do estresse gerado pelo problema (Moos & Holahan, 2003).

Além dessas estratégias, outra participante mencionou a **prática de esportes** como fazer caminhadas e participar de um time de futebol feminino, iniciada após ter saído da casa-abrigo. Também foram citadas **atividades intelectuais** como assistir filme, ler um livro e ouvir música.

Assim, as estratégias de enfrentamento da violência estiveram focadas na emoção, isto é, na busca pela regulação do seu estado emocional e diminuição de situações desagradáveis originadas pelo momento de estresse vivenciado (Antoniazzi, *et.al.*, 1998). Diante das narrativas, pode-se verificar que apesar da diversidade de estratégias tanto focada no problema, quanto na emoção, não houve uma variedade de formas de *coping* diante da situação de violência. Além disso, as estratégias apontadas se deram, em sua maioria, após a saída da casa-abrigo, ou seja, após, supostamente, terem superado o problema. Infere-se que esse aspecto possa estar relacionado com a questão da paralisação da mulher enquanto esteja vivendo a violência seja atrelado aos motivos que as fizeram permanecer na relação, por medo ou por vergonha, seja por não terem acesso ou não visualizarem formas de ajuda em suas redes pessoais ou de suporte/institucionais.

Diante das estratégias de enfrentamento apresentadas e de modo a favorecer o protagonismo das participantes, perguntou-se a elas: *se você pudesse dar um conselho para uma mulher que esteja passando por uma situação de violência, o que vocêalaria?*(Pesquisadora). Dentre os **conselhos para enfrentar a violência**, surgiram aqueles ligados à saída da relação por meio da denúncia e/ou procura por ajuda, conforme ilustra o depoimento a seguir:

Vai num postinho, qualquer lugar desses públicos, na escola, se não tiver um postinho vai numa escola, procura um assistente social, procura alguém de lá pra você conversar, uma professora vai saber te informar o caminho certo, mas não fica calada (P4).

Em complemento à procura por ajuda, outras participantes falaram sobre a necessidade da mulher não se intimidar, acreditar em si mesma e dar continuidade a sua vida após a separação, conforme exemplifica a narrativa que segue:

*Eu gostaria de falar assim, **que ela vá, que é bola pra frente, ver a vida pra frente e contando com a ajuda de todo mundo. Que ela não se sinta sozinha, porque a maioria das mulheres se sente sozinha...** [...] Ela não tem que achar que ele manda nela, entendeu? **Ela tem que achar o valor de si mesma. E não pode se rebaixar, ela sempre tem que achar uma força, dentro dela que ela pode tudo, basta ela querer** (P9).*

Outros aspectos presentes nos conselhos dados pelas participantes são em relação ao apego ou prática religiosa quando as aconselharam às mulheres terem fé, força e orar para enfrentar a situação de violência. Igualmente, as participantes mencionaram que as mulheres não se paralisem diante do medo e façam a denúncia, conforme mostra o relato a seguir:

***Que o medo não vai ajudar, tem que buscar forças no que tu acha mais importante na tua vida, no meu caso foi o meu filho, e nunca deixar homem nenhum fazer você pensar que não é capaz, porque isso é que atrapalha muito né? É não deixar alguém entrar na tua mente e fazer você pensar que você não é capaz, quando você mesma tem certeza de que é capaz, deixar alguém te fazer pensar diferente sabe, de ser submissa a ponto de aceitar as decisões de uma pessoa... que se a pessoa está te colocando naquele campo de submissão é porque ela não te ama** [...] **não ter medo de denunciar, porque se ele, no caso o agressor, não tem medo de fazer isso contigo, não tem pena, não tem que ter pena dele; que uma vez que tu tomas essa decisão também pode estar livrando outras pessoas disso** (P2).*

Em termos de estratégias de *coping*, os conselhos estiveram focados principalmente no problema e na rede de relações das mulheres,

quando sugerem a busca por ajuda com pessoas ou realização da denúncia do parceiro, por exemplo. A esse respeito Folkman *et. al* (1986) afirmam que as estratégias de enfrentamento estão diretamente ligadas às experiências de vida das pessoas, baseadas em suas características individuais, que se sustentam em sua cultura, crenças e valores pessoais.

De acordo com Santos e Moré (2011b), as mulheres que vivem uma situação de violência fazem uso de estratégias de enfrentamento para sobreviver ou superar as consequências dessa relação. Quanto aos conselhos das participantes para outras mulheres, pode-se dizer que estes se sustentam naquilo que elas verificaram ter dado certo e, portanto, ter ajudado no enfrentamento da violência, bem como conselhos baseados naquilo que, por algum motivo, não fizeram e que perceberam que se tivessem feito, poderiam ter saído daquela relação antes que se agravasse ao ponto de serem encaminhadas para a casa-abrigo.

Diante do exposto, esta categoria demonstrou que o comportamento do autor da violência retratou aspectos que vão desde o controle da rotina da mulher e dos filhos ao impedir que acompanhassem suas mães, até a despreocupação com as necessidades básicas da família, fatores estes que podem estar relacionados às características do sistema patriarcal, quando ao homem atribui-se o controle sobre os bens e a família e, nessa perspectiva, há o medo de perder esse controle e/ou de ser abandonado. A violência perpetrada pelos parceiros das mulheres também se estendeu a outros membros da família e amigos, mostrando que o comportamento violento ocorreu fora do âmbito doméstico e familiar.

Quanto à permanência na relação com o autor da violência, foram identificados aspectos relacionados à crença de mudança do comportamento do companheiro, o cumprimento das promessas de que a violência não se repetiria e pelos sentimentos de ambiguidade de amor e ódio, esperança e medo, relacionados ao autor da violência. Com base nesses apontamentos, a manutenção da relação com o companheiro pode estar relacionada à dificuldade de encontrar meios para romper com o ciclo da violência. Pode-se supor, também, que a permanência tenha relação com a ausência de redes sociais e do conhecimento quanto aos recursos que possam viabilizar o rompimento do ciclo de violência.

Diante da trama relacional apresentada, as repercussões da violência são representadas por estados de ansiedade e depressão, como os principais sintomas de sofrimento psíquico, além dos sentimentos de

vergonha, medo e humilhação relacionados ao sofrimento presente nas lembranças trazidas pelas mulheres. As estratégias para o enfrentamento da violência estiveram focadas tanto na emoção, por meio de atividades intelectuais e conversas com amigos, quanto focada no problema, por meio do atendimento psicológico, no trabalho e na escola como meios de se distrair e não pensar no que vivenciaram.

Com base nas repercussões da violência, incluindo o risco de morte, uma das estratégias utilizadas pelas mulheres deste estudo foi a busca por ajuda nas delegacias e/ou assistência social, que as encaminharam para a casa-abrigo, a fim de preservar sua integridade física em um local seguro e de proteção. A casa-abrigo é um serviço de alta complexidade, sustentada pelo município e atua como uma rede de suporte social para mulheres e seus filhos menores de idade em situação de violência. A trajetória das participantes até a casa-abrigo e a experiência de ter permanecido no local será apresentada na categoria a seguir.

6.4 CATEGORIA 4 – TRAJETÓRIA E VIVÊNCIA NA CASA-ABRIGO

*Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado.*

(Chico Buarque – Cálice)

Esta categoria congregou elementos relacionados à trajetória das participantes que as levou até a casa-abrigo, além da sua vivência no local, tanto no estabelecimento da relação com os profissionais e outras mulheres abrigadas, quanto em termos estruturais e de funcionamentos da casa-abrigo. Cabe esclarecer que esta categoria caracteriza-se por uma análise prioritariamente descritiva, devido à incipiência de produção científica sobre a experiência de mulheres acolhidas em casas-abrigo. Assim, ao longo da presente categoria

serão utilizados os estudos encontrados no processo de revisão, que, em seu conjunto, apresentam aspectos que vão ao encontro dos dados encontrados nesta pesquisa, cabíveis de serem discutidos.

Quadro 18 – Elementos de análise referentes à subcategoria 4.1: O caminho até a casa-abrigo.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	ELEMENTOS DE ANÁLISE
CATEGORIA 4 TRAJETÓRIA E VIVÊNCIA NA CASA-ABRIGO	4.1 O caminho até a casa-abrigo	<ul style="list-style-type: none"> - Medo de perder a guarda dos filhos - Conselho tutelar - Escola -Delegacia de polícia e/ou delegacia da mulher - Secretaria de assistência social - Ameaça de morte e o medo de morrer

Fonte: desenvolvido pela autora.

A subcategoria **O caminho até a casa-abrigo (4.1)** apresentou os elementos que motivaram as mulheres a saírem da situação de violência, além dos recursos institucionais que procuraram na rede de suporte para o enfrentamento do problema. Assim, o **medo de perder a guarda dos filhos**, foi um dos motivadores para a denúncia do autor da violência, conforme descrito nos relatos a seguir:

Aí, depois do meu filho presenciar várias agressões, eu tomei a iniciativa de denunciá-lo porque eu fiquei sabendo que poderia perder a guarda do meu filho, por ele tá presenciando aquilo tudo. Tomei mais essa iniciativa pelo meu filho mesmo (P2).

Porque assim, as crianças já foram pro abrigo por causa disso [da violência], né? Por causa disso e por causa de um desleixo meu também. Elas foram pro abrigo, então meu medo foi disso sabe? De eu perder minhas crianças, porque minhas crianças são tudo pra mim [chora] [...] É, sabe e assim daí meu tio falou que se eu não tomasse uma atitude, ele iria tirar meus filhos de mim. Então, através disso, da ameaça dele [marido] e da ameaça do meu tio [...] Aí eu decidi procurar a Casa [abrigo] né? (P8).

Por meio dessas narrativas, foi possível verificar que, inicialmente, o motivo principal esteve relacionado com o medo das participantes serem afastadas dos filhos. Por outro lado, é possível inferir que a situação de violência vivenciada pelas participantes havia chegado a um nível extremo e que, a possibilidade de serem afastadas dos filhos tenha sido o incentivo maior pela busca de ajuda. Ainda no contexto familiar, três participantes relataram que os seus parceiros praticaram violência contra os (as) filhos (as), o que resultou na sua denúncia e encaminhamento à casa-abrigo. Em dois casos os maridos das participantes bateram em seus filhos (meninos em ambos os casos) os quais foram acolhidos pela escola. Um dos meninos, de 10 anos, ao chegar à escola pediu para denunciar o pai ao **conselho tutelar**, conforme descrito no relato a seguir:

*Ele me falou “mãe, eu vou denunciar o pai”. Só que eu achei que ele não ia fazer isso. [...] Não, realmente ele **chegou na escola e denunciou**. E como na escola eles já sabiam o tipo de pessoa que ele [o marido] era pra mim e já tinha tido caso da minha filha, que não era filha dele, quando ela tinha 14 anos ele agrediu ela, tentou abusar dela várias vezes... ela contou na escola. E a mesma escola então guardou todo esse relatório, sabe? [...] **E quando o G. chegou na escola e falou que o pai dele agrediu ele e ele com a boca toda machucada, eles buscaram todo o histórico familiar, daí veio com a da minha filha com o que ela já havia contado, como ele era comigo, então eles perguntaram pro meu menino se ele queria que eles contassem pro Conselho Tutelar e ele disse que ele mesmo queria contar pro Conselho Tutelar (P4)**.*

Neste caso, antes de ir para a escola, o menino foi acolhido pela catequista que o incentivou a denunciar o pai. Depois de relatar na escola o que havia ocorrido, mãe e filho foram juntos à delegacia fazer a denúncia, tendo em vista que dias antes, a participante já tinha sofrido uma tentativa de homicídio por parte do marido. Diante do apresentado, destaca-se a participação das pessoas das redes da igreja, **escola** e assistencial (conselho tutelar), representados por seus profissionais que atuaram no encaminhamento das crianças na tentativa de resolver o problema.

Outra situação, que também contou com a participação da **escola** no encaminhamento foi em relação a suspeita de abuso sexual contra as filhas da participante P11. Nesse caso, o encaminhamento inicial para a casa-abrigo ocorreu pelos seguintes motivos: a) supõe-se que a mãe, ao saber do abuso sexual, também poderia sofrer algum tipo de violência, como ameaças por parte do marido, o que impediria a denúncia, b) pela mãe não poder ficar separada das filhas e, ao mesmo tempo, não poder ser acolhida em um abrigo para crianças, c) pela mãe já ter sofrido violência física e psicológica do parceiro e que, por questões de segurança, deveria manter-se distante. Cabe esclarecer que os casos em que ocorreram os encaminhamentos para a casa-abrigo, tiveram como base, também, o histórico de violência familiar contra a mulher, o que reforçou os critérios para o abrigamento.

Além da mediação realizada pela escola e conselho tutelar, outras participantes, por sua vez, procuraram pela **delegacia de polícia e/ou delegacia da mulher** para fazer a denúncia e serem encaminhadas para a casa-abrigo do município, conforme descrito a seguir:

Meu primeiro passo foi ir até a delegacia. Aí depois me encaminharam para a delegacia da mulher, aí de lá eu comentei que tava com receio de voltar pra casa, de ficar em casa mesmo [...] Aí fiquei com medo de voltar pra casa e ele começar a me perseguir, eu sabia que ele ia atrás de mim depois da intimação chegasse pra ele né? Aí decidi ficar lá [na casa-abrigo] com o meu filho (P2).

Verificou-se que mesmo após a denúncia o medo do autor da violência ainda permanece e, nesse sentido, destaca-se o papel de proteção desempenhado pela casa-abrigo, na medida em que acolhe as mulheres e seus filhos que estão vivenciando uma situação extrema de violência e estão sob risco de morte. Com relação a forma de encaminhamento, os estudos de Rocha (2007) e Porto (2008), evidenciaram que a maior parte das mulheres foram chegaram à casa-abrigo encaminhadas por delegacias da mulher e conselhos tutelares.

Na presente pesquisa, foi identificado o encaminhamento de participantes que fizeram a denúncia na delegacia para a **secretaria de assistência social** do município, de modo que pudessem organizar sua ida para a casa-abrigo. O encaminhamento inverso também ocorreu no

caso de cinco participantes que, primeiramente, se dirigiram à secretaria de assistência social e em seguida, foram encaminhadas para a delegacia da mulher para fazer a denúncia, condição *sine qua non* para a entrada na casa-abrigo.

Importante destacar que no momento da denúncia que resultou no encaminhamento para a casa-abrigo, sete participantes disseram estar sozinhas e outras quatro estavam na companhia de seus filhos (menores), os quais as acompanharam à casa-abrigo e somente uma mulher foi acompanhada pelo pai até a delegacia. Algumas participantes mencionaram que não queriam envolver ninguém por medo do que seu (ex-) parceiro poderia fazer com ela ou com a pessoa. Igualmente foi apontado que as pessoas preferiam não se envolver porque conheciam o companheiro e tinham medo dele, conforme exemplifica o relato a seguir:

Não, eu fui sozinha. É que assim, ninguém quis se envolver porque ele é muito perigoso, sabe? Então todo mundo tem medo, inclusive a família dele tem medo (P5).

Esse dado mostra que em meio à tomada de decisão de sair do ciclo de violência, as mulheres estavam (ou permaneciam) sozinhas, seja por vergonha, medo ou pelo afastamento das redes sociais, decorrente de todo o processo da violência. Nesse sentido, diante da situação extrema em que a violência pode chegar, a **ameaça de morte e o medo de morrer** também foram citados pelas participantes como principais motivadores pela denúncia do parceiro, conforme exemplifica a narrativa a seguir:

Foi assim ó, como ele tava muito agressivo, em palavras e coisa, ele tinha feito ameaças. Porque uma vez ele falou pra mim... na verdade eu saí mais pelas crianças porque elas não queriam mais voltar pra casa. Como ele tava muito agressivo ele falava “ah eu te mato” esses tipos de coisas assim, né? Então pra evitar, entende, pelo jeito que ele ficava, a atitude dele, o olhar dele, coisa assim, que parece que ele se transformava... e às vezes ele bebia ele falava só porcaria, foi o que me motivou (P10).

Entende-se que o medo de morrer, a partir das ameaças e tentativas dos parceiros, seja uma situação limite em que a violência pode chegar, conforme encontrado também no estudo de Santos (2009), o qual mostra que a denúncia do autor da violência ocorreu no momento em que as mulheres entrevistadas perceberam que não havia mais como suportar a situação e que precisavam tomar uma atitude.

Com relação à denúncia/ busca por ajuda, destaca-se que das 12 participantes deste estudo, sete não sabiam da existência da casa-abrigo até o seu encaminhamento para o local pela primeira vez. As demais souberam por meio do atendimento na secretaria de assistência social ou foram informadas pelas pessoas da sua rede social, tais como, amiga, irmã e mãe. Mesmo desconhecendo a existência da casa-abrigo, todas as participantes aceitaram ir para o local, alegando que sentiam muito medo e que naquele momento o que mais queriam, era sair daquela situação de violência. O desconhecimento da existência da casa-abrigo também foi mencionado nos estudos de Rocha (2007) e Silva (2012), em que as mulheres entrevistadas relataram desconhecer o local enquanto um recurso na rede de enfrentamento da violência.

De acordo com o Termo de Referência para Casa-abrigo (2006a), a divulgação pública da existência das casas-abrigo deve ser realizada prioritariamente pelos órgãos do serviço de proteção, sendo eles: os Centros de Referência, serviços de saúde, delegacias da mulher, promotoria, conselhos tutelares e organizações da sociedade civil que estejam engajadas com as questões referentes à mulher e aos direitos humanos. As Diretrizes Nacionais de Abrigamento (Brasil, 2011), por sua vez, refere-se ao sigilo como um pré-requisito à existência das Casas-Abrigo, porém essa questão traz dificuldades em torno da manutenção da estrutura física do local, sendo necessário mudar-se constantemente. Outro apontamento refere-se à dificuldade de manter o sigilo em municípios pequenos e a quebra do sigilo por parte das mulheres ex-abrigadas.

Nessa perspectiva, conforme aponta Rocha (2007), mesmo com a responsabilidade de divulgação das casas-abrigo ser da rede de serviços, é imprescindível que não se perca o aparato sigiloso e de segurança, tanto para as mulheres abrigadas, quanto para as trabalhadoras do local, que podem ser alvos dos autores da violência. A autora afirma, ainda, que desenvolver estratégias de segurança concomitante à divulgação das casas-abrigo de modo a favorecer o exercício da cidadania das mulheres em situação de violência, ainda é um desafio a ser vencido tanto pelos

loais de abrigo quanto pelas ações propostas pelas políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher.

Em relação à estada das mulheres no abrigo, a subcategoria **Rotina da casa-abrigo (4.2)** descreveu as regras e atividades desenvolvidas no período em que as mulheres estiveram no local.

Quadro 19 – Elementos de análise referentes à subcategoria 4.2: Rotina da casa-abrigo.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p>CATEGORIA 4</p> <p>TRAJETÓRIA E VIVÊNCIA NA CASA-ABRIGO</p>	<p>4.2 Rotina da casa-abrigo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Procedimentos de entrada - Regras - Atividades domésticas - Cuidado com os filhos - Ginástica - Atividades manuais - Atividades intelectuais

Fonte: desenvolvido pela autora.

Os **procedimentos de entrada** consistiam no aviso aos familiares e/ou ao trabalho da mulher, bem como à escola dos filhos que estudavam no ensino fundamental e médio, os quais eram transferidos para uma escola próxima ao abrigo. Três mulheres não quiseram que suas famílias ficassem sabendo para “*não incomodar (sic.)*”; então, nesses casos, foram avisados somente os responsáveis em seus respectivos trabalhos.

Com relação ao contato com pessoas da sua rede de relações no período em que estavam na casa-abrigo, as mulheres podiam se comunicar com familiares, amigos e/ou colegas de trabalho, desde que agendassem um horário na secretaria de assistência social. Cabe esclarecer que as crianças que não tinham idade escolar e que frequentavam a creche, permaneciam com as mães na casa-abrigo. As demais eram levadas para a escola pelo motorista do abrigo que também buscava as crianças, conforme descrevem os relatos da participante P4, a seguir:

*Assim, a minha filha ficou sabendo, depois que nós tava lá. Lá da casa-abrigo ligaram pra minha família, avisando que a gente tava no abrigo... [...] E assim, pra eles não se preocuparem que a gente tava bem e que sempre que eles, assim, que houvesse a oportunidade, a chance da gente se ver, eles marcavam o horário na secretaria, daí o motorista trazia a gente até a secretaria e era onde a gente se encontrava. **Eu me encontrava com a minha filha, com os meus netos, com a minha mãe, fazia uma reunião de família na secretaria (P4).***

*Mas ele ficou dois dias sem ir pra aula, que foi o tempo de **arrumar a documentação, de buscar a transferência dele pra outra escola.** Porque é um abrigo, sigiloso, ninguém tem o endereço, mas assim tem motorista que levam até à escola, o mais próximo que seja e o motorista leva na porta da sala e pega e trás de volta pro abrigo (P4).*

Também era realizado um trabalho de mediação dos profissionais da secretaria de assistência, psicóloga e assistente social, entre a mulher que estava abrigada e o autor da violência seja para ver os/as filhos/as, seja para resolver questões referentes à separação ou para reatar o relacionamento.

Além dos procedimentos de entrada, a casa-abrigo possuía **regras** quanto aos horários e **atividades domésticas** que deveriam ser realizadas pelas usuárias, tal como é descrito a seguir:

*Ai era bem regrado assim. É... **sete horas da manhã, eles acordam a gente pra tomar café.** Aí depois do café, cada uma faz... as abrigadas ali, ajudam né... a **lavar louça, enxugar louça, a limpar a cozinha e o refeitório.** Aí depois a gente vai na **brinquedoteca**, fica lá até umas dez pras onze, por aí, porque **11h é servido o almoço**, aí é o mesmo esquema: as abrigadas ajudam a lavar louça, enxugar louça, limpar o refeitório, a cozinha. Aí depois tem a **hora do descanso. Que é das 13:30 às 15:30, aí as educadoras chamam pra tomar café novamente.** Aí depois, a gente fica lá na sala da*

televisão, pode ver televisão, ver um filme alguma coisa, vai lá fora, conversa, lê algum livro. Quem tem filhos leva lá no parquinho e sete horas da noite é a janta. Aí também, as abrigadas ajudam ali a fazer a limpeza e às nove horas cada uma vai pro seu quarto. É bem regrado assim (P7).

As atividades domésticas funcionavam em forma de revezamento, isto é, nenhuma mulher fazia sempre a mesma atividade. A cada refeição era alternado quem lavava ou secava a louça e quem limpava o chão, por exemplo. Ao longo de sua permanência na casa-abrigo, o **cuidado com os filhos** é de responsabilidade das mães e, por isso, nas horas em que não estão realizando nenhuma atividade doméstica, devem cuidar de suas crianças, conforme discorre o relato a seguir:

Aí a gente descia com as crianças, e as crianças eram responsabilidade das mães, entendeu? Mas assim, só que acaso assim, a mãe precisasse ir no banheiro ou precisasse ir no médico, ou uma reunião alguma coisa assim, ou uma audiência que tinha, aí elas (as educadoras) ficavam se precisasse, mas fora isso era responsabilidade das mães, né? Porque assim, como elas falaram que muitas mães achavam ruim, sabe? Como elas falaram, não é que elas não querem sabe, mas elas fazem porque quando nós sairmos da casa, a gente tem que ver como a gente vai fazer em casa. [...]Tem que levantar, dar café pra elas, dar banho nelas, né? Dar comida, ver se tá doente, se precisar trocar, né? Essas coisas assim, sabe? (P8).

Tanto as atividades domésticas quanto o cuidado com os filhos realizados pelas mulheres, correspondem a um dos objetivos da casa-abrigo que é promover o exercício da autonomia e recuperação da autoestima, de modo que as mulheres se sintam capazes de desenvolver atividades que terão que dar continuidade ao retomarem suas vidas de maneira organizada fora da Casa (Brasil, 2006a). Acrescenta-se a essas informações o fato de que na casa-abrigo, quando as mulheres e/ou filhos/as precisam ir ao médico ou advogado, por exemplo, as educadoras as comunicavam e eram levados aos locais que precisavam pelo motorista da Casa.

Durante sua permanência na casa-abrigo, as mulheres tinham a possibilidade de ocupar seu tempo fazendo **ginástica** e realizando **atividades manuais** como tricô, crochê, pintura, conforme relatado a seguir:

*E a gente ficava fazendo **ginástica** se quisesse, ou lendo **ou atividades artesanais** lá dentro. Se alguém quisesse se ocupar era disponibilizado **crochê ou atividades manuais**. Eles davam linha e agulha, ou **pintura** (P2).*

Uma das participantes estava terminando o ensino médio pelo sistema EJA (Educação de Jovens e Adultos) e realizava os trabalhos e tarefas de aula na casa-abrigo, de modo que o motorista da Casa buscava os materiais com os professores, para que a participante não se prejudicasse nos estudos por estar abrigada. Havia, também, o desenvolvimento de **atividades intelectuais**, por exemplo, ler, assistir filme e ouvir música. A programação que poderia ser assistida era contemplada por desenhos, tendo em vista a presença de crianças e os conteúdos dos telejornais e novelas, que tratavam, basicamente, de tragédia e romance, julgados, pelos profissionais, como inadequados para as mulheres que se encontravam no local.

A subcategoria **Relação com as pessoas casa-abrigo (4.3)** discutiu os elementos relacionados à convivência entre as usuárias e profissionais dentro do abrigo.

Quadro 20 – Elementos de análise referentes à subcategoria 4.3: Relação com as pessoas da casa-abrigo.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
CATEGORIA 4 TRAJETÓRIA E VIVÊNCIA NA CASA-ABRIGO	4.3 Relação com as pessoas da casa-abrigo	<ul style="list-style-type: none"> - Planos para o futuro - Troca de experiência e apoio emocional - Atendimento psicológico e assistencial - Mediação da situação de violência

Fonte: desenvolvido pela autora.

Conforme apontado no estudo de Silva (2012), a passagem pela casa-abrigo proporciona refletir sobre a vida, o problema da violência e fazer planos para quando as mulheres saírem da casa. A esse respeito, um dos aspectos mencionados pelas participantes foi em compartilhar a realização de **planos para o futuro** com outras mulheres que estavam na Casa, conforme exemplificado a seguir:

[conversavam] sobre tudo. Até nós queria alugar uma casa, nós falava em alugar uma casa pra nós morar junto né. Daí ela disse se desse certo aí nós ia alugar uma casa. Daí ela ia trabalhar, eu também ia trabalhar, as crianças iam tudo pra escola, nós ia fazer a nossa vida né? Só que daí ela saiu de lá... nunca mais vi (P3).

A convivência e a identificação com as outras mulheres que estavam abrigadas resultaram em uma parceria na tentativa de dar continuidade ao curso de suas vidas. Da mesma forma, a **troca de experiência e o apoio emocional** em relação à situação de violência pela qual estavam passando também foram elementos mencionados, presentes na relação entre as usuárias:

Ajudava. Algumas já era a segunda vez que passava por lá. A gente trocava experiência, contava o que aconteceu com cada uma, porque que tava lá e tal (P2).

Daí foi assim, de ficar conversando, assim na hora do intervalo, conversando sabe, uma dava força pra outra. Uma contava a situação de como aconteceu pra outra, entendeu? Pra dar força uma pra outra (P8).

A partir dessas narrativas verificou-se a reciprocidade da função de apoio emocional entre as usuárias. As participantes relataram, ao longo das entrevistas, que era comum contarem umas para as outras por quais motivos tinham chegado até a casa-abrigo e apontaram, também, que havia uma preocupação em acolher as mulheres que chegavam ao local, de modo que se aproximavam e encorajavam para que desabafasse.

Com relação aos elementos supramencionados, estudos realizados com grupos de mulheres em situação de violência (Mora-Escalante, 2005; Parente, Nascimento & Vieira, 2009; Ramos & Oltramari, 2010) mostram que as trocas realizadas entre elas resultam na possibilidade de compartilhar sentimentos e histórias com outras pessoas que passaram por situações semelhantes, possibilitando reflexões coletivas sobre o problema da violência. Além disso, o fato de atuarem como fonte de ajuda e apoio social, contribui para minimizar os efeitos físicos e psicológicos provenientes da situação que vivenciaram.

Embora os aspectos relacionais entre as mulheres tenham sido revelados como positivos em sua totalidade, entende-se que em razão das diferenças culturais e familiares, além da condição emocional e de confinamento em que se encontravam, pudessem ocorrer desentendimentos e conflitos entre as mulheres abrigadas. Nesta pesquisa, porém, foi mencionada apenas a diferença de personalidade entre as usuárias, sendo umas mais “fechadas”, outras que conversavam mais, não sendo relatado pelas mulheres nenhum caso de conflito entre elas.

Quanto ao relacionamento com os/as profissionais da casa-abrigo, no desempenho de suas práticas/ funções, o **atendimento psicológico e assistencial e a mediação da situação de violência** foram citados pelas participantes como algo que as ajudou a enfrentar a situação de violência, bem como reconheceram a importância desses elementos no cuidado com seus filhos, conforme descrito a seguir:

*Quando a gente chegava lá já era **agendado um horário com o assistente social e psicólogo pelo menos uma vez por semana** eles passavam lá... pra ver... pra **informar como tava sendo lidado com o processo nosso aqui fora...de preparar a pessoa pra sair de lá... como tava sendo o andamento no meu caso com advogado e tal... eles corriam atrás e agente marcava hora com o advogado para dar andamento ao processo... processo criminal ou da vara da família, daí isso era tudo resolvido lá de dentro. E o psicólogo e a assistente social iam uma vez por semana, pelo menos. Pra saber principalmente como a criança tava se comportando e como a gente tava emocionalmente e quais eram as nossas necessidades aqui, no meu caso, eu tava trabalhando, só que eles não podem***

demitir a pessoa que vai pra lá, mas não ganha aqueles dias pagos. Aí a assistente social lidava com isso (P2).

A partir dos relatos das mulheres, verificou-se que os profissionais proporcionaram uma escuta sensível e respeitosa e contribuíam para o resgate da autoestima e estímulo ao exercício da autonomia com vistas à resolução do problema. Os profissionais desempenharam suas funções tanto do ponto de vista psicológico em relação ao cuidado com a saúde mental das mulheres e de seus filhos, quanto assistenciais ao verificar as condições de moradia, trabalho e da relação com o autor da violência, atuando como mediadores nesse processo. De acordo com Cantera (2003), o profissional é uma figura importante e muitas vezes determinante sobre o modo como a mulher dará sequência no seu processo de enfrentamento do problema, como agente da sua própria liberação da opressão que a sustenta na situação da violência.

Nesse sentido, não só as psicólogas e os assistentes sociais foram mencionados por seu trabalho, mas também a coordenadora e as educadoras que trabalhavam na casa-abrigo oferecendo principalmente apoio emocional e conselhos às participantes, funções estas que serão aprofundadas na discussão da Categoria 5. Ao encontro desses achados, o estudo de Rocha (2007) apontou para a avaliação positiva das mulheres em relação ao atendimento recebido nas casas-abrigos pelas profissionais de diferente formação acadêmica, as quais ajudaram na recuperação da autoestima e da dignidade dessas mulheres.

A subcategoria **Aspectos facilitadores da vivência na casa-abrigo (4.4)** discutiu os elementos considerados positivos pelas participantes para a sua permanência na casa-abrigo e após a saída do local, conforme apresentado no Quadro 21, a seguir.

Quadro 21 – Elementos de análise referentes à subcategoria 4.4: Aspectos facilitadores da vivência na casa-abrigo.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p>CATEGORIA 4</p> <p>TRAJETÓRIA E VIVÊNCIA NA CASA-ABRIGO</p>	<p>4.4 Aspectos facilitadores da vivência na casa-abrigo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Vaga na creche pública para o filho - Melhora no desempenho escolar do filho - Redescoberta - Reflexão sobre suas vidas - Proteção - Pensar em si mesma - Mudança de comportamento - Reconhecimento do problema do outro

Fonte: desenvolvido pela autora.

No que se refere às crianças, a passagem pela casa-abrigo permitiu conseguir **vaga na creche pública para o filho** de uma das participantes e outra mencionou sobre a **melhora no desempenho escolar do filho**, conforme descrito a seguir:

Ele foi um menino que assim sempre foi reclamação na escola, que perturbava os outros colegas dentro da sala de aula. As notas dele era super baixas. [...] E aquele ano eu tinha certeza que ele ia reprovar, as notas dele tavam super baixa. [...] [quando] nós fomos para o abrigo, então era muito pouco tempo pro final do ano. Ele em um mês e pouco recuperou o ano inteiro. Ele passou aquele ano sem fazer a recuperação. Então eu percebi o quanto o meu filho precisava de ajuda. Porque ele mudou totalmente dentro da sala de aula. E continuou, por incrível que pareça ele continuou. Ele é um ótimo aluno, nunca mais me deu problema na escola, as notas dele são boas (P4).

Cabe destacar neste depoimento, que o fato de sair do contexto de violência contribuiu para melhorar o desempenho escolar da criança. Este dado corrobora com o estudo de Pereira, Santos e Williams (2009) que pesquisou o desempenho escolar de dois grupos de 20 crianças que tinham de sete a dez anos. Os resultados mostraram que o grupo de crianças que sofria violência familiar tinha um desempenho escolar inferior quando comparadas com um grupo de crianças com as mesmas características de idade, sexo e série que não possuíam histórico de violência. O mesmo estudo apontou, ainda, que a maior parte das crianças do primeiro grupo (55%), presenciava cenas de violência entre os pais, especialmente contra a mãe, e de maneira concomitante era alvo das agressões.

Em termos pessoais, as participantes relataram que o momento vivido na casa-abrigo proporcionou a **redescoberta** e possibilidade de **reflexão sobre suas vidas**:

Pra mim foi muito bom assim, eu aprendi a olhar pra dentro de mim. Que valor teve tudo o que aconteceu, as atitudes que eu tomei, porque eu corri atrás dele, o que eu aprendi com tudo isso. O que, que na verdade eu to sentindo, eu aprendi assim, a olhar pra dentro de mim, a me conhecer (P7).

Eu acredito que até foi bom pra eu tirar esse tempo, pra eu ver, assim, que eu não sou nenhuma mulher pra ser espancada. Isso me fez pensar muito, porque eu aceitei tudo isso até o momento, entendesse? E eu achava que eu estava sendo feliz, mas não estava. Mesmo com tudo isso eu perdoava ele, aceitava. E isso lá dentro [da casa-abrigo] me fez pensar o quanto seria bom se a vida não fosse só sarrafo [...] eu to aprendendo bastante coisas e uma delas é que eu não sirvo só pra levar pancada (P12).

Diante dos relatos dessas participantes, observou-se o favorecimento da aprendizagem a partir da reflexão sobre suas vivências, a valorização de si mesmas enquanto protagonistas de suas histórias e o reconhecimento quanto à possibilidade de viverem suas vidas sem violência. Em consonância a isso, as mulheres participantes do estudo de Rocha (2007) mencionaram que a casa-abrigo foi um

espaço onde puderam refletir sobre suas vidas, fortalecer-se e reencontrar a possibilidade de ter paz.

Ainda em torno das potencialidades da casa-abrigo, uma das participantes desta pesquisa mencionou que o local ofereceu **proteção** e que, a partir da sua experiência, passou a ajudar outras mulheres ao informá-las da existência desse local, conforme descrito no relato a seguir:

Foi bom porque assim eu posso, por mais coisas que eu passei de ruim, eu posso conseguir ajudar outra pessoa, aconselhar outra pessoa. Tu tem ajuda, tu não tá sozinha, tem recurso pra isso. É bom tu passar por essa Casa-Abrigo e saber que tu tens proteção, sabe? (P8).

Além disso, duas outras participantes disseram que a experiência na casa-abrigo lhes possibilitou tomarem iniciativas e terem se tornado pessoas mais corajosas para enfrentar determinadas situações. A partir dessa experiência, passaram a acreditar que eram capazes de fazer determinadas atividades que antes pensavam não ser capazes. Em complemento a esses aspectos, outros elementos presentes nas narrativas são em relação a **pensar em si mesma** e na **mudança de comportamento**, conforme ilustra o relato a seguir:

[...] Mas no meu aspecto de mulher, a minha autoestima de mulher, mudou bastante. Que hoje eu sei que eu não dependo só de um homem, eu não preciso viver a situação que eu tô levando porque não tenho condições de dinheiro, ou porque vou perder meus filhos pra sempre, não! Hoje eu sei que não é bem assim as coisas como eu pensava, como ele dizia que era. Hoje eu sei o que é a vida, sabe? Eu sei como lutar contra isso, entendeu? E antes não, eu não conseguia, eu tinha medo. E agora não tenho medo de encarar os fatos (P8).

A passagem pela casa-abrigo, para algumas participantes, foi a possibilidade de refletir sobre suas vidas e repensar determinados comportamentos que poderiam ser modificados no futuro. Por sua vez, observou-se no discurso de P8 alguns elementos que podem estar

relacionados com a permanência com o autor da violência, conforme apontado pela literatura (Adeodato *et.al.*, 2005; Cohen Imach, 2013; Monteiro & Souza, 2007; Narvaz & Koller, 2006; OMS, 2002; Silva *et. al.*, 2013), tais como a baixa autoestima, o sentimento de solidão, medo, a dependência financeira e o desconhecimento de recursos de enfrentamento da violência, sobre os quais pôde-se refletir e ultrapassar após a vivência na casa-abrigo.

Outras participantes mencionaram que o fato de ter passado pela casa-abrigo fez com que elas se tornassem pessoas mais fortes e passassem a **reconhecer o problema do outro**, como exemplifica a narrativa a seguir:

Eu acho assim que a minha vida melhorou emocionalmente, como ser humano, porque eu na verdade só enxergava o meu problema, eu, eu, eu, só chorava eu, só enxergava o meu problema que parecia do tamanho do mundo e eu acho que eu nunca enxerguei que outras pessoas também tinham problemas, e lá dentro eu aprendi, que não era só eu que tinha problema. Que existem muitas pessoas, muitas mesmo, que precisam de todo tipo de ajuda, eu aprendi a ser mais ser humano (P4).

Em relação a este relato, pode-se compreender que a convivência e os momentos de conversação com outras pessoas que passaram por situações semelhantes, contribuíram para que as mulheres pudessem construir significados e dar sentido às suas vivências. O fato de poderem refletir sobre suas situações contribui para que haja a comparação entre a sua situação ser mais ou menos graves do que as outras, o que pode acarretar, algumas vezes, na diminuição da importância ou da gravidade do problema. Por outro lado, o fato de terem conhecimento sobre situações “piores” que as suas, contribui na medida em que a mulher possa tomar consciência de que a sua situação também pode chegar a um extremo e isso ser motivador para busca de ajuda (Carloto & Calão, 2008).

A subcategoria **Aspectos dificultadores da vivência na casa-abrigo (4.5)**, por sua vez, descreveu os aspectos apontados pelas participantes que dificultaram sua permanência na casa-abrigo.

Quadro 22 – Elementos de análise referentes à subcategoria 4.5: Aspectos dificultadores da vivência na casa-abrigo.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p>CATEGORIA 4</p> <p>TRAJETÓRIA E VIVÊNCIA NA CASA-ABRIGO</p>	<p>4.5 Aspectos dificultadores da vivência na casa-abrigo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sensação de aprisionamento - Não ter notícias sobre a vida fora da casa-abrigo - Comportamento agressivo das crianças - Adoecimento - Sugestões de melhorias

Fonte: desenvolvido pela autora.

Da mesma forma que no estudo de Rocha (2007), as participantes desta pesquisa tiveram dificuldades em apontar as fragilidades ou sugestões de melhorias para a casa-abrigo. No entanto, um elemento bastante presente foi a **sensação de aprisionamento** citada por sete, das doze participantes, as quais mencionaram que quem deveria estar “preso” ali eram seus parceiros e não elas, conforme expressam as narrativas a seguir:

No começo eu me sentia assim, parecia que eu tava presa... daí eu não podia sair também. Daí eu pensava assim, meu ele tá em casa, tranquilo, pode sair pra tudo que é parte e eu aqui, to igual a presa aqui e não posso fazer nada (P3).

Do mesmo modo uma das mulheres mencionou sobre a casa-abrigo ser uma cadeia em que só se enxergava a copa das árvores. Diante das narrativas, verificou-se que as mulheres se sentiam injustiçadas por terem que estar isoladas do convívio social, enquanto que os parceiros que perpetraram a violência estavam livres, quando “*deveriam estar pagando pelo que tinham feito(sic.)*”. A sensação de estar aprisionada também foi mostrada nos estudos de Carlotto e Calão (2006) e Silva (2012), que apontaram a sensação das mulheres de estarem fechadas e impossibilitadas de verem alguma coisa. Nessa

mesma perspectiva, outro elemento relacionado às dificuldades de estarem abrigadas, presente nesta pesquisa, foi o fato das participantes **Não terem notícias sobre a vida fora da casa-abrigo**, conforme descrito nos relatos a seguir:

Porque assim a gente tá lá e a vida aqui fora tá correndo, lá dentro você fica parada (P7).

O que desgasta a gente lá é tu não saber o que tá acontecendo lá fora, tu não sabe o que vai passar, o que, que vai dar, o que vai vir (P11).

As narrativas apontaram principalmente ao que se refere ao desconhecimento de aspectos em termos sociais, uma vez que não tinham acesso a mídias informativas, tais como internet, revistas, jornais impressos ou televisivos. Ainda sobre os aspectos dificultadores da permanência na casa-abrigo, no estudo das autoras supramencionadas, foi apontada a questão da mudança de comportamento das crianças que acompanharam suas mães e a relação com o fato de não poderem sair da casa-abrigo para atividades que antes eram rotineiras. Da mesma forma, nesta pesquisa, foi identificado o **comportamento agressivo das crianças** contra sua mãe e irmãos:

*O piá assim, ficou mais assim... agressivo, né? Que daí não tinha como, era acostumado a sair assim... Brincar pra fora, daí lá não podia **porque lá tem regras né, daí ele ficava bravo**. Daí começava a bater nas meninas. [...] às vezes ele queria **brigavam comigo também, me bater...** [...] Às vezes eu não conseguia controlar ele, ele chegava e dava chute assim né? Nelas (irmãs)... mais era na menina mais velha né? **Eles brigavam bastante**. Só que daí eu chamava a mulher (educadoras) e elas vinham e conversavam bastante com ele, daí ele se acalmava, daí (P3).*

No caso das crianças, pode haver tanto a repetição de padrões familiares quanto o fato de estarem recolhidos da convivência social, ser um estímulo ao comportamento agressivo, como aqueles testemunhados em suas casas. Entende-se, ainda, que em um primeiro momento as crianças necessitam de tempo para entenderem o que está acontecendo e

se adaptarem a esta nova situação, o que pode acabar em conflitos entre os próprios familiares ou mesmo com outras pessoas que estão no local, tendo em vista a mudança de rotina, a privação da liberdade e a necessidade de conviver com pessoas desconhecidas. Em torno desses aspectos, quatro participantes mencionaram que ficaram entristecidas com a chegada e permanência na casa-abrigo, gerando algum tipo de **adocimento**:

Quando eu fui pro quarto eu chorava muito, chorava muito. Eu já tava meio deprimida, nervosa com os acontecimentos, fui bater naquela casa [abrigo] (P1).

Daí me deu depressão também lá [casa-abrigo] né, eu ficava só lá né, não saía. Daí me deu depressão, daí me levaram pro postinho e me deram remédio pra mim tomar (P3).

Cabe esclarecer que a participante P1 também foi encaminhada ao posto de saúde para atendimento médico, mas não foi medicada, pois, segunda ela, o médico lhe explicou que ela estava triste por conta dos atuais acontecimentos, mas que isso não se caracterizava como depressão. Pode-se supor que a tristeza e o choro possam estar relacionados, também, à mudança da rotina tendo em vista a saída das mulheres de suas casas e agora estavam em um lugar que estabelecia regras, além da sensação de aprisionamento, por estar em um local fechado e sem contato com o mundo externo. As participantes que mencionaram que esses sentimentos referiam-se aos primeiros dias em que estava na casa-abrigo; esclareceram que com o passar do tempo foram se adaptando à rotina e convivência com as pessoas da Casa. As entrevistadas disseram, também, que compreendiam que aquele era o melhor lugar que poderiam estar naquele momento, uma vez que oferecia proteção e, de alguma maneira, poderia ajudá-las a sair da situação de violência em que se encontravam.

Diante dos aspectos dificultadores da estada das mulheres na casa-abrigo, apontados ao longo desta subcategoria, as participantes foram questionadas sobre **sugestões de melhorias** para o local, citadas a seguir:

Porque no caso, lá tinha só aqueles desenhos, pra gente pintar aqueles desenhos. Eles podiam dar outra

atividade pra gente. Que nem eu que tava na escola, eles podiam até me ensinar a continuar... escrevendo ou tentando me ensinar a ler. Podiam, mas não era obrigado a fazer isso, mas eu acho que eles deveriam fazer uma coisa, uma atividade pra pessoa (P1).

*A única coisa que deveria mudar, ela é sigilosa, deve continuar sigilosa, mas assim **tem que divulgar mais, que existe esse lugar**. Sem endereço, sem identificar a cidade nem nada, **mas divulgar que existe, que muitas mulheres que já são de idade, que já tão na terceira idade e sofrem violência, seja qualquer tipo de violência por não saber que existe esse lugar**. [...] E eu sei que aqui fora existe muitas pessoas e que precisam de ajuda. Só não encontraram ajuda porque não sabem, **nunca ouviram falar**. O que tem que mudar é isso (P4).*

As participantes também citaram o fato da televisão ficar ligada até 22h, de poderem assistir outras programações além de desenhos, ouvir música no quarto, o fato de terem que ficar no quarto no horário da tarde, da necessidade ampliar o parque e o número de brinquedos para as crianças e também de fazer uma horta. Percebe-se que há uma necessidade, por parte das participantes, de se aproximarem de sua rotina fora da casa-abrigo, como assistir às programações televisivas desejadas, ter a possibilidade de dormir e acordar de maneira muito próxima ao que faziam em suas casas e isso pode estar relacionado, de alguma forma, a encontrar meios para que a permanência na casa-abrigo seja menos dificultosa possível, além de suprir o tempo de desocupação presente no local.

Por outro lado, entende-se que as normas institucionais ou regras da casa-abrigo visam à melhor convivência entre as mulheres e crianças e a organização da rotina entre pessoas com culturas e modos de vida diferentes. No estudo de Rocha (2007) as mulheres não questionaram a existência de regras e das atividades domésticas que deveriam realizar na casa-abrigo, inclusive mencionaram a continuidade da rotina e organização após sua saída do local. Como mencionado anteriormente, nesta pesquisa houve dificuldades em apontar fragilidades em torno do atendimento ou funcionamento da casa-abrigo, sendo que algumas participantes disseram que não precisava mudar nada e justificaram

dizendo que “*assim como está, está bom*” e que “*a Casa precisa de regras para funcionar bem*”.

Tendo em vista a incipiência de literatura disponível sobre essa temática específica que pudesse sustentar os dados apresentados nesta categoria, entende-se que seus resultados atingiram o objetivo quanto à descrição da experiência das mulheres em relação à sua vivência na casa-abrigo. Nesse sentido, no tocante aos aspectos discutidos nesta categoria, pode-se destacar: 1) o medo – de morrer e/ou de perder a guarda dos(as) filhos(as) – como o principal motivador para a denúncia da violência, sendo que à delegacia, as mulheres chegaram sozinhas, evidenciando a ausência de rede que pudesse oferecer ajuda e apoio nessa situação.

2) Verificaram-se, também, diferentes portas de entrada no encaminhamento para a casa-abrigo, com destaque para a delegacia da mulher e secretaria de assistência social quando o encaminhamento ocorreu diretamente pela perpetração da violência contra a mulher. Por sua vez, a escola, em parceria com o conselho tutelar, atuou quando a denúncia ocorreu, inicialmente, contra os(as) filhos(as). Desta maneira, identifica-se a participação de outras instituições que não estão diretamente vinculadas a casa-abrigo, mas que se mostraram importantes para o encaminhamento das mulheres ou de seus filhos de modo a ajudar na resolução do problema. Esse aspecto retrata a necessidade dos profissionais das diversas áreas terem conhecimento a respeito das situações de violência que ocorrem no âmbito familiar, de maneira que possam atuar com maior competência quando se depararem com esse tipo de situação no seu cotidiano.

3) A maior parte das mulheres desconhecia a existência da casa-abrigo enquanto um recurso de proteção inserido na rede intersetorial de enfrentamento da violência, tão pouco as funções pertinentes ao funcionamento do local. 4) As participantes da pesquisa se limitaram em apontar aspectos dificultadores de sua estada no local, mas referiram-se principalmente a sensação de aprisionamento e aspectos relacionados às mudanças e adaptações quanto às regras da Casa. Assim, em termos de contribuição para o aperfeiçoamento das atividades realizadas na casa-abrigo, poderia se pensar em um programa de reorientação profissional, com base no nível de instrução das mulheres que entram no local, tanto para as que trabalham (ou ainda não) quanto para as que estiverem estudando ou queiram retomar os estudos, que pudesse minimizar a sensação de aprisionamento e ociosidade.

5) Evidenciou-se a casa-abrigo como uma importante rede de suporte social que oferecia um espaço de proteção, acolhimento, reflexão e aprendizagem para as mulheres, onde puderam pensar sobre suas vivências e em estratégias para retomar o curso de suas vidas. Igualmente, considerando as funções da Casa-abrigo, pode-se mencionar o local como um espaço privilegiado para o emponderamento das mulheres, no sentido de resgatar sua dignidade e potencialidades, contribuindo para o enfrentamento da violência. Houve, ainda, o reconhecimento pela ajuda prestada pelas demais mulheres que estavam abrigadas e pelos profissionais da casa-abrigo, consideradas pessoas importantes para a adaptação e permanência no local.

De maneira a aprofundar os aspectos pertinentes a participação das pessoas das redes de relações das participantes, em termos de funções desempenhadas e atributos do vínculo ao longo da situação de violência vivenciada pelas mulheres, apresenta-se, a seguir, a Categoria 5, intitulada “Dinâmica Relacional das Redes Pessoais Significativas.”

6.5 CATEGORIA 5 – DINÂMICA RELACIONAL DAS REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS

*Toda estrada é uma ladeira escorregadia
Mas sempre há uma mão na qual você pode se segurar
Olhando profundamente pelo telescópio
Você pode perceber que seu lar está dentro de você
Apenas tenha certeza de que onde quer que você vá
Não, você nunca está sozinha.*

(Jason Mraz – 93 Million Miles)

Esta categoria reuniu elementos relacionados à organização das redes pessoais significativas das participantes, considerando o seu comprometimento relacional, os níveis de intensidade e as funções desempenhadas pelas pessoas que as ajudaram no enfrentamento da violência, tanto no período que antecedeu a denúncia, quanto durante e após a passagem pela casa-abrigo. As informações que sustentaram a discussão da presente categoria são provenientes da entrevista semiestruturada e da construção do Mapa de Redes. O Apêndice 3 apresenta os Mapas de Redes “Individual” das 12 participantes e o Apêndice 4 o Mapa de Redes Geral que reúne as informações referentes a todas as pessoas contidas nos Mapas individuais das mulheres.

Para uma melhor compreensão e visualização de como se configurou a dinâmica relacional das redes pessoais significativas das participantes, optou-se por fazer três Mapas de Redes correspondentes aos períodos “antes”, “durante” e “depois” da saída as casa-abrigo. Os referidos Mapas (Apêndice 5), foram construídos a partir de sucessivas leituras das entrevistas e da interpretação da pesquisadora em torno das narrativas das participantes.

Diante disso, a subcategoria **5.1** apresentou os elementos referentes às pessoas da rede **Da família**, as quais ofereceram ajuda às participantes por meio do desempenho de diferentes funções.

Quadro 23 – Elementos de análise referentes à subcategoria 5.1: Da família.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
CATEGORIA 5 DINÂMICA RELACIONAL DAS REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS	5.1 Da família	- Apoio emocional - Ajuda material e de serviços - Guia cognitivo e de conselhos

Fonte: desenvolvido pela autora.

O **apoio emocional** foi oferecido principalmente pela família nuclear: a mãe, o pai, as/os irmãos/os e as/os filhas/as. O relato a seguir exemplifica a referida função oferecida pela mãe da participante:

Porque ela [mãe] foi a primeira e mais principal a me dar força e, que me ajudou, sabe? Nas horas que eu mais precisei ela sempre me ajudou, sempre estava perto pra me ajudar (P8).

Diante das narrativas das mulheres, verificou-se a participação da família de origem no oferecimento de ajuda mesmo estando distante fisicamente e o apego aos filhos especialmente após a saída da casa-abrigo, quando as mulheres puderam sair da situação de violência. A família extensa foi representada principalmente pelos tios e tias que estiveram presentes nos dois círculos mais próximos e foram mencionados como fonte de **apoio emocional** por cinco participantes, conforme descrito a seguir:

*Olha, a minha tia e o meu tio não passam dois dias sem a gente se falar. Mesmo que eles estejam trabalhando, nem que seja um toque no celular, **nem que seja pra dizer “eu to aqui, to lembrando de ti”**. A gente tem isso de fazer um com o outro. [...] É que na verdade essa minha tia, a gente se criou juntos sabe? **Então a gente tem uma ligação forte, eles me apoiam tudo...** principalmente se eu tiver meio baixo astral eu ligo “oi tia, ore por mim, to precisando, to meio aborrecida, meio triste” e a gente acaba sempre... **ela tem sempre uma palavra de conforto sabe**. E os dois tão aí por causa disso (P4).*

No depoimento da participante P4 é possível verificar que a história e a intensidade da relação entre ela e a tia teve significativo destaque no que se refere à sua contribuição para o aumento da autoestima e o enfrentamento de momentos difíceis, como no caso da violência sofrida pela participante. Igualmente, outras participantes mencionaram as tias e os tios como pessoas que as ajudaram após a saída da casa-abrigo pelo oferecimento de **apoio emocional, ajuda material e de serviços e guia cognitivo e de conselhos**. Esta última função teve destaque com a figura da mãe, pai e irmão, conforme exemplifica o relato a seguir:

*Por que eu e ele [irmão] temos nossas diferenças, mas temos afinidades também. Então ele... é meu amigo assim, sabe? **Então ele me dá conselho também. A pessoa que tá mais perto, que tá me ajudando psicologicamente agora é ele** (P7).*

As narrativas demonstram que os familiares tiveram participação no desempenho da referida função antes e também depois que as mulheres saíram da casa-abrigo e, em ambos os momentos, estes familiares permaneceram em maior grau de proximidade com as participantes. Já os familiares que atuaram por meio de **ajuda material e de serviços** foram as irmãs e cunhados, seguidos pela mãe e irmão, sobretudo no que se refere às necessidades após a saída da casa-abrigo. Algumas participantes não voltaram para as casas onde viviam com o

parceiro; assim, os familiares as acolheram em suas casas ou as ajudaram na constituição de um novo lar, conforme descrito a seguir:

Ele [cunhado] que me ajudou... A sair lá da casa, e me levou, arrumou o carro pra ir lá, pra onde eu aluguei né? [...] Ele que arrumou o carro pra me levar, e levar as coisas porque a casa quem arrumou foi minha amiga do trabalho (P3).

Em termos estruturais, notou-se que as irmãs e cunhados fizeram parte dos três graus de proximidade no Mapa de Redes das participantes, enquanto que as mães e irmãs/os estiveram presentes no círculo de maior grau de proximidade. Uma das participantes também se referiu à avó como uma pessoa significativa de sua rede, uma vez que foi ela quem a acolheu após sua saída da casa-abrigo e com quem permanecia até o momento da entrevista:

Foi bastante [importante]. Porque eu acho que se eu tivesse ido pra casa, pra minha casa, eu tinha voltado pra ele de novo. Se tu vê, eu já tinha voltado pra ele se eu não tivesse morado com a minha vó, se eu tivesse ido pagar aluguel. Porque todas as vezes que a gente brigou, que eu fui pagar um aluguel, ele sempre foi atrás e a gente sempre acabou voltando. Então eu acho que a gente não voltou porque eu tô lá com a minha vó, entendeu?(P5).

O relato de P5 mostrou que a dependência financeira foi um dos motivos que a fez reatar o relacionamento com o marido e que teria repetido este comportamento novamente se não tivesse recebido ajuda de sua avó. A dependência financeira em relação ao parceiro pode ser considerada um dos aspectos envolvidos manutenção ou o retorno ao relacionamento violento, evidenciando a necessidade de organização das redes em termos econômicos e materiais para acolher as mulheres que se encontram nessa situação e assim, evitar a repetição do ciclo da violência.

De acordo com Bronfenbrenner (2002), a família é o sistema imediato de relações sociais de uma pessoa e é nela que deve estar a principal fonte de apoio para uma pessoa. Entende-se o “apoio”, mencionado por Bronfenbrenner, como todas as formas de ajuda que os

familiares possam oferecer. Nessa perspectiva, o estudo de Lettiere e Nakano (2011) mostrou que a família foi o principal recurso acionado pelas mulheres em situação de violência. Da mesma maneira, a pesquisa de Estrada, Herrero e Rodríguez (2012), evidenciou que as mulheres, participantes do estudo, receberam ajuda principalmente da família nas figuras da mãe, pai e irmãos/ãs, os quais ofereceram apoio emocional, ajuda material e conselhos.

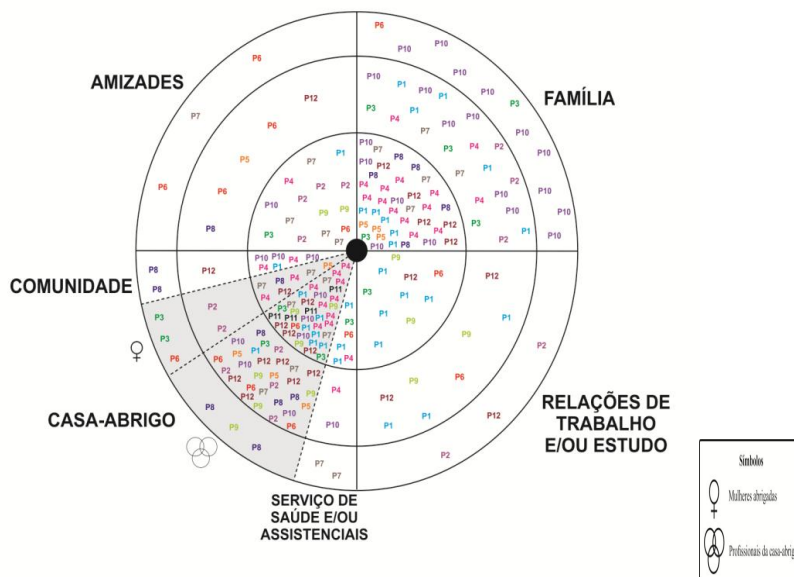
Diante das narrativas das participantes, pôde-se observar que a função predominante entre os familiares foi de apoio emocional. As funções de companhia social e regulação social foram mencionadas com pouca frequência referindo-se, respectivamente, a passar o tempo conversando e às chamadas de atenção combinadas com os conselhos oferecidos pelos familiares. A função “acesso a novos contatos” não foi mencionado pelas participantes.

Além do apoio emocional, em termos multidimensionais comumente foram apontadas mais funções desempenhadas concomitantemente pelas pessoas, como guia cognitivo e de conselhos e ajuda material e de serviços. No que se refere à reciprocidade nas relações entre as participantes e familiares, esteve presente em relação à função de apoio emocional entre filhos/as e tios/as.

A partir da confecção do Mapa de Redes Geral das participantes, que reuniu as pessoas presentes em todo o processo da violência, observou-se que o quadrante da família apresentou o maior número de pessoas ($n = 71$ – ver Figura 6/ Apêndice D), no entanto duas participantes não mencionaram ninguém da família em seus mapas.

Quanto ao número de pessoas presentes nas redes, de acordo com Sluzki (1997), as que são muito numerosas podem se tornar inefetivas, tendo em vista que se supõe que alguém esteja cuidando do problema. Por outro lado, para este autor, redes muito pequenas podem sobrecarregar as pessoas; portanto o ideal é que se tenha uma rede de tamanho médio e que seja efetiva em torno do problema.

Figura 6: Mapa de Redes Geral



Fonte: desenvolvido pela autora

Entre os aspectos que podem ser visualizados na Figura 6, observa-se que a maior concentração de pessoas esteve no círculo interno, que configura o tipo de relações íntimas. Sobre isso, Sluzki (1997) aponta que redes muito localizadas são menos flexíveis e efetivas, tendo em vista a dependência da pessoa em torno das pessoas colocadas no círculo mais próximo. Esse mesmo autor explica, também, que, em termos de acessibilidade, ter pessoas mais próximas facilita as respostas frente a uma situação de crise. Assim, para acessar pessoas colocadas nos círculos intermediário e externo, as participantes mencionaram a utilização do contato telefônico, pelo qual era possível receber, principalmente, apoio e conselhos de familiares que estavam distantes.

A subcategoria 5.2 descreveu os elementos referentes às funções da rede **Dos amigos** das participantes, as quais foram importante fonte de ajuda para o enfrentamento da violência.

Quadro 24 – Elementos de análise referentes à subcategoria 5.2: Dos amigos.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
CATEGORIA 5 DINÂMICA RELACIONAL DAS REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS	5.2 Dos amigos	- Apoio emocional - Guia cognitivo e de conselhos - Ajuda material e de serviços - Companhia social

Fonte: desenvolvido pela autora.

A ajuda foi oferecida principalmente pelas amigas, havendo um desempenho concomitante das múltiplas funções de **apoio emocional, guia cognitivo e de conselhos e ajuda material e de serviços**, como destacado na narrativa a seguir:

Porque ela me apoiou bastante, quando eu saí do abrigo eu fiquei na casa dela. No começo também, todos os meus amigos que trabalham comigo me apoiaram para fazer a denúncia e ir pro abrigo, e falavam que qualquer coisa que eu precisasse eu podia contar com eles. Eles vinham me visitar, a gente agendava visita aqui [secretaria de assistência social], a gente se encontrava aqui (P2).

A partir do relato da participante P2, é possível verificar que os/as amigos/as prestaram algum tipo de ajuda antes da participante ir para a casa-abrigo, quando ocorreu o estímulo à denúncia; durante sua passagem pela Casa, ao agendarem visitas na secretaria de assistência social; e ao sair da casa-abrigo, ao oferecerem moradia para a participante ficar até conseguir se restabelecer. Outro depoimento mostrou que a frequência do contato entre participante e a amiga, parece ter favorecido o diálogo e a tomada de decisão em buscar ajuda e ir para a casa-abrigo. A esse respeito Sluzki (1997) aponta que mesmo com a distância, os vínculos podem ser reativados rapidamente tornando aquele contato importante, da mesma forma que há uma relação direta com a história da relação e o que faz com que estes vínculos sejam sustentados, nos casos de algumas participantes pode estar relacionado com a ajuda fornecida diante da situação de violência.

Como fontes de **apoio emocional** os amigos e amigas foram empáticos/as e expressaram preocupação com a situação que as participantes estavam vivenciando, conforme exemplificado nas narrativas a seguir:

Porque digamos assim que ela foi meu apoio emocional. [Era com quem] eu desabafava... [...] Ela era a única pessoa com quem eu conseguia me abrir assim de verdade (P2).

Porque ela [amiga] me viu quando eu tava toda machucada né? Ela conversou comigo [...] a mãe dela também. Elas conversaram comigo, oraram por mim, me levaram na igreja, então elas me protegeram assim sabe? (P7).

As narrativas das participantes que mencionaram os/as amigos/as como pessoas significativas, estiveram sustentadas no fato de terem em quem confiar para poder desabafar, sendo estas as principais formas de apoio emocional oferecido. A função de **companhia social** foi identificada nos discursos das participantes, ao mencionarem a/o amiga/o as com aquela/e com quem praticavam esporte, as faziam sorrir e esquecer-se do que estava passando, sem necessariamente falar sobre a situação de violência. Ao encontro desses achados, estudos (Estrada, Herrero & Rodríguez, 2012; Lettiere & Nakano, 2011; Santi, Nakano & Lettiere, 2010; Silva, Araújo, Valongueiro & Ludermir, 2012) mostram que dentre toda a rede extra-familiar a mais procurada para o enfrentamento da violência é a rede de amizade, principalmente no que tange ao desempenho de apoio emocional e companhia social.

As pessoas da rede de amizade também desempenharam a função de **guia cognitivo e de conselhos**, no que se refere à saída das participantes da relação e/ou à indicação pela procura de ajuda para enfrentar a situação de violência que estavam vivenciando. Assim, a companhia, a escuta e os conselhos estiverem presentes na relação com as/os amigas/os e que, do ponto de vista das participantes, naquele momento de suas vidas foram consideradas pessoas significativas. A função **ajuda material e de serviços**, por sua vez, esteve entre as mais relatadas oferecidas pelos/as amigos/as, conforme demonstrado nos depoimentos a seguir:

Ah ela [amiga] me ajuda bastante assim. Se eu precisar de alguma coisa ela vai, me ajuda [...] Alimento, alguma coisinha assim que eu preciso, ela pega e me ajuda. Passe de ônibus, às vezes não tem né? Daí ela me arruma. [...] É até móveis dentro de casa, ela que tira no nome dela (P3).

Quando eu saí da casa [abrigo], ela [amiga] me arrumou fogão, ela me arrumou colchão, ela me arrumou tudo. Precisava de comida, ela me arrumava. Precisava de alguém pra cuidar com as crianças, [ela] tava ali (P6).

Da mesma forma como ocorreu na rede familiar, as/os amigas/os ofereceram ajuda em relação ao cuidado com os/as filhos/as das participantes e reorganização de moradia, ao acolher as participantes em suas casas ou lhes ajudar com móveis e dinheiro até se organizarem financeiramente.

Em termos estruturais, quanto à densidade, duas participantes mencionaram um grupo de amigos que se conheciam e que se relacionavam constantemente. As demais, falaram pontualmente de um/a amigo/a ou mais, mas que na interpretação da pesquisadora não havia uma troca entre si. Conforme apontado por Sluzki (1997), um nível de densidade baixo contribui para a ineficácia dos cuidados com a saúde e/ou com a promoção de ajuda e enfrentamento que podem ser realizado pelas redes. É possível que a prevalência de pessoas significativas do sexo feminino tenha ocorrido pelas características homogêneas entre as participantes e suas amigas. Quanto a este aspecto, pode-se considerar a idade, o sexo e o nível sócio-econômico como fator que contribui para a proximidade das pessoas com a finalidade de oferecer ajuda em situações de crise, como no caso da violência.

Observou-se que, embora tenha desempenhado múltiplas funções, trata-se de uma rede pequena, sendo que a maior parte dos amigos se concentrou no círculo interno do Mapa de Redes. Quanto ao movimento das redes em torno dos períodos antes e depois da saída da casa-abrigo, o número de pessoas após a passagem pelo local diminuiu e verificou-se menor dispersão e maior grau de proximidade entre as pessoas, ou seja, apesar de terem diminuído em número, os amigos passaram a estarem mais próximos das mulheres. O fato de estarem no círculo mais

próximo, pode tornar o acesso a essas pessoas mais fácil, com respostas de ajuda mais rápidas e eficazes.

A subcategoria **5.3 Das pessoas da Comunidade** reuniu elementos referentes a ajuda fornecida por vizinhos, pessoas do credo religioso, serviços de saúde ou assistenciais às participantes, principalmente no acolhimento prestado antes de irem para a casa-abrigo.

Quadro 25 – Elementos de análise referentes à subcategoria 5.3: Das pessoas da comunidade.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p>CATEGORIA 5</p> <p>DINÂMICA RELACIONAL DAS REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS</p>	<p>5.3 Das pessoas da comunidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ajuda material e de serviços - Apoio emocional - Guia cognitivo e de conselhos - Regulação social

Fonte: desenvolvido pela autora.

Inicialmente, destaca-se a participação de pessoas da vizinhança e do credo religioso, como catequistas, padre, pastor e missionária, os quais fizeram parte do Mapa de Redes de cinco das doze participantes, totalizando nove pessoas apontadas. Nesse contexto, as vizinhas foram citadas como pessoas que ofereceram **ajuda material e de serviços** para duas participantes. Uma das vizinhas chamou a polícia quando ouviu barulho e gritos vindos da casa de uma das participantes. A outra, por sua vez, ajudou uma das participantes levando água e comida, após uma sequência de agressões físicas que a impossibilitou de sair da cama, conforme descrito na narrativa a seguir:

Então, essa vez, passado 9 dias, ele [ex-marido] teve que me levar no médico, porque eu ia morrer, eu não podia levantar nem pra ir ao banheiro. O que, que ele fazia... ele pediu pra menina da vizinha ir lá em casa me ajudar, pra ela ir me ajudar, quando ele não tava em casa, pra eu ir ao banheiro, porque eu tava muito ruim. [...] Então ela ia lá de tarde, às vezes pelas 10 e

pouco da manhã, uma vez de manhã e uma vez de tarde, ela ia. Então ela me ajudava a ir ao banheiro, a tomar água, me trazia água, perguntava se eu queria comer alguma coisa. Eu geralmente comia uma bolacha, duas, quando ela ia lá e depois não comia mais nada (P4).

A participante P4 disse que a menina (vizinha) foi uma pessoa significativa porque se não fosse a ajuda fornecida, poderia ter ficado pior, pois não teria como se alimentar, já que o marido não lhe dava comida. Ainda em relação aos vizinhos, uma participante mencionou ter pedido ajuda, mas que não foi atendida:

Já pedi ajuda pra vizinho, já gritei por socorro, mas não se metem. Não sei se por medo, mas eles não se metem (P7).

Cabe apontar que outra participante mencionou que não se comunicava com os vizinhos porque “*era cada um na sua (sic.)*”. Diante disso, pode-se inferir que o afastamento dos vizinhos em torno das mulheres em situação de violência pode estar relacionado ao isolamento social da própria participante que, por medo e/ou ameaças dos companheiros acabam se afastando das pessoas da comunidade ou, ainda, os vizinhos preferem não interferir na relação do casal, esperando que cada um resolva seus problemas.

Com relação às pessoas vinculadas à igreja, as catequistas e o padre foram apontados por uma participante como pessoas que ofereceram **apoio emocional** para um de seus filhos e **ajuda material e de serviços** para a família (mãe e filhos) após saírem da casa-abrigo, conforme descrito a seguir:

Então ela foi importante nesse lado, correu atrás, não deixaram eu esperando. Correram [catequistas e padre] atrás e me ajudaram direto, então... Ficaram do meu lado o tempo todo, conversaram com o meu menino e tal. Tudo nessa parte que eu tava precisando em tudo financeiramente, que eu precisava também, nessa parte a igreja foi muito importante pra mim (P10).

A ajuda fornecida pelas pessoas da igreja foi importante para P10, pois, segundo ela, o filho ficou “*muito revoltado*” na casa-abrigo e não queria mais dar sequência às atividades religiosas. Além disso, a família foi ajudada com comida e roupas, uma vez que ficaram sem nada quando saíram da casa-abrigo. Outras pessoas consideradas importantes, ligadas ao credo religioso, foram a missionária e o pastor que ajudaram uma das participantes a refletir sobre a situação que estava vivenciando, fornecendo **apoio emocional** e sendo **guia cognitivo e de conselhos**, conforme descrito no relato a seguir:

Porque ela (missionária) deu força pra mim também. Disse que não era bem assim a vida que eu tava levando, né? Me aconselhou, sabe? Se era pra ser, tentar conversar, e se não era pra ser, ir à luta. Não desistir, ir atrás dos meus direitos que eu tenho, tudo essas coisas (P8).

Diante das narrativas das participantes, observou-se, portanto, a atuação das pessoas ligadas à religiosidade, as quais ofereceram ajuda antes e após a passagem das mulheres pela casa-abrigo. Ainda no quadrante da comunidade, há uma subdivisão referente à ajuda prestada pelas pessoas vinculadas aos serviços de saúde e assistenciais. Assim, em relação aos serviços de saúde, os profissionais de saúde, foram representados pelos/as médicos/as e enfermeira apontados como **guia cognitivo e de conselhos** e **ajuda material e de serviços**, conforme ilustra o relato a seguir:

A enfermeira chefe conversou comigo, me comunicando que existia essa casa-abrigo, não sabia que existia, foi ela que me indicou daí. Ela ligou aqui pra [secretaria de assistência social], marcou um atendimento pra mim. Aí eu fui atendida pela [assistente social] e pela [psicóloga] e nesse mesmo momento eu já decidi ir pro abrigo (P7).

Neste relato, a enfermeira foi mencionada como uma pessoa significativa por informar a participante da existência da casa-abrigo e ajudá-la, assim, a sair da situação de violência. Nesse caso, o cuidado oferecido pela enfermeira ultrapassou o que pode se chamar de aparente (os cortes e machucados), e soube conduzir a situação de maneira a

informar P7 sobre a casa-abrigo e realizar o encaminhamento para a secretaria de assistência social do município.

Em relação às funções mencionadas, estudos mostraram que ao atender mulheres em situação de violência os profissionais de saúde cumprem o seu papel ao tratar aquilo que se refere à sua prática (Lettiere & Nakano, 2011; Santi, Nakano & Lettiere, 2010). Ir além da realização de suas práticas pode ser considerado como a ampliação do olhar para além do que é visível e das interpretações realizadas em torno da violência, ultrapassando estereótipos e mitos referentes à temática. Dessa maneira, é possível que os profissionais superem a fragmentação herdada do modelo biomédico e passem a considerar a complexidade do fenômeno no desempenho de sua prática, proporcionando, dessa forma, um atendimento que abrange o princípio da integralidade do SUS.

Em continuidade às pessoas mencionadas na rede dos serviços de saúde e assistenciais, os/as policiais, assistente social, delegada e promotora também estiverem presentes nos relatos das participantes, apontados como pessoas importantes da rede de serviços assistenciais. Os/As policiais tiveram destaque com o exercício da função **guia cognitivo e de conselhos** para três participantes, conforme exemplifica o relato a seguir:

Sim, ele [policial] me ajudou, a gente conversou, aí ele me aconselhou a cuidar, não voltar mais, me deu uns conselhos assim, como policial, como profissional (P7).

Outra participante mencionou que além dos conselhos, o policial se prontificou a conversar com ela, mas por sentir vergonha em contar a ele sobre sua situação de violência, acabou não o procurando. Nos relatos das três participantes os/as policiais mantinham uma postura profissional, colocando-se à disposição para auxiliá-las quando e no que fosse preciso.

A delegada, mencionada por uma das mulheres, a ajudou quando, mesmo com a tentativa de suborno e acusações do ex-marido, deu continuidade ao processo de guarda do filho. A atitude da delegada foi considerada importante pela participante por deixá-la mais esperançosa e confiante com relação à permanência com o filho. A promotora, por sua vez, atuou na **regulação social**, auxiliando no estabelecimento de papéis relacionados ao casal, sendo significativa para a participante,

“porque acho que só assim pra ele mudar; uma pessoa séria pra ele ver como são as coisas” (P6).

Uma das mulheres apontou a assistente social do conselho tutelar, como uma pessoa significativa, a qual fez com que se sentisse protegida em relação ao seu marido. Esta assistente social realizou o encaminhamento da participante e de seu filho para a secretaria de assistência social, e, na sequência, para a casa-abrigo (**ajuda material e de serviços**).

Diante das narrativas, com relação à rede de suporte social composta por instituições que oferecem ajuda às mulheres em situação de violência, a pesquisa de Bruschi, Paula e Bordin (2006) apontou que, em casos de violência grave, as mulheres procuraram primeiramente pela polícia/delegacia (36,8%), em seguida pelas organizações de proteção à mulher/abrigos (10,5%) e centro de saúde e ambulatório de saúde mental (5,3% cada). O mesmo estudo revela que nos casos de violência considerada não grave, as instituições de saúde, representantes da lei ou organizações de proteção à mulheres/abrigos não foram procuradas.

Em complemento a esta informação, Koziol-McLain, Coates e Lowenstein (2001), mostraram que vítimas de homicídio conjugal passaram, anteriormente à sua morte, por delegacias e hospitais em função dos maus tratos decorrente da situação de violência. Nessa perspectiva, além de apresentar a dimensão e complexidade envolvidas no fenômeno da violência, os dados discutidos até então demonstram a necessidade de melhor preparo das práticas profissionais que trabalham cotidianamente com essa demanda, a fim de estarem bem informados quanto aos caminhos que possam ser tomados para que a mulher possa enfrentar essa situação.

Nesse sentido, chama-se atenção para a importância e necessidade da formação dos profissionais que trabalham com a demanda da violência contra a mulher, de modo que possam ter conhecimento sobre a forma de identificação dos tipos de violência, além do manejo em torno dos encaminhamentos necessários diante da situação, principalmente daquelas que oferecem risco às mulheres. Nesse sentido, a OMS (2002) recomenda que a formação profissional congregue uma abordagem pautada na escuta e acolhimento das mulheres e no seu reconhecimento enquanto pessoa que possui direitos, sendo que os encaminhamentos devem estar articulados com os demais setores da rede de proteção à mulher.

Conforme mencionado ao longo da discussão desta subcategoria, o que ainda se vê é um atendimento mais dirigido às práticas profissionais, sem, necessariamente, dar continuidade ao atendimento em termos emocionais, sociais e jurídicos. Essa possível fragmentação presente no atendimento contribui para a fragilização e desestruturação da rede tornando-a inefetiva em termos relacionais e de manutenção dos vínculos.

Diante do exposto e da compreensão do Mapa de Redes Geral das participantes, foi possível verificar a ausência e/o distanciamento das pessoas da comunidade, sobretudo no que se refere à vizinhança. Assim, pode-se supor que a falta de contato tenha se dado pelas pessoas preferirem não interferir na situação de violência e, de uma forma ou de outra, acabaram se afastando das mulheres que precisam de ajuda. Ao analisar esta subcategoria, verificou-se, portanto, que se trata de uma rede pequena, com predominância de pessoas no círculo interno, as quais foram acessadas quando a violência havia se tornado uma situação limite.

Tendo em vista a importância da Casa-Abrigo no processo de enfrentamento da violência, conforme evidenciado na Categoria 4, a subcategoria **(5.4) Das pessoas da casa-abrigo** discutiu a relação estabelecida entre as participantes da pesquisa com as mulheres que, igualmente, estavam abrigadas e com os profissionais do local, de modo a aprofundar os aspectos pertinentes às funções e os atributos do vínculos relacionados a elas.

Quadro 26 – Elementos de análise referentes à subcategoria 5.4: Das pessoas da casa-abrigo.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p>CATEGORIA 5</p> <p>DINÂMICA RELACIONAL DAS REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS</p>	<p>5.4 Das pessoas da casa-abrigo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Companhia social - Apoio emocional - Guia cognitivo e de conselhos - Ajuda material e de serviços

Fonte: desenvolvido pela autora.

Com relação às mulheres abrigadas, oito participantes as nomearam como pessoas significativas para o enfrentamento da violência, ao desempenharem diferentes funções dentro da casa-abrigo,

dentre elas a de **companhia social**. Esta função relaciona-se ao fato de desenvolverem atividades domésticas juntas e conversarem sobre suas vidas, estreitando os laços de amizade que se perduraram, em alguns casos, após a saída da casa-abrigo, conforme exemplificado na narrativa a seguir:

Com certeza. Sim, sim, tive amizade... Na primeira vez que eu tava no abrigo, ela é minha amiga até hoje, eu me apeguei muito no filhinho dela... [...] Eu e ela até trocamos telefone, quando a gente saiu, ela me procurou onde eu trabalhei [...] Assim, a gente se fala pelo celular. E agora dessa vez também uma que ainda tá lá abrigada, mas a gente já trocou o telefone pra gente se falar... tanto é que ela também vai pra Minas Gerais, ela é de lá, os pais dela... Lá a gente vai entrar em contato também (P7).

Interessante pontuar que além da reciprocidade de funções, houve a manutenção da relação após a saída da casa-abrigo. A esse respeito, uma participante relatou que havia convidado uma colega abrigada para ser madrinha de batismo do seu filho, mas que não sabia se ela conseguiria estar presente, uma vez que teve que mudar de Estado por conta da situação de violência. Outra, por sua vez, relatou que sempre que estava na secretaria de assistência social perguntava aos profissionais notícias sobre uma de suas ex-colegas, pois foi alguém com quem manteve forte vínculo ao permanecer na casa-abrigo.

Observou-se que além de companhia social, as mulheres abrigadas também desempenharam outras funções, a principal delas foi de **apoio emocional** e **guia cognitivo e de conselhos**, conforme descrito no relato a seguir:

Porque ela também me ajudou bastante assim. Às vezes eu tava chorando, ela ia lá, conversava comigo. Daí fazia... assim... ficar mais alegre né. Quando eu tava triste ela chegava, conversava. Dava conselho... (P3).

Porque na hora que eu mais precisei, ela me ajudou sabe? Eu senti nela, que podia confiar. [...] Ela me deu bastante confiança pra lutar... Disse que na hora que eu precisasse que ela pudesse me ajudar, ela

ajudava [...] Levantou minha autoestima também (P8).

Os depoimentos mostram como a relação entre as participantes contribuiu para o aumento da autoestima, além de ser possível observar a reciprocidade que ocorria entre elas. A distribuição das colegas abrigadas no Mapa de Redes esteve nos três círculos, com maior número no círculo interno e intermediário. Apesar das tentativas de manutenção de vínculo após a saída da casa-abrigo, no Mapa de Redes que se refere a este período (depois da casa-abrigo) da vida das participantes não estiveram presentes nenhuma das mulheres com as quais se relacionaram na casa-abrigo. Essa ruptura pode estar relacionada com as mudanças constantes de endereços, trabalho e número de telefone, que são características que competem à situação de violência (Brasil, 2002; Prates & Alvarenga, 2008).

Quanto aos profissionais da casa-abrigo, estiveram presentes no Mapa de Redes das participantes: psicólogas, assistentes sociais, coordenadora, educadoras, cozinheira e motorista. Estes profissionais foram citados por todas as mulheres e compuseram a segunda rede mais numerosa com 66 citações. Cabe mencionar que o Mapa de Redes de uma das participantes (P11) foi composto somente por profissionais da casa-abrigo.

A principal função desempenhada foi de **apoio emocional**, seguida pela de **guia cognitivo e de conselhos** e **ajuda material e de serviços**, da chegada à saída das mulheres das casas-abrigo, conforme descrevem os relatos a seguir:

Mas quando nós chegamos lá [na casa-abrigo], nós não fomos recebidos simplesmente por pessoas que estavam trabalhando pelo dinheiro. Já de cara encontrei uma pessoa, que é uma educadora, ela recebeu eu e o G. [filho] com um abraço, com um sorriso, “sejam bem-vindos, agora vocês vão começar a viver” Aquilo pra mim... nós precisava tanto de um abraço naquele momento que foi tudo, era tudo o que eu queria. E o G. também, a gente assim com medo, triste, chorando, e ela recebeu a gente com tanto carinho (P4).

Ela [a coordenadora] faz o que ela pode e o que ela não pode... parece assim que ela abraça a causa das mulheres. E ela assim, ela é... ela ajuda bastante, ela tem um coração enorme... então o que tá no alcance dela, o que ela pode fazer, ela faz. Que assim, quando a gente tá lá dentro da casa, muitas delas assim, às vezes não tem lugar pra morar, não tem emprego... então a coordenadora, o abrigo, os profissionais ali, não tem obrigação nenhuma de ficar ligando pra ver kitinete, pra ver emprego. Eles não têm obrigação de fazer isso, quem tem obrigação é quem tá do lado de fora, os familiares, os amigos, mas ali a coordenadora ela autoriza às vezes... “ah, comprei um jornal, tem uma kitinete, tão alugando uma kitinete”, ela pega o número, ela deixa ligar, ela autoriza o motorista levar a gente lá pra ver a kitinete, pra ver como é que é. Aí atrás de emprego, comigo, a primeira vez que eu tava, ela fez, ela ligou pros mercados porque eu queria voltar a trabalhar em supermercado, ela ligou, agendou entrevista por telefone, eles me levaram pra fazer a entrevista, sabe assim... então, não era obrigação dela fazer isso, mas ela fez (P7).

A fala da participante P7 retrata o reconhecimento das funções dos profissionais para além da sua responsabilidade, tendo em vista o cuidado e a preocupação com as mulheres para reconstituírem suas vidas ao saírem da casa-abrigo. Segundo as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento (Brasil, 2011), dentre os objetivos do local está a promoção condições de renda, saúde, moradia, creches e profissionalização das mulheres, tendo em vista o fortalecimento da rede de atendimento, quando da sua saída da casa-abrigo. Em relação a isso, um aspecto que chama a atenção, a partir das narrativas das participantes, é que embora desconhecendo essas atribuições, para elas parece ser suficiente o cuidado e atendimento realizado dentro da casa-abrigo, sendo a preocupação em reinseri-las socialmente, considerada um esforço para além das funções dos profissionais. Quanto a esse aspecto, a participante P7 direciona essa responsabilidade para as pessoas da rede familiar e de amizades que deveriam se articular para ajudá-la estando fora da casa-abrigo.

Em continuação às funções desempenhadas pelos profissionais, tanto a coordenadora quanto as educadoras foram mencionadas como pessoas significativas pelos conselhos que davam às participantes, conforme descrito a seguir:

A (coordenadora), a gente conversou bastante e ela dava uns conselhos, também assim né? Não é que ela dizia o que era certo e o que era errado, ela fazia eu ver, assim, o que tava sendo bom e o que não era... porque às vezes a gente acha que aquilo é certo. Aí só quem tá fora às vezes vai dizer “ó pensa bem, tu acha que isso é legal, não sei o que” ela também fez eu abrir a cabeça pra algumas coisas (P5).

No contexto relacionado à fala de P5 também foi possível verificar a função de regulação social, quando a coordenadora questionava sobre as atitudes e os papéis desempenhados pela participante em torno da situação de violência. Por sua vez, os/as psicólogos/as e assistentes sociais, foram citados como pessoas que ofereceram principalmente **apoio emocional** e **ajuda material e de serviços**, conforme descrevem os depoimentos a seguir:

Porque quando eu precisei desabafar, ele [assistente social] tava lá, né, coitado, dava até dó. Eu falava, falava, falava e ele ficava quieto. Então, foi o [assistente social] que me ajudou mesmo. E quando eu precisei dele pra me ajudar com passe, pra ir lá pro Nordeste pra ver as crianças ele me ajudou, com conselho... Quando o outro [marido] vinha aqui e queria quebrar tudo, ele que aguentava, escutava todas aquelas merdas que ele falava (P6).

Porque ela me confortou de uma forma... que eu tava preocupada com a minha situação financeira aqui fora, ela me orientou que eu poderia tá recorrendo à secretaria de educação e ela também, uma vez que era assistente social poderia estar pedindo auxílio até eu me restabelecer depois de sair da casa. No período que a gente tava lá também ela informava como seria o procedimento de pensão (P2).

As educadoras da casa-abrigo também foram citadas por todas as participantes, sendo apontadas como pessoas importantes para o enfrentamento da violência:

Porque ela foi uma amiga pra mim, sabe? Também me ajudou a não desistir das coisas. Uma grande amiga pra mim. Nunca deixou a gente pra baixo, sempre fazia a gente se ocupar a cabeça e não pensar nos problemas (P8).

Quando questionada sobre o motivo pelo qual havia colocado a educadora em seu Mapa de Redes, uma participante respondeu:

Porque ela me deu o abraço que eu mais precisei na minha vida. Foi ela que me ofereceu. E não é porque ela era profissional, é porque ela era ser humano mesmo (P4).

As participantes mencionaram, ainda, a simplicidade das educadoras e o fato disso ter contribuído para que pudessem se aproximar e contar o que estavam sentindo a elas. Igualmente foi mencionado pelas mulheres desta pesquisa o fato das educadoras auxiliarem na sua organização individual e no aumento da autoestima. O sorriso, a alegria e os abraços das educadoras foram mencionados como importantes para a convivência das mulheres dentro da Casa, conforme ilustra a narrativa a seguir:

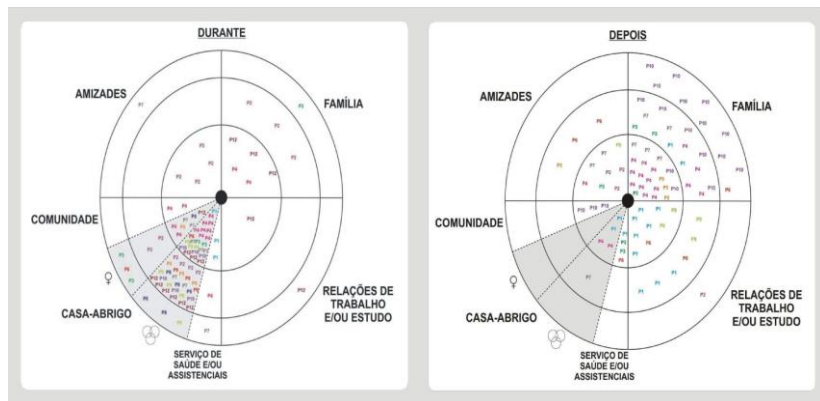
Até mesmo pelo fato delas se preocuparem comigo, pessoas que tão lá pra me ajudar, pra me auxiliar, entendesse? Até mesmo são pessoas educadas, são pessoas que se eu esqueço de alguma coisa, elas tão lá “ó [...], tu esqueceu de tal coisa”, mas eu sei que é pro meu bem, não tô levando a mal e... pelo fato mesmo de se preocupar principalmente comigo assim e tá lá pra me ajudar (P12).

As narrativas evidenciam a importância das educadoras em todo o tempo em que as mulheres estiveram na casa-abrigo, fato este que pode estar relacionado com a frequência de contato, uma vez que era

com elas que as participantes passavam a maior parte do tempo e tinham mais proximidade. Já o motorista da Casa foi citado por uma participante como alguém que a ouviu e que ofereceu apoio emocional ao desabafar sobre sua situação. Cabe esclarecer que o contato com o motorista ocorria apenas nas situações em que a mulher precisasse sair da Casa, e, portanto, necessitasse do serviço. A cozinheira também foi mencionada por oferecer **apoio emocional** e **guia cognitivo e de conselhos**. Quanto a essa profissional, as participantes relataram que estava sempre feliz, era engraçada e as colocava “*para cima(sic.)*”, com as palavras certas.

A partir da representação gráfica do Mapa de Redes construído com base no momento em que as participantes estavam na casa-abrigo, pôde-se observar que no item “casa-abrigo”, há uma grande concentração de pessoas, sobretudo na parte que trata dos profissionais do local. Ao comparar com o Mapa que compete ao período após a saída da casa-abrigo (ver Figura 7/ Apêndice E), os profissionais que permaneceram foram os assistentes sociais e psicólogas, especialmente pelas participantes manterem o atendimento na secretaria de assistência social.

Figura 7: Mapa de Redes referente aos períodos “durante” e “depois” da passagem pela Casa-abrigo.



Fonte: desenvolvido pela autora

Diante dos relatos das participantes ao longo da entrevista e da construção do Mapa de Redes, verificou-se a importância dos profissionais principalmente no que se refere ao desempenho de suas

práticas e aos esforços realizados para ajudar as mulheres enquanto permaneciam na casa-abrigo. Da mesma forma, observou-se o rompimento do vínculo com os profissionais após a saída da casa-abrigo, evidenciando a necessidade de seguimento ou continuidade do atendimento dessas mulheres.

Quanto as funções desempenhadas pelos profissionais, verificou-se a presença de múltiplas funções, com predomínio do apoio emocional, sendo, algumas vezes, concomitante ao desempenho das funções de ajuda material e de serviços, além de guia cognitivo e de conselhos. A reciprocidade, por sua vez, ficou evidente nas relações estabelecidas entre as participantes e as mulheres abrigadas, além da intensidade do compromisso relacional que se perdeu, em alguns casos, após a saída da casa-abrigo, possivelmente pela história em comum que sustentavam os vínculos.

A subcategoria **5.5 Do trabalho e estudos** reuniu elementos em torno da relação estabelecida com as pessoas da rede de trabalho e/ou do estudo das participantes, as quais foram importantes no processo de enfrentamento da violência antes, durante ou depois que saíram da casa-abrigo.

Quadro 27 – Elementos de análise referentes à subcategoria 5.5: Do trabalho e estudos.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p>CATEGORIA 5</p> <p>DINÂMICA RELACIONAL DAS REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS</p>	<p>5.5 Do trabalho e estudos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Guia cognitivo e de conselhos - Ajuda material e de serviços - Apoio emocional

Fonte: desenvolvido pela autora.

Nas relações de trabalho, destacaram-se, os/as colegas de trabalho, supervisor, encarregada, chefe, motorista e psicóloga, presentes no Mapa de Redes de cinco participantes. Em seu conjunto, as principais funções desempenhadas por estas pessoas foram **guia cognitivo e de conselho e ajuda material e de serviços**, conforme descrevem os depoimentos que seguem, exemplificando os elementos em destaque:

Porque eu consegui conversar com ela [psicóloga]. Expor toda essa situação que eu vivi. Pra ela... e ela também foi uma das pessoas que me orientou a procurar ajuda... porque como ela é psicóloga [...] ela me orientou a vir na [Secretaria de Assistência Social], né? Então foi importante, foi a pessoa que me ajudou, que me deu um empurrãozinho ali, que também ligou pra [psicóloga da secretaria], pediu mais informações, então, foi importante (P12).

O supervisor, ele é bem compreensivo, até depois que eu saí [da casa-abrigo], uma forma de eu poder tá recuperando esses dias, ele entrou com um pedido na empresa de eu ficar uns dias em casa até eu me restabelecer, aí eu tinha consciência de que aqueles dias todos que eu fiquei lá não seriam pagos né, mas ele pediu um adiantamento pra eu poder pagar as minhas contas. E me ajudou bastante (P2).

A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006a) prevê que ao sair da casa-abrigo, as mulheres deverão estar asseguradas quanto ao vínculo trabalhista podendo, inclusive, se afastar das atividades laborais por até seis meses. Nesse sentido, entende-se que a atitude do supervisor, mencionado pela participante P2, foi considerada significativa por ajudar a participante se reorganizar emocional e financeiramente ao sair da casa-abrigo.

A exemplo da psicóloga, citada no relato da participante P12, chefe e encarregada incentivaram as mulheres a realizarem a denúncia. O motorista do trabalho, por sua vez, forneceu conselhos a uma das participantes após ter saído da casa-abrigo e voltado a se relacionar com o autor da violência, referindo-se a ele como um “paizão”. Esses dados corroboram com os achados no estudo de Santos (2009) que demonstrou a participação dos patrões e patroas como pessoas que aconselharam as mulheres a denunciar o parceiro e as ajudaram financeiramente para que pudessem se restabelecer após a separação.

Nas relações de estudo, destacaram-se professores/as, colegas e diretora da escola, presentes nos Mapas de duas participantes. Os/as professores/as foram mencionados/as como **apoio emocional** para as mulheres. No entanto, uma delas faz referência à professora do filho, quando este chegou à escola machucado por conta das agressões físicas

perpetradas pelo pai. Nessa mesma perspectiva, colegas de estudo foram apontados como pessoas significativas que, além do apoio emocional, desempenharam a função de **guia cognitivo e de conselhos**, conforme descrito no relato a seguir:

Porque assim, ele [colega de estudo] foi a pessoa assim, que além da minha mãe, do meu pai, ele foi uma pessoa com quem eu falei muito sobre a minha vida, sobre mim... e ele viu que a minha situação não era boa e ele foi que me orientou a procurar... foi uma das pessoas que foi o centro de eu procurar tudo, esse auxílio todo, me apoiou bastante (P12).

Diante das narrativas relacionadas aos conselhos recebidos pela rede de trabalho e/ou estudos, observou-se que se referiam, em sua maioria, à busca por ajuda para que as mulheres pudessem sair da situação de violência. Para uma das participantes, a diretora da escola foi apontada como uma pessoa significativa por oferecer **ajuda material e de serviços**, quando concordou em enviar as atividades de aula para a casa-abrigo para que fossem realizadas durante sua permanência no local.

Diante do exposto, em termos estruturais, esta subcategoria configurou-se em uma rede dispersa e pouco numerosa, tanto que para a discussão poderia ter sido unida com a subcategoria 5.3 (referente às pessoas da comunidade), no entanto, o Mapa de Redes revelou peculiaridades em torno das pessoas de cada quadrante quanto a função e acessibilidade. O Mapa de Redes Geral mostrou que os/as colegas de trabalho, de estudos e a encarregada possuíam maior grau de intimidade com as participantes, sendo colocadas no círculo interno do Mapa. Já, a figura do/a chefe, supervisor e diretora da escola foram colocados nos círculos mais afastados, evidenciando menor grau de intimidade.

Houve predominância das funções de ajuda material e de serviços e guia cognitivo e de conselhos. Cabe mencionar que as participantes que não colocaram em seus Mapas nenhuma pessoa da relação de trabalho e/ou estudo, relataram que não se sentiam à vontade para falar da sua vida pessoal nesses ambientes. Uma delas, que trabalhava em diferentes locais desempenhando atividades de serviços gerais, disse que omite seu estado civil para evitar questionamentos por parte das pessoas, conforme descrito a seguir:

Eu não era de comentar sabe? Até depois que eu vim do abrigo, alguns souberam né... porque teve, né... mas... eu não comentava, eu nunca falei da minha vida em relação ao que eu tava passando dentro de casa eu nunca me... cheguei a me abrir com ninguém, entendeu? Até hoje no serviço eu só digo que sou separada e dependendo do lugar onde eu trabalho, eu digo que sou casada, por causa ali da situação, então eu não comento, dessa parte eu não tenho ninguém. Não converso com ninguém (P10).

Um dos fatores relacionados com o fato das mulheres não comentarem sobre a sua situação de violência pode estar relacionado à vergonha e ao medo de serem julgadas pelas pessoas. Esses fatores contribuem para o isolamento social das mulheres fazendo com que se afastem das pessoas de sua rede e dificulte o pedido e/ou o recebimento de ajuda (Dutra, *et. al.*, 2013; Leôncio, *et. al.*, 2008).

Nesse sentido, a subcategoria **5.6 Ausência de redes** apresentou elementos relacionados à falta de contato com as redes pessoais significativas das participantes ao longo de todo o processo de violência por elas vivenciado.

Quadro 28 – Elementos de análise referentes à subcategoria 5.6: Ausência de redes.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
CATEGORIA 5 DINÂMICA RELACIONAL DAS REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS	5.6 Ausência de redes	- Descrédito da família - Para não incomodar os familiares - Afastamento da rede familiar e de amizade

Fonte: desenvolvido pela autora.

O isolamento social das participantes, consequência da ausência de redes pessoais significativas, ocorreu por diferentes motivos, dentre eles pelo **descrédito da família** em relação à situação de violência. Uma das participantes mencionou ter recebido uma carta da sua família, enquanto estava na casa-abrigo, dizendo que ela “*estava louca, doente*

de ir para um abrigo só porque brigava com o marido”. Esse descrédito também foi evidenciado nas falas de outras participantes, conforme exemplificado na narrativa a seguir:

Porque tentar eu tentei várias vezes, mas eles [familiares] não acreditavam muito em mim, porque ele [ex-marido] não é uma pessoa totalmente ruim, entendeu? Ele se transforma e daí eles não acreditaram em mim. Quer dizer então que tinham que ver pra acreditar em mim. A minha irmã mais velha pediu desculpas, só que agora é tarde, entende? [chora] Talvez se eles tivessem me apoiado antes, eu não precisava ter ido pro abrigo ou coisa assim, mas não. (P10).

A partir deste depoimento e das narrativas das demais participantes, observou-se o descrédito das famílias ocorreu por três motivos principais: 1) pelo autor da violência demonstrar ser uma pessoa boa e calma na frente dos familiares, 2) porque as mulheres não contavam detalhes do que acontecia na relação por medo ou vergonha, 3) porque é “normal” brigas entre casais. Com relação à ausência de redes sociais, o estudo de González-Sala e Colado (2009), mostrou que, no universo de 294 mulheres, 45% não tinham apoio de vizinhos, nem de amigos e uma porcentagem de 30% não contavam com o apoio de pessoas da rede familiar extensa para lidar com a violência sofrida. Esse dado revela que quando as redes estão fragilizadas as chances de cuidado e promoção do bem-estar com o indivíduo diminui, tendo em vista que os vínculos interpessoais estabelecidos com os integrantes da rede, por meio das trocas e do desenvolvimento de suas relações, potencializam os recursos de enfrentamento que os indivíduos possuem.

Conforme visto na Categoria 4, um dos procedimentos ao entrar na casa-abrigo, é avisar familiares e/ou os responsáveis no trabalho mulher. No entanto, algumas participantes não quiseram comunicar suas famílias, especialmente aquelas que moravam em outra cidade ou estado. Uma das participantes, que decidiu voltar a viver com o marido após sair da casa-abrigo, relatou preferir não contar para a família sobre a situação de violência **para não incomodar os familiares**. Porém, ao final do seu depoimento, a participante relatou:

Ele me desligou totalmente. Até hoje, ele não gosta que eu fale com minha família. Sei lá, até me arrependo de ter voltado. Porque quando eu não tava com ele, eu ia lá, via minhas crianças. Agora não posso fazer mais nada. Não posso nem ter uma amiga. Parece que tá voltando tudo de novo, entendeu? (P6).

No momento da entrevista, a participante P6 mencionou que ninguém da sua família iria saber que ela havia passado pela casa-abrigo. Para Dutra *et. al.* (2013) um dos aspectos relacionados ao isolamento da mulher se dá por conta das ameaças do parceiro ou por vergonha de permanecer em uma relação violenta. Outro aspecto mencionado no referido estudo, refere-se ao distanciamento de pessoas consideradas indesejadas pelo companheiro, por medo da intensificação das formas de violência, o que contribui para o silêncio da mulher.

Igualmente, outras duas participantes disseram que os familiares não precisariam ficar sabendo, pois depois que a pessoa sai da casa dos pais, cada um deve viver sua vida. Outro dado mencionado foi em relação ao estado de saúde de alguns familiares que poderia agravar, ao saberem da situação de violência que as participantes estavam vivenciando. Diante dos relatos, infere-se que o fato das participantes não querer envolver a família de origem nesse problema, ancorado na concepção de macrossistema de Bronfenbrenner (Tudge, 2008), pode ter relação com o contexto cultural, sustentado pelo sistema de crenças e valores familiares que determinam um rompimento na relação ou a diminuição do grau de proximidade entre pais e filhos, após estes últimos se casarem.

Nesse contexto, outras mulheres decidiram não contar sobre sua situação de violência para amigos e familiares, pois os parceiros não queriam que mantivessem contato, acarretando no **afastamento da rede familiar e de amizade**, conforme exemplifica a narrativa a seguir:

Porque quando eu fui pra casa [abrigo], eu tinha me afastado de todos os meus amigos, que eu não podia conversar com ninguém [...] Minha família ligava, eu não atendia, tanto que ele não deixava... eu até desligava o telefone pra ninguém me ligar porque ele brigava comigo se alguém me ligasse. Porque ele já falou que o prazer dele era me deixar trancada num

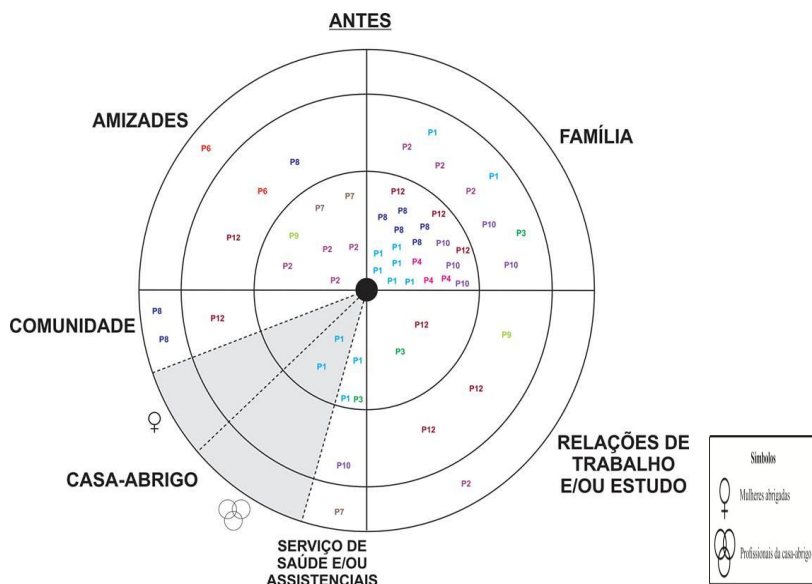
***quartinho com água e comida e mais ninguém chegar
perto de mim (P5).***

Diante desse relato, observou-se que a forma de dominação do parceiro limitou os contatos da mulher em torno de suas redes, e, conseqüentemente, dificultou a busca por ajuda para sair do ciclo da violência. Dessa maneira, de acordo com os dados apresentados, pode-se mencionar que antes das mulheres irem para a casa-abrigo havia um isolamento social em torno de suas redes, o qual era sustentado pelo silêncio da mulher em relação à situação de violência. Ao reatar o relacionamento com o companheiro, esse silêncio, sustentado pelo medo ou vergonha, vem à tona e as mulheres novamente se afastam das pessoas das redes, sobretudo da família.

Os aspectos em torno do isolamento social podem ser verificados no Mapa de Redes (Figura 8/ Apêndice E) correspondente ao momento “antes” das mulheres irem para a casa-abrigo, o qual mostra que familiares e amigos que ajudaram as mulheres naquele período correspondem a um número pequeno. Considera-se um número pequeno, ao se tomar por base o que afirma Sluzki (1997) sobre o tamanho das redes de cada pessoa, as quais deveriam ter tamanhos médios (oito pessoas) para serem consideradas efetivas e não haver sobrecarga ou suposição de que alguém esteja cuidando do problema, tornando as redes inefetivas. Em torno do isolamento social decorrente da situação de violência, as participantes mencionaram, também, que não tinham nenhuma pessoa de suas redes para agendar um encontro na secretaria de assistência social no período em que permaneceram abrigadas.

Entende-se que o isolamento social pode ser considerado um fator risco, ao passo que, conforme afirma Sluzki (1997), uma rede social efetiva tem correlação positiva com a qualidade da saúde das pessoas. Assim, considera-se a ausência de redes como um fator dificultador para a saída da situação de violência que, por sua vez, facilita a continuidade do problema, alimentando cada vez mais o seu ciclo de maneira recursiva. Para Narvaz e Koller (2006), o isolamento social contribui para a situação de vulnerabilidade e, portanto, de dependência financeira e emocional da mulher em relação ao companheiro, fazendo com que mantenha o vínculo com o parceiro.

Figura 8: Mapa de Redes referente ao período “Anterior” à passagem pela Casa-Abrigo.



Fonte: desenvolvido pela autora

O fato de não ter uma rede capaz de oferecer ajuda e os cuidados necessários às mulheres em situação de violência, contribui para que os perpetradores sintam-se impunes e cada vez mais livres para repetir o comportamento agressivo. De acordo com Sluzki (1997), no contexto da violência é característico o afastamento das redes, sejam elas familiares ou extra-familiares, das quais se mantém uma distância tanto emocional quanto geográfica, seja por medo, vergonha ou culpa, sustentando-se em um sistema fechado, com suas fronteiras enrijecidas, o que favorece a diminuição da regulação social, já que as pessoas das redes ficam impedidas de ultrapassarem as fronteiras. Conforme aponta Minuchin (1982), para que o sistema familiar funcione de maneira apropriada, faz-se necessário que tenha fronteiras nítidas e o fato de existir uma situação de violência dentro desse sistema faz com que suas fronteiras se tornem rígidas e não permitam flexibilidade e o ingresso de novas informações.

Nesse sentido, pensando no Mapa de Redes como um sistema e seus quadrantes como subsistemas, o trabalho na casa-abrigo deve estar pautado na ideia de congregar os sistemas, de dar uma nova leitura a

eles a partir das funções desempenhadas pelas pessoas que os constituem. Ao permanecerem em um sistema violento com fronteiras enrijecidas, torna-se difícil para as mulheres visualizarem as funções das redes e, em função do próprio medo ou vergonha, como citado anteriormente, essas mulheres ficam “presas” nesse sistema e não procurem ajuda em outros sistemas, ou seja, dificilmente, vai conseguir visualizar ajuda nas redes. Assim, uma vez que é construído o Mapa de Redes é possível que a mulher visualize as pessoas que possam ajudá-las e começa a recuperar toda uma trama relacional que elas, sob o impacto da violência, não conseguem ver.

Para ajudar a compreender a dinâmica relacional estabelecida entre as mulheres em situação de violência e sua rede pessoal significativa, é importante considerar as variáveis, apontadas por Sluzki (1997), presentes no processo de saúde e doença, sustentadas a partir das mudanças ocorridas nos tempos atuais em que: a) existe um maior número de pessoas vivendo sozinhas, b) há uma menor exigência da sociedade quanto à participação em atividades sociais como igreja, clubes ou organizações de ordem voluntária, portanto há uma menor pressão social em termos de normas que devem ser seguidas, c) as pessoas têm um número menor de filhos ou filhas que vivem longe de casa, d) as famílias ou casais se mudam de casa ou cidade com maior assiduidade ao longo da vida, e) existe uma redução de atividades realizadas junto à família extensa. Todos esses aspectos acarretam no distanciamento das pessoas e, nas situações de violência, essas variáveis se intensificam principalmente em relação às mudanças e afastamento das atividades realizadas em redes.

Diante dos aspectos apresentados nesta categoria, entende-se ser pertinente tecer, ainda, algumas considerações em torno da dinâmica relacional das redes pessoais significativas das participantes. Nesse sentido, considera-se que a rede familiar teve destaque em termos de tamanho e dispersão, seguida pela rede de profissionais da casa-abrigo. As pessoas da rede familiar que foram destaques quanto à efetividade e grau de proximidade, são: a mãe, pai, irmãs/irmãos representando a família de origem; e tias/tios e cunhados como aqueles que ofereceram ajuda (principalmente material) na família extensa. Cabe destacar que ao serem questionadas se colocariam no Mapa de Redes o atual parceiro – seja ele o autor da violência ou não –, apenas uma mulher colocou o atual marido, as demais que namoravam ou que tinham voltado a morar com o parceiro, não quiseram colocar. Uma delas disse: “*ele [atual*

namorado] estaria [no mapa], mas eu não vou colocar porque eu ainda tenho medo.”

Dentre as funções, tanto a rede familiar, quanto de amizade destacaram-se pelo apoio emocional, conselhos e ajuda material e de serviços oferecidos às participantes. Às amigas, acrescenta-se a função de companhia social, sendo que o desempenho das múltiplas funções desta rede contribuiu para o fortalecimento do vínculo com as participantes.

Na comunidade verificou-se a presença de poucas pessoas, sobretudo de vizinhos. As pessoas vinculadas à igreja forneceram, principalmente, apoio emocional e ajuda material e de serviços tanto antes das mulheres irem para a casa-abrigo, quanto após a sua saída do local. A participação dos profissionais de serviços de saúde e assistenciais, mostrou-se importante na medida em que realizaram os encaminhamentos para outros serviços, inclusive para a casa-abrigo. Por outro lado, verificou-se uma ajuda muito mais dirigida à sua prática, enquanto profissionais, do que sustentada em um olhar ampliado sobre a complexidade do fenômeno da violência.

Quanto a casa-abrigo, as mulheres (colegas abrigadas) foram mencionadas pelas participantes pelo apoio emocional recíproco estabelecido durante o tempo em que conviveram no abrigo. Embora não tenham tido mais contatos após a saída da casa-abrigo, no momento da entrevista, pode-se inferir que um dos fatores que as aproximava em uma relação recíproca tem a ver com a história de vida em torno da vivência da situação de violência.

As pessoas da rede de trabalho e/ou estudos, por sua vez, configuraram uma rede pequena nos Mapas das participantes. Destacaram-se pelo desempenho da função de ajuda material e de serviços e no estímulo à busca de ajuda para as mulheres saírem da situação de violência. As participantes justificaram que o pequeno número (ou o fato de não colocarem ninguém neste quadrante do Mapa, como ocorreu em sete casos) deve-se ao fato de não terem comentado com as pessoas sobre a situação de violência, tanto antes quanto depois que saíram da casa-abrigo.

Salienta-se que a função de companhia social foi exercida tanto pela rede de amizade quanto pelas mulheres (colegas abrigadas) com as quais as participantes conviveram na casa-abrigo e que esta função não foi mencionada na relação com as pessoas das demais redes. Notou-se que a função de regulação social foi desempenhada, sobretudo pelos profissionais da casa-abrigo, enquanto que a rede familiar exerceu esta

função combinada com a de guia cognitivo e de conselhos. A função *acesso a novos contatos*, por sua vez, não foi mencionada pelas participantes. No entanto, entende-se que os encaminhamentos dados às mulheres para a secretaria de assistência social e para a própria casa-abrigo, por exemplo, caracterizam a mencionada função devido à capacidade de fornecer ajuda material e emocional às participantes, sendo que a presença de novos contatos ajudou as mulheres no enfrentamento da situação de violência.

Outro aspecto que pode estar ligado a não citação explícita da função *acesso a novos contatos*, é em relação ao afastamento das pessoas da rede das participantes acarretando no seu isolamento social. A ausência de redes das participantes foi sustentada pelo descrédito dos familiares quanto à situação de violência por elas relatada. Igualmente, configurou-se pelas participantes não contarem com suas famílias por não terem um bom relacionamento, por estarem distantes fisicamente ou, ainda, porque o parceiro impedia que mantivessem contato com a rede familiar e de amizade.

Os/As profissionais da casa-abrigo, por sua vez, fizeram parte do Mapa de Redes de todas as participantes, os/as quais foram apontados/as como pessoas significativas, importantes para o enfrentamento da situação de violência. As funções desempenhadas por eles foram: apoio emocional, guia cognitivo e de conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços. As mulheres relataram se sentir escutadas, protegidas e terem em quem confiar, tanto que aquelas que mantiveram atendimento psicológico e/ou assistencial após saírem da casa-abrigo, também mencionaram os profissionais em seus Mapas.

Diante do conhecimento das funções das pessoas que compõe a rede pessoal significativa das mulheres, visualiza-se sua estrutura e os atributos dos vínculos e, a partir desse trabalho, é possível que os/as profissionais da casa-abrigo ajudem a tornar as fronteiras dos sistemas em que ocorre a violência, mais permeáveis. Ao olhar para todas as redes, o profissional estará, de alguma forma, construindo estratégias para que outras pessoas possam se somar e se co-responsabilizar pelo cuidado da mulher, favorecendo sua saída do sistema violento. Conforme apontam Cantera e Cabezas (2003), a qualidade do serviço depende da globalidade de todo o processo de atendimento desenvolvido. O atendimento reduzido a um serviço setorial, de maneira isolada, pode resolver, parcialmente, múltiplos problemas sociais da mulher. Mas pode gerar nela, com o tempo, uma série de efeitos

secundários indesejados, como por exemplo, a falta de cuidado pela rede e o retorno a situações de violência.

Nessa perspectiva, os Mapas de Redes referentes aos períodos “antes”, “durante” e “depois” da passagem pela casa-abrigo, evidenciaram que:

1) A família e os amigos eram as redes mais numerosas e com pouca dispersão antes da entrada na casa-abrigo;

2) No período em que permaneceram na casa-abrigo, os/as profissionais e mulheres do local foram fortemente significativos para as participantes. Também foram citadas, em menor grau, familiares e amigos que telefonavam ou que agendavam visitas na secretaria de assistência social no período de abrigamento;

3) Após a saída da casa-abrigo, notou-se aumento no tamanho das redes, sobretudo da família e, quanto à dispersão, apresentaram-se em maior grau de proximidade das mulheres, com destaque para o crescente número de familiares, os quais ofereceram ajuda material às mulheres.

Ao serem questionadas sobre seu Mapa de Redes individual, as participantes identificaram os quadrantes com mais ou menos pessoas e se referiram quanto ao número de pessoas importantes que existem em suas vidas (muitas ou poucas), além de visualizaram que, naquele momento, não estavam sozinhas, ou seja, que havia pessoas com as quais poderiam contar. Cabe mencionar que, após ver o Mapa, uma das participantes relatou que tinha pessoas distantes porque havia retornado com o autor da violência e, ao final da entrevista, disse que marcaria um atendimento com a psicóloga do local. Esses aspectos demonstram o efeito gráfico que possui o Mapa de Redes quando as participantes são capazes de visualizar as pessoas da sua rede de relações e, a partir disso, dar sentido àquela situação que está vivenciando.

Dessa maneira, diante da discussão apresentada, destaca-se a importância das redes pessoais significativas no contexto da violência, na medida em que as pessoas mencionadas foram capazes de oferecer ajuda de maneira efetiva, a partir de suas funções e do vínculo relacional que mantinham com as mulheres desta pesquisa, o que contribuiu para que as mulheres pudessem enfrentar o problema. Nesse sentido, as redes favoreceram a busca por ajuda, sendo capazes de acolher as necessidades emocionais e materiais das mulheres.

6.6 CATEGORIA 6 – A METÁFORA COMO UMA REALIDADE PARA ALÉM DO CONVENCIONAL

"Tem vários jeitos da gente matar uma pessoa, a indiferença é uma delas."

(Chorão – Charlei Brow Jr.)

Esta categoria congregou um conjunto de elementos presentes na narrativa das participantes que se configuraram em metáforas referentes às vivências de violência. Essas metáforas conseguiram transpor a realidade e simbolizar a experiência das participantes quanto à violência sofrida. De acordo com Caro (2008), entende-se por metáforas a utilização de uma palavra para se referir a uma realidade diferente daquela que convencionalmente representa, por meio de conceitos mais concretos, simples e familiares que contribuem para processar determinadas informações.

Nesse sentido, as metáforas contribuem para reestruturar determinados pontos de vista das pessoas e servem como um transporte para os significados da vida, que vão além do nosso nível de entendimento pela comparação ou análise (Carlsen, 1997). Assim, a presente categoria pretende evidenciar, de certo modo, as simbologias que estiveram presentes nas narrativas das participantes ao longo das demais categorias já discutidas e que sustentaram sua compreensão sobre a violência em torno das tramas relacionais envolvidas no fenômeno.

A subcategoria **6.1** descreveu as metáforas **Relacionadas à negação da essência humana**, ou seja, à desconfirmação e ao não reconhecimento da pessoa como um ser humano e sim, como um objeto.

Quadro 29 – Elementos de análise referentes à subcategoria 6.1 Relacionada à negação da essência humana.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
CATEGORIA 6 A METÁFORA COMO UMA REALIDADE PARA ALÉM DO CONVENCIONAL	6.1 Relacionada à negação da essência humana	- Ameaça de morte - Pelo imprevisível - Tentativas de homicídio - Invisibilização da violência

Fonte: desenvolvido pela autora.

A **ameaça de morte** surgiu como um elemento que evidenciou a relação do autor da violência com a mulher como se ela fosse um objeto, de maneira a negar os sentimentos e a estrutura física/humana da mulher, conforme exemplifica a narrativa a seguir:

*Daí eu fui na delegacia e isso que vou te falar eu não falei lá porque achava que era demais, mas **ele disse que ia me matar e beber o meu sangue**, olha como ele estava “endemonhado”, drogado de certo. Bêbado e drogado. “**Vou mandar te matar e ainda beber teu sangue**”, ele me disse. E isso eu não contei na delegacia, só que ele ia mandar os amigos maconheiros me matar, foi o que eu registrei no B.O. (P1).*

Cabe destacar que, embora a participante P1 não tenha mencionado na entrevista, no boletim de ocorrência que constava em seu prontuário estava registrado que o, até então namorado, a ameaçou de morte dizendo: “*vou te matar, picar e mandar os pedaços pros teus filhos*”. As frases dirigidas a P1 retratam a desconsideração pela pessoa enquanto ser humano, de modo que passa a tratá-la como um objeto passível de ser “quebrado e jogado fora”. Nesse sentido, pode-se considerar que a ameaça de morte, enquanto uma violência psicológica, intimida, amedronta e impossibilita que a mulher consiga ver caminhos e agir, criando estratégias para sair dessa situação.

Nessa mesma perspectiva, as mulheres foram intimidadas **pelo imprevisível**, por não saberem o que poderia acontecer de um momento para o outro frente às ameaças perpetradas pelos parceiros, conforme apresentado nos depoimentos a seguir:

*Daí quando ele apertou ficou o sinal dos dedos, mas ele nunca me bateu. Ele me ameaçava “**um dia eu te arrevento toda**” (P1).*

*É “**porque eu não vou deixar tu ser feliz**” [disse o ex-marido], não sei o que e ficou me ameaçando de novo (P3).*

Quando eu cheguei aqui [na cidade] ele começou a me ameaçar, falou que ia me matar, que era pra eu

arrumar o velório e não sei o que. E aí, eu fui ao Ministério Público. E lá eles me mandaram pra lá [casa-abrigo] (P6).

Verificou-se que esses depoimentos sustentam a sensação de insegurança e medo das mulheres que ficam paralisadas diante da situação de violência. A fala da participante P6 remete a situação limite que pode chegar a relação de violência, sendo que, neste caso, a ameaça de morte foi um fator que a impulsionou a buscar ajuda.

Além das ameaças e da imprevisibilidade em torno do comportamento do autor da violência, as metáforas estiveram presentes nas **tentativas de homicídio**, conforme descrevem os relatos a seguir:

Daí ele pegou o facão e veio pra me matar. Na pia assim... quando ele ergueu o facão, disse que ia me abrir no meio (P3).

“Ah vou tacar fogo e vou fechar a casa” [disse o ex-marido], inclusive minha menina mais velha que tem oito anos, não é dele, e ela viu muitas coisas também. Ele inclusive mandava nós sentar no sofá e ele dizia assim: “Agora tu vai vê tua mãe morrer” (P5).

Diante dessas narrativas, observou-se o envolvimento dos filhos como testemunhas da violência, sendo que no relato de P3 as filhas de três e seis anos também estavam presentes e contribuíram para que o pai não efetivasse a tentativa de homicídio contra a mãe. Da mesma forma, a filha da participante P5 esteve presente em variadas situações perpetrada pelo padrasto. Em interface com os elementos discutidos na Categoria 3 da presente pesquisa, o fato de envolver os/as filhos/as esteve entre as características comportamentais dos autores da violência. Conforme apontado pela literatura (Lorente Acosta, 2005; Deeke *et. al.*, 2007), tal atitude mostra a necessidade do homem se manter no controle da situação, utilizando o poder e controle para que suas regras e vontades sejam atendidas.

Nesse contexto, outra narrativa refere-se à preocupação do marido quanto à **invisibilização da violência**, conforme descrito a seguir:

Aí quando fazia 9 dias, eu acho que eu já tava fedendo na cama, porque nem banho direito eu não tomava, eu não podia, ele não me ajudava [chora]. Daí ele disse: “não, você tem que ir ao médico senão você vai morrer e ainda eu vou ser culpado.” (P4).

De maneira a contextualizar esta narrativa, a participante P4 mencionou, durante a entrevista, que seu marido era educado e bem visto pelas outras pessoas. Então, pode-se supor que o fato do autor da violência querer mostrar seu papel de “cuidado”, para “reparar o erro” pode ter relação com querer manter a postura de bom marido, boa pessoa, diminuindo as chances de desconfiança de que havia violência na relação conjugal. Conforme mostram alguns estudos (Cohen Imach, 2013; Lorente Acosta, 2005), ser simpático, trabalhador, cordial e preocupado com a mulher no âmbito social e agressivo no contexto familiar são algumas características do perfil dissociado dos autores da violência.

Diante desses apontamentos, as metáforas discutidas apresentam-se como imobilizadoras quando sustentadas, sobretudo pelo medo de perder a vida e, em outros momentos, impulsionadoras quando sua existência torna-se a situação limite e motiva a denúncia do autor da violência. Além disso, as metáforas contribuem para a definição da realidade sobre como as pessoas pensam, representam, experienciam e refazem suas histórias dando forma ao sistema de significados (Carlsen, 1997; Lakoff & Johnson, 1980)

A contextualização das metáforas apresentadas ao longo desta subcategoria é condição fundamental para a compreensão da profundidade das narrativas, que retratam a falta de reconhecimento do outro como humano em sua essência, reduzindo a mulher ao material, sendo considerada pelos autores da violência como objeto. São estes aspectos que impactam a realidade frente ao fenômeno da violência e que podem ser considerados como determinantes para o processo de significação e busca por ajuda para sair da situação.

Na subcategoria **6.2 Com relação aos estereótipos de gênero**, as metáforas se apresentaram sustentadas na cultura que naturaliza a violência presente nas tramas relacionais constituídas entre as participantes e seus parceiros.

Quadro 30 – Elementos de análise referentes à subcategoria 6.2 Com relação aos estereótipos de gênero.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	ELEMENTOS DE ANÁLISE
<p>CATEGORIA 6</p> <p>A METÁFORA COMO UMA REALIDADE PARA ALÉM DO CONVENCIONAL</p>	<p>6.2 Com relação aos estereótipos de gênero</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A mulher gosta de apanhar - A mulher provoca a situação de violência - Uso da força física - A mulher deve tratar bem e cuidar do marido

Fonte: desenvolvido pela autora.

Os elementos **a mulher gosta de apanhar** e **a mulher provoca a situação de violência** surgiram como estereótipos, entendidos como naturais ou como verdades, conforme descrito a seguir:

Depende da mulher, ela também busca um pouco, não to dizendo que ela mereça, né? Mas é que tem que olhar o lado dele e o lado dela. [...] Então, isso depende do ser humano, da pessoa, ele [parceiro] não é de ferro, nem de sangue de barata, ele explode mesmo (P11).

E tem homem que não ameaça, elas deixam... dá impressão que elas gostam de apanhar. Eu to te falando isso, porque eu conheci lá dentro [da casa-abrigo] uma pessoa, que ela provocava a situação (P4).

Os referidos elementos que configuram os estereótipos de gênero remetem, inicialmente, a desqualificação da mulher. Para Pondaag (2009) essas ideias presentes no imaginário social e popularmente utilizadas atribuem à mulher a responsabilidade individual pela situação de violência. A esse respeito, pode-se inferir que, a presença de estereótipos de gênero envolvidos na trama relacional, gera uma co-dependência entre homem e mulher em que ambos retroalimentam a situação de violência, impossibilitando a construção da autonomia.

Pondaag (2009) menciona que o olhar sobre a atitude das mulheres quanto à permanência com o autor da violência, é baseada nas expectativas que as pessoas depositam sobre ela, geralmente relacionadas à atitude de denúncia, separação e outras mais consistentes, direcionadas à sua proteção. A autora afirma, ainda, que o fato de algumas mulheres não conseguirem reagir ou tomar uma atitude diante da violência não significa que elas se conformem com a situação, mas que é difícil para elas buscar por uma mudança. Ao encontro dessa informação, uma das participantes relatou sua compreensão em torno do estereótipo de gênero relacionado ao fato da mulher gostar de apanhar:

Muitos dizem assim: “ah, porque mulher gosta de apanhar!”. Não, não é porque a mulher gosta de apanhar! Às vezes a mulher acaba sofrendo tanto com a violência, que pra ela tanto faz (P8).

O depoimento evidencia o sofrimento da mulher decorrente dos episódios de violência e que vão contra ao que comumente se acredita. Diante disso, pode-se inferir que a violência deixa a mulher imobilizada, sem forças para reagir e por isso permanece nessa situação, não porque gosta de apanhar.

Outro estereótipo de gênero, presente nas narrativas das participantes, refere-se ao fato dos homens resolverem as discussões e problemas conjugais pelo **uso da força física**, conforme exemplificado no relato a seguir:

Porque assim, os dois são bem ruins um com o outro, sabe? Nenhum admite que está errado, entendeu? Aí, como ele é mais forte, ele usa a força, né? (P8).

O fato dos homens serem mais fortes e por isso exercerem a violência, corrobora com o estudo de Cortez e Souza (2008) em que as mulheres que prestaram queixa na delegacia, relacionaram a violência dos parceiros como forma de punir as mulheres por comportamentos que não os agrada e proteger sua masculinidade, em busca do poder. O fato de ter força é uma exigência para ser masculino e que é preciso usá-la para ser aceito socialmente. Assim, na relação entre o casal, a força e o poder devem ser utilizados pelo homem para que mulher se comporte adequadamente (Luna, 2010).

A respeito dos diferentes papéis estabelecidos entre homens e mulheres, dentre os relatos esteve presente o fato de **a mulher ter que tratar bem e cuidar do marido**, sendo este comportamento incentivado, principalmente, por questões pertinentes às crenças familiares, conforme descrito no depoimento a seguir:

Na verdade, quando eu perdi meu pai, eu perdi nova né? Tinha sete anos, então a mãe me ensinou assim: a família a gente tem que dar valor e quando a gente casa o marido tem que ser... tem que tratar bem, tem que zelar, deixar tudo prontinho, tem que cuidar. Coisa que eu fiz sabe? Eu mil vezes deixei de fazer as coisas pra mim pra fazer pra ele, entendeu? Tentar ser uma ótima pessoa, uma boa mulher, eu tentei e pra mim deu tudo o contrário (P10).

Ao se remeter ao discurso da participante P10, observam-se a presença de aspectos em nível contextual em torno da cultura, crenças e valores acerca dos papéis sociais de homens e mulheres, sendo o papel dessas últimas, sobretudo, o de cuidar da família. O estudo de Luna (2010) vai ao encontro desses dados, ao evidenciar que a mulher é aquela que tem o papel tanto de proteger e ser uma boa mãe, como também de cuidar, educar, apoiar e ceder às vontades do marido e da família, remetendo à posição de inferioridade da mulher em relação ao homem.

De acordo com Cantera (2004b), a compreensão da violência conjugal a partir do enfoque de gênero permite compreender o processo histórico que produz e reproduz comportamentos sustentados pelo sistema patriarcal. A autora afirma que, neste sistema, a violência perpetrada contra a mulher é regida por três aspectos principais: a) as formas e os graus de violência socialmente tolerados e legitimados, b) aquele que tem o direito e o dever de exercer a violência, c) e o objeto que merece recebê-la.

Diante do exposto, esta categoria se transforma em uma espécie de apêndice, que se sustenta no processo de significação da violência e nas tramas relacionais presentes na dinâmica familiar das mulheres. Toda esta dissertação foi escrita por meio de uma linguagem convencional – não simbólica – e as metáforas, de certo modo, são uma forma de apresentar parte da construção de significados da violência, apoiados em seus tipos, estereótipos de gênero, pela cultura e/ou

influenciadas pelas próprias pessoas das redes. Nessa perspectiva, ao se referir às redes, entende-se que o autor da violência pode ser considerado, de uma forma ou de outra, uma pessoa significativa para as mulheres e que possui esse duplo papel: ser significativo ao mesmo tempo em que é violento. Assim, as metáforas aqui apresentadas concretizam, simbolicamente, a trama relacional em que as mulheres estiveram inseridas, sustentada por sentimentos de ambiguidade relacionados ao autor da violência.

Assim, as metáforas presentes nessa categoria revelaram: 1) as diferentes facetas que a violência pode atingir em um processo de aniquilação do humano e de desconirmação do outro e 2) as normas “naturais”, esperadas e aceitáveis socialmente que reforçam a desigualdade de gênero. Assim, têm-se dois grandes temas nessa categoria: um que se remete ao inimaginável, à negação da essência humana; e o outro que se remete ao convencional, ancorado em uma cultura que inferioriza a mulher. Entende-se, portanto, que é o tensionamento dessas duas distintas representações de metáforas que sustentou e articulou a significação atribuída à violência e que, seja pelo medo de morrer ou por não conseguir mais conduzir a situação de violência, influenciou na busca por ajuda para o enfrentamento do problema.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como fechamento do processo de construção da presente pesquisa, deseja-se destacar aspectos que guiaram o surgimento da produção do conhecimento relacionada à sua temática principal. Destaca-se, em um primeiro momento, o pressuposto epistemológico do Pensamento Complexo, por meio do qual foi possível compreender a dinâmica relacional familiar e das redes pessoais significativas de mulheres em situação de violência, considerando os diferentes elementos individuais, sociais e familiares, de maneira articulada e contextualizada.

Por sua vez, e integrado ao Pensamento Complexo, utilizou-se a base teórica proposta por Urie Bronfenbrenner, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) que considera a interação que ocorre entre pessoa e ambiente ao longo do tempo. Dessa maneira, foi possível lançar um olhar sobre a complexidade da construção dessas relações favorecendo o processo de produção do conhecimento que considera a multidimensionalidade do fenômeno da violência.

Tendo como base o acima mencionado e de maneira a tecer as considerações finais desta pesquisa, destacam-se aspectos nucleares da análise dos dados coletados e algumas reflexões em torno deles:

1. Em um primeiro momento indagou-se as participantes sobre o **significado da violência** com o intuito de entender, desde que lugar, elas estariam respondendo ao fenômeno de experiência de abrigo. Assim, a referência para a construção do significado da violência esteve diretamente relacionada com a **violência psicológica**, seguida pela violência física e sexual. A violência psicológica esteve relacionada, sobretudo com a gravidade das consequências ocasionadas, sendo apontadas como superiores às consequências da violência física.

Considera-se importante refletir sobre a questão da intensidade da violência e a partir de que limiar as mulheres consideram o seu surgimento, uma vez que todas as entrevistadas, de um modo ou de outro, estiveram expostas a violência desde a família de origem. Quanto à prática profissional, considera-se importante estar atento à **intensidade da experiência de violência**, visto que é na vivência da “intensidade” que pode se esconder a naturalização do fenômeno e, a partir disso, começar e/ou se prolongar o processo de aceitação da violência. Por sua vez, o reconhecimento da violência psicológica implica em ultrapassar o físico ou concreto que é comumente apontado e passar a considerar as diferentes formas como a violência se apresenta, acompanhada pelas

consequências que fragilizam as mulheres que vivenciam esta situação. Nesta pesquisa, portanto, os significados da violência foram co-construídos a partir da inter-relação entre diferentes elementos que perpassaram os níveis pessoal, processual, contextual e temporal, os quais, em suas especificidades, contribuíram para a compreensão do fenômeno para além da violência física.

2. Outro aspecto observado foi a respeito da trama relacional entre as participantes e seus parceiros. Verificou-se que os elementos desencadeadores da violência e o comportamento do autor da violência estiveram sustentados nos estereótipos de gênero, sobretudo nas relações de poder. Os depoimentos das mulheres evidenciaram que diante dos estereótipos há um descontrole do homem por conta, principalmente, do ciúme, desconfiança e uso de álcool e outras drogas, que acarretaram na perpetração da violência. Da mesma forma, chama-se atenção para os estressores do ciclo vital que atuaram como desencadeadores da violência, com destaque para o período da gravidez, filhos pequenos e divórcio. A relação das participantes com seus parceiros esteve pautada, ainda, no que se chamou de negação da essência humana, em que as mulheres eram tratadas como objetos e seus sentimentos eram negados. Esse tipo de relação vivenciada pelas mulheres deu sustentação ao significado atribuído à violência, proporcionando reflexão sobre suas vidas e a possibilidade de buscarem ajuda para enfrentar o problema.

3. Com relação aos **tipos e formas de perpetração da violência**, foi possível verificar a violência física e psicológica, sendo esta última sustentada, sobretudo pela **ameaça de morte**, contribuindo com a **paralisação da mulher e impedindo-a de tomar alguma atitude para sair da relação violenta**. Além disso, este estudo revelou o **reconhecimento da violência sexual e financeira** praticadas pelos parceiros das participantes. Conforme aponta a Lei Maria da Penha, existem diferentes comportamentos que caracterizam a violência sexual. Assim, tendo em vista que o ato sexual é entendido socialmente como inerente à relação conjugal e como uma obrigação da mulher, pouco se reconhece o fato de ser forçada a manter relação com o parceiro como uma violência, por isso a dificuldade em reconhecer este e outros desdobramentos da violência sexual como uma violação da integridade física da mulher.

A **violência financeira**, por sua vez, pouco identificada na literatura, esteve presente na ação do parceiro em controlar o dinheiro da mulher, no fato de impedi-la de permanecer na residência quando decidida pela separação ou ainda de entrar na residência ao sair da casa-

abrigo. Nesse sentido, pode-se relacionar os elementos que constituíram a violência financeira com a questão da “necessidade” do homem manter o poder e controle sobre a mulher.

4. No que diz respeito às **repercussões de toda a trama relacional existente na situação de violência**, acarretaram em consequências emocionais e comportamentais para a saúde das mulheres desse estudo. A violência sofrida pelas participantes deixou marcas visíveis, consequentes da violência física, e invisíveis pela presença de sofrimento psíquico como **ansiedade e depressão, além dos sentimentos de medo, vergonha e humilhação**. A partir da análise da violência familiar contra a mulher, verificou-se que as narrativas trouxeram a presença de papéis e funções da mulher de modo naturalizado, podendo se observar fortemente a presença dos estereótipos de gênero. Nesse sentido, as contribuições da perspectiva dos estudos de gênero, auxiliaram a compreender os relatos de maneira mais integrada aos contextos socioculturais das mulheres entrevistadas.

5. Para **enfrentar as situações de violência e suas repercussões** foi necessária a mobilização de recursos pessoais e acesso a dispositivos institucionais que possibilitaram a saída dessas mulheres do ciclo de violência. As estratégias de **enfrentamento estiveram focadas tanto no problema quanto nas emoções**. As primeiras estiveram compostas, principalmente, pelo atendimento psicológico e pelo fato de trabalhar ou frequentar a escola. Para as participantes, falar sobre a situação de violência e pensar em formas para superá-la foi apontado como um importante fator no enfrentamento da situação. O mesmo ocorreu com relação ao trabalho e à escola, uma vez que o fato de se manter em uma atividade que lhes fosse prazerosa, fez com que as participantes se sentissem bem e melhorassem sua autoestima, sendo benéfico diante da situação de violência. **Quanto às estratégias focadas nas emoções**, destacam-se o desenvolvimento de atividades intelectuais e a procura da rede de amizades, sobretudo por encontrarem nessa rede, pessoas com quem desenvolveram atividades em conjunto e das quais receberam ajuda material e apoio emocional.

6. Nesse conjunto **de estratégias há de se considerar a procura por ajuda institucional, como as delegacias e a assistência social do município, serviços estes que encaminharam as participantes para a casa-abrigo**. Por meio do suporte oferecido pelos profissionais da casa-abrigo foi possível que as mulheres pudessem refletir sobre suas vidas e encontrar outras formas de lidarem com o problema da violência. Embora esteja alicerçada nos papéis da casa-abrigo, a reinserção social

das mulheres foi reconhecida como um esforço dos profissionais para que, ao sair do local, as mulheres pudessem ter trabalho e moradia. Assim, **a casa-abrigo** dentro das suas condições e sustentada nas diretrizes das políticas que regem seu funcionamento, **mostrou-se um importante dispositivo institucional, sobretudo na proteção da vida das mulheres e seus filhos e na promoção de condições psicológicas para que pudessem retomar o curso de suas vidas.**

7. Com relação aos **vínculos entre as participantes e os profissionais da casa-abrigo**, estes foram apontados como pessoas significativas nos Mapas de Redes de todas as mulheres, exercendo um conjunto de funções que as ajudaram no enfrentamento da situação de violência. Dentre as principais ações realizadas pela equipe de profissionais da casa-abrigo, que contribuiu para o manejo da situação de violência, estão: o atendimento interdisciplinar, principalmente das áreas jurídica, psicológica e assistencial, e atividades que favoreceram o estímulo à autonomia e aumento da autoestima das mulheres. Nesse sentido, considera-se a casa-abrigo como um espaço real de empoderamento das mulheres na medida em que, sua dinâmica e as funções dos/as profissionais, permitem o resgate das potencialidades das mulheres, fortalecendo-as para o enfrentamento da situação de violência.

Diante desse contexto, entende-se ser necessário o aumento do número de profissionais para o atendimento de mulheres em situação de violência e que estes possuam uma formação específica voltada à violência familiar. Além disso, é importante que seja oferecida supervisão local aos profissionais e suporte psicológico, de modo a preservar a sua saúde mental. Nesse sentido, sugere-se o remanejamento da função desses profissionais por seis meses a cada dois anos de atividade, para que possam se afastar da temática e se recompor psicologicamente, uma vez que trabalhar com situações de violência é desgastante e “tóxico”, podendo afetar a saúde e a prática profissional, já que os profissionais estão diante de relatos com as mais variadas intensidades da violência. Esta é uma proposta baseada em serviços internacionais, como por exemplo, na Inglaterra, onde esta ação é realizada tanto para o cuidado da saúde mental dos funcionários quanto para manter a eficácia da intervenção.

8. A partir das narrativas das participantes foi possível verificar que a casa-abrigo solucionou pontualmente o problema da violência, mas que, em uma perspectiva de atendimento integral, verifica-se sua limitação por falta de suporte intersetorial para que os profissionais

possam desempenhar suas funções com maior efetividade. Assim, a casa-abrigo enquanto um único sistema desempenha de maneira eficaz os seus papéis, porém, ao colocá-la dentro de um sistema maior, como o das políticas públicas, vê-se uma fragilização e sustentação do problema por questões econômicas, como a falta de recursos humanos para trabalhar nestes locais e de suporte dos demais setores de modo que viabilizem a reinserção das mulheres e manutenção dos contatos com a rede intersetorial. Esses aspectos coadunam-se com a ideia do modelo de sistema aberto, proposto por Cantera e Cabezas (2003), o qual mantém seu posicionamento frente à rede intersetorial de atendimento à mulher, propondo um atendimento articulado, favorecendo uma visão integradora da situação tanto pelos profissionais quanto pelas mulheres, usuárias desses serviços.

Diante disso, entende-se que para as políticas de enfrentamento da violência contra a mulher serem efetivas, deve-se considerar todo o sistema de acolhimento, todas as redes de relações, sendo este um desafio tanto para a casa-abrigo quanto para a gestão. Dessa maneira, se não se atentar para estes aspectos, a casa-abrigo se transforma em um sistema de acolhimento *per si* e quando perde a conexão com os outros sistemas – as redes pessoais e de suporte – acaba contribuindo para a manutenção do problema, na medida em que todo o processo de acolhimento e enfrentamento não é problematizado junto à rede da mulher, nem mesmo à rede intersetorial, que deveria dar suporte a casa-abrigo.

Nesse sentido, a presente pesquisa contribui para o conhecimento a respeito das redes de mulheres que sofreram violência, de modo que os profissionais que trabalham com essa temática possam ter uma visão sistêmica deste fenômeno, uma vez que ao conhecer as pessoas significativas e as funções que desempenham na relação com as mulheres, torna-se possível sustentar a instrumentalização da intervenção profissional, permitindo encontrar co-responsáveis pelo cuidado das mulheres que vivenciam essa situação. Por isso há necessidade de re-conectar as redes pessoais significativas dessas mulheres, articuladas com as redes interssetoriais que atuam no enfrentamento da violência.

9. Quanto à **dinâmica relacional das redes pessoais significativas** das participantes, entende-se que a análise superou a quantificação das pessoas e trouxe à tona **a multiplicidade de funções e a necessidade de ajuda recebida nos diferentes momentos do processo da violência**. Quanto à rede familiar, antes, durante e depois

da saída da casa-abrigo, ofereceu apoio emocional às mulheres. Já a função de ajuda material e de serviços foi oferecida por esta rede quando as mulheres já haviam passado pela casa-abrigo dada dificuldade de se restabelecer social e financeiramente.

A rede da comunidade, por sua vez, foi representada pelas pessoas da igreja que ofereceram apoio emocional e conselhos às mulheres antes de irem para a casa-abrigo e ajuda material após sua saída do local. Os vizinhos pouco se mobilizaram para ajudar as participantes mesmo com pedidos explícitos de ajuda, fato que pode estar relacionado à cultura de não se envolver em briga de casal. A rede de estudos se destacou pelo apoio emocional; já a rede do trabalho ofereceu apoio emocional e conselhos para que as mulheres realizassem a denúncia, e ajuda material e de serviços quando as participantes saíram da casa-abrigo.

A situação de violência presente antes das mulheres irem para a casa-abrigo mostrou um afastamento das redes pelo número diminuído de pessoas, possivelmente em função do isolamento social que acometia às mulheres, inclusive no momento de fazer a denúncia. Observou-se, também, que durante a permanência na casa-abrigo, as redes das participantes praticamente desapareceram, privilegiando a presença e desempenho de funções dos profissionais da casa-abrigo e das demais mulheres abrigadas. Após a saída da casa-abrigo, houve um aumento do número de pessoas da rede familiar e do trabalho. Quanto à dispersão, notou-se uma aproximação das redes em torno das mulheres, isto quer dizer que após a passagem pela casa-abrigo, as mulheres passaram a contar com uma rede com maior vínculo relacional e maior grau de proximidade, sendo possível acioná-la com mais facilidade e rapidez de resposta.

10. No que diz respeito aos **aspectos metodológicos decorrentes de todo o processo da presente pesquisa**, deseja-se destacar a entrevista semiestruturada e o Mapa de Redes, que enquanto instrumentos, permitiram que a coleta de dados se tornasse um espaço de reflexão sobre a vida das participantes, sendo geradora de significados. Assim, a entrevista semiestruturada foi composta por eixos temáticos sustentados nos objetivos do presente estudo e subsidiou a construção do Mapa de Redes. O Mapa de Redes, por sua vez, foi um importante instrumento que permitiu às mulheres visualizarem as pessoas significativas da sua rede e perceberem que há com quem possam contar em uma situação de crise, como a violência.

11. No contexto do desenvolvimento desta pesquisa, cabe destacar que o apoio dos profissionais da secretaria de assistência social e da casa-abrigo, favoreceu a entrada da pesquisadora no campo, sendo oferecidas todas as condições e suporte necessários para a realização do estudo. Havia uma preocupação constante por parte da equipe de profissionais em conseguir contato com as participantes e quando agendada a entrevista, proporcionaram um local que tivesse conforto e privacidade para a realização da coleta de dados. Igualmente, a mediação realizada pelos profissionais (nas pessoas do assistente social e das psicólogas) em relação ao início do contato com as possíveis participantes, facilitou a aceitação das mulheres em participar do estudo, sendo que todas com as quais se conseguiu contato, inicialmente, aceitaram participar.

Outra contribuição para o desenvolvimento do processo de pesquisa foi a possibilidade de ter acesso aos prontuários e boletins de ocorrência das participantes antes de serem entrevistadas. Dessa maneira, o fato de conhecer, previamente, alguns aspectos envolvidos na história de violência e no encaminhamento das mulheres para a casa-abrigo, ajudou no preparo da pesquisadora quanto à possibilidade de ouvir informações que pudessem impactá-la emocionalmente em um primeiro momento.

De igual modo, a pesquisadora passou por um preparo para a realização da entrevista semiestruturada e construção do Mapa de Redes, sendo fundamental para se trabalhar com a temática da violência. Houve todo um cuidado em relação às perguntas que seriam feitas, a forma como seriam perguntadas, tendo em vista os possíveis desdobramentos que poderiam surgir, sendo as perguntas realizadas de modo que auxiliassem a chegar ao cerne da pesquisa, mas ao mesmo tempo sem adentrar em temáticas que não eram o foco do estudo. Nesse contexto, destaca-se o cuidado e preocupação da orientação acadêmica com relação ao estado emocional da pesquisadora ao longo de todo o estudo, o que muito contribuiu para o bem-estar, segurança e bom desenvolvimento da pesquisa.

Também foi importante a participação da pesquisadora em um grupo de pesquisa dentro do qual foi possível compartilhar as experiências, surpresas e temores relacionados ao desenvolvimento do presente estudo, tendo em vista a profundidade das histórias de violência relatadas pelas mulheres, muitas delas guardadas por longo tempo e que foram trazidas à tona no momento da entrevista, mostrando ser possível – e necessário – investir neste tipo de pesquisa. Diante disso, e após

ouvir histórias tão surpreendentes na experiência da pesquisadora, pode-se dizer que os aspectos mencionados foram/são um incentivo à continuidade desta e de outras pesquisas relacionadas à violência, fomentando cada vez mais o interesse científico quanto à temática.

12. Com relação às limitações metodológicas do presente estudo, pode-se mencionar a dificuldade em acessar as mulheres, inicialmente totalizadas em 104 nomes. Considerando a necessidade de atender aos critérios de inclusão e, na tentativa de completar o número de participantes previsto para o estudo, das, então, 64 mulheres, foi possível contatar apenas 14. Como mencionado anteriormente todas aceitaram participar da pesquisa, porém duas delas não compareceram na data marcada, dado este que faz refletir sobre o conjunto de aspectos envolvidos na desistência da participação do estudo, dentre eles a própria temática.

Outro aspecto relacionado à limitação é em relação à mudança constante de cidade e/ou número de telefone em função da necessidade de afastamento do autor da violência, o que resultou na perda de contato também com a rede de assistência. Isso evidencia a dificuldade existente quanto ao efetivo desempenho de políticas de seguimento e acompanhamento das mulheres, concernentes ao processo de reinserção social, sendo que este fator pode favorecer o retorno ou manutenção do ciclo da violência, seja por falta de suporte da rede intersetorial de atendimento à mulher, seja pela falta de articulação com as demais redes de relações. O próprio Mapa de Redes do momento de saída da casa-abrigo mostra o rompimento dos vínculos com os profissionais, fato este que aponta para a necessidade de programas de monitoramento das pessoas que ocuparam casas-abrigo, tendo em vista as dificuldades das políticas públicas em criar ações para acessar essas mulheres, que por temor ou por mudança de cidade, acabam se afastando das instituições que, em algum momento, ofereceram suporte para o enfrentamento da situação.

No tocante aos apontamentos realizados nesta seção de considerações finais, esta pesquisa trouxe resultados importantes e relevantes para a produção do conhecimento em torno da temática estudada, a partir de uma metodologia transversal. Nesse sentido, novas pesquisas se tornam necessárias como, por exemplo, investigar, de maneira longitudinal, as participantes desta pesquisa a fim de verificar o movimento da rede pessoal significativa, uma vez que na ocasião deste estudo a saída da casa-abrigo era recente. Tendo em vista a transmissão intergeracional da violência, sugere-se estudos com filhas de mulheres

que passaram pela casa-abrigo no intuito de averiguar a efetividade do local em termos de prevenção e o impacto da violência nas histórias de vida das filhas. Igualmente, entende-se ser importante se aproximar das mulheres que ficaram apenas um dia na casa-abrigo e entender o que aconteceu para permanecerem por tão pouco tempo no local e daquelas que viveram em casa-abrigo e retomaram a relação com o autor da violência.

Baseada nas ações e medidas preconizadas pelas Políticas Públicas de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher e no desconhecimento da existência e papéis da casa-abrigo pelas participantes desta pesquisa, sugere-se novos estudos que verifiquem o funcionamento das casas-abrigo, com base nos recursos que possuem e nos resultados sustentados na prática profissional de acolhimento à mulher. Esses dados poderão favorecer a viabilização de indicadores qualitativos no sentido de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas que regem o funcionamento de casas-abrigo, de modo a aperfeiçoar a prática profissional e a qualidade no acolhimento às mulheres abrigadas.

Assim, a presente pesquisa auxilia a refletir sobre o tensionamento que há entre o processo de intervenção do profissional e a estrutura organizacional, esta última muitas vezes coadjuvante no processo de intervenção acarretando na fragilização de seguimento das usuárias. Tendo em vista que as políticas públicas buscam a proteção e bem-estar das pessoas, faz-se necessário, além das diretrizes organizacionais que sustentem o processo de intervenção, buscar e/ou visibilizar instrumentos que contribuam para a melhor proteção das mulheres tornando o trabalho/ acolhimento tanto dos profissionais da psicologia quanto das equipes multidisciplinares ainda mais efetivos. Nesse sentido, entende-se ser importante incluir na agenda política ações em que se estejam avaliando a efetividade das políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher em consonância ao papel da psicologia nesse contexto.

Diante dessas colocações, o fato de trabalhar com uma temática de tamanha dimensão e complexidade como a violência e o seu impacto individual e social, entende-se que ainda há um longo caminho pela frente em torno da visibilização do problema e aperfeiçoamento das diretrizes e ações voltadas para a saúde da mulher nesse contexto. Assim, ao finalizar esta seção, toma-se emprestada a frase de uma das participantes deste estudo que vai ao encontro da temática estudada e da experiência de se trabalhar com a violência familiar contra a mulher:

eu acho assim, que a gente tem muita chance de mudar esse mundo. [...]. O que eu sei é que nós somos aquele beija-flor numa grande fogueira numa floresta: ele vai lá com o biquinho dele buscar uma gota de água pra tentar apagar o fogo. Nós estamos tentando fazer isso, a nossa parte nós estamos fazendo (P4).

REFERÊNCIAS

- Adeodato, V. G., Carvalho, R. R., Siqueira, V. R., & Souza, G. G. M. (2005). Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Revista de Saúde Pública*, 39(1), 108- 113.
- Almeida, T. M. C., Penso, M. A., & Costa, L. F. (2009). Abuso sexual infantil masculino: O gênero configura o sofrimento e o destino? *Estilos da Clínica*, 14(26), 46-67.
- Andolfi, M. (2003). *Manual de psicología relacional. La dimensión familiar*. Colombia: Corporación Andolfi-González, Academia de Psicoterapia dela Famiglia.
- Antoniazzi, A. S., Dell’Aglío, D. D., & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 3(2), 273-294.
- Azambuja, M. P. R., & Nogueira, C. (2008). Introdução à Violência Contra as Mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. *Saúde & Sociedade*, 17(3), 101-112.
- Brasil, Ministério da Saúde – MS. (2002). Violência intrafamiliar: Orientações para a prática em serviço. Cadernos de Atenção Básica, nº 8. Brasília, DF: Autor.
- Brasil, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. (2004). *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. (2006a). *Lei nº 11 340*. Lei Maria da Penha, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Autor.
- Brasil, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. (2006b). *Termo de Referência: Apoio a casas abrigo e centros de referência*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. (2010). *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil, Ministério da Saúde – MS. (2011a). Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil, Secretaria de Políticas para as Mulheres (2011b). *Diretrizes Nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e violência*. Brasília, DF: Autor.

- Brasil, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. (2012a). *Lei Maria da Penha - Conheça a Lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. (2012b). *Balanco Semestral. Central de Atendimento à Mulher*. Brasília, DF: Autor.
- Brasil, Jornal do Senado (2013). *O inferno das mulheres*. Ano XIX, nº 3.906, Brasília, DF: Autor.
- Bravo, P. C., & Moreno, P. V. (2007). La interiorización de los estereótipos de género em jóvenes y adolescente. *Revista de Investigación Educativa*, 25(1), 35-58.
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. *International Encyclopedia of Education* (2 ed., pp. 37–43). Oxford: Elsevier.
- Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre, RS: Artemed (Original publicado em 1979).
- Bronfenbrenner, U. (2004). *Making human beings human: Bioecological perspectives on human developmental*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In M. Lerner, & W. Damon. *Handbook of child psychology: theoretical models of human development*. New York: John Wiley & Sons.
- Bruschi, A., Paula, C. S., & Bordin, I. A. S. (2006). Prevalência e procura de ajuda na violência conjugal física ao longo da vida. *Revista de Saúde Pública*, 40(2), 256-64.
- Cabrera, M. P., Poll, H. A., & Ávila, M. E. M. (2012). Violencia contra la mujer en la comunidad. *Medisan*, 16(8), 1268-1274.
- Campos, E. P. (2005). *Quem cuida do cuidador. Uma proposta para os profissionais da saúde*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Cantera, L. M. (2003). La relación asistencial como interacción social. In M. T. L., Beltrán, M. J. J., Tomé, & E. M. G., Benítez (org.) *Violencia y género*. Espanha: Malaga.
- Cantera, L. M., & Cabezas, C. (2003). La red interprofesional como fundamento para uma intervención eficaz en el campo de la violencia de género. In M. T. L., Beltrán, M. J. J., Tomé, & E. M. G., Benítez (org.) *Violencia y género*. Espanha: Malaga.
- Cantera, L. M. (2004a). Más Allá del género: nuevos enfoques de “nuevas” dimensiones y direcciones de La violencia em La pareja. *Athea Digital: Revista Pensamiento e Investigacion Social*, 6.

- Cantera, L. M. (2004b). Violencia em la pareja: espejo del atropello, desconstrucción del amor. In L. M. Cantera (org.), *La violencia a casa*. Sabadell: Fundació Caixa de Sabadell.
- Cantera, L. M. (2007). *Casais e violência: um enfoque além do gênero*. Porto Alegre: Dom Quixote.
- Cantera, L. M., & Gamero, V. (2007). La violencia em la pareja a la luz de los estereotipos de gênero. *Psico Porto Alegre*, 38(3), 233-237.
- Carloto, C. M., & Calão, V. F. (2006). A importância e o significado da casa-abrigo para mulheres em situação de violência conjugal. *Emancipação*, 6(1), 205-226.
- Carlsen, M. B. (1997). Construção de significado e envelhecimento criativo. In R. A. Neimeyer & Mahoney, M. J. *Construtivismo em psicoterapia* (pp.107-128). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Carneiro, A. A., & Fraga, C. K. (2012). A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. *Serviço Social & Sociedade*, 110, 369-397.
- Caro, C. (2008). Un amor a tu medida: estereotipos y violencia en las relaciones amorosas. *Revista de Estudios de Juventud*, 83, 213-228.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar – uma estrutura para a terapia familiar*. Cap 1. 2ª Ed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Carvalho-Barreto, C. A., Maluschke, J. S. N. F. B., Almeida, P. C., & Souza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 86-92.
- Cerveny, C. M. O. (1994). *A família como modelo. Desconstruindo a patologia*. Campinas: Editorial Psy.
- Cerveny, C. M. O., Berthoud, C. M. E., Coelho, M. R. M. V. P. & Oliveira, A. L. (2002). *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cohen Imach, S. C. (2013). *Mujeres maltratadas em la actualidad: Apuntes desde la clínica y diagnóstico*. Buenos Aires: Paidós.
- Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de Ética Profissional do Psicólogo*. Brasília, DF: Autor.
- Coohey, C. (2004). Battered mothers who physically abuse their children. *Journal of Interpersonal Violence*, 9, 943-952.
- Cortez, M. B., Souza, L. (2008). Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24,171-180.

- Cruz D. M. C., Silva, J. T., & Alves, H. C. (2007). Evidências sobre violência e deficiência: implicações para futuras pesquisas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 13(1), 29-37.
- Cui, M., Durtschi, J., Donnellan, M. B., Lorenz, F. O., & Conger, R. D. (2010). Intergenerational transmission of relationship aggression: A prospective longitudinal study. *Journal of family psychology*, 24(6), 688-697.
- Dabas, E. N. (1993). *Red de redes: las prácticas de la intervención en redes sociales*. Buenos Aires: Editora Paidós.
- Dagord, A. L. L. (2003). Viva Maria dez anos. *Dissertação de Mestrado*. Curso de Mestrado em enfermagem. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2007). Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência Saúde Coletiva*, 11(Sup), 1163-1178.
- De Antoni, C., Koller, S. H. (2010). Uma família fisicamente violenta: uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. *Temas em Psicologia*, 18(1), 17-30.
- Deeke, L. P., Boing, A. F., Oliveira, W. F., & Coelho, E. B. S. (2009). A dinâmica da violência doméstica: Uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Saúde e Sociedade*, 18(2), 248-258.
- Departamento de Informática do SUS - Data SUS. (2012). *Violência doméstica, sexual e/ou outras violências – Sinan*. Recuperado em 26 de novembro de 2012, de <http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/dh?sinanet/violencia/bases/violebrnet.def>
- Dossi, A. P., Saliba, O., Garbin, C. A. S., & Garbin, A. J. I. (2008). Perfil epidemiológico da violência física intrafamiliar: agressões denunciadas em um município do Estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 24(8), 1939-1952.
- Doubova, S. V., Pamanes-gonzalez, V., Billings, D. L., & Torres-Arreola, L. P. (2007). Violencia de pareja en mujeres embarazadas en la Ciudad de México. *Revista Saúde Pública*, 41(4), 582-590.
- Dutra, M. L., Prates, P. L., Kakamura, E., & Villela, W. V. (2013). A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(5), 1293-1304.
- Elsberg, M., & Heise, L. (2005). *Researching Violence against women: A practical guide for researches and activists*. Washington DC, United States: World Health Organization.

- Estrada, C. P., & Rodríguez, F. J. D. (2011). Violencia y temor por la vida en mujeres jaliscienses violentadas por su pareja íntima. *Revista Cubana de Salud Pública*, 37(4), 462-471.
- Estrada, C. P., Herrero, J., & Rodríguez, F. J. D. (2012). La red de apoyo en mujeres víctimas de violencia contra la pareja en el estado de Jalisco (México). *Universitas Psychologica*, 11(2), 523-534.
- Falcke, D., Oliveira, D. E., Rosa, L. W., & Bentancur, M. (2009). Violência conjugal: Um fenômeno interacional. *Contextos Clínicos*, 2(2), 81-90.
- Faria, J. B., & Seidl, E. M. F. (2005). Religiosidade e enfrentamento em contextos de saúde e doença: Revisão de literatura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 381-389.
- Ferrari, D. C. A. & Vecina, T. C. C. (2002). *O fim do silêncio na violência familiar - teoria e prática*. São Paulo: Editora Ágora.
- Ferraz, M. I. R., Lacerda, M. R., Labronici, L. M., Muftum, M. A., & Raimondo, M. L. (2009). O cuidado de enfermagem a vítimas de violência doméstica. *Cogitare Enfermagem*, 14(4), 755-759.
- Flores, R. Z. (2002). A biologia na violência. *Ciência e saúde coletiva*, 7(1), 97-202.
- Folkman, S., Lazarus, R. S., Gruen, R. J., & DeLongis, A. (1986). Appraisal, coping, health status, and psychological symptoms. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50(3), 571-579.
- Fonseca, A. M., Galduróz, J. C. F., Tondowski, C. S., & Noto, A. R. (2009). Padrões de violência domiciliar associada ao uso do álcool no Brasil. *Revista Saúde Pública*, 43(5), 743-9.
- Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G., & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 307-314.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: Contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-27.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança. Uma abordagem multidisciplinar*. (M. A. V. Veronese, trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas (Original publicado em 1991).
- Fuster, E. G. (2002). *Las víctimas invisibles de La violencia familiar: El extraño iceberg de la violencia domestica*. Paidós, Barcelona.
- Gadoni-Costa, L. M., Zucatti, A. P. N., & Dell'aglio, D. D. (2011). Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia da mulher. *Estudos de Psicologia*, 28(2), 219-227.

- Galvão, E. F., Andrade S. M. (2004). Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do sul do Brasil. *Saúde e Sociedade*, 13(2), 89-99.
- Gergen, K.J. (1996). *Realidades y relaciones: Aproximaciones a la construcción social*. Barcelona: Paidós.
- Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Camargo, C. L., & Silva, M. P. (2012). Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas. *Revista Gaúcha Enfermagem*, 33(2),109-116.
- González-Rey, F. L. (2011). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Cengage Learning.
- González-Sala, F., & Collado, A. G. (2009). Violencia de Género: Perfil de mujeres com ayuda social. *Psychosocial Intervention*, 18(2), 165.175.
- Grandesso, M. (2011). *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006). How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods*, 18(1), 59-82.
- Heise, L., & Garcia-Moreno, C. (2002). Violência perpetrada por parceiros íntimos. In *Relatório Mundial sobre violência e saúde* (pp. 87-122). Organização Mundial da Saúde, Genebra.
- Herrenkohl, T. I., Souza, C., Tajima, E. A., Herrenkohl, R. C., & Moylan, C. A. 2008. *Trauma, Violence, & Abuse*, 9(2), 84-99.
- Imura, C. P., & Silveira, A. M. (2010). Como explicar a violência. In Organização Pan Americana de Saúde [OPAS]. *Podemos prevenir a violência: teorias e práticas*. Brasília, DF: OPAS.
- Instituto Avon. (2011). *Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil*. São Paulo, SP.
- Koziol-Mclain, J., Coates, C. J., & Lowens-Tein, S. R. (2001). Predictive validity of a screen for partner violence against women. *American Journal of Preventive Medicine*, 21, 93-100.
- Kwong, M. J., Bartholomew, K., Henderson, A. J.Z., & Trinke, S. (2003). The intergenerational transmission of relationship violence. *Journal of family psychology*, 17(3), 288-301.
- Labronici, L. M. (2012). Processo de resiliência nas mulheres vítimas de violência doméstica: Um olhar fenomenológico. *Texto & Contexto Enfermagem*, 21(3),625–632.
- Lakoff, G., & Johnson, M. (1980). *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press.

- Lamoglia, C. V. A., & Minayo, M. C. S. (2009). Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(2), 595-604.
- Leôncio, K. L., Baldo, P. L., João, V. M., & Biffi, R. G. (2008). O perfil de mulheres vitimizadas e seus agressores. *Revista de Enfermagem UERJ*, 16(3), 307-12.
- Lettiere, A., & Nakano, A. M. S. (2011). Violência Doméstica: possibilidades e limites de enfrentamento. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 19(6), 1421-1428.
- Lisboa, T. K., & Pinheiro, E. A. (2005). A intervenção do serviço social junto à questão da violência contra a mulher. *Katálysis*, 8(2), 199-210.
- Lorente Acosta, M. L. (2005). Anatomía del maltratador. La violencia como mecanismo de control. In L. M. Cantera (org.), *La violencia a casa*. Sabadell: Fundació Caixa de Sabadell.
- Luna, M. E. M. (2010). Estereotipos de violencia en el conflicto de pareja. *Tese de doutorado*. Programa de doutorado em Psicologia Social. Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona.
- Machado, M. R. C. (2004). Narrativa de mulheres vítimas de violência: passos do processo. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6(1), 97-104.
- Maciel, S. K., & Cruz, M. R. (2009). Violência psicológica contra crianças nas interações familiares: problematização e diagnóstico. (pp. 89-106). In Cruz, M. R., & Rovinski, S. L. R. *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção*. São Paulo: Editora Vetor.
- Magalhães, M. J., Morais, C., & Castro, Y. R. (2011). Organização e funcionamento numa casa abrigo de solidariedade social. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 598-607.
- Meneghel, S. N., Camargo, M., Fasolo, L. R., Mattiello, P2 A., Silva, R. C. R., Santos, T. C. B., Dagord, A. L., Reck, A., Zanetti, L., Sottili, M., & Teixeira, M. A. (2000). Mulheres cuidando de mulheres: um estudo sobre a Casa de Apoio Viva Maria, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Caderno Saúde Pública*, 16(3), 747-757.
- Minayo, M. C. S. (2006). *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Minayo, M. C. S. (2010). *O Desafio do conhecimento*. São Paulo, Hucitec.
- Minayo, M. C. S., Souza, E. R., & Paula, P2 R. (2010). Revisão sistemática da produção acadêmica brasileira sobre causas externas e violências contra a pessoa idosa. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 15(8), 2719-28.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias, funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: ArtMed.

- Moos, R. H., & Holahan, C. J. (2003). Dispositional and contextual perspectives on coping: Toward an integrative framework. *Journal of Clinical Psychology*, 59(12), 1387-1406.
- Monteiro, C. F. S., & Souza, I. E. O. (2007). Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 16(1), 26-31.
- Moraes, R. (2003). Uma tempestade de luz: A compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência e Educação*, 9(2), 191-211.
- Moré, C. L. O. O., & Crepaldi, M. A. (2004). *O campo de pesquisa: Interfaces entre a observação, interação e o surgimento dos dados* (pp. 588-593). Trabalho completo em anais da I Conferência Internacional do Brasil de Pesquisa Qualitativa/NPF – Núcleo de Pesquisa da Família. Taubaté, São Paulo.
- Moré, C. L. O. O. (2005). As redes sociais significativas como instrumento de intervenção psicológica no contexto comunitário. *Revista Paidéia*, 15(31), 267-297.
- Moré, C. L. O. O., & Crepaldi, M. A. (2012). O mapa de rede social significativa como instrumento de investigação no contexto da pesquisa qualitativa. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 43, 84-98.
- Morin, E. (2007). *Introdução ao pensamento complexo*. 3a Ed. Porto Alegre: Sulina.
- Mora-Escalante, E. (2005). Grupo terapeutico de apoyo dirigido a mujeres sobrevivientes de violencia intrafamiliar. *Enfermería Actual en Costa Rica*, 4(8),1-18.
- Moura, L. B. A. (2012). Entre segredos, silêncios e medos: violências nas relações íntimo-afetivas. *Revista eletrônica Gestão & Saúde*, 3(2),759-772.
- Moura, M. A. V., Netto, L. A., Souza, M. H. N. (2012). Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de violência assistidas nas delegacias especializadas. *Escola Anna Nery*, 16 (3), 435 – 442.
- Muhr, T. (2004). ATLAS/ti the knowledge workbench. V 5.0 Quick tour for beginners. Berlin: *Scientific Software Development*.
- Narciso, I., & Ribeiro, M. T. *Olhares sobre a conjugalidade*. Lisboa: Coisas de ler, 2009.
- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico PUC*, 37(1), 7-13.
- Olabuénaga, J. I. R. (2009). *Metología de La investigación cualitativa*. Universidad de Deusto, Bilbao.
- Organização Mundial da Saúde – OMS. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Genebra: Organização Mundial da Saúde.

- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de século.
- Parente, E. O., Nascimento, R. O., & Vieira, L. J. E. S. (2009). Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. *Revista Estudos Feministas*, 17(2), 445-465.
- Pereira, P. C., Santos A. B., & Williams, L. C. A. (2009). Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 19-28.
- Pondaag, M. C. M. (2009). Sentidos da violência conjugal: a perspectiva de casais. *Tese de doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Universidade de Brasília, Brasília.
- Porto, M. (2008). Intervenção psicológica em abrigo para mulheres em situação de violência: Uma experiência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(3), 369-374.
- Prates, P. L. (2007). Violência doméstica e de gênero: perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas. *Dissertação de mestrado*. Programa de Pós Graduação em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Prates, P. L., & Alvarenga, A. T. (2008). *Perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas, em situação de violência*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG.
- Prati, L. E., Couto, M. C. P. de P., Moura, A., Poletto, M., & Koller, S. H. (2005). Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 160-169.
- Ravazzola, M. C. (2005). *Historias infames: los maltratos em las relaciones*. Buenos Aires: Ed. Paidós.
- Ramos, M. E., & Ultramari, L. C. (2010). Atividade reflexiva com mulheres que sofreram violência doméstica. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(2), 418-427.
- Rocha, L. M. L. N. (2007). *Casas-abrigo no enfrentamento da violência de gênero*. Veras Editora, São Paulo.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, 16, pp. 115-136.
- Sampiere, R. H., Collado, C. F.; Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de pesquisa*. São Paulo: McGrawHill.
- Santi, L. N., Nakano, A. M. S., & Lettiere, A. (2010). Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 19(3), 417-424.
- Santos, A. C. W. (2009). Mulheres, Violência, Rede de Serviços de Referência e Suporte Psicossocial. *Dissertação de mestrado*. Programa

- de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Santos, A. C. W., & Moré, C. L. O. O. (2011a). Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. *Psicologia ciência e profissão*, 31(2), 220-235.
- Santos, A. C. W., & Moré, C. L. O. O. (2011b). Repercussão da violência na mulher e suas formas de enfrentamento. *Paidéia*, 21(49), 227-235.
- Scatamburlo, N. P., Moré, C. L. O. O., & Crepaldi, M. A. (2012). O processo de transmissão intergeracional da violência no casal. *Nova Perspectiva Sistêmica*, n. 44, 35-48.
- Scatamburlo, N. P. (2013). Significados atribuídos à violência conjugal na perspectiva dos casais *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.
- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L., França-Junior, I., Diniz, S., Portella, A. P., Ludermir, A. B., Valença, O., & Couto, M. T. (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 41(5), 797-807.
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. 20(2), 71-99.
- Seidl, E. M. F., Tróccoli, T. B., & Zannon, C. M. L. C. Análise factorial de uma medida de estratégia de enfrentamento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17(3), 225-234.
- Silva, L. L. CEVIC: a violência denunciada. (2005). *Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.*
- Silva, L. L., Coelho, E. B. S., & Capone, S. N. C. (2007). Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 11(21), 93-103.
- Silva, H. M. (2012). A vivência na casa-abrigo (DF) e suas repercussões em usuárias no período entre 2010 e 2011. *Monografia de conclusão de curso*. Instituto de Ciências Social, Universidade de Brasília, Brasília.
- Silva, R. A., Araújo, T. V. B., Valongueiro, S., & Ludermir, A. B. (2012). Enfrentamento da violência infligida pelo parceiro íntimo por mulheres em área urbana da região Nordeste do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 46(6), 1014-22.
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, C. M., & Adesse, L. (2005). *Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios*. Secretaria especial de políticas para as mulheres.

- Speck, V. R. (1989). La intervención en red social: Las terapias de red, teoría y desarrollo. In Elkaim, M. *La práctica de la terapia de red: salud mental y contexto social*. Barcelona: Gedisa.
- Strauss, A., & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. 2a Ed. Porto Alegre: Artmed.
- Tudge, J. (2008). A teoria de Urie Bronfenbrenner: uma teoria contextualista? In L. V. C. Moreira & A. M. A. Carvalho (Eds.), *Família e educação: Olhares da psicologia* (pp. 209–231). São Paulo: Paulinas.
- United Nations. *Declaration on the elimination of violence against women*. (1993). General Assembly Resolution n°. A/RES/48/104 of 20 December 1993. Geneva.
- Vasconcellos, M. J. E. (2009). *Pensamento sistêmico - O novo paradigma da ciência*. 8a Ed. Campinas, SP: Papyrus.
- Veloso, M. M. X., Magalhães, C. M. C., Dell'aglio, D. D., Cabral, I. R., & Gomes, M. M. (2013). Notificação da violência como estratégia de vigilância em saúde: perfil de uma metrópole do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(5), 1263-1272.
- Vieira, E. M., Perdoni, G. S. C., & Santos, M. A. (2011). Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. *Revista Saúde Pública*, 45(4), 730-7.
- Viodres Inoue, S. R., & Ristum, M. (2008). Violência sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. *Estudos de Psicologia*, 25(1), 11-21.
- Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da violência 2012 Atualização: homicídios de mulheres no Brasil*. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos. RJ.
- Wanderbroocke, A. C. N. S. (2011). A violência familiar na perspectiva de idosos e profissionais da saúde no contexto da atenção primária. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.
- Wilhelm, F. A., & Tonet, J. (2007). Percepção sobre violência doméstica na perspectiva de mulheres vitimadas. *Psicologia Argumento*, 25(51), 401-412.
- Yunes, M. A. M., & Juliano, M. C. (2010). A Bioecologia do Desenvolvimento Humano e suas Interfaces com Educação Ambiental. *Cadernos de Educação*, 37, 347–379.
- Zaleski, M., Pinsky, I., Laranjeira, R., Ramisetty-Mikler, S., & Caetano, R. (2010). Violência entre parceiros íntimos e consumo de álcool. *Revista de Saúde Pública*, 44 (1), 53-9.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro da entrevista semiestruturada

Questões norteadoras para o roteiro de entrevista:

1. Dados de identificação e sócio-demográfico:

Nome (Iniciais): _____

Idade: _____

Nível de escolaridade: _____

Ocupação/profissão: _____

Número de filhos: _____ Idade(s): _____

Estado civil: () Casada - a) () *Autor da violência*

- b) () *Novo relacionamento*

() Solteira () Divorciada/separada () Namorando

Tempo de relacionamento: _____

Renda familiar: _____

Informações sobre o autor da violência:

Relação com o autor da violência: () companheiro () marido

() ex-marido () namorado () ex-namorado

() Outro: _____

Tempo de relacionamento: _____

Idade: _____ Nível de escolaridade: _____

Ocupação/profissão: _____

Usuário de álcool/ drogas: () Sim () Álcool () Drogas

() Não

Tipo de violência: () Física () Psicológica () Sexual

() Financeira

2. Vivência na casa-abrigo

a) Quais foram as razões que levaram você para a casa-abrigo? Você poderia me contar?

b) Como você chegou até a casa-abrigo? (encaminhamento, quando, por quem)

c) Você sabia da existência da casa-abrigo?

d) Como você recebeu a notícia? Como foi sua reação? Aceitou, não aceitou?

e) Você foi sozinha ou com o(s) filho(s)?

f) Você lembra quanto tempo ficou na casa?

- g) E lembra quanto tempo faz que você saiu?
- h) Alguém da sua família ficou sabendo que você foi para a casa-abrigo?
- i) Tinha possibilidade de se comunicar com alguém?
- j) Como era a sua rotina na casa-abrigo? Você tinha alguma função na casa?
- l) Havia outras mulheres na casa enquanto você esteve lá?
- m) Vocês conversavam? O relacionamento na casa era bom? Me conta um pouquinho como era...
- n) Qual foi a importância desses profissionais pra você nessa situação... você se sentiu acolhida?
- o) E olhando para traz, o que você acha que poderia melhorar no atendimento?
- p) Como essa experiência repercutiu para você? De certo modo te ajudou a ver algumas situações ou dificultou em algum aspecto.
- q) Que pessoas do abrigo ou de fora do abrigo te ajudaram quando saiu da casa?
- r) Poderias me relatar o que aconteceu depois da saída do abrigo? Como ficou a sua vida depois que saiu da casa-abrigo? Que mudanças ocorreram?

3. Repercussões da violência nas entrevistadas

- a) o que é violência para você? Ou se fica mais fácil me diga uma palavra que represente o que é violência para você.
- b) E violência que acontece na família, o que seria essa violência? Se for mais fácil, você pode me dizer uma palavra ou descrever uma situação.
- c) E na sua trajetória de vida você vivenciou violência na família?
- d) E por que você acha que acontece a violência na família?
- e) que sentimentos ou emoções vem quando você pensa em violência na família?
- f) E pensando nesses sentimentos, Tem algo que você fez ou alguma pessoa que te ajudou a lidar com esses sentimentos? Como você conseguiu lidar com isso?

4. A rede social da participante

- **Apresentação do Mapa de Redes e o significado dos círculos e dos quadrantes.**
 - Colocar as pessoas no Mapa e perguntar a função de cada uma delas.

- a) Olhando para o Mapa construído, o que você pensa sobre ele?
- b) Como foi para você participar dessa entrevista?
- c) Você gostaria de dizer mais alguma coisa?

Resgatar a fala da participante em relação aos profissionais.

- **Depois do Mapa de Redes:** Queria te pedir um favor: a partir do que a gente conversou, que conselhos você daria para uma mulher que sofreu violência?

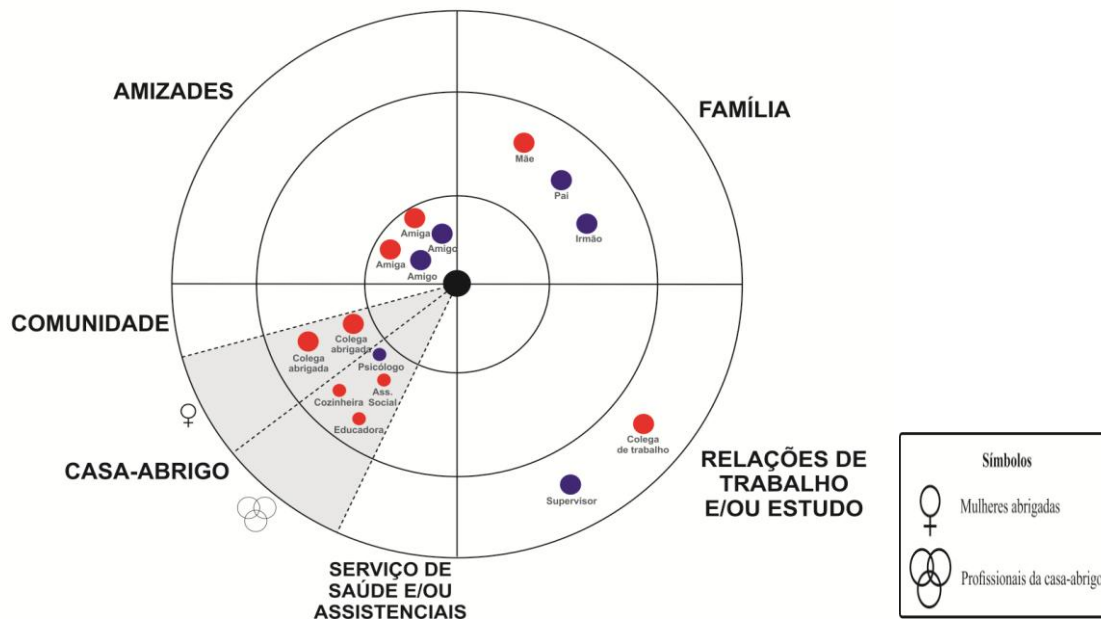
Apêndice B – Caracterização dos autores da violência

Autor da violência	Idade	Escolaridade	Ocupação/ Profissão	Utiliza Álcool	Utiliza outras Drogas
1	33	Não soube informar	Desempregado	Sim	Sim
2	27	Ens. Fundamental Completo	Mestre de Obras	Sim	Não
3	48	Ens. Médio Incompleto	Pedreiro	Não	Não
4	58	Ens. Médio Completo	Mestre de Obras	Sim	Não
5	25	Ens. Médio Incompleto	Desempregado	Não	Não
6	24	Ens. Fundamental Incompleto	Auxiliar de estoque	Sim	Não
7	35	Ens. Fundamental Incompleto	Vigilante	Sim	Sim
8	25	Ens. Fundamental Completo	Ajudante de malha	Sim	Não
9	34	Ens. Fundamental Incompleto	Zelador	Sim	Não
10	38	Ens. Fundamental Incompleto	Pedreiro	Sim	Não
11	45	Ens. Fundamental Completo	Conferente	Não	Não
12	28	Ens. Médio Incompleto	Vigilante	Sim	Não

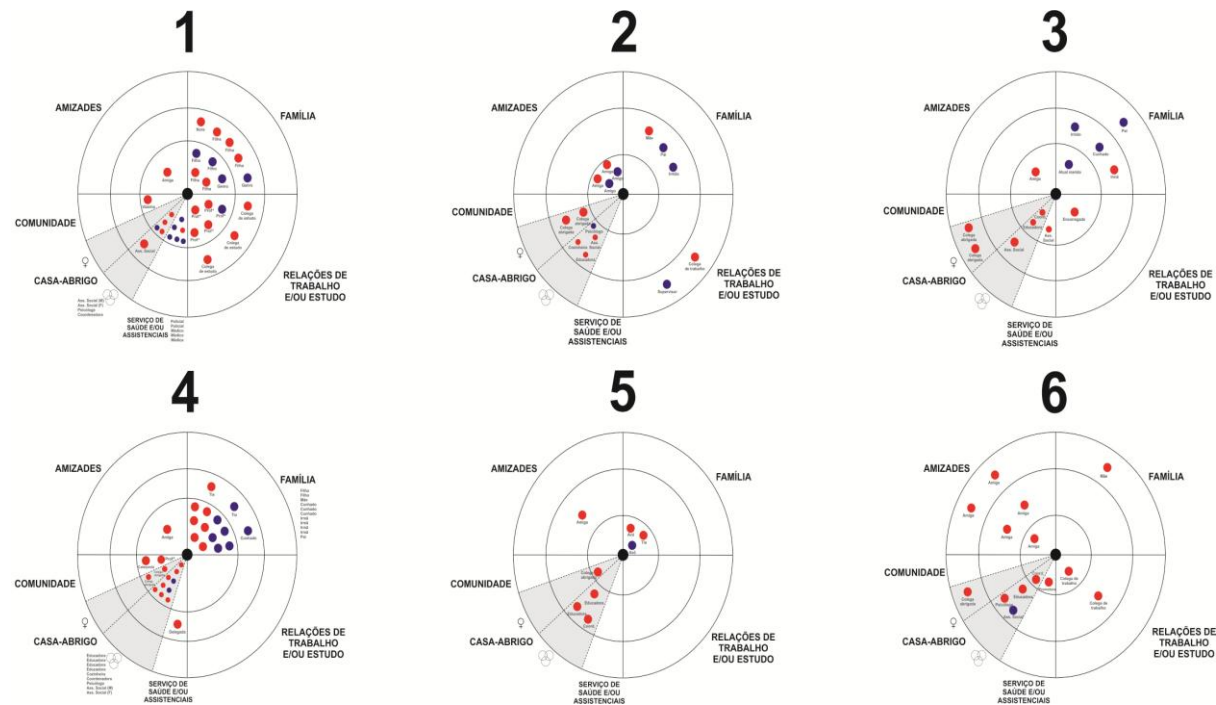
Fonte: desenvolvido pela autora

Apêndice C – Mapas de Redes Individual

Exemplo de Mapa de Redes Individual – Participante 2 (P2)

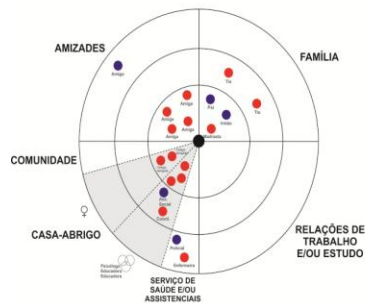


Mapas de Redes Individuais – todas as participantes.

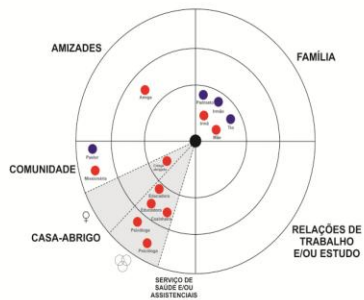


Continuação...

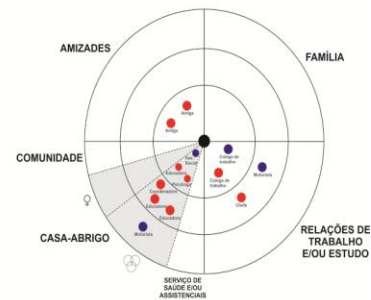
7



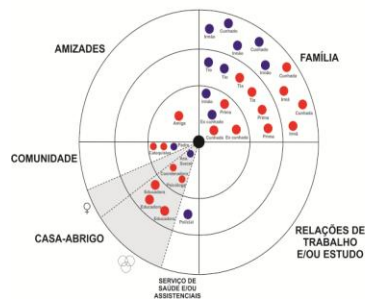
8



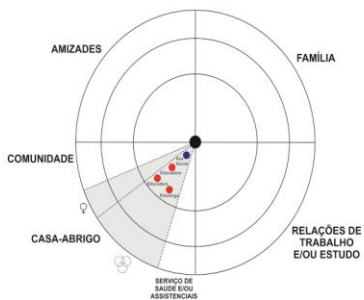
9



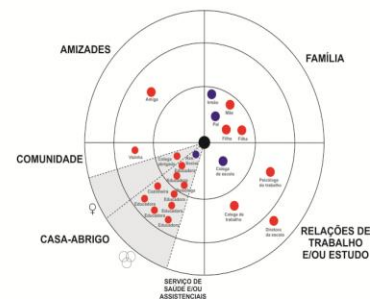
10



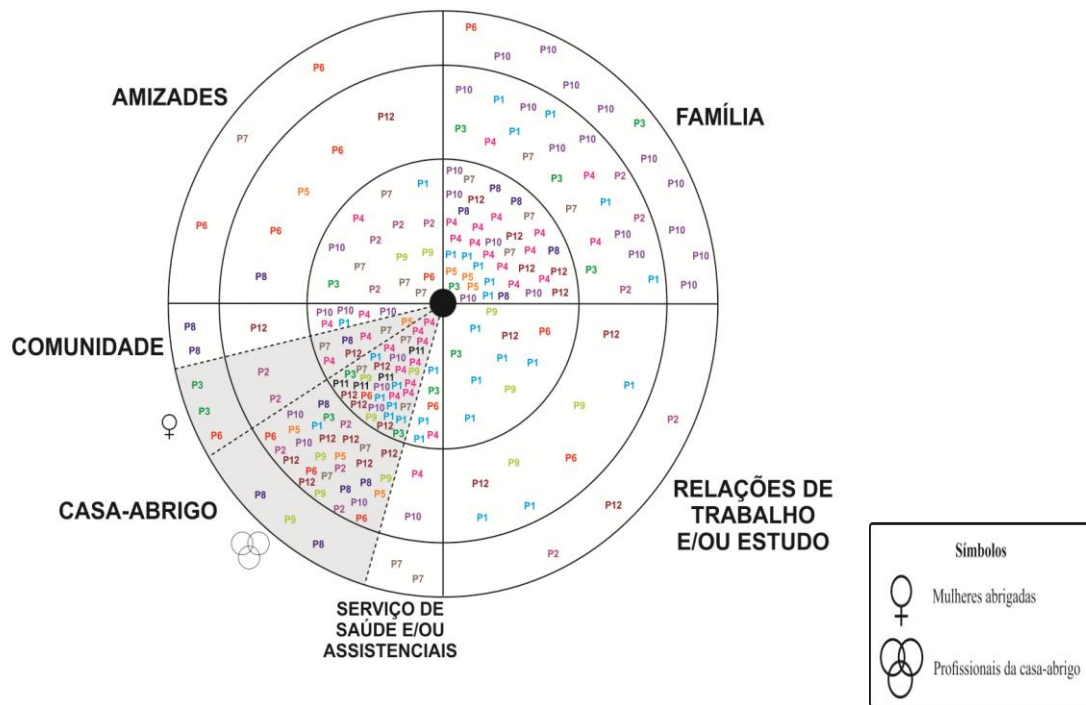
11



12

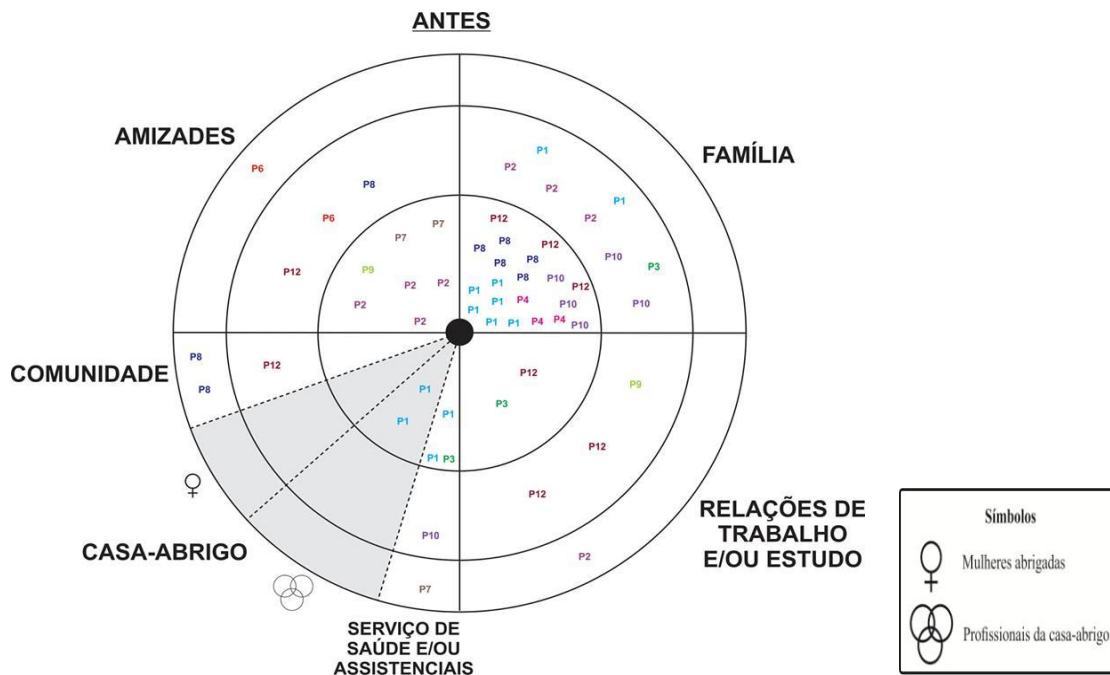


Apêndice D – Mapa de Redes “Geral”

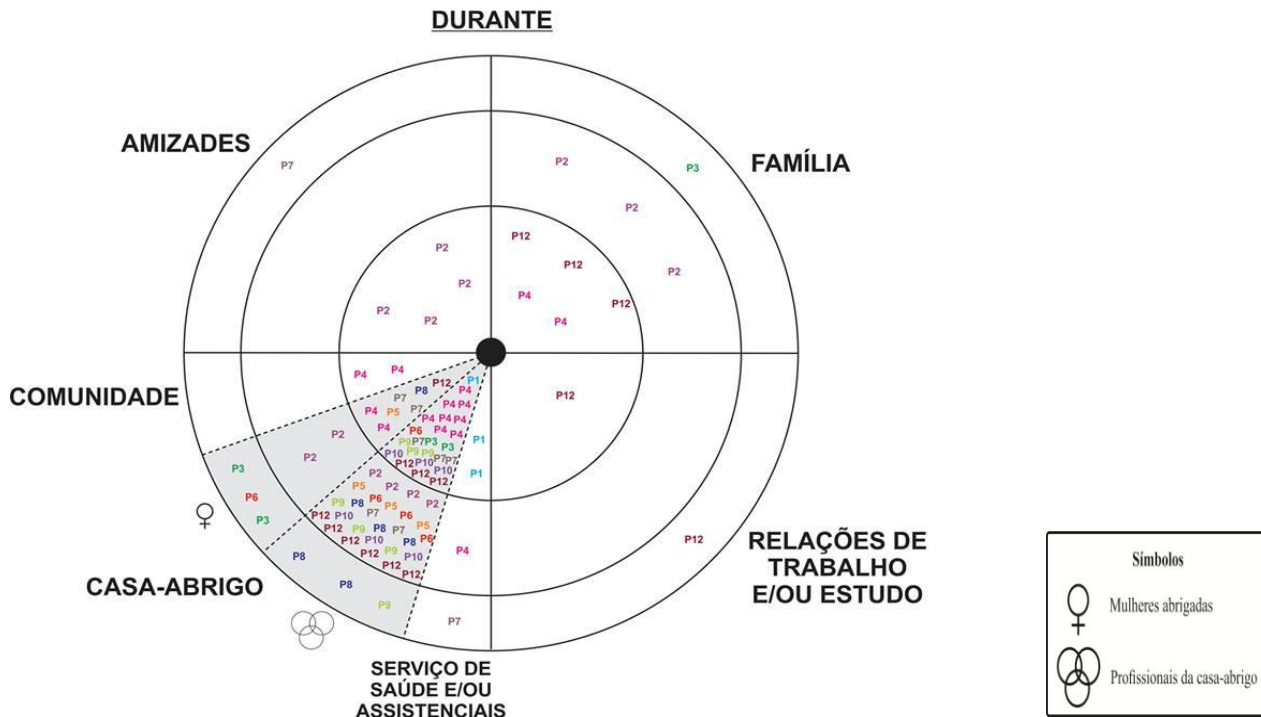


Apêndice E – Mapas de Redes “Antes”, “Durante” e “Depois” da passagem pela casa-abrigo.

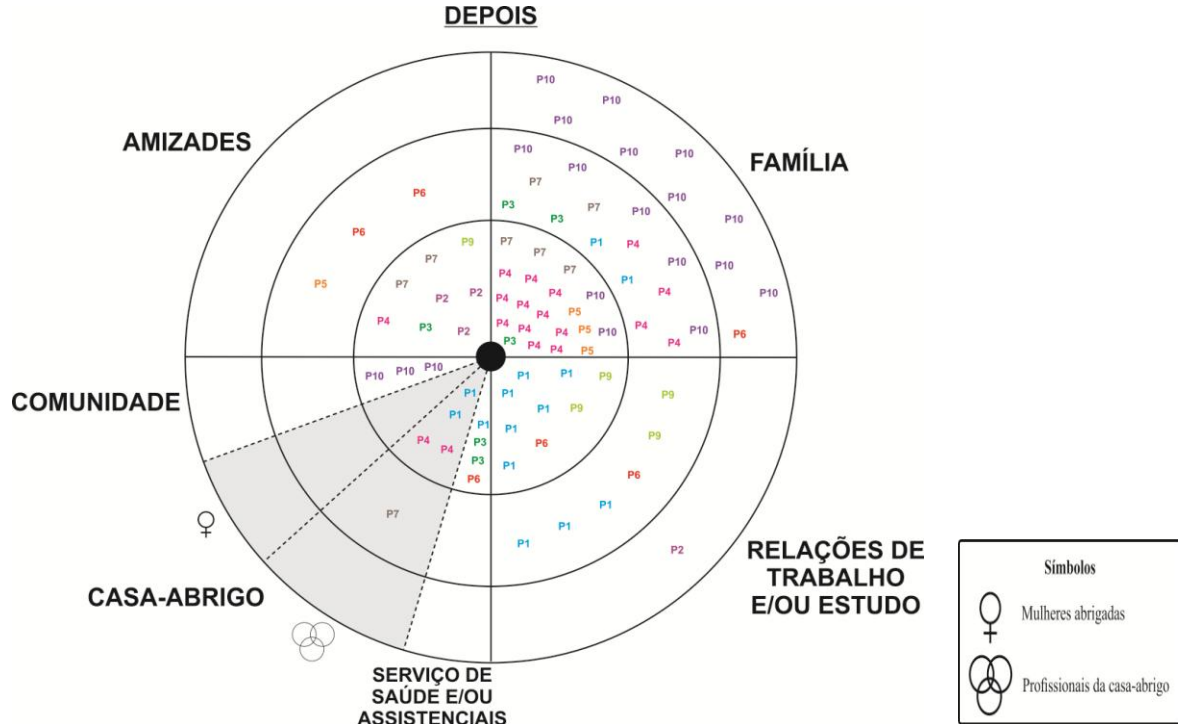
Mapa de Redes “Antes” da passagem pela Casa-Abrigo.



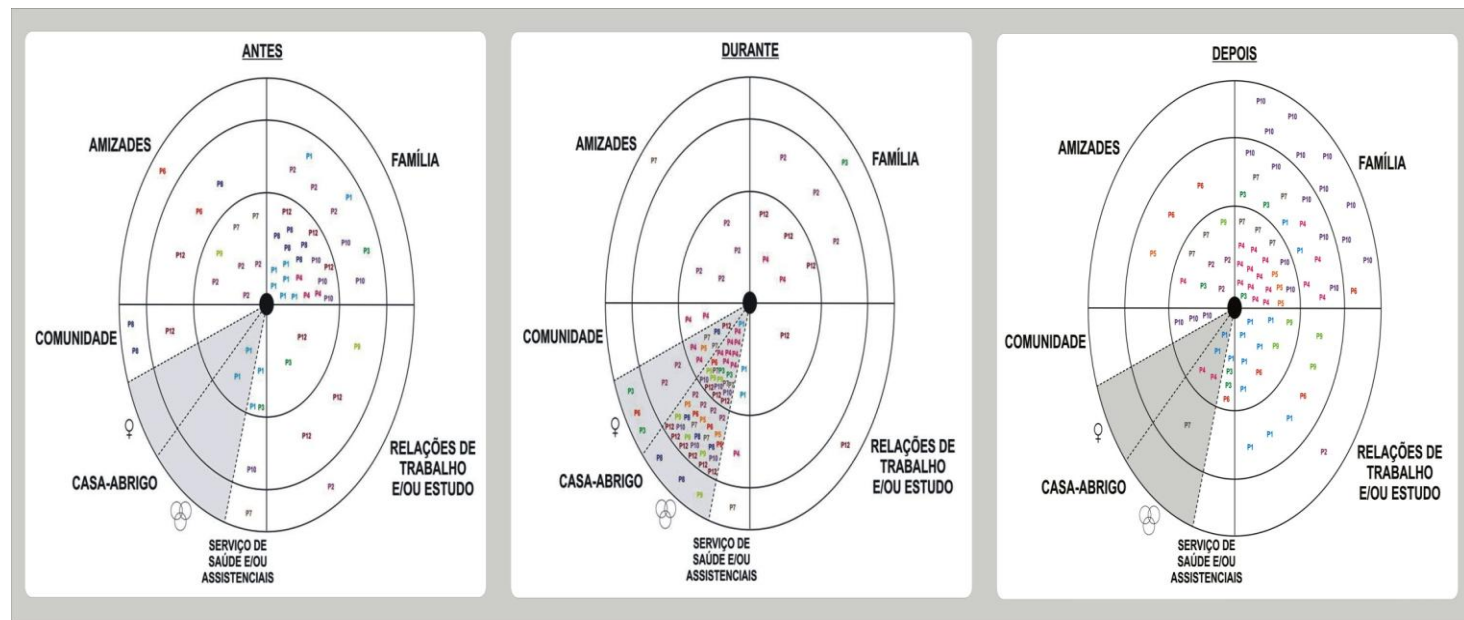
Mapa de Redes “Durante” a permanência na Casa-Abrigo.



Mapa de Redes “Depois” da passagem pela Casa-Abrigo.



Mapas Antes, Durante e Depois da passagem pela casa-abrigo.



Apêndice F – Roteiro do contato telefônico com as participantes

Meu nome é Scheila Krenkel, sou Psicóloga e pesquisadora da área de família, e nesse momento estou desenvolvendo uma pesquisa, junto à equipe da Secretaria de Assistência Social, que faz um trabalho muito importante de acolhimento às mulheres que vivenciaram uma situação de violência na família. Conhecendo o trabalho do Assistente Social (Nome) e das outras pessoas que fazem parte da equipe aqui da Secretaria, nós queremos conhecer mais sobre a experiência das mulheres que passaram pela Casa-Abrigo.

A ideia é conhecer a experiência de quem já passou pela Casa, (saber como foi a experiência de ter vivido na casa, como foi para ti?) porque isso nos ajudará a melhorar o acolhimento de outras mulheres que passaram pela mesma situação. Então, eu gostaria muito de saber se você gostaria de participar da pesquisa que estamos fazendo sobre esse assunto. Essa pesquisa consiste em uma entrevista, que pode ser feita aqui na Secretaria ou se preferir, eu posso ir até a sua casa, como for melhor para você. O transporte, caso não seja na sua casa, a Secretaria fornece o mesmo. (Essa entrevista vai durar entre uma hora, hora e meia)

A Sra. gostaria de pensar sobre a participação neste trabalho, para nos ajudar. Eu posso retornar mais tarde ou amanhã e você ver qual seria o melhor dia e horário para você, pode ser no sábado ou domingo de manhã. Fique à vontade para escolher o que seja melhor para você.

Apêndice G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Psicologia

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, *Scheila Krenkel*, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), convido-a a participar do processo de coleta de dados da minha dissertação de mestrado, sob orientação da Prof^a Dr^a Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré. Esta pesquisa tem por objetivo compreender a dinâmica relacional das redes sociais significativas de mulheres que sofreram violência familiar e viveram em abrigos. Os dados obtidos com este estudo serão relevantes, pois contribuirão para a compreensão das funções das pessoas da rede social significativa das participantes, bem como para o aperfeiçoamento de estratégias dos profissionais que trabalham com mulheres em situação de violência, a fim de oferecer um atendimento integral.

A sua participação ocorrerá por meio do consentimento em entrevistá-la através de um roteiro de perguntas relacionadas ao tema da pesquisa, procedimento este que não oferece nenhum tipo de risco, mas que poderá contribuir para a mobilização emocional e, neste caso, você será acolhida pela pesquisadora e, se necessário, encaminhada a um serviço de psicologia de uma universidade do município. O seu nome ou quaisquer dados que possam identificá-la não serão utilizados. A sua participação é absolutamente voluntária e não remunerada e a pesquisadora estará à disposição para qualquer esclarecimento. A sua recusa em participar da pesquisa não implicará em qualquer penalidade ou prejuízo. Você também poderá desistir da participação da pesquisa a qualquer momento. Os resultados da presente pesquisa serão divulgados

à instituição concedente e aos participantes que tiverem interesse, após a defesa da dissertação, em data a ser agendada.

Após ler este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceitar participar do estudo, solicito sua assinatura em duas vias, sendo que uma delas permanecerá em seu poder. Qualquer informação adicional ou esclarecimento acerca deste estudo poderá ser obtido junto à pesquisadora, pelos telefones (47) 9919-7838 ou (48) 3721-8214.

Scheila Krenkel
Pesquisadora principal
Mestranda

Profª Dra. Carmen L. O. O. Moré
Pesquisadora responsável
Orientadora

Eu,

, abaixo assinado, declaro por meio deste documento, meu consentimento em participar da pesquisa “Violência familiar: dinâmica das redes sociais significativas de mulheres acolhidas em casa-abrigo”. Declaro ainda, que estou ciente dos seus objetivos e métodos, consentindo que a entrevista gravada em áudio seja realizada e utilizada para a coleta de dados, bem como de meus direitos de anonimato e de desistir a qualquer momento.

Florianópolis, ____ de _____ de 2013.

Assinatura da participante da pesquisa
RG: _____

Apêndice H – Exemplo de Entrevista transcrita

Data: 15/04/13

Pesq. – Pesquisadora

P2 – Entrevistada

PESQ. - Então P2, pra começar eu tenho aqui algumas perguntas em termos de identificação, tá? Então aqui vou pôr as suas iniciais... E qual é a tua idade, P2?

P2 - 21

PESQ. - E até que série tu estudou? Fez faculdade?

P2 - É, ensino médio incompleto.

PESQ. - E tais trabalhando agora?

P2 - Sim trabalho.

PESQ. - O que tu fazes?

P2 - Eu trabalho como auxiliar de produção numa empresa alimentícia.

PESQ. - Tens filhos?

P2 - Tenho um filho de três anos.

PESQ. - Menino?

P2 - Sim, menino.

PESQ. - E atualmente tu tá casada, solteira...?

P2 - Tô namorando.

PESQ. - Tá namorando, ok. Quanto tempo tu tá namorando?

P2 - Seis meses.

PESQ. - E mora mais alguma pessoa com você e seu filho?

P2 - Mora uma amiga.

PESQ. - Aham, e a renda de vocês é separada?

P2 - Sim, a gente... até mês passado a gente tava vivendo juntos. Só que não deu certo e a gente decidiu se separar, então esse mês ela tá saindo da minha casa.

PESQ. - Ah tá e... mais ou menos...

P2 - A gente divida as despesas todas, pagávamos R\$500,00 de aluguel que no caso agora eu pago sozinha.

PESQ. - E mais ou menos quanto que é a tua renda? Um salário, dois salários?

P2 - Mais ou menos R\$ 1.000,00 em média.

PESQ. - Certo, 1 salário e meio, mais ou menos.

P2 - Isso.

PESQ. - Certo. Agora eu tenho uma série de perguntas sobre a pessoa com quem você estava quando foi para a casa-abrigo, tá?

P2 - Aham

PESQ. - Qual que era a relação de vocês? Eram casados?

P2 - União estável.

PESQ. - E quanto tempo vocês tavam juntos?

P2 - Há cinco anos

PESQ. - Quantos anos que ele tem?

P2 - Agora ele tem 27

PESQ. - E tu sabes até que série ele estudou?

P2 - Hum... ensino fundamental ele fez.

PESQ. - E ele trabalhava?

P2 - Trabalhava, numa construtora

PESQ. - Aham, ele era o que?

P2 - Era mestre de obras. A última função dele.

PESQ. - E P2 ele usava álcool ou drogas?

P2 - Usava álcool.

PESQ. - Aqui eu tenho uma pergunta sobre o tipo de violência, se foi física, psicológica...

P2 - Física e psicológica.

PESQ. - Essas duas então. Vocês moravam juntos, certo?

P2 - Sim

PESQ. - Ele te privava de comprar alguma coisa? Comida, roupa...

P2 - Sim, e inclusive a primeira coisa que ele fez quando a gente decidiu morar juntos, foi me privar de continuar os estudos. A primeira coisa que ele pediu foi para eu parar de estudar.

PESQ. - Aham.

P2 - E a gente começou o conflito quando eu resolvi começar a trabalhar que foi contra a vontade dele. Aí ele começou a ficar mais agressivo porque eu comecei a ficar mais independente né?

PESQ. - Entendi. E ele ficava com teu dinheiro?

P2 - Sim, ele ficava com todo o meu dinheiro.

PESQ. - Tá... P2 agora eu tenho algumas perguntas sobre a tua vivência lá na casa-abrigo, ok?

P2 - Tá.

PESQ. - Quais foram as razões que te levaram para a casa-abrigo? Por que tu chegou até lá?

P2 - Foi quando eu fiz a denúncia né, o primeiro boletim de ocorrência que eu fiz. Aí na verdade eu fiquei com medo de ficar em casa porque eu tava me sentindo ameaçada. Foi assim, ele começou a ficar agressivo aí a gente, a gente não, eu, me decidi me separar. E ele não aceitava. Aí depois do meu filho presenciar várias agressões, eu tomei a iniciativa de

denunciá-lo porque eu fiquei sabendo que poderia perder a guarda do meu filho, por ele tá presenciando aquilo tudo. Tomei mais essa iniciativa pelo meu filho mesmo. Aí eu fui pra lá. Fui... Meu primeiro passo foi ir até a delegacia. Aí depois me encaminharam para a delegacia da mulher, aí de lá eu comentei que tava com receio de voltar pra casa de ficar em casa mesmo, aí a essa altura ele já tinha... já tava morando em outro lugar. Aí fiquei com medo de voltar pra casa e ele começar a me perseguir, eu sabia que ele ia atrás de mim depois da intimação chegasse pra ele né? Aí decidi ficar lá (na casa-abrigo) com o meu filho.

PESQ. - E, quando você fala que ele te ameaçava, ele te ameaçava como? Te falava alguma coisa?

P2 - Sim, ele me ameaçava de morte, me agredia, tentou me matar dormindo uma vez. Aí meu filho acordou, começou a chorar e só por isso ele parou. A maioria das agressões o meu filho presenciou.

PESQ. - E essa agressão que você falou que ele fez quando você tava dormindo, como é que foi?

P2 - Ele chegou bêbado, aí ele falou... a gente já tinha discutido antes dele sair sobre separação. Me falou que ele não ia me deixar sair de casa e tal. Aí chegou bêbado, eu tava dormindo. Aí ele começou a me pegar pelo pescoço, me sufocar. Aí comecei a fazer barulho e meu filho acordou.

PESQ. - Acordou chorando e daí teu ex-marido parou...

P2 - De me agredir.

PESQ. - E na delegacia, quando você foi pra lá alguém te acompanhou? E - Não.

PESQ. - Foi sozinha?

P2 - Sim.

PESQ. - E lá na delegacia, quem que te atendeu?... foi um policial?

P2 - Foi. Foi um policial. Na verdade eu não consegui fazer o boletim de ocorrência naquele dia. Ele me ... falei do receio de voltar para casa, daí ele me falou que na delegacia da mulher eu teria mais segurança. Disse que era melhor eu esperar até o outro dia e ir pra lá, que se eu tivesse com medo e receio, lá eles poderiam me orientar pra ir pra casa-abrigo.

PESQ. - Aí no outro dia você foi para a Delegacia da Mulher.

P2 - Sim.

PESQ. - E também foi sozinha?

P2 - Sim. Fui sozinha. Com muito medo. E lá eles me orientaram e naquele dia mesmo eu fui para a casa-abrigo.

PESQ. - E passou pela assistente social?

P2 - Passei. Eu só fui em casa pegar alguns pertences e já fui pra lá.

PESQ. - E quem te acompanhou até a casa-abrigo?

P2 - Foi o oficial de justiça.

PESQ. - E teu filho foi contigo?

P2 - Foi. Em todos os momentos ele tava comigo.

PESQ. - Menos na denúncia...

P2 - Não, na delegacia também. Eu tava com receio de deixar ele na creche, vai que o pai dele aparecia lá. Até então, ele pegar o menino né...

PESQ. - Aham... E aí vocês foram para a casa-abrigo?

P2 - Aham.

PESQ. - E tu sabias que existia essa casa-abrigo? Já tinha ouvido falar?

P2 - Sim, já tinha ouvido falar. Porque a irmã de uma amiga minha já tinha passado por lá. Aí ela comentou comigo se eu tava com medo de ficar em casa e tal. Que eu não fiz a denúncia por isso mesmo. Não fiz o boletim de ocorrência na primeira agressão com medo que ele vinha atrás de mim. Aí depois que eu fiquei sabendo né, que tinha essa proteção no caso. Aí fiquei com mais a vontade pra ir lá fazer, mais tranquila, porque sabia que poderia ter apoio né.

PESQ. - E quando te falaram: agora você e seu filho vão para a casa-abrigo, como é que reagiu?

P2 - Na verdade eu pedi para ir.

PESQ. - Ah você pediu...

P2 - Sim, eu falei que tava com muito medo de ficar em casa, que tava sendo ameaçada de morte inclusive, e que eu não via mais alternativa porque ele sabia da casa das minhas amigas, do meu trabalho, da minha rotina toda ele sabia. Eu falei que eu tava desesperada e pedi se tinha alguma coisa que eles pudessem fazer por mim. Aí eles me falaram que eu poderia estar me afastando da minha rotina e tal, que iam me deixar nessa casa por um período.

PESQ. - Aham. Você falou que seu filho foi com você, certo? Ele ficava lá ou ia para a creche?

P2 - Ele ficava lá porque não tinha vaga na creche, e como eles imaginavam que seria um curto período de tempo aí não... ele tava em andamento o processo pra ele conseguir a vaga na creche pública.

PESQ. - Entendi.

P2 - E ele foi chamado enquanto a gente tava no abrigo.

PESQ. - Certo. E quanto tempo vocês ficaram no abrigo?

P2 - Ficamos quase dois meses

PESQ. - E faz tempo que você saiu?

P2 - Sai de lá em setembro. Comecinho de setembro.

PESQ. - E alguém da sua família... antes você comentou de algumas amigas, alguém ficou sabendo que você foi para a casa-abrigo?

P2 - Sim, inclusive eu comuniquei a minha mãe, minhas amigas, o pessoal do meu trabalho. Todos sabiam que eu tava lá.

PESQ. - Todos sabiam. Mas podias se comunicar com eles lá de dentro?

P2 - Não. Quando você entra, eles recolhem os seus pertences, celular, pra evitar mesmo comunicação com as pessoas aqui, qualquer informação... tudo. Quando tu sai de lá eles te devolvem tudo. Aí minha mãe podia tá ligando, uma vez por semana ela ligava.

PESQ. - Pro telefone de lá.

P2 - Aham. Ou se eu queria ver alguém, amigas... namorado. Aí eles agendavam uma visita aqui

PESQ. - Aqui na secretaria?

P2 - Isso. Aí eles traziam. Qualquer coisa que eu precisasse fazer, ir no banco, ir no médico qualquer coisa, eles se disponibilizavam a levar e a trazer.

PESQ. - Aham... tá. E na casa, como era a tua rotina? De manhã você acordava... e aí como é que era?

P2 - Sim. Tinha horários. Horário do café das 7:30 às 8:30. A gente acordava e tomava café. Aí fazia as obrigações. Os afazeres domésticos, tipo cada dia uma lavava a louça, daí a gente revezava. Aí descia com as crianças pra tomar café no caso. Depois dia horário que as crianças ficavam no espaço literário e interativo assim, com brinquedos, livros. Poderiam estar brincando naquele momento ou assistindo tv.

PESQ. - E você tinha alguma função específica na casa ou era somente o revezamento de lavar a louça...

P2 - Era só esse revezamento. Aí cada uma limpava seu quarto, lavava suas roupas. Era basicamente assim, tudo com seu horário determinado.

PESQ. - Aham. Aí vocês almoçavam...

P2 - Sim, nós almoçava às 11:30 aí depois a gente lavava a louça. Aí tinha horário de descanso que era da uma hora até as três. Aí as crianças acompanhadas pelas mães desciam. Tinha um café, aí depois a tarde era livre pras crianças brincarem lá fora. E a gente ficava fazendo ginástica se quisesse, ou lendo ou atividades artesanais lá dentro. Se alguém quisesse se ocupar era disponibilizado crochê ou atividades manuais. Eles davam linha e agulha, ou pintura.

PESQ. - E essa ginástica, tinha alguém que vinha dar a ginástica pra vocês?

P2 - Não a gente fazia lá.

PESQ. - Tinha alguns aparelhos?

P2 - Sim, tinha aparelhos e alguns colchonetes.

PESQ. - E quando você estava na casa, havia mais mulheres lá com você?

P2 - Tinha mais seis mulheres.

PESQ. - Mais seis... e vocês conversavam entre vocês?

P2 - Sim.

PESQ. - E vocês conversavam sobre o que?

P2 - Sobre o motivo que cada uma foi parar lá. Esse era o principal assunto. Algumas ficavam mais retraídas, outras era de mais fácil contato assim, pra conversar.

PESQ. - Entendi... e vocês acabavam conversando sobre uma situação que vocês vivenciaram... e isso ajudava você?

P2 - Ajudava. Algumas já era a segunda vez que passava por lá. A gente trocava experiência, contava o que aconteceu com cada uma porque que tava lá e tal.

PESQ. - Aham. Entendi... Aqui P2 eu tenho uma pergunta que pode ajudar a melhorar o acolhimento oferecido na casa. Lá tinha vários profissionais, certo? Assistente social, psicólogo, educadora... e como era esse atendimento, o acolhimento dado para você?

P2 - Quando a gente chegava lá já era agendado um horário com o assistente social e psicólogo pelo menos uma vez por semana eles passavam lá... pra ver... pra informar como tava sendo lido com o processo nosso aqui fora...de preparar a pessoa pra sair de lá... como tava sendo o andamento no meu caso com advogado e tal... eles corriam atrás e agente marcava hora com o advogado para dar andamento ao processo... processo criminal ou da vara da família, daí isso era tudo resolvido lá de dentro. E o psicólogo e a assistente social iam uma vez por semana, pelo menos. Pra saber principalmente como a criança tava se comportando e como a gente tava emocionalmente e quais eram as nossas necessidades aqui, no meu caso, eu tava trabalhando, só que eles não podem demitir a pessoa que vai pra lá, mas não ganha aqueles dias pagos. Aí a assistente social lidava com isso.

PESQ. - Entendi. E você disse que eles também viam como estava o seu filho né? E como que é que foi... pra ele estar lá...

P2 - No começo ele ficava muito apreensivo, muito grudado a mim, sabe? Ele desenvolveu um instinto de cuidado, por ter presenciado todas as agressões, por tá preocupado com o que ia acontecer comigo, ele não se desgrudava de mim. Logo que a gente entrou lá. Logo ele começou a se soltar né com as outras crianças e brincar. Mas nunca ficava sozinho. Às vezes eu precisava sair para algum lugar que ele não podia ir junto aí

era difícil né pras educadoras acalmarem ele né? Mas ele era tranquilo, cumpria as obrigações como todas as crianças, os horários e tal, e foi se enturmado aos poucos né, mas sempre muito grudado comigo. Talvez pelo fato de ter presenciado as agressões eu acho.

PESQ. - Aham. E olhando para traz, a partir da tua experiência você mudaria alguma coisa em relação à casa-abrigo?

P2 - Hum... não. O período que eu fiquei lá foi de construção na verdade. Eu consegui perceber algumas coisas, na verdade eu poderia ter feito isso antes. Eu não sabia que tinha essa casa de proteção senão eu poderia ter saído daquela situação muito antes. Aí foi o período, na verdade de eu me redescobrir né. Porque eu não precisava ter passado por aquilo. Só passei por aquilo porque eu tinha pena dele, mas eles me fizeram ver que o agressor não tem pena das pessoas. E na verdade eu pensava como é que eu ia fazer isso com o pai do meu filho. Uma pessoa que eu convivi por tantos anos. Mas ele tinha coragem de me agredir, ele não tava pensando no ambiente familiar que ele tava danificando, não tava pensando em como o filho dele ia ver ele mais tarde. E foi bem proveitoso o tempo que eu passei lá... é isso.

PESQ. - Aham. E em relação à rotina ou mesmo em relação às atividades que tem lá, tu daria alguma sugestão para mudar?

P2 - Hum... a única sugestão seria de ampliar o parque para as crianças que é meio restrito assim. São poucos os brinquedos, sabe? Aí isso acaba causando conflitos entre as crianças.

PESQ. - E no caso das suas atividades, que vocês tinham para fazer...

P2 - Ah, era bem tranquilo assim... não tenho coisas para reclamar, só ampliar o espaço para as crianças brincarem porque as crianças já se sentiam presas por tá lá né, e o parque ainda era um pouco pequeno, mas era legal.

PESQ. - E de alguma forma você também se sentia presa?

P2 - Sim, porque eu tinha toda uma rotina aqui fora né. Querendo ou não a gente sente falta disso.

PESQ. - Aham... e o fato de você ter passado pela casa-abrigo, facilitou ou dificultou em algum aspecto da sua vida?

P2 - Facilitou por eu ver coisas que antes eu não via que nem eu falei né.

PESQ. - E alguma coisa que dificultou quando você saiu de lá, por ter ficado lá algum tempo?

P2 - Não, só esse processo de saber como tava o mundo aqui fora e tal, aquela coisa apreensiva né, mas me ajudou até inclusive depois que eu saí continuei fazendo atendimento psicológico porque eu só tenho a

ganhar com isso, o atendimento com a assistente social também continuou aqui...

PESQ. - Certo, então você está me dizendo que o atendimento dos profissionais foi um ponto que facilitou, e a adaptação, vamos dizer assim, até saber o que tava acontecendo no mundo seria um ponto que dificultou por ter ficado lá.

P2 - Isso.

PESQ. - E além desses profissionais, teve mais alguém de dentro ou de fora do abrigo que te ajudaram nesse processo, quando você saiu de lá?

P2 - Mais o pessoal do meu trabalho mesmo, foram bem acolhedores e compreensivos. Porque minha família não mora aqui né, minha família é toda do Paraná. Não tenho ninguém aqui, só amigos mesmo que me ajudaram bastante assim pra mim retomar a minha rotina. E uma coisa também que no abrigo eu consegui, mas por intermédio do abrigo e da assistente social, foi a vaga na creche pro meu filho, que estando lá eles deram prioridade e chamaram o meu filho. E depois eu saí de lá e ele já começou a frequentar a creche, e até então ele ia pra creche particular né.

PESQ. - Aham... e o que mudou na tua vida depois que você saiu de lá?

P2 - Olha... eu aprendi que a gente precisa procurar recursos independente de... no meu caso eu sentia muita pena do meu ex companheiro, que ...na verdade eu tomei essa atitude porque fiquei com medo de perder a guarda do meu filho, eu aprendi a correr atrás das minhas coisas, e aprendi a pensar menos nele, me preocupar menos com ele... me preocupar com o bem-estar do meu filho, que já era bem assim, bem precária a situação quando a gente vivia juntos porque ele não pensava em nós. Pensava mais nele.

PESQ. - Aham, e o fato de tu ter passado pela casa, quando tu saiu conseguiu ter outra visão sobre essa relação?

P2 - Sim. Outra visão sobre agressão inclusive.

PESQ. - Aham... e pensando nisso que você me contou e no que está me falando, o que é violência pra você? Quando você pensa em violência o que, te vem?

P2 - Vem agressão física, primeiramente, e psicológica que foram as duas que eu sofri no caso.

PESQ. - Psicológica...

P2 - Xingamentos, palavrões, coisas pesadas que afetam a sua autoestima. E de sentimento de incapacidade, de fazer você se sentir incapaz de realizar alguma coisa, de que você nunca vai conseguir, de colocar pra baixo mesmo.

PESQ. - E a violência familiar, o que te vem?

P2 - Vem as cenas do meu filho desesperado ou então às vezes, ele nunca agrediu meu filho, mas eu lembro dele (o filho) vir chorando correndo tentando me ajudar de alguma forma quando me via sendo agredida, e a gente naquele ambiente familiar bem conturbado sabe?

PESQ. - E se eu te pedisse uma palavra que definisse violência familiar, o que poderias me dizer?

P2 - Medo.

PESQ. - Medo. Mais alguma palavra?

P2 - Não. Só vem medo.

P – Aham, então pensando nisso que você me falou, que você diz que violência familiar te leva a pensar em medo, que outros sentimentos ou emoções você sente quando pensa em violência?

P2 - Sentimento de dor, insegurança que eu me sentia muito insegura, vergonha... acho que é isso.

PESQ. - Pensando nisso que você me falou, nesses sentimentos, tu faz alguma coisa que te ajuda a lidar com esses sentimentos?

P2 - Não. Só atendimento psicológico.

PESQ. - E você conversa com algum amigo sobre isso, que te ajuda?

P2 - Sim. Costumo conversar, relatar os fatos... a gente costuma fazer algumas atividades de escrever tudo num papel, as coisas negativas que eu sofri, no caso do meu agressor. Pra colocar isso pra fora mesmo.

PESQ. - E você faz algumas atividades com seus amigos também? Caminhada, vai ao cinema?

P2 - Sim, a gente faz. A gente tem um time de futebol feminino. E... eu saio com as minhas amigas, pelo menos uma vez por mês. Caminhada eu faço todos os finais de semana.

PESQ. - Seu filho vai com você?

P2 - Não, no momento não porque ele tá com a minha mãe.

PESQ. - Lá no Paraná?

P2 - Isso.

PESQ. - Bom P2... está tudo bem?

P2 - Tá, tá sim.

Mapa de Redes

PESQ. - Ok. Então, agora eu gostaria de te mostrar um instrumento que a gente utiliza na Psicologia que se chama Mapa de Redes. É este Mapa aqui, e eu vou te explicar no que ele consiste, tá bem?

P2 - Tá

PESQ. - Esse Mapa de Redes é um instrumento bem interessante porque ele nos mostra as pessoas que foram importantes e significativas pra você em todo esse processo que você vivenciou, desde antes de ir para a casa-abrigo até hoje e que de alguma forma te ajudaram diante dessa situação, que realmente foram importantes e significativas pra você. Então como ele é dividido. Aqui no meio representa você, tá? Ele também tem três círculos, cada círculo representa a distancia que essas pessoas estão de você. No círculo mais próximo, ficam as pessoas que são mais próximas de você, que foram importantes que de alguma forma te ajudaram... Nesse círculo do meio também ficam pessoas importantes, que te ajudaram, mas não tanto quanto essas ou não tão próximas quanto essas, mas que de alguma maneira foram importantes pra ti. E esse círculo maior que está mais longe de ti também são colocadas pessoas importantes... algumas vezes nós temos conhecidos que não temos uma relação tão próxima, mas que naquele momento eles foram importantes pra gente, mas que ajudaram. Então nós vamos ver pessoas da família, os amigos, pessoas da comunidade, incluindo a casa-abrigo né, e do seu trabalho. Tudo bem? Você entendeu?

P2 - Aham

PESQ. - Tá. Então começando pela família, quem que você colocaria nesse mapa, que foi importante, que te ajudou...

P2 - A minha mãe.

PESQ. - Tua mãe. Tu colocarias a tua mãe onde? Mais perto, mais no meio ou mais afastada?

P2 - Aqui no meio.

PESQ. - E ela foi importante pra ti por quê? No que ela te ajudou?

P2 - Ela me orientou, ela me orientava principalmente pra eu fazer a denúncia e tal. E ela procurava sempre conversar comigo enquanto eu tava na casa-abrigo

PESQ. - Ela te ligava?

P2 - Sim, toda semana. E no caso quando eu saísse eu podia ir pra casa dela

PESQ. - Entendi

PESQ. - E quem mais da tua família tu colocarias aqui?

P2 - O meu pai

PESQ. - Aham, e tu colocarias ele onde?

P2 - Ali no mesmo lugar. E meu irmão

PESQ. - Teu irmão. Tu colocarias aqui no mesmo lugar?

P2 - Sim

PESQ. - E por que teu pai está aqui?

P2 - Por eles devido a distância, a gente só se falava por telefone, mas eu recebia bastante apoio deles.

PESQ. - E eles te aconselhavam...?

P2 - Sim, eles davam conforto, caso eu quisesse voltar pra casa eles poderiam vir me buscar e tal...

PESQ. - Eles também te ligavam quando tu tavas no abrigo ou era mais a tua mãe?

P2 - Na verdade eles ligavam e eu falava com todos.

PESQ. - Ah entendi. Teu irmão mora com teus pais?

E- Ele mora próximo.

PESQ. - E ele também falava contigo

P2 - É.

PESQ. - Então eles te deram apoio, conselhos, disseram que a casa estaria lá caso você quisesse voltar.

P2 - Aham... sim

PESQ. - Quem mais tu colocarias aqui? De familiar...

P2 - Mais ninguém.

PESQ. - Tá... E de amigos, quem tu colocarias?

P2 - Nome?

PESQ. - Pode ser o nome...

P2 - Onde eu colocaria?

PESQ. - Pode ser...

P2 - Aqui.

PESQ. - Mais perto?

P2 - Isso.

PESQ. - Quem é?

P2 - E.

PESQ. - E por que colocarias ela aqui?

P2 - Porque ela me apoiou bastante quando eu sai do abrigo eu fiquei na casa dela. No começo também, todos os meus amigos que trabalham comigo me apoiaram para fazer a denuncia e ir pro abrigo, e falavam que qualquer coisa que eu precisasse eu podia contar com eles. Eles vinham me visitar, a gente agendava visita aqui né, a gente se encontrava aqui.

PESQ. - Esses são teus amigos do trabalho né?

P2 - Isso.

PESQ. - Certo, e pensando no Mapa, eles são mais teus amigos ou mais teus colegas de trabalho?

P2 - Eles são mais meus amigos.

PESQ. - E tu colocarias mais alguém aqui junto com a E.?

P2 - Fabiano.

PESQ. - No mesmo lugar?

P2 - Sim

PESQ. - Por que o F. está aqui?

P2 - Porque ele me aconselhava bastante. Ele também teve problemas assim já na família, ele me contou como funcionava, que a pessoa também ficou afastada e foi para o abrigo... e...Meu amigo E. também.

PESQ. - Aham, todos trabalham contigo.

P2 - Sim.

PESQ. - Onde você colocaria o E.?

P2 - Aqui próximo também.

PESQ. - E por que o E. foi importante pra ti nesse momento da tua vida?

P2 - Porque ele também me apoiou bastante, inclusive ele se prontificou a me levar na delegacia só que eu falei que não precisava porque ele poderia tá correndo risco, depois que eu saí também ele dificilmente me deixava andar sozinha, ele também ia pegar meu filho na creche.

PESQ. - E algum deles te faz companhia hoje, vocês se vêem?

P2 - Sim, frequentemente a gente se vê. O Elton trabalha comigo e a gente se vê todos os dias. A E. mora próximo, o F. também, só que não trabalham mais comigo.

PESQ. - mas continuam se falando?

P2 - Sim, a gente mantém contato ainda.

PESQ. - E tem mais alguém aqui de amigos que tu colocarias?

P2 - Hum... V.

PESQ. - E tu colocarias ela onde?

P2 - Ali no centro também.

PESQ. - Por que a V. foi importante pra você?

P2 - Porque digamos assim que ela foi meu apoio emocional

PESQ. - Era com ela que tu conversavas?

P2 - Que eu desabafava...

PESQ. - E ela também te aconselhava?

P2 - Também. Ela era a única pessoa com quem eu conseguia me abrir assim de verdade.

PESQ. - Tem mais alguém de amigos?

P2 - Não acho que não.

PESQ. - São os quatro.

P2 - Isso.

PESQ. - Certo. Aqui nós temos o quadrante da comunidade e nele se incluem os vizinhos, o credo religioso que algumas pessoas têm e as pessoas da casa-abrigo e dos serviços de saúde, já que eventualmente a

gente acaba precisando desse serviço e encontra pessoas que ajudam na situação que está se vivenciando, né?

P2 - Aham...

PESQ. - Queria saber se dentro da comunidade, algum vizinho foi importante pra ti...

P2 - Hum... não.

PESQ. - Nenhum vizinho?

P2 - Não, não tinha muita comunicação com meus vizinhos. Era cada um na sua. Não tinha muitos vizinhos também...

PESQ. - E na casa-abrigo, tanto as mulheres que tu conversou mais, que tivesse mais afinidade, como os profissionais que te atenderam, tem alguém que colocarias aqui?

P2 - Tem. A C..

PESQ. - Aham, C. era uma mulher que estava lá ou era alguma profissional?

P2 - Era uma mulher. A gente conversava bastante. Se tornamos amigas.

PESQ. - Colocarias ela onde?

P2 - Aqui.

PESQ. - No meio? Vocês conversavam?

P2 - Sim, a gente trocava experiência, falava por que tava lá, ela me aconselhava bastante também por ser mais velha

PESQ. - Mais alguma mulher que estava lá?

P2 - M.

PESQ. - Colocarias ela onde?

P2 - Ali também. Ela era educadora.

PESQ. - Por que a M. está aqui no seu Mapa?

P2 - Porque ela me confortava de alguma forma. Tinha, demonstrava bastante afeto pelas pessoas que estavam lá, era aquele sentimento materno que eu sentia nela. A gente conversava bastante.

PESQ. - Ela foi uma forma de apoio pra ti?

P2 - Foi

PESQ. - E ela te aconselhava?

P2 - Sim, pra mim não ficar desanimada porque lá querendo ou não os dias vão passando e tu presa lá dentro, privada da tua rotina, de tudo que estavas acostumada a fazer e lá não pode. O contato com o mundo é cortado de todas as formas. Só saía quando realmente era necessário. Ela me confortava bastante

PESQ. - Mais alguém?

P2 - A I.

PESQ. - A I. era quem?

P2 - Ela era cozinheira.

PESQ. - Você colocaria no mesmo lugar?

P2 - Sim.

PESQ. - Por que a I. foi importante pra ti?

P2 - Porque ela também contava as experiências dela, que ela já trabalhou no CAPS, já presenciou agressões, ela foi vítima também e hoje ela deu a volta por cima e foi bem importante assim, aconselhava bastante também. A maioria dos profissionais lá era aconselhar e dizer como seria o nosso procedimento de guarda, pensão, informações e essa coisa mais afetuosa né, de confortar, de conversar ouvir, poder trocar experiências.

PESQ. - Aham... e mais alguém da casa-abrigo.

P2 - A.

PESQ. - A A. é quem?

P2 - Uma mulher também.

PESQ. - E ela fica em que lugar do Mapa?

P2 - Aqui também.

PESQ. - Aham. E ela foi importante por que nesse processo?

P2 - A gente conversava sobre tudo, sobre crianças; Conversava bastante. Me animava. Tanto também porque fazia mais tempo que ela tava lá já.

PESQ. - Ela te dava força pra continuar ali?

P2 - É!

PESQ. - Mais alguém da casa-abrigo?

P2 - Não, acho que é só.

PESQ. - Profissionais que te atenderam...

P2 - Sim, o P. que é psicólogo.

PESQ. - Onde tu colocarias o P.?

P2 - Ali no mesmo círculo.

P - E por que o P. foi importante pra ti?

P2 - Porque ele conseguiu me fazer desabafar e tal, me fazer falar tudo o que eu tava sentindo. O medo que eu tinha de perder a guarda do meu filho, que foi minha motivação maior pra fazer a denúncia. Ele me confortava bastante também. Até porque eu tava muito apreensiva lá dentro, queria saber das coisas como tavam acontecendo, como tava correndo meu processo aqui fora, como seria o procedimento do R. voltar a ver o pai dele que ele perguntou também se eu toparia, na verdade ele me convenceu que a gente poderia tá agendando um atendimento aqui com o pai do meu filho e a gente conseguiu, foi amigável até.

PESQ. - E isso foi importante pra ti nesse processo?

P2 - É, foi.

PESQ. - Tem mais alguém que tu colocarias?

P2 - A T., que é assistente social.

PESQ. - E tu colocarias a T. onde?

P2 - Ali também.

PESQ. - E A T. foi importante pra ti por quê?

P2 - Porque ela me confortou de uma forma que eu tava preocupada com a minha situação financeira aqui fora, ela me orientou que eu poderia tá recorrendo à secretaria de educação e ela também, uma vez que era assistente social poderia estar pedindo auxílio até eu me reestabelecer depois de sair da casa. No período que a gente tava lá também ela informava como seria o procedimento de pensão.

PESQ. - e depois que você saiu da casa alguma pessoa foi importante pra ti?

P2 - Dessas?

PESQ. - Dessas ou até mesmo outras...

P2 - Sim, eu continuei o atendimento psicológico e com a assistente social depois.

PESQ. - e isso te ajudou?

P2 - Aham

PESQ. - A continuar...

P2 - Sim.

PESQ. - Mais alguém do abrigo?

P2 - Não, não tive mais contato com ninguém do abrigo

PESQ. - Serviços de Saúde, postos de saúde, alguém que foi importante pra ti? Alguém que te atendeu, um agente de saúde...que foi importante?

P2 - Hum... não, eu não precisei de atendimento médico no período que eu tava lá

PESQ. - Então aqui você não colocaria ninguém?

P2 - Não.

PESQ. - Certo. E tu falou que tu tavas trabalhando naquela época, tu já citou algumas pessoas que tão aqui (apontando para o quadrante das amizades) que são teus amigos, não só colegas de trabalho... Agora estás estudando?

P2 - Não...

PESQ. - Aham... e alguém do teu trabalho tu colocarias aqui?

P2 - Sim, M.

PESQ. - Onde tu colocarias o M.?

E - (apontou para o terceiro círculo)

PESQ. - Por que tu colocou o M. no teu Mapa?

P2 - Porque ele é meu conhecido, meu supervisor, ele é bem compreensivo, até depois que eu saí, uma forma de eu poder tá recuperando esses dias, ele entrou com um pedido na empresa de eu ficar uns dias em casa até eu me reestabelecer, aí eu tinha consciência de que aqueles dias todos que eu fiquei lá não seriam pagos né, mas ele pediu um adiantamento pra eu poder pagar as minhas contas. E me ajudou bastante

PESQ. - Ele era teu...

P2 - Supervisor.

PESQ. - Certo. mais alguém do teu trabalho?

P2 - A C.

PESQ. - Onde tu colocarias?

P2 - Ali também. Ela é minha colega. Que ela quando eu entrei no abrigo e depois ela deu um depoimento pra eu poder tá entrando pro abrigo, que precisava de depoimentos. Um foi da E. o outro foi dela. Depois que eu saí inclusive ela se propôs a cuidar do meu filho até eu me reestabelecer, por mais que ele tivesse creche né, mas alguns dias eu tive que ficar fora, aí até comprar as coisas necessárias pra ele e tal. Tive que sair alguns dias pra resolver problemas de dívidas e ela ficou com o meu filho.

PESQ. - Aham... e quem mais?

P2 - Não, acho que só.

PESQ. - Do trabalho então são esses: teu supervisor e tua colega que ajudou com o depoimento e também com teu filho... Tá, P2, olhando para esse Mapa, o teu Mapa de Redes, tem alguém que tá faltando?

P2 - Acho que não.

PESQ. - Não? E olhando pra esse Mapa o que tu achou dele?

P2 - Que eu tenho mais amigos próximos do que até mesmo familiares. Que eu considero amigos mesmo né! Também pelo fato de estarem longe (os familiares)

PESQ. - Aham... Tens mais alguma coisa pra falar sobre o Mapa?

P2 - Não.

PESQ. - P2, como é que foi pra ti participar dessa entrevista?

P2 - Ah foi bom... eu consegui me abrir bastante. Tipo coisas... tipo aquilo de citar os sentimentos que eu tinha em relação ao meu ex-companheiro, eu nunca tinha falado isso antes, uma palavra pra definir a violência familiar a única palavra que me vinha na cabeça era medo, de não ver meu filho crescer, na verdade, que eu ia ser morta pelo meu ex-companheiro, consegui falar isso de maneira aberta... até então eu não

tinha mais tocado no assunto. Na verdade foi por medo que eu não tinha feito a denúncia antes, e foi bem construtivo.

PESQ. - Que bom! E tu tens alguma pergunta para me fazer?

P2 - Não.

PESQ. - Eu posso te fazer uma última pergunta?

P2 - Aham.

PESQ. - Se tu pudesse dar um conselho pra uma mulher que tá passando por uma situação como a que tu também vivenciou, o que tu poderia dizer pra ela?

P2 - Que o medo não vai ajudar, tem que buscar forças no que tu acha mais importante na tua vida, no meu caso foi o meu filho, e nunca deixar homem nenhum fazer você pensar que não é capaz, porque isso é que atrapalha muito né? É não deixar alguém entrar na tua mente e fazer você pensar que você não é capaz, quando você mesmo tem certeza de que é capaz, deixar alguém te fazer pensar diferente sabe, de ser submissa a ponto de aceitar as decisões de uma pessoa que se a pessoa está te colocando naquele campo de submissão é porque ela não te ama, ela só quer impor a vontade dela pra se sentir bem de alguma forma ou então porque ela tem problemas de, problemas com ver teu crescimento e tal, que foi o meu caso, e não ter medo de denunciar, porque se ele, no caso o agressor não tem medo de fazer isso contigo, não tem pena, não tem que ter pena dele, que uma vez que tu tomas essa decisão também pode estar livrando outras pessoas disso.

PESQ. - Esse é o seu conselho?

P2 - (fez sinal positivo com a cabeça/ chora)

PESQ. - P2, quero te agradecer muito por teres te disponibilizado a vir até aqui e participar dessa entrevista, tá bem, muito obrigada.